

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS

ISABÔHR MIZZA VELOSO DOS SANTOS

NAS EPISTEMOLOGIAS DA GEOGRAFIA: tecendo as amarras da violência urbana em
Ituiutaba (MG)



UBERLÂNDIA - MG

2024

ISABÔHR MIZZA VELOSO DOS SANTOS

**NAS EPISTEMOLOGIAS DA GEOGRAFIA: tecendo as amarras da violência urbana em
Ituiutaba (MG)**

Tese apresentada à Universidade Federal de
Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa
de Pós-graduação em Geografia, Uberlândia,
para obtenção do título de Doutora em
Geografia.

Área de concentração: Educação Geográfica e
Representações Sociais

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

UBERLÂNDIA - MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 Santos, Isabôhr Mizza Veloso dos, 1991-
2024 Nas Epistemologias da Geografia: [recurso eletrônico]
tecendo as amarras da violência urbana em
Ituiutaba(MG). / Isabôhr Mizza Veloso dos
Santos. - 2024.

Orientador: Tulio Barbosa.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em:

<http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.201> Inclui
bibliografia.

1. Geografia. I. Barbosa, Tulio ,1979-, (Orient.).

II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto -CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 266, PPGGEO				
Data:	06 de maio de 2024	Hora de início:	13h:30min.	Hora de encerramento:	18h:00min.
Matrícula do Discente:	12013GEO011				
Nome do Discente:	ISABÔHR MIZZA VELOSO DOS SANTOS				
Título do Trabalho:	NAS EPISTEMOLOGIAS DA GEOGRAFIA: TECENDO AS AMARRAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA (MG)				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica Sala 14 (Online - conferenciaweb.rnp.br) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: [Adelino José de Carvalho Dias - UNIUBE](#); [João Manoel Vasconcelos Filho - UFRN/CERES](#); [Maria Angélica de Oliveira Magrini ICHPO - UFU](#); [Vitor Koiti Miyazaki ICHPO - UFU](#) e [Tulio Barbosa - IG-UFU](#) (orientador do(a) candidato). Os membros participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, [Professor Tulio Barbosa - IG-UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Presidente**, em 11/05/2024, às 07:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Koiti Miyazaki, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/05/2024, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adelino José de Carvalho Dias, Usuário Externo**, em 11/05/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelica de Oliveira Magrini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/05/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Manoel de Vasconcelos Filho, Usuário Externo**, em 17/05/2024, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5277608** e o código CRC **F2D8A55F**.

Dia de Formatura

*Se ele perguntar
Se meu filho hoje me perguntar
Onde está papai?
Por que nunca veio nos visitar?
Se ele perguntar
Hoje que ele forma e se faz doutor
Onde está papai?
Eu vou lhe contar desse meu amor
Seu pai quando soube que eu teria um filho, nosso primeiro
Não quis aceitar e só quis matar o primeiro herdeiro
Preferi perder meu marido o homem que eu mais queria
Para ter você que eu já carregava e nem conhecia
Se ele perguntar
Hoje estou disposta a falar verdade
Seu pai não morreu
Anda por aí na mesma cidade
Se ele perguntar
Por que até hoje ainda me humilha
Ele vai saber
Que homem que é homem não mata um filho
Eu parti pra luta, fui lavadeira, enfrentei a vida
Mas ganhei a guerra, pois nessa terra nada me intimida
Mas valeu a pena, enfrentei sozinha esta vida dura
Pra chegar aqui e assistir agora essa formatura
Se ele perguntar
Pode ser que até nem lhe diga nada
Comece a chorar
Pelo que passei nesta longa estrada
Se me perguntar
Por que chora tanto, mamãe, me diz?
Eu vou lhe explicar
Que nunca até hoje fui tão feliz.
(Intérprete: Nalva Aguiar. Compositor: Moacir de Oliveira Franco, 1996)¹.*

Viajando e escutando esta música no ônibus da Viação Platina, na estrada da vida, numa tarde de verão, entre os municípios de Ituiutaba (MG) e Uberlândia (MG), para construir e defender este trabalho de pesquisa.

Dedico esta tese a todas as mães que batalham arduamente para criar com dignidade seus filhos/as, mesmo que sem a presença dos pais biológicos!

Ituiutaba, setembro de 2022.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5Ju4BtuXXQ>. Acesso em: 14 set. 2024.

AGRADECIMENTOS

*“Tudo é precioso para aquele que foi, por muito tempo,
privado de tudo”*
(Friedrich Nietzsche).

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder o mérito em atingir o grau atual de conhecimento e no âmbito da Academia. Apenas Ele sabe o que já enfrentei diretamente ao longo desta jornada repleta de adversidades, com algumas pedras nas estradas trilhadas, com os desafios cotidianos, com todas as dificuldades para finalizar uma tese de doutorado, que é praticamente escrita ao longo de uma vida inteira, muito além dos quatro anos e meio de curso. Também gostaria de agradecer, igualmente, às instituições públicas e privadas que tive a oportunidade de conhecer e onde pude trabalhar e estudar ao longo da vida. Posso dizer que as experiências vividas e enfrentadas ajudaram direta ou indiretamente na composição final deste trabalho, pois ampliaram minha visão social sobre outras questões de ordem coletiva.

Devo admitir que necessito tecer agradecimentos aos moradores/as da cidade de Ituiutaba (MG) e aos entrevistados/as que esta pesquisa contemplou, tendo em vista a importância do protagonismo sociopolítico que tiveram para o andamento desta pesquisa científica, desde a dissertação de Mestrado até ao término da tese de Doutorado. Sem suas interpretações e reivindicações mais urgentes e necessárias, ambos os estudos não lograríamos o devido êxito que vieram a ter na cidade e na região.

Em Ituiutaba (MG), agradeço muito aos amigos/as, estudantes de graduação, colegas, professores/as da AJUP/UEMG e ao Grupo de Leitura Penélope, vocês todos/as foram muito importantes para ampliar o olhar sobre a área urbana e rural, com tantas desigualdades e invisibilidades da cidade num momento político e social fundamentais para o país. Agradeço a todos/as os/as estudantes do grupo, mas em especial as professoras/es Dra. Ana Colombaroli, Dra. Alecilda Oliveira, Dr. Murilo Leite, Dr. Leonardo Agapito, Dra. Ana Cecília Guedes (Agronomia) e Dr. Murilo Didonet (Agronomia), e a Dra. Luiza Assunção (orientadora de graduação), durante a acolhida neste grupo, propiciando uma visão mais emancipatória e inclusiva do Direito urbano e agrário. Digo a vocês que sou uma ex-ajupiana de fibra e de envergadura crítica! Muito obrigada por tudo!

Aos colegas da turma XLVI de 2017/1 (período noturno) do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais, pelos diferentes momentos vividos. Foram cinco anos e meio de intensos aprendizados, leituras, angústias, alegrias, risos e tristezas, notas baixas, dificuldades, muitos debates, escutas emocionadas, diálogos abertos, com conquistas e vitórias

individuais e coletivas para a turma e para a UEMG de forma geral (sobretudo pelo concurso público vigente de docentes mestres/as e doutores/as). Somo-me a vocês como bacharela em Direito. Sou bastante grata pelos conhecimentos e experiências vivenciadas. Desta turma, foram formados/as importantes advogados/as, assessores/as parlamentares, políticos/as, servidores/as públicos, policiais, delegados/as e demais operadores do Direito atuando em Ituiutaba e região. Obrigada pela paciência comigo!

Esta tese é única em relação às temáticas de violência urbana. Em Ituiutaba, ao longo de quase seis anos de moradia, tive a oportunidade de finalizar quase todas as etapas de cursos acadêmicos, desde a graduação em Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), juntamente ao Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU) e praticamente um bom período do Doutorado em Geografia no âmbito do Instituto de Geografia em Uberlândia (IG/UFU). Os conhecimentos adquiridos nas áreas de Direito e Geografia, assim como das formações políticas nas instituições atuantes na cidade, foram imprescindíveis para os resultados alcançados nesta pesquisa. Percebo que sou uma pesquisadora pioneira, abrindo caminhos reflexivos e intelectuais para outros/as estudantes de Direito e Geografia, profissionais, demais professores/as e pesquisadores/as das ciências humanas e sociais aplicadas.

Agradeço aos companheiros/as do Partido dos Trabalhadores (PT/MG), que foram acolhedores comigo conversando sobre as demandas de Ituiutaba, bem como pela amizade fraterna ao longo dos anos. Em especial à Juventude, sou eternamente grata pela militância social e acadêmica que permeiam diferentes outros espaços!

Em seguida, agradeço também aos amigos/as de longa distância, pela ajuda prestada nos anos de doutoramento e pelos momentos lúdicos vividos em Brasília (DF), especialmente a Ricardo, Rodrigo, Arlei, Soraya, Dino Andrade, Dayane e Taty.

Agradeço ao Prof. Dr. Remi Castioni (UnB), por toda aprendizagem, todos os bons momentos vivenciados em Brasília. Por ter paciência comigo, pela amizade fraterna, por me incentivar continuamente a defender esta tese e virar uma doutora em Geografia, por toda gratidão possível sempre! Você me motiva a ser uma pessoa melhor nesta Terra!

A minha família, pelos momentos emocionais e espirituais vivenciados ao longo de toda uma vida de felicidades, mas, sobretudo, de muitas outras privações. Agradeço a toda família pelo carinho, renúncias, alegrias e tristezas ao longo da vida! Agradeço a minha avó Joelina da Motta (*in memoriam*), pela ajuda espiritual desde do ano de 2020 até os dias atuais, porque foi uma vítima direta da inoperância política e anticientífica propagada pela gestão governamental

do período correlato à pandemia da covid-19 em todo o Brasil.

Agradeço às muitas mulheres conhecidas e desconhecidas que cruzaram meu caminho nesta encarnação, aquelas que vivenciaram de perto as situações marginais da vida, que lutam diariamente pela sobrevivência socioeconômica dos seus e contra as engrenagens dos vícios dentro de suas famílias, que sofrem de diferentes formas com as problemáticas psicossociais inerentes à realidade da violência e das opressões do cotidiano. Só pude concluir esta tese graças a suas contribuições existenciais!

No âmbito acadêmico, agradeço imensamente à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Instituto de Geografia (IG), sobretudo aos colegas de curso, aos servidores administrativos, a todos/as os/as professores/as, diretores/as e coordenadores/as pela oportunidade ímpar de cursar um Doutorado a nível Federal e com referências nacionais e internacionais no campo da Geografia brasileira. Agradeço, sobretudo, aos técnicos Alison Nascimento, pela amizade sincera, a Diego Freire (do Laboratório de Geotecnologias), por cuidar dos mapas geográficos contemplados nesta tese, e meus cumprimentos a João Fernandes, pelos detalhes formais e administrativos superados ao longo do curso. Um especial agradecimento à servidora Anelisa Barbosa Musse (PROGRAD/DIVRE/SEREG) pelo atestado de conclusão de mestrado, oportunizado em tempo célere pelo setor no Campus Santa Mônica, somente a partir desse documento consegui me matricular no curso de Doutorado no início do ano de 2020. Obrigada pelo apoio incondicional de vocês, sempre!

Agradeço a professora Dra. Geisa Cleps, minha orientadora na primeira parte do curso de Doutorado e ao LAGEA/NEAT pela acolhida. Estendo cumprimentos também a meu segundo orientador no Doutorado, professor Dr. Tulio Barbosa, representante do Laboratório de Ensino de Geografia (LABGEO) e do Núcleo de Pesquisa Anticolonial em Geografia. Para ambos, ressalto que sou extremamente grata pelas reflexões, pelas lições e pelos debates geográficos que foram de extrema importância para a escrita desta pesquisa. Agradeço aos membros/as das bancas de qualificação e de defesa final, em especial à Angélica Magrini, ao Vitor Miyazaki, ao João Manoel Vasconcelos e ao Adelino José Carvalho, pelas correções, reflexões e debates travados para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço a todos/as amigos/as entre ex-alunos/as, colegas de cursos, ex-professores/as, policiais, estudantes, feiristas, trabalhadores/as, vizinhos/as em Ituiutaba, por me ajudarem a concretizar meu sonho de cursar um Doutorado na vida. Foi convivendo com vocês que pude ter um olhar mais amplificado das mazelas e misérias humanas vivenciadas na cidade que precisam vir à tona.

Agradeço, em especial, à amiga Profa. Me Alessandra Ribeiro (OAB/MG), pelos conselhos acadêmicos e pessoais, pelos quais tenho gratidão fraterna. Igualmente, estendo cumprimentos e agradecimentos à Profa. Me Raquel Balli Cury (UEMG), pela amizade fraterna, por oportunizar o acesso a alguns textos e informações para esta pesquisa. Agradeço à amiga Profa. Me. Stefanie Spezamiglio (OAB/SP), pelas aprendizagens, conversas, pelas lições feministas aprendidas durante minha graduação em Direito em Ituiutaba (MG) e que foram elementares e fundamentais para o meu desenvolvimento pessoal durante o processo de doutoramento na UFU.

Agradeço ao Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior (ICHPO/UFU), amigo de todas as horas, sua amizade oportunizou muitas horas de risos, de cervejas, desabafos; agradeço pelas caronas solidárias e por seus aconselhamentos espirituais e umbandistas para a vida, agradeço pela ajuda com o trabalho de campo que esta tese contemplou. Obrigada sempre!

Agradeço também à médium espiritualista Ederlázil Munhoz Cardoso (da Estância Casa Caminho e Luz) no município de Votuporanga/SP, por cuidar pessoalmente da limpeza energética do meu campo mediúnico, com a materialização de objetos no algodão, referentes aos meus caminhos espirituais.

Aos mentores/as espiritualistas e de luz que ajudam a amenizar os caminhos traçados pelo Destino. Já escrevi e publiquei um livro, defendi uma tese e plantei algumas árvores. Acredito, agora, estar preparada para outros desafios e compromissos acadêmicos, pessoais e profissionais ao longo da vida!

Também agradeço ao ilustrador Ricardo Bagge pela arte desenvolvida na capa e por (re)pensar o fenômeno da violência urbana por outras óticas de interpretação. Agradeço a sua imaginação artística crítica aqui exposta. Igualmente, estendo agradecimentos ao amigo e acadêmico João Lucas Poiani (UNESP/Assis-SP), que é revisor de textos e professor de História, pelo excelente trabalho de revisão, correção e formatação da tese, por me ajudar a repensar e rever os pontos essenciais desta pesquisa e, sobretudo, por sua paciência comigo na reta final de entrega. Obrigada igualmente aos dois!

Agradeço espiritualmente à professora, militante política e historiadora Yara Vasconcellos (*in memoriam*) com seus trabalhos pedagógicos no âmbito da Secretaria de Estado e Educação de Minas Gerais e do Sind-UTE/MG, em virtude das conversas informais e aconselhamentos pessoais que teve comigo, entre os anos de 2017 e 2018, bem como por me mostrar as disputas de narrativas políticas em que Ituiutaba sofre enquanto cidade, e as desigualdades sociais mais latentes que a população passa cotidianamente. Sei que foi uma

militante perseguida ideologicamente em Ituiutaba (MG), em especial nas escolas em que trabalhou, mas foi graças aos seus conselhos e ensinamentos que esta jovem cientista social, bacharela em Direito e também professora da educação básica tornou-se uma Doutora em Geografia pela UFU. Daí de cima (do céu) cuidou e me resguardou nos meus caminhos energéticos e espirituais para finalizar esta tese em Ituiutaba (MG). Obrigada!

Agradeço a mim mesma por não ter desistido desta missão, que foi o doutorado na minha vida. Houve dias felizes, alegres e de muito aprendizado e também dias difíceis e de muita escuridão existencial e mental. Em todas as etapas, eu insistia para conseguir chegar até aqui e contar tudo isso aos leitores/as. Meu legado maior é tentar influenciar positivamente pessoas, grupos, instituições visando alcançar mudanças importantes e significativas para Ituiutaba (MG).

Por fim, agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida no percurso final da pesquisa!

Muito Obrigada!

*Eu vou mostrar pra quem achou que terminou
Eu vou deixar pensarem que o projeto falhou
Eu vou chegar depois, só pra impressionar
Eu estou montando um contexto porque eu quero impactar
E eu já lhe aviso logo, não pense que morreu
Que a história acabou e que você perdeu
Eu vou entrar no ambiente pra operar
Com os olhos da fé passei a enxergar
Que ainda tem vida tem aí, e mesmo que o cenário diga que
é o fim
As evidências gritam que é pra desistir
Mas eu estou dizendo, ainda existe vida aí.
Ainda tem vida aí e o tempo não limita o que eu vou fazer
Eu lhe garanto e afirmo pra você, ainda tem vida aí
Vai voltar a viver, existe vida aí.
[...] Eu vou chegar depois, mas vou ressuscitar.
E vou mostrar que ainda tem solução,
descansa, acalma o teu coração, Eu vou chegar,
vou trabalhar, vou ressuscitar
(Canção de louvor gospel *Existe vida aí*. Intérprete: Sued
Silva. Compositor: Jessé Aguiar, 2021).*

*“Entretanto, não os temais! Nada há escondido que não
venha a ser revelado, nem oculto que não venha a se tornar
conhecido”
(Mt 10, 26).*

*“A vida são golpes, costuras e pontes”
(Mia Couto, 2016).*

RESUMO

A presente tese analisa a violência urbana no município de Ituiutaba (MG) a partir das estigmatizações epistemológicas geográficas dos bairros Centro, Natal e Nova Ituiutaba I-IV, partindo da noção da história das lutas de classes por direitos sociais e econômicos, mediante a opressão socioeconômica da sociedade capitalista que reforça o individualismo, o colonialismo, o preconceito e a discriminação social entre as classes. Nesse sentido, este trabalho, por meio de uma visão da Geografia anticolonial, pretende trazer à tona, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com os/as cidadãos/as dos bairros, as principais características do cotidiano de Ituiutaba, acerca da sensação de insegurança urbana, visando compreender as formas e tipos de violências mais perceptíveis na cidade, de acordo com o olhar crítico de seus moradores/as. Num segundo momento, foram também realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público local para apreender com mais detalhes essas amarras da violência urbana. Essa tese parte da compreensão, no primeiro capítulo, sobre as definições teóricas da violência pensadas a partir da Geografia. No segundo capítulo, retrata sobre a incidência do crime e da violência através de reflexões sobre o espaço, o poder e o território brasileiro a partir do avanço da criminalidade na atualidade. Já o capítulo três, analisa as epistemologias da Geografia a partir das amarras da violência urbana em Ituiutaba (MG). Para tanto, a tese dialoga, à luz do materialismo histórico dialético, com as temáticas relacionadas com a Geografia urbana, a Geografia anticolonial e a Geografia humana, visando alcançar uma interpretação dialética sobre o processo de violência urbana vivenciadas e sua multiplicidade de formas e interações sociopolíticas. Desse modo, a importância desta tese está na organização epistemológica e na análise geográfica do papel social da classe trabalhadora, inserida na cidade, que, às vezes, pouco usufrui do direito ao seu acesso, reforçando os mecanismos da manutenção das desigualdades cotidianas. A metodologia utilizada fundamentou-se em leituras de bibliografias sobre a temática, na análise do discurso presentes nas entrevistas com os cidadãos/as dos bairros e dos representantes do poder público local, associadas à experiência empírica da pesquisadora em Ituiutaba (MG).

Palavras-chave: criminalidade; Geografia Anticolonial; epistemologia da Geografia; violência urbana; Ituiutaba (MG).

ABSTRACT

This thesis analyzes urban violence in the municipality of Ituiutaba (MG) based on the geographical epistemological stigmatizations of the Centro, Natal and Nova Ituiutaba I-IV neighborhoods, based on the notion of the history of class struggles for social and economic rights, through oppression socioeconomic aspect of capitalist society that reinforces individualism, colonialism, prejudice and social discrimination between classes. In this sense, this work, through a vision of anti-colonial Geography, intends to bring to light, through the use of semi-structured interviews carried out with city dwellers in the neighborhoods, the main characteristics of daily life in Ituiutaba, regarding the feeling of urban insecurity, aiming to understand the most noticeable forms and types of violence in the city, according to the critical view of its residents. Secondly, semi-structured interviews were also carried out with representatives of local public authorities to understand in more detail these aspects of urban violence. This thesis starts from the understanding, in the first chapter, of the theoretical definitions of violence thought from Geography. In the second chapter, it portrays the incidence of crime and violence through reflections on space, power and Brazilian territory based on the advancement of crime today. Chapter three analyzes the epistemologies of geography based on the constraints of urban violence in Ituiutaba (MG). To this end, the thesis dialogues, in the light of dialectical historical materialism, with themes related to Urban Geography, Anticolonial Geography and Human Geography, aiming to achieve a dialectical interpretation of the process of urban violence experienced and its multiplicity of sociopolitical forms and interactions. Therefore, the importance of this thesis lies in the epistemological organization and geographical analysis of the social role of the working class, inserted in the city, which sometimes has little use for the right to access, reinforcing the mechanisms that maintain everyday inequalities. The methodology used was based on readings of bibliographies on the subject, on the analysis of the discourse present in interviews with city dwellers in the neighborhoods and representatives of local public authorities, associated with the empirical experience of the researcher in Ituiutaba (MG).

Keywords: crime; Anticolonial Geography; Epistemology of Geography; urban violence; Ituiutaba (MG).

RESUMEN

Esta tesis analiza la violencia urbana en el municipio de Ituiutaba (MG) a partir de las estigmatizaciones epistemológicas geográficas de los barrios Centro, Natal y Nova Ituiutaba I-IV, a partir de la noción de historia de las luchas de clases por los derechos sociales y económicos, a través de la opresión. Aspecto socioeconómico de la sociedad capitalista que refuerza el individualismo, el colonialismo, los prejuicios y la discriminación social entre clases. En este sentido, este trabajo, a través de una visión de la Geografía anticolonial, pretende sacar a la luz, a través de entrevistas semiestructuradas realizadas con habitantes de los barrios, las principales características de la vida cotidiana en Ituiutaba, en torno a la sentimiento de inseguridad urbana, con el objetivo de comprender las formas y tipos de violencia más evidentes en la ciudad, según la visión crítica de sus residentes. En segundo lugar, también se llevaron a cabo entrevistas semiestructuradas con representantes de las autoridades públicas locales para comprender con más detalle estos aspectos de la violencia urbana. Esta tesis parte de la comprensión, en el primer capítulo, de las definiciones teóricas de violencia pensadas desde la Geografía. En el segundo capítulo, retrata la incidencia del crimen y la violencia a través de reflexiones sobre el espacio, el poder y el territorio brasileño a partir del avance del crimen en la actualidad. El capítulo tres analiza las epistemologías de la geografía a partir de las limitaciones de la violencia urbana en Ituiutaba (MG). Para ello, la tesis dialoga, a la luz del materialismo histórico dialéctico, con temas relacionados con la Geografía Urbana, la Geografía Anticolonial y la Geografía Humana, buscando lograr una interpretación dialéctica del proceso de violencia urbana vivido y su multiplicidad de formas e interacciones sociopolíticas. . Por tanto, la importancia de esta tesis radica en la organización epistemológica y análisis geográfico del rol social de la clase trabajadora, inserta en la ciudad, que en ocasiones poco utiliza el derecho de acceso, reforzando los mecanismos que mantienen las desigualdades cotidianas. La metodología utilizada se basó en la lectura de bibliografías sobre el tema, en el análisis del discurso presente en entrevistas con habitantes de los barrios y representantes de las autoridades públicas locales, asociado a la experiencia empírica del investigador en Ituiutaba (MG).

Palabras clave: delito; Geografía anticolonial; Epistemología de la Geografía; violencia urbana; Ituiutaba (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espaço transversal da insegurança.....	96
Figura 2 - Espaço transversal - posição institucional.....	97
Figura 3 – Ituiutaba (MG): área dos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I, II, III e IV...	162
Figura 4 - O Triângulo do Crime.....	209

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - A estrutura urbana do bairro Centro	126
Fotografia 2 - Central do Olho Vivo e um Totem presente numa escola municipal na cidade	133
Fotografia 3 - O bairro Natal em Ituiutaba (MG).....	142
Fotografia 4 - O bairro Nova Ituiutaba I-IV em perspectiva.....	161
Fotografia 5 - Fotos das instituições da área social de Ituiutaba	196
Fotografia 6 - Fotos das instituições da segurança pública	197
Fotografia 7 - Apreensões de drogas ilícitas em Ituiutaba	198

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização Geográfica de Ituiutaba (MG)	37
Mapa 2 - Narcotráfico transnacional (2010).....	100
Mapa 3 - Malha urbana de Ituiutaba nos anos 2000 e seus espaços livres.....	118
Mapa 4 - Bairros da malha urbana de Ituiutaba, 2019.....	121
Mapa 5 - Localização do Centro de Ituiutaba (MG)	125
Mapa 6 - Delimitação do bairro Natal	143
Mapa 7 - Furtos consumados e tentados (2019-2023).....	187
Mapa 8 - Roubos consumados e tentados (2019-2023) em Ituiutaba.....	189
Mapa 9 - Ocorrências de tráfico de drogas (2019-2023).....	190
Mapa 10 - Uso de drogas (2019-2023) em Ituiutaba.....	192
Mapa 11 - Ocorrências de violência doméstica (2019-2023) em Ituiutaba.....	195

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O perfil dos entrevistados no Centro.....	127
Tabela 2 - O perfil das entrevistadas no bairro Natal.....	144
Tabela 3 - O perfil das entrevistadas no bairro Nova Ituiutaba I-IV.....	163
Tabela 4 - Foto do sistema REDS	185
Tabela 5 - Furtos consumados e tentados nos bairros (2019-2023).....	187
Tabela 6 - Roubos consumados e tentados nos bairros (2019-2023).....	188
Tabela 7 - Tráfico de drogas nos bairros (2019-2023).....	190
Tabela 8 - Uso de drogas nos bairros (2019-2023).....	192
Tabela 9 - Violência Doméstica e familiar nos bairros (2019-2023).....	194
Tabela 10 - Perfil dos/as entrevistados/as do Poder Público de Ituiutaba.....	199
Tabela 11 - Outras violências em Ituiutaba.....	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
BO	Boletim de Ocorrência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Capacitação Psicossocial
CV	Comando Vermelho
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referências Especializado de Assistência Social
DPF	Departamento da Polícia Federal
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
ESG	Escola Superior de Guerra
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Febem	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMI	Prefeitura Municipal de Ituiutaba
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
REDS	Registro de Eventos de Defesa Social
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SIDS	Sistema Integrado de Defesa Social
SINTEMI	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Município de Ituiutaba

SUS	Sistema Único de Saúde
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	34
CAPÍTULO 1 - PENSAR A VIOLÊNCIA A PARTIR DA GEOGRAFIA	48
1.1 Em busca de uma definição sobre a violência: a visão das ciências humanas	49
1.2 Como a Geografia pode ajudar na compreensão e na solução da violência?	60
1.3 O tensionamento histórico da rejeição: a Geografia que pouco tratou sobre a violência... 77	
CAPÍTULO 2 - O CRIME E A VIOLÊNCIA URBANA: APONTAMENTOS A PARTIR DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	87
2.1 O crime e a violência urbana na Geografia	87
2.2 O espaço, o poder e o território: considerações sobre a criminalidade brasileira	98
2.3 Por uma Geografia da violência: reflexões sobre a política de assassinatos	106
CAPÍTULO 3 - NAS EPISTEMOLOGIAS DA GEOGRAFIA: TECENDO AS AMARRAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA (MG)	114
3.1 Contextualização histórica de Ituiutaba (MG).....	114
3.2 O contexto da violência urbana: o bairro Centro em perspectiva.....	124
3.3 O contexto da violência urbana: o bairro Natal em perspectiva.....	140
3.4 O contexto da violência urbana: o bairro Nova Ituiutaba (I-IV) em perspectiva	158
3.5 O Poder Público em foco: as leituras da Assistência Social e da Segurança Pública	180
CONCLUSÃO	235
FINALIZAÇÃO - DO OUTRO LADO DA PESQUISA: AQUELE QUE NINGUÉM VÊ (OU DAS VIOLÊNCIAS ENFRENTADAS PELA PESQUISADORA)	242
REFERÊNCIAS	258
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (APLICÁVEL AOS CIDADINOS DE ITUIUTABA) – TIPO 1	268
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (APLICÁVEL AOS PROFISSIONAIS E/OU ESPECIALISTAS QUE ATUAM NO COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS EM ITUIUTABA) – TIPO 2	270
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	272

APRESENTAÇÃO

“Escrevo porque não tem jeito. Escrevo porque é o jeito. O meu jeito de existir. Como uma respiração, como um vício numa embocadura de olhar” (Elisa Lucinda).

Numa noite repleta das alegrias vistas a partir de uma mesa de bar, no antigo e consagrado Beco do Mijo, em Taguatinga, na década de 70, uma garota de 17 anos foi convidada por amigas e amigos do seu bairro de moradia para curtir e festejar.

Naquela mesa, em meio a tantas bebidas e cigarros, havia conhecidos e desconhecidos amigos/as de amigos/as, inclusive médicos, policiais, servidores públicos, estagiários, que socializavam entre si com conversas sobre a cidade e as suas liturgias noturnas. Foi justamente quando, por volta das 23 horas, um homem aproximou-se da mesa e cumprimentou praticamente todos/as que estavam ali, em especial os/as policiais, e se enturmou com a garota. Flertou, conversou e convenceu-a a levá-la para casa de moto. Com muito custo e conversas ao pé do ouvido, a garota resolveu pegar a carona, mesmo estando sob o efeito alcóolico das cervejas anteriores. Como o cara era conhecido da galera da mesa, e bonito, ela não viu nenhum motivo para recusar sua companhia.

No caminho de volta para casa, a garota começou a identificar alguns comportamentos estranhos. Já na garupa da moto, desceu sua mão pela cintura dele, onde sentiu um revólver, o que a colocou em alerta máximo. Foi quando em um determinado km, o sujeito resolveu parar a moto no meio de uma mata fechada, descer, apontar a arma para baixo e mandar a garota se deitar no chão, o que ela atendeu prontamente. Alterado pelo álcool, virou para o lado, guardou a arma, abriu o zíper da calça e colocou o pênis para fora. Num reflexo bem rápido, a garota se arrastou para trás, se levantou assustada e saiu correndo no meio da mata fechada.

Assim como num filme de terror, a adolescente corria em zigue-zague, porque, segundo ela, uma voz que vinha da sua mente a direcionava. A cada distância percorrida, ela caía de joelhos no chão, de tanto medo de ser estuprada e/ou morta. No entanto, ela se levantava sempre e voltava a correr. Precisou se esconder na mata, porque o motoqueiro começou a persegui-la. A cada ruído ela se escondia e o medo só aumentava.

Após o percurso de uns 500 metros, avistou, à frente, a pista onde passaram antes e onde conseguiu chegar, identificar uma Perua Kombi e pedir carona. Ela estava toda suja de preto por causa da mata que estava queimada, mas, mesmo assim, entrou no carro. Todo mundo que a viu se assustou. Depois de 1 hora, ela chegou em casa e agradeceu ao motorista da Kombi pela carona e pelo acolhimento, quem insistiu para que fosse a uma delegacia de polícia, o que ela recusou, porque suspeitou que poderia ter pegado carona com um policial sem saber.

Naquela fatídica noite, refletia, ela quase foi estuprada. Se despiu e entrou em casa escondida. No seu quarto, ela tirou o restante de suas roupas e começou a chorar.

Passou quase 60 dias enclausurada em casa com medo de sair à noite. Depois disso, superou seus traumas e medos, cresceu, se casou e criou seus três filhos. Ela viveu para me contar este episódio!

A música *Dia de Formatura*, do compositor ituiutabano Moacyr Franco, interpretada pela cantora mineira de Tupaciguara (MG) Nalva Aguiar (1996), revela, inicialmente, algumas inquietações que possuo ao longo da vida em relação às questões familiares. Não tinha canção melhor para iniciar esta Tese de Doutorado, tendo em vista que se trata da luta pela sobrevivência de uma mãe para criar seu filho desde a sua concepção, até o dia em que se formou na Universidade, apesar de tantas adversidades vividas frente às disparidades cotidianas de uma mãe solo. Representa também um pouco da minha história pessoal.

Na sequência dos agradecimentos gerais deste trabalho, utilizo a música gospel interpretada por Sued Silva (2021), como uma forma encontrada de achar algum brilho no caos sentimental que passei, lado a lado, nos momentos de escrita solitária desta tese. Sou espiritualista desde adolescente e concentro minhas energias voltadas a propagar o bem e a lutar pelos ideais de justiça na Terra. Isso não significa que eu não sofra pressões, calúnias, difamações e todo tipo de perseguição ideológica ou mesmo de outros olhares estigmatizados, em diferentes espaços e/ou ambientes. Aprendi de muitas formas a lidar com essas inquietações de ordem moral. Não me importo com isso e tenho como missão maior ser exemplo de superação, virando uma referência de coragem num mundo cada vez mais violento.

Todas as frases, as citações de autores/as, bem como a utilização de letras de músicas referenciadas nesta tese remetem a algumas construções criativas e psíquicas, como crítica social estabelecida, para se adentrar as discussões teóricas e epistemológicas deste trabalho, ou seja, representam a construção do pensamento questionador, visando estabelecer uma comunicação não-violenta e de reflexões com os pesquisadores, estudiosos/as, leitores/as em potencial, com a organização das ideias e pensamentos intelectivos para desenvolver esta pesquisa.

Falar e escrever sobre as violências é entrar em contato direto com a energia da morte, com o pior lado do ser humano, com a perversidade satânica das mentes perigosas de criminosos e malfeitores. É ter de lidar com a atitude debochada, criminosa, mentirosa, leviana e cínica de

homens e de mulheres que vivem e sobrevivem enganando pessoas, praticando golpes, cometendo as piores atrocidades possíveis. Não é fácil lidar com essas condutas humanas que tendem a praticar o mal. Independentemente dos espaços em que elas ocorrem.

Em meados do mês de fevereiro de 2003, a minha vida se transformou. Isso se deu porque minha família deslocou-se de Taguatinga Norte para a extrema pobreza da cidade de São Sebastião, também no Distrito Federal. Deixei de viver na bolha da classe média taguatinguense para conhecer outra realidade, mais triste. Já residentes em São Sebastião, entre os anos de 2003 e 2007, vivenciamos muitas reproduções diferentes da pobreza urbana e da violência simbólica, bem como do preconceito por sermos de outra cidade-satélite de Brasília (DF).

Durante esses anos, morando num assentamento em fase de regularização fundiária, bem distante dos órgãos institucionais que administravam São Sebastião, experimentei estigmatizações da pobreza, desde não ter acesso à água potável canalizada, até mesmo a ausência de energia elétrica e asfalto, bem como de escolas e postos de atendimento públicos de saúde, que eram mais distantes de casa. A título de exemplo, por um ano, tomei banho sem chuveiro elétrico, porque o fornecimento de água era por meio de carro-pipa, não tive televisão, em função da ausência de sinal, e o fornecimento de energia era por meio de gambiarras ilegais. Era um bairro com pouca mobilidade urbana e ainda em construção por seus moradores e lideranças locais.

Nesse período, estudar era um desafio, por não ter acesso a um computador e à internet, que era discada, o que acarretava em aumento do valor a ser cobrado, haja vista que o cômputo se dava por minutos de uso. Minhas tardes, durante parte da adolescência, eram preenchidas por muitas leituras de livros emprestados da biblioteca da escola. A leitura e as músicas da Rádio Mania FM tornaram-se um bom alento para lidar com as frustrações cotidianas, com a própria pobreza e com a paisagem empoeirada vista no Residencial Oeste. Um período de muita dificuldade econômica, mas de muitos aprendizados reais.

Foi a partir dessas vivências, entrando em contato com jovens e adolescentes periféricos, alguns de gangues e outros não, que a temática da violência adentrou na minha vida. Para me relacionar, precisava utilizar a linguagem da malandragem da juventude da época, momento em que o hip hop e o rap mostraram-se como um caminho para sociabilizar e fazer novos amigos/as. As músicas de Racionais Mc's, Guind'art 121, Tropa de Elite, DJ Jamaika, Atitude Feminina,

Ndee Naldinho e MC Marcinho, por exemplo, mostraram-me outra forma de viver e enxergar a realidade onde estava inserida. No entanto, mesmo assim, entrando em contato com uma cultura mais periférica, alguns desentendimentos vieram a acontecer.

Primeiro, porque as relações que tive e mantive com amigos/as permeavam desde pequenas violências e agressões, até xingamentos, que são próprios da idade escolar. Segundo, pelo fato de ter sofrido algumas formas de violência em âmbito pessoal, motivadas desde a forma de me vestir, à maneira de me comportar e ao tom de falar, sendo vítima de empurrões de colegas, tapas na cara em conflitos escolares, murros e pequenas agressões físicas em função de brigas acaloradas. Sempre fui do enfrentamento, desde criança. E terceiro, porque a violência é difundida em quase todos os canais de comunicação, principalmente na televisão, em novelas, na internet, em filmes, revistas, gibis, jogos de videogame e no trânsito. Ver cenas de brutalidade, para nós, brasileiros/as, é extremamente comum (mas não deveria ser).

Na adolescência e no início da vida adulta, sempre fui influenciada pela cultura da violência. Isso porque tive contato direto com os filmes do diretor Quentin Tarantino (que revi muitas vezes), até as séries policiais e de investigação criminal, como CSI, Arquivo Morto, Chicago P.D., Bom dia Verônica, Narcos e Rainha do Sul. O universo da marginalidade televisiva e das mídias sempre me encantou de forma direta e sem rodeios. Essas temáticas da violência, insegurança, vida no crime, embora amplamente discutidas através das mídias, representam um certo tabu no âmbito familiar.

Tratar sobre os assuntos das drogas, crimes de máfias, organizações criminosas e cartéis, conflitos, sexualidade, prostituição, depressão, homossexualidade torna-se algo muito complexo, a depender da orientação ideológica de cada família nos dias atuais. Por isso mesmo, sempre gostei dessas temáticas, por possuir uma abertura emocional, social e intelectual sobre tais temas. Tanto pelo fato de ser uma cientista social, que pensa, debate, dialoga sobre a realidade marginalizada.

No aspecto cultural, por exemplo, sou bastante influenciada pelo movimento da contracultura, da década de 1950, onde surgiu, nos Estados Unidos, a Geração Beat, representada por jovens intelectuais, entre artistas e escritores, que criticavam o consumismo e o otimismo do pós-guerra americano, bem como a histeria do anticomunismo e a ausência do pensamento crítico das gerações anteriores.

O que culminou, posteriormente, na década de 60, no movimento hippie, que contestava os valores das épocas anteriores, principalmente as temáticas de trabalho, do patriotismo, da ascensão social e da estética padrão. Nesse sentido, o fato que representou o auge desse movimento foi o show de Woodstock, ocorrido em 1969, que contou com a participação de

artistas de muitos estilos musicais, como o folk, o rock and roll e o blues, normalmente enfatizando a contestação desse movimento. Desse modo, sempre fui influenciada pelas canções de Janis Joplin, Jimi Hendrix, Jefferson Airplane, Led Zepelin, Jim Morrison e The Doors, Santana, Pink Floyd, Black Sabbath, Deep Purple, Sex Pistols e com o auge do rock psicodélico em ascensão.

Nesse período, no Brasil, vivenciávamos a ditadura militar (1964-1985). Artistas, cantores, atores e atrizes, escritores, intelectuais com pensamentos e ideais comunistas e esquerdistas foram altamente perseguidos e exilados fora do Brasil após a promulgação do AI-5, em 1968. Culturalmente, também tenho influências culturais e musicais deste período (apesar de não ter vivenciado a época). Devo às canções de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Geraldo Vandré, Maria Bethânia, Alceu Valença, Tom Zé, Chico Science e ao ritmo manguê beat muitas reflexões filosóficas e existenciais, necessárias para articular o desenvolvimento desta tese.

Assim, ao ter contato com músicas, filmes, séries e todo um conjunto cultural, nacional e internacional, que retrata sobre a questão das drogas, do sexo, da criminalidade e da violência, tais temáticas foram adentrando, em momentos diferentes de vida, o meu cotidiano. Por isso, articular tais ideias foi cada vez mais naturalizado.

Existem vários tipos de violências. A que mais vivenciei foram as advindas da pobreza e da não acessibilidade dos órgãos do Estado. A pobreza é a mais letal de todas, pois torna invisível qualquer tipo de possibilidade de sobrevivência e de ascensão social, é uma forma de humilhação mais degradante, que dói na alma, na autoestima, na forma de ver e encarar a vida presente e futura. Já a não acessibilidade dos órgãos de Estado é personificada na dificuldade de atendimento nos principais serviços públicos e na forma de tratamento de servidores públicos, com relação, por exemplo, à roupa que estava vestida no momento do atendimento e ao bairro de moradia.

Em Brasília, aos 14 anos, na busca por realizar um Boletim de Ocorrência (BO) na Delegacia de Polícia, em função de uma agressão que sofri de outra adolescente, o policial me atendeu com algum desdém e não formalizou o documento, porque, segundo ele, não aconteceria nada com a agressora. Ele só me questionou como estava vestida (na época com uma bermuda curta). Logo em seguida, passou a atender um pequeno produtor rural local que teve seu cavalo roubado numa das chácaras da cidade. Notei que pelo bairro onde eu morava e a forma como estava vestida, o atendimento não logrou o êxito esperado, ainda que eu estivesse na companhia de um adulto. Nesse mesmo ano, também tive dificuldades de realizar a

renovação da matrícula escolar, não por falta de vagas, mas porque meu endereço de residência era distante da escola e os servidores deixaram isso muito evidente no atendimento.

É importante destacar que apesar de vivenciar tudo isso no âmbito pessoal, familiar e estudantil, não cresci num lar violento. Ao contrário, mantive relações e vivências saudáveis com meus familiares. Tenho total ciência de que apesar das dificuldades socioeconômicas, ter visto e vivido na extrema pobreza foi preponderante para perceber as relações de poder e interesses engendrados nos segmentos sociais diversos das cidades em que morei ao longo da vida. Então, cresci e tive oportunidades de estudar e trabalhar.

Esta pesquisa, num primeiro momento, versava sobre as amarras da violência urbana nas cidades de Ituiutaba (MG) e de São Sebastião (DF), no sentido de efetuar uma análise comparativa. No entanto, em função de outras prioridades de abordagens de pesquisa, decido enfrentar tal tema, somente pelas especificidades da cidade de Ituiutaba (MG).

Necessito de lembrar do passado, para construir e lutar pelo meu futuro!

Sou nascida no estado de Goiás, mas morei em Brasília (DF), como destaquei, cidade permeada por violências sociais e políticas, por cerca de 25 anos. Em função de problemas familiares e socioeconômicos, migrei para a cidade de Ituiutaba (MG), no Pontal do Triângulo Mineiro. Em transição de mudança e viajando para a cidade mineira, cheguei, na manhã de 8 de dezembro de 2016, de ônibus, sozinha e chorando muito - pelo fato de ter de mudar de estado e ter finalizado um relacionamento com um ex-companheiro. Peguei um táxi, que me levou à Rua 26, no Centro.

Quando começo a viver, morar e me relacionar com a nova cidade, consigo vislumbrar as múltiplas formas de violências em diferentes espaços sociais. Mais ou menos, em meses anteriores à minha chegada em Ituiutaba, o crime da atendente da Lotérica da Caixa Econômica, Simone Marca (de origem catarinense), morta a facadas pelo companheiro durante a celebração de uma missa na Catedral São José, era ainda muito comentado nas ruas do Centro e em comércios. Recordo-me que este assassinato teve muita repercussão regional e nacional, aliás, foi noticiado no programa *Brasil Urgente*, apresentado por José Luiz Datena, em São Paulo.

Um outro crime também com repercussões regionais e nacionais, ocorrido em Ituiutaba no ano de 2017, foi o da jovem Greiciara Vieira, morta com requintes de barbárie, durante a madrugada do dia 19 de agosto de 2016, quando uma quadrilha a sequestrou com o objetivo de tirar da barriga o bebê que ela esperava. Esse crime contou com a colaboração de uma

enfermeira e de uma ex-garota de programa, que tentavam a todo custo roubar a criança da jovem, mediante o pagamento de dinheiro e de um aparelho celular.

Esses dois crimes, veiculados na imprensa nacional, foram de maior repercussão midiática. A meu ver, ambos, em alguma medida, já mostram e evidenciam alguns problemas que a cidade enfrenta no que diz respeito à marginalidade e criminalidade. Embora o assassinato de mulheres não possua altos índices em Ituiutaba, as estatísticas não são as mesmas para o estado de Minas Gerais, que, em comparação com outros estados federativos, em pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em determinados anos, aparece entre o segundo/terceiro no ranking geral do posicionamento de crimes correlatos ao feminicídio de mulheres, por exemplo.

As violências em Ituiutaba (MG), muitas das vezes, não ocorrem só em espaços públicos, mas também naqueles intrafamiliares. São subjetivas, subliminares e pouco divulgadas nas mídias e redes sociais locais, ficando restritas às instituições policiais e às famílias das partes envolvidas. Tendo em vista que, por ser uma cidade de porte médio, se multiplicam comentários maldosos, conflitos, questões de perseguição. Ainda assim, o índice de crimes envolvendo abusos sexuais de crianças e adolescentes, violência doméstica, escolar, furtos, roubos de celulares e carros, roubos de semoventes do meio rural e de fazendas próximas, assalto em residências e comércios, arrombamentos, estelionatos e o uso e o consumo de entorpecentes já se mostram aparentes.

Após a defesa final desta tese, outro crime ocorrido em Ituiutaba foi amplamente divulgado nas mídias televisivas locais e nacionais em maio de 2024. Uma jovem modelo e artista plástica foi acusada de ser *stalker*, em virtude de ter um relacionamento imaginário com um conhecido médico que atua na cidade de Ituiutaba. O que se sabe, é que a jovem sofria de depressão e ao se consultar, ainda adolescente, com o médico num hospital local, é que se iniciaram as primeiras perseguições presenciais e digitais. As investigações jurídicas e policiais estão em andamento e o caso não foi concluído até o término desta pesquisa. De um lado, o médico diz que é uma vítima, do outro, parece ter indícios de um possível relacionamento entre a jovem e o médico. As defesas dos envolvidos seguem tentando provar a inocência de ambos. Esses crimes aqui retratados evidenciam algumas formas de violências presentes no meio urbano da cidade mineira.

Em Ituiutaba (MG), ao longo de quase seis anos, fui professora de sociologia na educação básica, estagiária da justiça estadual, estudante de direito, monitora em criminologia e política criminal na universidade estadual local, estudante de mestrado em Geografia, moradora, ativista de direitos humanos e também militante política dentro e fora das

Universidades de Ituiutaba (MG). Foi justamente nesse contexto que uma parte desta tese começou a ser pensada de algum modo.

Cumprir destacar que este trabalho é um dos desdobramentos das análises do Mestrado acadêmico em Geografia, desenvolvido no Instituto de Ciências Humanas do Pontal, na Universidade Federal de Uberlândia, em Ituiutaba (MG). Ao concluir e defender a dissertação, orientada pela Profa. Dra. Maria Angélica Magrini, muitas outras questões relacionadas à insegurança, às violências cotidianas, ao medo do crime começaram a suscitar pensamentos nesta pesquisadora, tanto do ponto de vista individual como também de forma coletiva.

Apesar de sempre dialogar com moradores sobre esta percepção da cidade, alguns creditam que formas de violências vieram à tona nos últimos dez anos em função de diferenciados fatores causais. Já outros moradores defendem que a cidade (se comparada com outras da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) apresenta poucos índices de criminalidade e/ ou violências, o que bem indica a subjetividade do olhar.

Após a publicação da dissertação no repositório da UFU e durante as eleições municipais do ano de 2020, alguns conteúdos da pesquisa adentraram os planos de governo dos candidatos/as aos cargos de vereadores e da Prefeitura local no tocante às questões sociais e de segurança urbana. Senti que cumpro uma missão importante como acadêmica e pesquisadora em Ituiutaba; por isso, a prioridade de continuar pesquisando as especificidades geográficas locais, tanto por gratidão, quanto pelas oportunidades de crescimento acadêmico, de relacionamentos, por um dever cívico como bacharela em Direito e mestra em Geografia.

Ao longo dos anos vivendo e experimentando passar por diferentes espaços sociais, fui percebendo que algumas atitudes, comportamentos, atos, ações e diálogos entre os indivíduos eram permeados por formas antagônicas de conflitos, o que já denotava pequenas agressões, micro violências diárias e sutis, que eram permitidas entre as pessoas e que perpassavam por diferentes tipos de relações.

Na infância, tais vivências com pequenas violências já eram perceptíveis nas relações entre as famílias e também na convivência escolar. Na adolescência, para além dessas duas instituições e suas aprendizagens, as relações entre as amigas, as vivências de ruas, de bairros, de andar e conhecer a cidade e seus perigos durante o dia e à noite, ao passear sozinha em variados lugares, demonstravam seus ritos, medos, incertezas, inseguranças, apontadas por pessoas conhecidas e desconhecidas.

Já na idade adulta, com 32 anos, como mulher parda, ex-moradora de periferia, cientista social, solteira, sem filhos, desempregada, vivenciando numa sociedade tão desigual e machista, muitas outras formas de violência foram percebidas, afloradas, vivenciadas em alguns períodos

na minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Por isso, escrever esta tese é uma forma que possuo de dizer e de demonstrar aos leitores e estudiosos/as como perceber e identificar outras formas de violências operando nas cidades ou mesmo na vida cotidiana.

Provavelmente, o olhar treinado possa ajudar a compreender esse fenômeno da violência, que ultrapassa, em muito, os crimes cometidos por criminosos e/ou bandidos/as. Isso porque cooperam para esta estrutura os problemas da pobreza urbana, da corrupção sistêmica, dos valores invertidos, da violência institucionalizada, da linguagem da brutalidade, do racismo, do machismo e da homofobia, além dos variados problemas socioeconômicos e sociopolíticos de toda ordem percebidos dentro da sociedade brasileira atual. Acredito firmemente que a Geografia Anticolonial, como foi expressada e defendida nesta tese, seja uma maneira de encarar os fatos e as realidades atuais, como forma de força ideológica e combativa para lidar com esta realidade tão bruta, perversa e permeada de interesses excludentes e capitalistas.

Confesso que sempre tive curiosidades e também algum interesse pelo submundo dos sentimentos humanos e suas nuances. Nesse sentido, penso enquanto uma pesquisadora das ciências humanas, de acordo com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que enfatiza sobre o fato de o homem nascer bom, mas a sociedade é a responsável por corrompê-lo. Noutras palavras, o homem, para Rousseau, se transforma em uma criatura maléfica, cujo objetivo principal é o de prejudicar as outras pessoas. O filósofo percebeu o homem em seu estado selvagem, pois primitivamente era generoso. Rousseau compreende que existia uma onipresença dos ciúmes nos relacionamentos afetivos, o que culminava na defesa da propriedade privada como um pilar da vida econômica nas sociedades.

Pensando a partir dessa visão, e mediante outras leituras ao longo da vida, tive interesses e curiosidades para tentar entender as motivações por detrás das condutas criminosas e más, praticadas por muitas pessoas e que foram tão estigmatizadas ao longo dos mais diversos períodos históricos. Qualquer ser humano pode cometer um ato criminoso, mas é necessário tentar compreender os principais motivos, interesses e o que de fato culminou no ato criminoso, seja este de menor ou maior potencial ofensivo à vítima.

Este submundo da maldade humana, do menosprezo ao outro/a, da subjugação, da misoginia do homem em relação à vítima mulher, do preconceito, das paixões passionais capazes de fazer matar, da ruindade alheia, me causam alguma inspiração (por que não furor?) científica para além da academia e sim para minha autoproteção e dos demais. Afinal, vivemos em sociedade, e nem todos/as possuem boas intenções.

Ao contrário, assistimos a uma década marcada pelo aumento em escala de diferentes modalidades criminosas e condutas que são tipificadas como crimes, tanto no aspecto presencial

(daqueles oriundos de furtos, roubos, mortes, homicídios, assassinatos) quanto no aspecto digital (desvios de valores financeiros, roubos das contas de redes sociais, estelionatos, golpes de internautas). A intenção humana, muitas vezes, é de ludibriar, lucrar, enganar, iludir, maltratar ou menosprezar pessoas, grupos e classes, tanto no plano da vida cotidiana quanto em outros espaços de mando e de exercício dos poderes.

Nesse sentido, ao compreender sobre as nuances dessa intenção humana, dos conflitos e suas motivações diversas, da multiplicidade causal dos comportamentos abusivos e violentos, que podem culminar na incidência de crimes entre as pessoas, abalando suas relações, é que surge o interesse de pesquisar sobre este lado mais obscuro, traiçoeiro e perverso da ação humana. A partir desses comportamentos graves e perigosos é que a violência torna-se naturalizada, tanto aquela no seu âmbito material (envolve ações físicas) quanto no imaterial (simbólica, e relativa aos ataques morais, à calúnia, injúria, difamação, negligência, ao abandono, ao racismo).

Evidentemente, existem muitas outras modalidades que abarcam a noção de violência, sobretudo na forma física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Qualquer pessoa pode incorrer nelas, mas também pode se tornar vítima da ação de um criminoso. Não existe um perfil específico e nem aparência física que se identifique um agressor/a violento/a, apesar das muitas rotulações desviantes e preconceitos de todos os tipos que rondam o imaginário coletivo, ou seja, qualquer pessoa pode ser violenta e não necessariamente “tem rosto de bandido”.

Por isso, torna-se imprescindível o estudo sobre a violência nas cidades de porte médio, tendo como definição espacial a cidade de Ituiutaba para diagnosticar essas estigmatizações com determinados segmentos sociais. Pretendo, nesta tese, evidenciar a violência na cidade a partir das realidades de pelo menos três bairros urbanos.

Desse modo, escrever uma tese no campo da Geografia sobre as formas de violência urbana é também uma maneira de colocar em contestação a própria existência dessa ciência, que foi fundada e conhecida a partir das primeiras guerras e conflitos em variadas localizações históricas em outros países do mundo. No entanto, apesar dessa base histórica, a Geografia, no âmbito de suas pesquisas, contribuições teóricas, discussões qualificadas, muito recentemente tem inserido em suas discussões acadêmicas as questões ligadas à violência nas/das cidades, mas ainda de forma reduzida, uma vez que outras áreas se apropriaram desse debate da insegurança pública e da violência urbana, como, por exemplo, o Direito, a Sociologia, a Filosofia, a História e a Psicologia.

Nesse sentido, esta tese possui o interesse em contribuir com os debates e discussões em âmbito local e regional sobre os desdobramentos que as diferentes formas de violência operam

nas cidades. Tendo como foco principal a cidade média de Ituiutaba (MG), no Triângulo Mineiro, para compreender que mesmo numa realidade não-metropolitana, a insegurança, o medo, a violência, a pobreza urbana, os poderes de todas as ordens e as negociações escusas agem para se sobrepor ao cotidiano dos moradores locais. O significado de violência adotado nesta tese corrobora com as interpretações de Michel Misse (2006, p. 5-6):

A palavra portuguesa ‘violência’ (como também em outras línguas latinas e mesmo no inglês) vem do latim ‘violentia’, que significava a ‘força que se usa contra o direito e a lei’. Violento (violentus) é quem agia com força impetuosa, excessiva, exagerada. O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais largos: a violência dos ventos, a violência das paixões, a violência da expressão. E não é senão por violência da expressão primitiva que o termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. Em alemão, a palavra ‘gewalt’ significa ao mesmo tempo ‘poder’ (no sentido da origem do direito) e ‘violência’ (no sentido de força imposta). Nas línguas latinas, a mesma ambiguidade permeia o emprego de palavras como ‘poder’ e ‘dominação’, que só alcançam superar plenamente seu duplo sentido quando transformadas em ‘autoridade’. O que faz a diferença, aqui como em qualquer outra língua, é o quanto de legitimidade (isto é, de anuência ou concordância da parte de quem se encontra sob o poder e a dominação, neste caso sob a autoridade) que se confere ao uso do poder e da violência. Supor a necessidade de legitimidade para a estabilidade da dominação implica, por sua vez, a possibilidade da deslegitimação. Trata-se aqui de um conflito de significações sobre quem pode e quem não pode usar da força e sob que condições o conflito pode se desenvolver. A violência, assim, passa a significar o emprego da força ou da dominação sem qualquer legitimidade. É violento aquele de quem se diz que não pode usar da força e a usa, ou aquele de quem se diz que abusa do poder que lhe fora conferido para usá-la em certas circunstâncias. É violento, enfim, aquele que usa a força para impedir o conflito e abafar toda resistência. O problema, portanto, reside em saber quem define o sujeito da violência.

Michel Misse (2006) ainda esclarece que muito raramente alguém diz ser violento/a, geralmente isso é designado somente ao outro, de forma que, ser ou estar agressivo implica em ser performático, na medida em que se age socialmente sobre o outro, ou seja, para denunciar uma ação ou outra pessoa, pois a violência não é em si neutra.

Destarte, Michel Misse (2006) salienta que foi a partir da modernidade que se (res)significou o conceito de violência, sobretudo mediante os códigos institucionais. Quase toda violência tornou-se criminalizada na sociedade moderna. Desse modo, acaba por ser englobada por outra palavra, o crime. Ao criminalizar o uso da força nos conflitos cotidianos, a modernidade dispôs a violência, quase que exclusivamente presente nas estruturas do Estado, virando o seu detentor monopólico, para arbitrar judicialmente nos conflitos internos à sociedade, exigindo que os cidadãos abandonassem o recurso às armas à mera força em suas disputas locais e cotidianas. O que não tem acontecido, sobretudo, mediante uma realidade sociopolítica vivenciada na atualidade, que faz menção e apologia à violência e aos usos de armas de todos os tipos.

Dessa forma, faz-se necessário compreender sobre a perspectiva epistemológica geográfica aliada às representações sociais que dão base para tais investigações científicas importantes sobre o momento sociopolítico atual, aliado ao contexto caótico sanitário, econômico e às inovações tecnológicas que parecem tomar conta da vida cotidiana.

Não posso contar todas as minhas vivências, alegrias e tristezas sentidas no decurso desta pesquisa. Nem pretendo apontar vitimizações desnecessárias e defender somente o mais fraco/a ou oprimidos/as. O fato é que no Brasil atual, apenas 0,2% dos adultos conseguem concluir um curso de pós-graduação a nível do doutorado, o que significa que a cada 100 estudantes que concluem o ensino médio na rede pública de ensino, cerca de dois ou três alunos/as conseguem chegar à pós-graduação nas universidades federais e concluir o curso, isso porque são muitos os percalços vividos pelo/a estudante.

Esta pesquisa existe para tentar, na medida do possível, contemplar a realidade vivenciada de perto pela sociedade mineira local. Durante os anos de pandemia da covid-19, multiplicaram-se pessoas vivenciando a pobreza e a perda de postos de trabalho. Fui testemunha ocular em bares, restaurantes e na porta de casa do aumento de vendas autônomas de doces, comidas caseiras, queijos artesanais, pedintes de muitas idades, homens jovens e idosos, mulheres jovens e idosas, adolescentes vendendo doces e chocolates, alguns em idade laboral, tentando ter rendas extras para manter a dignidade de suas famílias. O desemprego e outras mazelas sociais também contemplam outras vertentes da violência.

Na tese são expostas aquelas violências ligadas aos crimes urbanos mais comuns em Ituiutaba, como os furtos, os roubos, o tráfico e uso de drogas, a violência doméstica e familiar, abusos e assédios sexuais entre crianças e adolescentes, mas também serão tratados os casos de racismo, homofobia e machismo, como vertentes mais silenciosas percebidas como violências, mesmo ocorrendo nos espaços privados e não necessariamente no espaço público, ou seja, a Geografia precisa se preocupar atentamente em interpretar tais fenômenos espacializados nas cidades, pois atingem os corpos, a psiquê da consciência e a identidade humana, sendo que tais problemas podem culminar em diferentes conflitos mais acirrados, podendo manifestar-se em atos, atitudes e ações violentas contra outras pessoas, nos diferentes ambientes e espaços sociais de convívio. Torna-se urgente a manifestação da cultura de paz e de maior urbanidade nas relações de Ituiutaba.

Os estudos ligados à educação geográfica acerca das manifestações da marginalidade, da pobreza, da fome, da miséria, são fatores que contribuem para o aumento das formas de criminalidade e da criminalização de condutas e atitudes em determinados espaços e bairros. Realidades assim precisam ser investigadas em Ituiutaba (MG).

INTRODUÇÃO

“Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro” (Santos, 2008).

A definição de violência, como já posta na apresentação dessa tese, é múltipla. Por isso, entendemos que é importante delimitarmos as questões que almejamos quanto a mesma. Assim, a violência, numa leitura epistemológica geográfica, parte das composições espaciais com suas relações imbricadas aos processos econômicos, culturais, sociais, políticos e jurídicos; assim, a partir desses elementos, é que se dá a materialização da violência na estrutura urbana.

A composição dos elementos urbanos visíveis e não visíveis quanto à violência parte da urgência em compreendê-la pela repercussão das especificidades geográficas que atuam na composição da formação e das consequências da violência no espaço urbano.

A efetividade epistemológica para compreender o urbano precisa partir das premissas científicas que tratam toda a realidade. Desse modo, o materialismo histórico e dialético é o fundamento central na composição do método, uma vez que o urbano é o processo em movimento e o movimento que consolida uma paisagem e formas de atuação promovendo a realidade. Nesse sentido, o ponto central desta tese é a violência como demonstração de força, perceptível no território de uma cidade do interior de Minas Gerais que tem um histórico específico na composição da realidade brasileira. Tal especificidade será trabalhada nos capítulos seguintes.

A presente tese parte da necessidade de compreender a violência urbana com suas manifestações geográficas na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais. Para isso, é fundamental entendermos o processo epistemológico que nutre o sentido da própria violência a partir do olhar geográfico. Dessa maneira, uma cidade nunca é igual a outra, mesmo que a estrutura vigente do capitalismo organize para que seja. Todavia, as forças internas de poder, resistência, resiliência e força apresentam especificidades da cidade e, por isso, Ituiutaba é importante para delimitarmos as violências que estruturam o seu cotidiano, já que o ineditismo do tema está ligado à urgência em pensarmos a epistemologia geográfica para além dos dados estatísticos, o que demonstra que a experiência e a vivência da cidade são categorias de análises que estão também presentes nesta tese.

Nesse sentido, as questões epistemológicas são fundamentais para a organização da pesquisa. Segundo Paul Claval (2011), a epistemologia da Geografia correlaciona-se com o estudo crítico das ciências, visando determinar a sua origem lógica, o seu valor e o seu alcance.

Assim, o entendimento da epistemologia ajuda a compreender as abordagens teóricas e os procedimentos metodológicos utilizados ao longo dos anos pelas diversas correntes da ciência geográfica.

A epistemologia é uma forma de conhecimento proposital, visando alcançar, sobretudo, o saber e o porquê das causas e seus fenômenos. É o que pretendemos alcançar nesta tese, isto é, ter noção da teoria de conhecimentos envolvidos e correlatos às causas da violência urbana associadas às questões da Geografia urbana e anticolonial em Ituiutaba. Por isso, o uso do termo “epistemologia” adotado nesta tese, justamente objetivando construir um arcabouço teórico-prático-metodológico para o alcance das interpretações sobre a manifestação da violência urbana em Ituiutaba.

Desse modo, compreendemos que a estrutura capitalista promove uma condição permanente de violência, que pode ser entendida a partir da transformação da estrutura, ou seja, pelo movimento da própria violência. A estrutura capitalista de produção configura os espaços para a reprodução de suas condições de produção, espaços voltados para a produção tem melhor atenção e são espaços que apresentam menores índices de violências. No entanto, a própria estrutura capitalista é, em si mesma, uma estrutura permanente de produção da violência ao apresentar a homogeneidade dos modos de vida e seus vínculos permanentes à produção. Para isso, a visão da Geografia Anticolonial, focada em apresentar visão crítica dos espaços e das relações, torna-se caminho necessário para alcançar interpretação mais dialética da violência urbana.

Ao tecermos a violência como condição permanente do capitalismo, também precisamos frisar as suas consequências, como os inúmeros prejuízos materiais, imateriais, corporais, sociais e culturais que ecoam na direção do medo, uma vez que a violência e o medo são condições epistemológicas que precisam de organização para serem compreendidas e dinamizadas na estrutura científica. Ambos os conceitos, portanto, são resultados do modo de produção e materializados espacialmente. Por isso, a cidade é a visibilidade dessa condição binômica.

Violência e medo são indissociáveis e sua materialização na cidade é resultado direto do modo de produção capitalista, que promove uma cultura do medo: do desemprego, do roubo, do assalto, do sequestro, do abuso, do homicídio, enfim, medos que são gerados pela composição entre a produção capitalista e o cotidiano empreendido nesse sistema, ou seja, a própria pobreza urbana representa uma forma devastadora de violência.

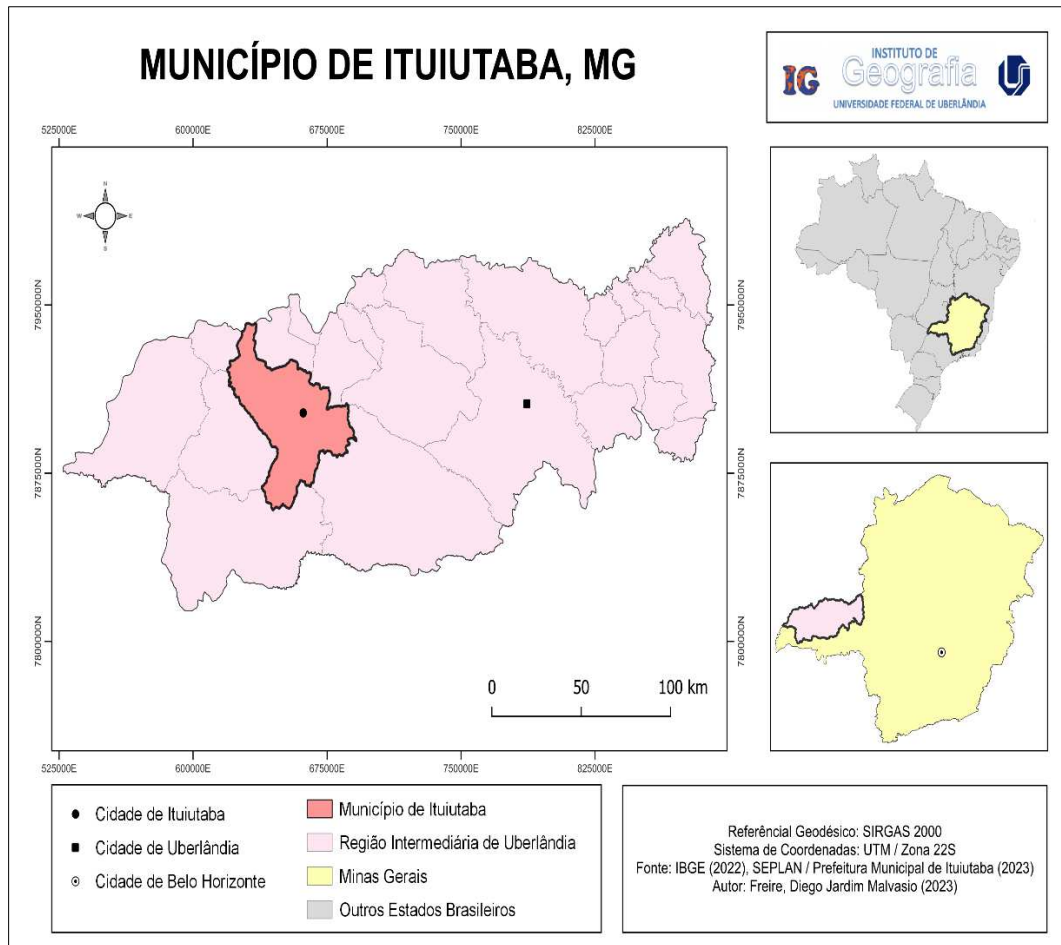
O medo interfere na dinâmica da cidade. Partimos dessa afirmação, para alcançarmos a violência como reguladora de uma ordem social e também de uma delimitação espacial que

garante a ordem estabelecida pela classe dominante. Dessa forma, a leitura que precisamos fazer está atrelada à dinâmica produtiva espacial urbana e como ela define e limita diferentes sujeitos na composição da cidade. A presente tese, portanto, parte da necessidade de pensar a violência e o medo como estruturadores dos problemas que precisamos resolver por meio da luta de classes, isto é, precisamos pensar a Geografia como ciência que nos possibilita compreender a origem da violência pela luta de classes e da delimitação do poder.

A violência é compreendida no cotidiano como o espaço do exercício da ilegalidade, ainda que seja importante destacar que partimos da afirmação que as legalidades oriundas do capitalismo promovem a composição de uma violência estrutural.

Nesse sentido, pretende-se investigar sobre a violência urbana, compreendendo que Ituiutaba (MG) está inserida num contexto não-metropolitano. Partimos da noção de que a cidade não possui as mesmas dinâmicas da violência quando comparadas a locais de médio ou grande porte. Tendo em vista que a cidade possui resquícios culturais de uma sociedade rural e agrária, em que o poder econômico e político concentram-se, essencialmente, nos segmentos sociais mais elitizados e carregados de interesses que cercam as questões do agronegócio, torna-se tão fundamental e interessante estudar Ituiutaba (MG) para compreender a construção e a reprodução das noções de violências perceptíveis no meio urbano. O Mapa 1 mostra a localização geográfica da cidade.

Mapa 1 - Localização Geográfica de Ituiutaba (MG)



Fonte: Laboratório de Geotecnologias do IG/UFU.

Ituiutaba (MG) está centrada nas atividades do agronegócio (agricultura de soja e milho, e pecuária de corte e leite) e na prestação de serviços (comércio variado, escritórios de advocacia, consultoria de informática). No setor secundário, destacam-se as empresas Nestlé, Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, Canto de Minas, Laticínios Baduy. É uma cidade de médio porte, tem em torno de 120 anos. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na estimativa de 2020, possui cerca de 100 mil moradores e alguns bairros carecem de regularização fundiária urbana.

A cidade encontra-se na Microrregião imediata e intermediária de Ituiutaba, na parte noroeste no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, cuja formação de cidades se dá pela divisa com seis municípios, um goiano e os demais mineiros, respectivamente: Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória.

A hipótese da pesquisa centra-se em compreendermos que a violência urbana pode atingir toda sociedade. No entanto, a sua incidência criminal se dá em bairros específicos, com vítimas seletivas do sistema capitalista e tais abusos ou violações podem se dar de diferentes

formas e em níveis de intensidade distintos, variando conforme a classe social, o gênero e a raça que cada vítima agredida venha a pertencer.

Dessa forma, a epistemologia geográfica que trabalhamos parte do método materialista histórico-dialético, oportunizando a compreensão da violência urbana para além das estatísticas, sem secundarizá-las, ou seja, a totalidade do fenômeno da violência precisa ser compreendida nas suas dinâmicas gerais, em escalas macro, e consorciadas às escalas da cidade.

Nesse sentido, a presente tese tem como objetivo geral compreender como o processo de violência urbana se assenta em Ituiutaba (MG) mediante os processos de urbanização, com suas especificidades, e do avanço desigual e excludente das relações capitalistas.

Os objetivos específicos para o alcance do geral visam, principalmente:

- i) analisar o avanço da pobreza e da estigmatização decorrente das representações da violência e da insegurança urbana a partir da percepção de seus moradores/as;
- ii) ampliar o conceito e a noção da violência através das leituras epistemológicas geográficas e multidisciplinares atuais;
- iii) identificar os principais tipos e formas de violência que ocorrem em Ituiutaba (MG).

Desse modo, a violência tem sua macroestrutura a partir do capitalismo e sua microestrutura é constituída na realidade espacial local com suas múltiplas escalas, derivações e articulações. Por isso, ao buscamos compreender a dinâmica da violência, nos seus aspectos legais e ilegais, numa estrutura urbana do interior de Minas Gerais, trazendo o movimento da realidade de forma dialética, provocamos o sentido da existência da própria violência numa estrutura específica da práxis cotidiana pela leitura epistemológica de uma Geografia comprometida com a realidade e a superação da opressão. Uma leitura, portanto, anticolonial se faz necessária e as especificidades do tema e das questões nos permitem compreender a violência como processo resultado.

O Estado é uma instituição pró-mercado e “antipessoas”. Nesse sentido, ele é também um agente gerador de violência, ao se associar e legitimar as ações de um modelo de produção (capitalista), que reforça e reproduz as desigualdades socioespaciais. Mas não só isso, este mesmo Estado possui um braço armado (representado pela polícia/justiça) e que não está interessado em trabalhar para a defesa da vida e das liberdades individuais e coletivas. Percebe-se um modelo de Estado que assegura apenas os direitos de uma parte da sociedade, pois obedece a critérios estabelecidos segundo a condição de classe de cada ser social.

A Geografia deu um aparato para perceber, entender e refletir sobre o espaço geográfico, de forma ampla, e os espaços das pessoas construídos intimamente em seus diversos cotidianos e contextos. O uso da Geografia ao mesmo tempo permitiu, propiciou um olhar mais científico

para as espacialidades produzidas e reproduzidas pela violência urbana. No espaço urbano, existe a materialidade das subjetividades ligadas à violência e ao crime. O método dialético, fundamentado pelo materialismo histórico-dialético em Marx, respaldou as explicações necessárias para entender que essa trajetória da violência tem diversas perspectivas e envolve diferentes atores, agentes e instituições.

Assim, objetivamos analisar a realidade local de Ituiutaba (MG) como recorte espacial, por estar inserida no Triângulo Mineiro, sendo uma região com fronteiras com os estados de Goiás, São Paulo, Mato Grosso e Brasília, sendo alvo de uma investigação científica, com relação à compreensão do olhar geográfico sobre a incidência da violência urbana e das diferentes interpretações, ressaltando a origem da cidade advinda do meio rural, o crescimento de políticas de acesso à moradia, o desenvolvimento social e algumas diferenciações específicas, sejam as urbanísticas, as geracionais ou as regionais, com relação ao papel desempenhado na hierarquia urbana.

A Geografia Anticolonial preocupa-se intimamente em entender que as lógicas criadas no período colonial, no sentido da construção da identidade nacional, estão fundamentadas no olhar do colonizador, que perpassou o tempo e se materializou no espaço. Portanto, os processos de produção e reprodução espacial vistos, catalogados e apreendidos nos três bairros pesquisados em Ituiutaba, ao mesmo tempo que propagam também reforçam a lógica colonialista de divisão de classe, ao encontrar nas ações de um Estado capitalista o seu maior legitimador, o que se soma às artimanhas do modo de produção vigente, em todo seu circuito produtivo.

Para que isso seja possível, é necessário compormos um conjunto teórico que traga a reflexão entre violência, medo, urbano, espaço e Geografia, por meio de uma leitura materialista histórica e dialética com a qual tenhamos a capacidade em compreender as contradições, limites e imposições de uma sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista com especificidades locais.

O método materialista histórico e dialético parte das contradições do capitalismo e tem como fundamento a organização da sociedade pela luta de classes. É um método que visa compreender as diversas formas de transformação da sociedade consorciada com as questões políticas, culturais, tecnológicas, jurídicas e econômicas. Essas relações partem sempre das forças produtivas como forma de organização do espaço. Assim, as relações de produção permitem entender as dinâmicas sociais cotidianas por meio de escalas e articulações dessas na produção. Também destacamos que o materialismo histórico e dialético parte das contradições do capitalismo alcançando a luta de classe e colocando em evidência o papel histórico opressivo

da classe dominante sobre a classe trabalhadora, capaz de ir além dos limites impostos pela mesma como classe dominada.

Diante disso, entendemos que o referido método permitirá compreender a violência - causas e consequências, bem como forma, estrutura e representação -, pois o método busca compreender as mudanças históricas pela luta de classes, uma vez que, conforme Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, a luta de classes é o motor da história.

A violência, portanto, precisa ser compreendida pelo materialismo histórico e dialético. Desse modo, o método permite compreender por meio da luta de classes a composição da violência e a dinâmica das disputas de poder que emergem sempre como organizador das formas de atuação diante das contradições do capitalismo e suas consequências, como a violência e o medo. Assim, o método materialista trata-se de uma composição que busca compreender o papel da luta de classes na construção da consciência social e, portanto, da compreensão da própria sociedade. A violência, portanto, precisa ser pensada como parte da estrutura do capitalismo, pois ela é produto das relações de produção e da luta de classes.

É fundamental constituirmos o caminho teórico por meio de pensadores e pensadoras da Geografia, como Milton Santos (1993), Claude Raffestin (1993), Lenyra Rique da Silva (2001), Ruy Moreira (2009a, 2009b) e Lia Osório Machado (2011).

No campo do direito penal e da criminologia crítica, as contribuições reflexivas e teóricas dos estudiosos criminalistas, como Gustav Radbruch (1974), Vera Batista (1994), Alessandro Baratta (1999), Luiz Flávio Gomes (2011) e Zaffaroni (2011), são importantes para compreender sobre as teorias criminológicas referentes ao comportamento desviante do ser humano inserido numa sociedade de classes e com as desigualdades de consumo muito latentes.

Já no campo sociológico e geográfico, para tratar sobre a violência urbana, as reflexões de Frantz Fanon (1968), Regis de Moraes (1981), Milton Santos (1993), Cecília Coimbra (2001), Perla Zusman (2001), Felipe Botelho Corrêa (2009), Ulrich Beck (2010), e Zygmunt Bauman (2017) contribuem diretamente para ressignificar os principais aspectos a serem considerados sobre a tentativa de se explicar a violência numa ótica multidisciplinar.

Assim, não podemos deixar de mencionar sobre a modernidade e a sua noção de ruptura e produção artificial de riscos na atualidade, isso porque coincide diretamente com as noções da violência inseridas no meio urbano. Para o sociólogo Ulrich Beck (2010), por exemplo, a sociedade em rumo à modernidade está ancorada na produção de riscos presentes no cotidiano urbano. Tal noção complexa advém de uma representação do perigo potencial quanto à sua percepção e indica uma situação percebida como perigosa, cujos efeitos podem ser visíveis.

Nesse aspecto, então, defende que a modernidade passa por um momento de ruptura histórica, a exemplo da passagem da sociedade feudal para a industrial.

Essa ruptura não representa o fim da sociedade moderna, e sim sua nova configuração, em que vivenciávamos um período de transformação da sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, transitando para a sociedade industrial de risco, na qual figura a produção dos riscos – mais globalizados e modernos - dominando as lógicas da produção de bens.

Desse modo, pobres e ricos não estariam imunes às ameaças produzidas pelo progresso e avanço tecnológico. Todavia, são os ricos que organizam parte considerável desse cenário e com consequências diretas e mais violentas para a classe trabalhadora. Desse modo, entendemos os limites de Beck e nos colocamos no diálogo com ele a partir de uma visão crítica.

Ulrich Beck (2010) enfatiza as oposições entre aqueles que produzem as definições de risco e os que as consomem. O conhecimento torna-se uma parte desse pressuposto, já que a sociedade de risco representa formas de incertezas fabricadas, por meio de inovações tecnológicas e respostas sociais mais aceleradas, produzindo um cenário de risco global, de incertezas não quantificáveis, ou seja, culminando nos riscos civilizatórios ou na esfera das fórmulas físico-químicas e nas guerras e acidentes nucleares, por exemplo.

O mesmo autor salienta que as mudanças ocorridas na estrutura da sociedade, no que se refere às classes sociais, às formas familiares, às questões de gênero, ao casamento, à paternidade e à profissão alteram a produção de inseguranças na modernidade. Os seres humanos tornam-se produtores e gestores de riscos em potencial e defendem a autopolitização da modernidade, que possibilita o surgimento de agentes coletivos no cenário social. As ações cotidianas norteiam as formas da ação política.

Desse modo, a Geografia contemporânea é marcada pelos diferentes fenômenos sociais que atuam nas formas de metamorfose do espaço. Tal dimensão territorial das diferentes práticas humanas, bem como das organizações que compõem a sistemática do espaço geográfico, tornaram-se gradualmente incorporadas às inquietações epistemológicas que precisam trabalhar temas mais correlatos às vertentes sociais e também políticas. A violência e a sensação de insegurança urbana também necessitam de composições interpretativas com aberturas epistemológicas dessas vivências ilegais nas cidades.

Contudo, a criminalidade evidencia o aparecimento do capital, que se acumula de forma bem célere. A incidência de atos criminosos possui uma escala global, sendo percebida desde o cultivo de drogas em países subdesenvolvidos, até o seu consumo, sobretudo, nos países ocidentais, onde o produto fim atinge um alto valor no mercado ilegal, também em meios

digitais. Torna-se valioso evidenciar que a criminalidade, de forma geral, camufla-se através das ilegalidades e isso acarreta muitas consequências sociais: o crime, a violência, a corrupção, a marginalidade de determinados segmentos sociais, além de taxas maiores de intoxicação por produtos químicos dos entorpecentes e que são mais vistas a partir da realidade da pobreza urbana personificada nos bairros de periferia.

No que tange à violência urbana, entendemos que é a expressão usada para designar ataques relativamente sérios à lei e à ordem pública nas cidades, mediante também a utilização das estatísticas oficiais do poder público, para mensurar dados e informações estatísticas sobre os crimes de homicídio, roubo, furto, contra patrimônios, tráfico de drogas, estupro, e que são tipificados pelo código penal brasileiro de 1940. Também por contribuir notadamente através da mídia e pelas empresas de segurança privada, que possuem o interesse em acentuar a percepção da violência, já que a segurança representa o seu mercado de atuação. Assim, cria-se esse imaginário de que somente as poucas pessoas que sofreram violência testemunham a insegurança.

No primeiro capítulo da tese, aborda-se a respeito da busca pela definição sobre a violência, bem como apresenta a Geografia como área científica, com seus desdobramentos teóricos para compreender e solucionar as problemáticas inerente às questões urbanas. Também se centra em destacar sobre o tensionamento histórico da rejeição geográfica com relação às formas de violência perceptíveis na atualidade.

No segundo capítulo, aborda-se sobre a criminalidade e a violência urbana em função das interpretações da Geografia, bem como das discussões teóricas sobre o espaço, o poder e o território mediante as características da criminalidade brasileira vistas na atualidade, de modo que o objetivo é abordar a tentativa da explicação da Geografia sobre a violência analisada no âmbito das reflexões da política de assassinato de pessoas em virtude de uma biopolítica, perceptível na sociedade contemporânea.

No terceiro capítulo, por sua vez, aborda-se sobre as epistemologias da Geografia a partir das amarras da violência urbana em três bairros, com o resultado das entrevistas realizadas com os cidadãos/as residentes de cada bairro analisado, bem como retrata o conjunto de entrevistas realizadas com os informantes dos poderes públicos da cidade numa perspectiva crítica sobre a incidência dessa violência urbana perceptível no cotidiano local.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Ruy Moreira (2009a) reitera que a Geografia representa uma forma de leitura do mundo juntamente a ideia da representação do real. O campo sensível fundamenta os sentidos e a percepção. Já o campo intelectual é baseado nos pensamentos e nos conceitos, de modo que os dois campos interligam-se mediante as práticas humanas. A relação com o mundo é como uma práxis, combinada com as relações dialéticas postas. Resumidamente, também se diferem entre a ontologia e a epistemologia.

Em termos práticos, Ruy Moreira (2009a) defende que Geografia faz parte da vida humana, a partir do fato de que ela engloba o percurso cotidiano geográfico, ou seja, de casa para o trabalho, do trabalho para a escola, da escola para o trabalho, e está presente em espaços sociais. A disciplina é intrínseca à intimidade das condições de existência em sociedade.

Assim, podemos dizer que a geografia é um discurso teórico universal que combina a escala mais simples das coisas singulares da percepção à mais abstrata e complexa da totalidade do conceito, embutindo em sua estrutura desde as práticas espaciais e seus saberes até o pensamento abstrato que é o domínio da ciência. Eis a origem de sua popularidade: é uma forma de conhecimento que do tudo chega ao todo. Um procedimento que não é apanágio da geografia acadêmica. Mas envolve uma inusitada peculiaridade. Na verdade, a maioria das pessoas forma, mesmo que intuitivamente, o juízo do espaço como modo integralizado da existência, uma vez que a prática e a percepção e a sua conversão no senso comum do saber espacial é o cotidiano de vida de todo ser vivo (Moreira, 2009a, p. 26).

Ruy Moreira (2009a) afirma que esse conjunto de fatores oportuniza o fato de a Geografia ser um saber do espaço vivido, que visa a propriedade de elevar a pessoa comum à mediatez abstrata, sem nem ao menos se desligar das vivências, comportando o significado ontológico; por isso, o seu saber possui um caráter ideológico e político. Mas que parece dar mais espaço a Geografia da alienação (aquela mais relativa ao parasitismo do capital vigente) e também a uma Geografia da desalienação (mais voltada à denúncia da alienação).

Tais considerações são diferentes das proposições científicas pensadas por Lenyra Rique (2001) sobre o espaço e outras categorias analíticas geográficas, discordando dos posicionamentos de Ruy Moreira (2009a) e de Milton Santos (1993) sobre o próprio desenvolvimento da Geografia como ciência. Nessa perspectiva, concordamos com Lenyra Rique (2001), de que a Geografia precisa priorizar a luta constante pelos ideais que combatam a ordem capitalista do lucro desenfreado em detrimento das problemáticas humanas e sociais mais latentes nas sociedades contemporâneas. Dizendo isso, é importante frisar que não existe um espaço geográfico único e respectivo à superfície da Terra. Muito pelo contrário, esse espaço é constituído de momentos, totalidades mais esparsas que articulam a perspectiva global juntamente às especificidades locais e que culminam na expressão desse movimento dialético

da matéria natural com a social, no que tange ao tempo e ao lugar. O conhecimento nunca acaba, está sempre em constante transformação.

Nesta tese, tentaremos mostrar ao leitor/a essa movimentação de informações ao pesquisar sobre a cidade de Ituiutaba (MG) e as dialéticas urbanas mais expressivas sobre as amarras da violência. Tendo isso em mira, cumpre lembrar da importância de manter as análises centradas nas interpretações do materialismo histórico e dialético vislumbrados nos estudos de Karl Marx (1846), sendo apoiados no âmbito geográfico por Lenyra Rique (2001).

A tese em questão está centrada no método relativo ao materialismo histórico e dialético, por priorizar análises que interagem com o marxismo, que percebe o sujeito do conhecimento historicamente determinado e socialmente contextualizado, sendo capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem, como a produção e o consumo (Silva, 2001).

Angela Fagna Souza (2011) reitera que nas pesquisas geográficas qualitativas são adotadas algumas técnicas e procedimentos advindos de outras ciências como maneira de desenvolver e aprimorar os conhecimentos, com intuito de compreender melhor a realidade analisada. Tanto as Ciências Sociais, segundo a autora, e a Antropologia, vêm contribuindo com as opções metodológicas e epistemológicas que instigam os pesquisadores/as a adentrar as realidades que não mais se limitam aos dados quantitativos.

Assim, a capacidade e o olhar sensível dos estudiosos e pesquisadores/as deixam-se guiar pelos campos e pelo ponto de vista dos entrevistados/as, em busca de encontrar o fato social total. A pesquisa qualitativa possui identidade e reconhece a existência da relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos, mediante uma (inter)dependência entre o sujeito e o objeto e requer uma forma interpretativa, constituindo, então, um campo de atividade com variadas tensões internas. A qualidade é justamente trazer à tona a essência como algo determinante, ou seja, contribuindo para uma dimensão de fenômenos qualitativos com alguma profundidade. Desse modo, Demo (1988) assevera que: “A definição de qualidade parece um jogo teórico. Entretanto, como nada é melhor para a prática do que uma boa teoria, será o caso perceber que nenhuma prática da qualidade é qualitativa se não souber definir-se conceitualmente” (Demo, 1988, p. 100).

Para os pesquisadores qualitativos, existe uma preocupação com o processo e não somente com os resultados, tendo o ambiente natural como uma fonte direta dos dados, são mais relevantes a interpretação e o significado das ações sociais e suas representações. Para Chizzotti (2003), existe uma consciência com a construção solidária da vida social na pesquisa

qualitativa, que perpassa por novas vias investigativas, que reconhecem que a experiência humana não deve ser escondida em comparação aos métodos tradicionais de análise e descrição.

Nesse contexto, para alcançar os objetivos de uma pesquisa, variados são os caminhos que se podem percorrer. Nesse estudo, elegeu-se a predominância da pesquisa qualitativa, com revisão teórica das temáticas, pesquisa de campo através da realização de entrevistas semiestruturadas, com a coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Assim, por meio desses procedimentos, os dados foram organizados em mapas, tabelas, quadros, análises e discussões ancoradas nas revisões teóricas.

Esse conjunto de fatores contribuem para uma realidade estudada através da concepção filosófica adotada pela pesquisadora (D’Incao, 1979). A escolha dos sujeitos entrevistados/as, ou seja, dos informantes da pesquisa, deu-se mediante uma amostragem que pudesse contribuir para o recolhimento de dados e de informações visando alcançar a plenitude do estudo. Esse universo de sujeitos foi sendo definido, sendo formado, sobretudo, pelos cidadãos/as dos três bairros analisados pela tese.

A entrevista do Tipo 1 visa fazer uma série de perguntas de cunho social para analisar também a sensação de segurança urbana e outras problemáticas da violência e dos conflitos locais, sendo direcionada basicamente apenas à percepção dos cidadãos/as. Já a entrevista do Tipo 2 concentra-se em direcionar perguntas e percepções dos representantes do poder público que atuam (ou já atuaram) no combate às violências na cidade de Ituiutaba (MG).

A pesquisa começou a ser realizada mediante o aceite da entrevista pelo/a morador/a de cada bairro em dia, horário e local marcados no espaço do campus Pontal, com a equipe pesquisadora, para um primeiro contato preliminar. Após esse contato prévio dos primeiros participantes, que aceitaram participar da pesquisa sobre as temáticas em questão, aí sim, a partir da primeira entrevista finalizada, será solicitada a indicação de outros possíveis participantes, que tenham interesse em ser entrevistados, formando uma rede de contato entre os moradores dos bairros pesquisados.

Assim, no que tange ao estabelecimento do número de sujeitos, utilizou-se a amostragem por saturação proposta por Turato (2003), em que a pesquisadora fecha o grupo quando as informações foram coletadas com um número determinado de sujeitos e percebe que novas entrevistas adicionam as repetições de informações já mencionadas anteriormente por outros/as entrevistados/as.

Para Turato (2003), não se deve deixar de mencionar que a pesquisa qualitativa não tem preocupação em estabelecer um número exato com relação ao tamanho da amostra, tendo em vista que o que de fato interessa está ancorado no estudo de um determinado tema discursivo

dos tipos diferentes relativos às questões psicossociais e demográficas dos sujeitos entrevistados/as

Para Gil (1999), as entrevistas semiestruturadas constituem-se em interação entre perguntas abertas e fechadas já formuladas, na medida em que o sujeito informante tem a possibilidade de falar sobre o assunto de forma espontânea. Nesse caso, ela foi utilizada nesta tese visando, principalmente, dar ao entrevistado/a uma chance de fornecer novas informações ou complementar aquelas já ditas. Em suma, a resposta de uma pergunta pode levar a entrevistadora a outras informações.

O método com relação à tese desenvolvida centra-se nas análises do materialismo histórico e dialético de Marx. Para tanto, as entrevistas/as com os cidadãos vão privilegiar o discurso, porque quase sempre está ligado ao contexto espacial, socioeconômico, político.

Nesse sentido, a teoria das representações sociais de Moscovici (1978) pode auxiliar nos objetivos da pesquisa, porque representa os modos de pensamento, reconstruídos e consolidados, mesmo de forma subjetiva, além das representações, o que tende a ajudar na elaboração de interpretações para si e para o mundo. O indivíduo possui um papel ativo no processo de construção da sociedade e também é criado e influenciado pela mesma. Para Moscovici (1978), as representações sociais atuam diretamente na construção social da realidade e de sua conduta.

Para Márcia Santos (2012), a violência urbana é percebida como um objeto das representações sociais e, como se constatou, apresenta características diferentes entre os grupos sociais entrevistados/as. Isso porque cada grupo social constrói suas representações sociais de acordo com os contextos em que estão inseridos.

No que tange aos exames das entrevistas, fundamentaram-se na análise de conteúdo, a partir da visão de Bardin (2011), que busca atingir os significados de natureza psicológica, sociológica e política, na medida em que os indicadores permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens e informações. Para a autora, existem três fases específicas, a saber:

- a) pré-análise da leitura e de documentos;
- b) análise de todo o material;
- c) tratamento de resultados.

Em suma, na pesquisa em questão, utilizou-se a técnica da análise categorial, a mais utilizada, segundo Bardin (2011), pois consiste nas operações de desmembramento do texto em unidades e/ou categorias, frisando a fala integral do sujeito entrevistado/a.

A primeira etapa da pesquisa foi representada pelo levantamento de fontes primárias, com a revisão de literatura e de informações bibliográficas nas áreas de Geografia, da Geopolítica, da Sociologia urbana e da Economia Política para alicerçar as discussões teóricas.

A segunda etapa, por sua vez, abarcou a coleta de dados qualitativos nos trabalhos de campo e quantitativos junto aos órgãos de segurança da cidade. No caso de Ituiutaba (MG), recorreu-se à Polícia Militar (PMMG) e à Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), à Prefeitura de Ituiutaba (MG), ao site do IBGE e ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a demais fontes secundárias, para desenvolver um raciocínio comparativo dos dados, mediante a construção de tabelas, gráficos, mapas e também da análise das entrevistas realizadas com cidadãos/as dos bairros.

A terceira fase foi a organização e a análise das informações qualitativas e quantitativas e a criação da argumentação entre ideias e informações. Por fim, o último momento foi reservado para a redação final, abrangendo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através das teorias de aproximação de temáticas a partir de inferências e conclusões que embasam os objetivos desta pesquisa de doutorado.

Com os dados históricos, sociais e de segurança pública torna-se possível fazer as análises da cidade de Ituiutaba (MG) mediante suas estruturas, para ter acesso às especificidades acerca da violência.

CAPÍTULO 1 - PENSAR A VIOLÊNCIA A PARTIR DA GEOGRAFIA

Nesta seção, que abre o primeiro capítulo da tese, aborda-se a respeito da busca pela definição sobre a violência, bem como apresenta a Geografia como área científica, com seus desdobramentos teóricos para compreender e solucionar as problemáticas inerente às questões urbanas. Também se centra em destacar sobre o tensionamento histórico da rejeição geográfica com relação às formas de violência perceptíveis na atualidade.

Dessa forma, compreendemos que o estudo da violência urbana pela lente da Geografia tem grande relevância por apresentar uma composição epistemológica que promove a integração entre os aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e tecnológicos, cuja relevância é direta quanto ao entendimento da violência. Assim, incidem na violência elementos geográficos passíveis de compreensão intelectual.

A relação espaço e violência pode ser compreendida pela Geografia, uma vez que é possível articular escalas de poder, força e repressão quanto às práticas e representações sociais na organização e ocupação do espaço por meio das dinâmicas produtivas que são territorializadas e regionalizadas, pois a relação do espaço com a violência além de identificar os agentes envolvidos nela também apresentam perspectivas das diferentes formas de atuação da opressão e do medo.

A violência, para a perspectiva da Geografia adotada nesta pesquisa, não pode ser pensada apenas em termos de legalidade e ilegalidade, visto que a análise da violência urbana na Geografia possibilita compreender os movimentos e as causas dos processos que estão por trás dos conflitos cotidianos que resultam diretamente na violência, dentre os quais podemos destacar a desigualdade social como supressão da dignidade humana e essa condição impõe uma violência que se estrutura espacialmente a partir da produção capitalista. Assim, para compreender geograficamente a violência pelo materialismo histórico e dialético e por meio de uma leitura geográfica, é necessário partir da dimensão histórica da cidades, o que contribui para o conhecimento da estrutura e da promoção da violência como entendimento de caminho para a intervenção que crie o seu enfrentamento.

A relação espaço e violência também precisa ser destacada pela composição do espaço urbano no contexto da realidade local, por meio das interações escalares na produção capitalista. Tendo isso em mira, a presente tese busca consolidar um conjunto epistemológico para que os mecanismos produtores da violência sejam compreendidos a partir da convivência cotidiana nos espaços urbanos pelas relações sociais, culturais e econômicas.

1.1 Em busca de uma definição sobre a violência: a visão das ciências humanas

Como a Geografia clássica e europeia possui carência de trabalhos e autores/as que possam esclarecer sobre uma definição aproximada do que seja violência, decidimos, num primeiro momento, construir esta noção conceitual mediante as interpretações intelectivas sociológicas de Franz Fanon (1968), Régis de Morais (1981), Hannah Arendt (1985), Yves Lacoste (1988), Yves Michaud (1989), Slavoj Žižek (2010) e Jayme Paviani (2016), autores de diferentes áreas científicas, cuja proposta é, justamente, alcançar essa definição por meio multidisciplinar e geográfico.

Yves Michaud (1989) retrata sobre a dificuldade da conceituação do termo violência. De fato, existem muitos problemas com relação à definição do termo e do seu significado nas sociedades modernas. Tanto o assassinato quanto a tortura, a agressão, as muitas guerras, a criminalidade, o terrorismo, o crime organizado são modalidades que representam algumas manifestações tidas como violentas. No entanto, não explicam suas causas e origens nas cidades.

No que tange à etimologia, segundo Yves Michaud (1989), o termo em francês significa agir sobre alguém ou agir contra a vontade do indivíduo, empregando a força ou por meio de intimidação, ou mesmo representa o ato através do qual se exerce a violência, também podendo ser uma forma de disposição natural para a expressão brutal dos sentimentos ou de uma ação, ou seja, (co)existe uma multiplicidade de conceitos sobre a palavra e uma real dificuldade de apresentar uma única definição sobre a amplitude da violência.

Yves Michaud (1989) defende que existem duas principais orientações, uma voltada para a violência que representa os fatos e as ações, e outra que retrata uma maneira de ser da força, de sentimentos, da violência de uma paixão ou respectiva da natureza, que se opõe à paz, à ordem e à força brutal e que em muito passa da medida. O termo etimológico é oriundo do latim *violentia*, que significa sobre a incidência das forças, do caráter violento, da transgressão. O autor ressalta que tudo leva à noção da ideia do uso da força, de uma potência naturalizada no ser humano, que seja capaz de ser exercida contra algo ou alguém, ou seja, torna-se violência quando se passa de determinada medida e se atenta contra uma ordem estabelecida.

A noção de violência, para o psicanalista forense Franz Fanon (1968), engloba um pacto silencioso, cujo tripé pode estar ancorado na consciência dos vínculos entre a violência colonial, o racismo e a exploração econômica impulsionados pela lucratividade do sistema capitalista. Fanon (1968) percebeu que o capital produz a noção de raça, que, por sua vez, produz a morte.

De outro modo, existia uma disponibilidade permanente da morte, que (re)significa a raça e equilibra o lucro capitalista.

Desse modo, ao defender uma violência revolucionária, Fanon (1968) compreende que combater o individualismo em prol de processos coletivos alcança diferentes interpretações filosóficas e políticas ao longo do tempo, mais condizente com a tradição dos oprimidos.

Já Yves Michaud (1989) deixa evidente a ideia dessa força, cuja contribuição é qualificar o núcleo das diferentes formas de ações e comportamentos, que vão culminar nas violências das agressões e de maus-tratos, aquela que deixa muitas marcas aparentes. De forma mais simplificada, pode haver formas de violências quanto forem as suas espécies de normas sociais operando frente às relações sociais.

A violência tem uma estrutura mais ampla que atinge tanto os indivíduos quanto as sociedades, bem como os Estados, a exemplo da violência colonial, que, para Fanon (1968) - com base nas experiências revolucionárias, em virtude do que vivenciou de perto na Guerra de Independência da Argélia como psiquiatra -, deixaram marcas profundas com relação à psique dos sujeitos colonizados. Para o autor, a vivência do colonialismo introjeta no ser colonizado uma mentalidade reprimida, em que qualquer mudança é uma forma de se tornar um colono. Essa violência colonial também ocorre pelo confisco de um território de outros povos, sobre os quais incide o processo da desterritorialização.

No aspecto do Direito, por exemplo, torna-se necessário dizer que as leis atuais permitem, de algum modo, certas violências em condições definidas, como é o caso dos esportes de lutas, das cirurgias, também da manutenção da ordem pública. No entanto, surge o elemento da força física, mediante os seus efeitos, e outro a partir do aspecto imaterial, relativas à transgressão e vinculado a um dano da ordem vigente. Desse modo, Yves Michaud (1989) evidencia que o dano físico é identificado já no aspecto da violação de normas, o que indica que praticamente qualquer fato ou ação pode vir a se tornar uma violência.

Sobre as definições desse fenômeno, Yves Michaud (1989) potencializa, sobretudo, a relação complexa entre as instituições burocráticas e as máquinas judiciárias, culminando numa violência com efeito mais amplo, ainda que anônimo, e que se furta de qualquer responsabilização no aspecto jurídico. A título de exemplo, os genocídios durante o século XX nos campos nazistas. A outra definição centra-se no progresso tecnológico, em que a violência pode ser produzida indiretamente por meio mais invisibilizado e camuflado.

Outra forma ressaltada pelo autor, que retrata uma definição de violência, está ancorada na sua distribuição temporal, ou seja, na atualidade, pode-se deixar morrer, passar fome, fazer desaparecer um adversário político mediante perseguições sociais, políticas, administrativas,

estados de violência que garantem diferentes formas de dominação em variadas áreas. Nesse sentido, a terceira definição fica centrada nos danos físicos, morais e culturais sofridos através dos muitos prejuízos materiais e físicos, perseguições morais e psicológicas, intimidações mais gravosas e que não se limitam apenas à individualidade física da vítima (Michaud, 1989).

Assim, cabe reiterar que a violência nos moldes contemporâneos está permeada de mudanças de fisionomia e de escalas, isso porque ela é um produto de sociedades nas quais também se mudaram a administração de todos os aspectos correlatos à vida social, ao avanço das tecnologias e dos meios de comunicação de massa, sobretudo da mídia televisiva, das redes sociais e da internet. Dessa forma, a grande maioria das sociedades possuem subgrupos com nível de violência não compatíveis, se comparados com a sociedade global. No entanto, algumas incertezas têm vez, no sentido de faltar dados mais precisos e claros para se quantificar algumas violências, ou seja, no que se refere à sua história, a ausência desses dados mais precisos dificultam traçar linhas investigativas sobre as sociedades. Acaba sendo necessário contar com a imprecisão de documentos oficiais, porque, de fato, ocultam o outro lado da história dos que se rebelam contra as normas vigentes à época.

Fanon (1968) percebeu que o conceito de violência é como uma ruptura revolucionária, cuja construção geopolítica pode ir além de forma imediata, uma vez que está calcada na criação e no uso do antagonismo político como práxis libertadora, tendo em vista que se mantém os maniqueísmos da dominação. De forma mais resumida, Fanon (1968) evidencia que o colono se liberta através da violência, que age como um elemento promotor da ruptura com o estabelecido. Ao romper, essa violência é um pressuposto organizacional da luta de descolonização: permite que os colonizados superem suas diferenças, se reconheçam, transformem o ódio em economia política e canalizem o instinto em uma identidade política.

Muitas outras formas são reconhecidas, a exemplo disso, o autor retrata a violência das guerras, tendo em vista que as contemporâneas são mais mortais e tendem a mobilizar os segmentos populacionais, porque expressam uma brutalidade militarizada, com os meios de destruição disponíveis e muito caros, bem como com a utilização de diferentes armas físicas, biológicas e nucleares. Nesse viés, Yves Michaud (1989) reconhece a violência política pulsando nas sociedades atuais, vislumbrada pela manifestação de diferentes poderes, sobretudo no seu aspecto sociopolítico difuso, ou mesmo contra o poder, e a violência de baixo (respectiva aos golpes de Estado) sendo mais perceptível nas democracias ocidentais. Um outro aspecto a ser comentado, é sobre a ideia da instituição polícia como um serviço de manutenção da ordem, fruto de um produto do século XIX.

Yves Michaud (1989) ressalta sobre a violência do poder ou a vinda de cima, que é mais dada às questões do poder político e do seu exercício, isto é, é mais ampla do que somente a violência do Estado. O que leva também às formas despóticas do poder político, que representam as tiranias dos reis, o que, de algum modo, é uma forma de violência, assim como os atos de repressão que são ligadas à vontade do Estado de reprimir os líderes de guerras e/ou revoluções locais nos países. O autor deixa claro que a ascensão do Estado Moderno, no final da Idade Média, reservou para si o monopólio, quase que exclusivo, da violência que legitima o Estado, destruindo as minorias locais e as religiosas, ou seja, foram se estabelecendo diferentes formas de organização do trabalho e do cotidiano social na época.

O terrorismo, percebido como uma tradição do bandidismo heroico, também é defendido por Yves Michaud (1989) como forma de violência, cuja presença acontece desde os séculos XI ao XIII e se perpetuou nas décadas atuais em função dos comportamentos políticos das sociedades contemporâneas. De outro modo, pode ser visto como uma guerrilha urbana com propósitos de disseminar o ódio e o terror. Também muito próximos das ideias e da disseminação de algumas guerras civis ocorrendo em outras partes do mundo, ou seja, de um estado de guerra de todos contra todos.

Na atualidade, porém, a violência está mais concentrada na criminalidade urbana, que é correlata à brutalidade da vida, ao avanço da pobreza urbana, em função da estigmatização de determinados grupos sociais, assim como pelas epidemias e desastres naturais, ou seja, as pessoas tendem a buscar nas cidades e nas comunidades rurais a regulação da violência, na medida em que as violências físicas e o roubo são as modalidades mais recorrentes e usuais manifestadas.

No que se refere à filosofia da violência, não se pode deixar de mencionar sobre aquela ligada ao messianismo, herdada do pensamento judeu, do ponto de vista religioso, no sentido de que o Deus bíblico reconhece sua potência diante daqueles que não o fazem. Outro aspecto filosófico importante ressaltado é sobre Walter Benjamim, que reconhece o Direito como uma forma de pacificar as relações sociais e o faz sob o prisma de uma primeira violência indispensável, para se estabelecer como uma forma de controle social vigente em sociedade (Michaud, 1989, p. 105).

Recentemente, existe uma dimensão moral e ética, percebida na visão de Jayme Paviani (2016), sobre a manifestação violenta, tendo em vista a multiplicidade das suas formas, que são tão numerosas. Por isso, a importância de compreender suas consequências morais e materiais. O estudioso salienta que:

A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética (Paviani, 2016, p. 8).

Essa noção da ruptura da violência revolucionária de Fanon (1968) não aparece nas interpretações do geógrafo Yves Lacoste (1988), que compreende a Geografia – a Geopolítica (daquela ligadas aos Estados-nações) e não a Geografia Escolar (a dos professores) – como instrumento estratégico para fazer guerras.

Lacoste (1988) salienta que a Geografia é uma disciplina que precisa ser compreendida como atuação de poder e, por isso, a ideia do autor está em sintonia com Paviani (2016). Conseguimos compreender a violência como exercício espacial, como delimitação de questões espaciais e de composição que elencam um sentido da própria organização econômica, política e social. Lacoste (1988, p. 30) salienta: “É importante hoje, mais do que nunca, estar atento a essa função política e militar da geografia que é sua desde o início”. A força militar é a força política, desse modo, ao trazermos a Geografia para compreender a violência, buscamos uma ciência que tem sua origem nesse processo de produção e promoção do poder por meio da violência e, posteriormente, a construção do medo.

A violência, a partir de Fanon (1968), tem na organização espacial a libertação pela ação. Assim, não podemos constituir a violência como um caminho de destruição apenas, mas também de construção de uma realidade que suporte avançar para além da opressão, como apresentou Fanon (1968). Dessa maneira, a violência estrutura a ruptura como resposta à violência estrutural do capitalismo e da organização produtiva.

A violência que presidiu o arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referências da economia, da religião, dos costumes, os modos da aparência e do vestuário será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades, ou seja, a de fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa a abertura imediata das fronteiras após a abolição. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território (Fanon, 1968, p. 30).

A organização política, econômica e social imbricada à cultural, nos países colonizados, caso daqueles dos continentes da América Central, do Sul e africano promoveram um sentido devastador quanto às comunidades originais (indígenas) e quanto ao processo de construção da sociedade escravocrata. Dessa maneira, a violência foi estruturada pela dinâmica do capitalismo.

Fanon (1968, p. 39) salienta que: “O indígena é um ser encurralado, o apartheid é apenas uma modalidade da compartimentação do mundo colonial. A primeira coisa que o indígena aprende é ficar no seu lugar, não ultrapassar limites”. A frase convida a refletir que a delimitação da atuação e da vivência espacial é também uma forma de violência e, por isso, ao apontarmos às questões urbanas, precisaremos compreender os espaços de violência na cidade e decifrar as multiplicidades de ações e atuações que fornecem uma condição de medo, opressão e violência, bem como entender se existem espaços de uma violência fanoniana, ou seja, uma violência contra a violência colonizadora.

Jayme Paviani (2016) ainda deixa evidente tais características gerais do conceito de violência, pois sofrem variações no tempo e no espaço, com as modificações dos padrões culturais de cada grupo conforme o período histórico, o que bem demonstra a historicidade do conceito. Nesse ponto, Zizek (2010) defende que existe, nas sociedades, uma forma de violência objetiva, fruto do capitalismo. Ainda assim, é somente com a violência subjetiva e simbólica, presentes nas teorias de Bourdieu (correlata à compreensão da violência simbólica, principalmente) a que trata sobre a questão da violência como resultado daquelas relações conflitantes entre as classes.

Zizek (2010) tende a criticar o conceito de tolerância, uma das virtudes éticas da contemporaneidade, e a percebe como uma violência invisível. Noutro aspecto, as formas das modalidades de violências são muitas e:

É possível mencionar a violência provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegítimada, a permanente e a transitória. A enumeração dessas formas é atualmente problemática. Na realidade, essa relação apenas tem um objetivo didático, isto é, a possibilidade de ver melhor o fenômeno. Assim, temos a guerra, a revolução, o terrorismo, o genocídio, o assassinato, o crime organizado, a violência urbana, a violência contra a criança, contra o adolescente, contra a mulher; o estupro, o assédio sexual, o bullying, o vandalismo. Também podemos acrescentar a corrupção como forma de violência e seus derivados como nepotismo, propina, extorsão, tráfico de influência e outras modalidades (Paviani, 2016, p. 11).

Jayme Paviani (2016) aponta, ainda, considerações sobre a autora Hannah Arendt (1985) acerca dos estudos voltados à ciência política, mas que também analisa as violências nesse âmbito, presentes nas sociedades globais. Ao contrário das concepções de Arendt (1985),

consideramos que a violência, de forma geral, possui uma estruturação colonialista, mediante a organização do sistema capitalista, apresentando muitas regularidades e continuidades. É estabelecida socialmente, possui uma ordem estatal, sendo bastante seletiva com relação aos agressores e às vítimas no cotidiano urbano. Para a autora, são as manifestações de poder que representam a violência e, para isso:

Não existe um governo exclusivamente baseado nos instrumentos da violência. Mesmo os governos totalitários que usam a tortura precisam de uma base de poder, de polícia secreta e de informantes. Nesse sentido, os violentos precisam da colaboração de outros para alcançar seus objetivos. ‘Assim, nas questões internas, a violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes...’ (Arendt, 1985, p. 27).

No entanto, Regis de Moraes (1981) faz uma interpretação pessoal do que seja a violência urbana, sendo movido pelos diferentes acontecimentos e fatos das grandes cidades. O autor expõe que é difícil compreender qual é aquela mais letal, se a violência dos bandidos ou a policial, bem como, na transformação de campos de batalhas que são próximos de habitações populares de moradores/as, que em nada tem a ver com as temáticas criminais e brutais de toda sorte.

Nesse sentido, Regis de Moraes (1981) expressa que a vida pode ser mais perigosa nas grandes cidades. O medo representa um forte obstáculo no plano cotidiano da sociedade como um todo, na medida em que as casas não expõem suas fachadas, pois se cercam de muros altos, dentro dos quais ainda existem cães de guarda. As pessoas tendem a trafegar em seus automóveis com os vidros fumê fechados, para evitar abordagens perigosas entre os cruzamentos de semáforos das avenidas e ruas, evitando o contato com os segmentos sociais invisíveis e menosprezados nas grandes cidades, ou seja, reduzindo o contato com moradores/as de ruas, drogados/as, craqueiros/as, prostitutas, pedintes, crianças abandonadas, aqueles seres humanos vistos como descartáveis pelo sistema capitalista vigente, porque não estão dentro das engrenagens sociais e econômicas impostas pela vida normativa e tradicional.

No avanço das relações capitalistas todos/as competem, até porque existe uma relação entre a violência cotidiana, juntamente ao papel do Estado, no que tange à regulação desta pela não subtração dos males que causam este processo violento, com a origem do capitalismo. Sobre o conceito de violência, o autor vai além:

Onde há medo, há ameaças; e onde estão as ameaças está a violência. E se torna um tanto difícil abordar o tema da violência, pois que a realidade percorre desde as violências vermelhas (sangrentas) até as violências brancas (como o empregado de linha-de-montagem que, nas grandes indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado) (Moraes, 1981, p. 17-19).

Regis de Moraes (1981) também narra os vários tipos de violências enfrentadas desde a década de 80 aos dias atuais, caso do medo que a sociedade enfrenta ao andar nas ruas à noite, da abordagem policial frente aos homens e jovens negros, ao enfrentamento midiático da segurança pelos jornais e mídias, que mais estigmatizam determinadas condutas de pessoas tidas como suspeitas, da cooptação de jovens para as redes ilegais de crimes e do tráfico de drogas, da falta de oportunidades que as pessoas têm com relação à segurança alimentar. Todo esse quadro estimula a dificuldade de convivência social nas cidades e fomenta o avanço da psicologia do descrédito, ou seja, um estado em que se desconfiam de todos os outros. Em suma:

Na verdade, a violência devia ser um anacronismo entre homens, desde há tanto tempo doutrinados para o respeito pela vida e pelo semelhante. Isto só mostra, contudo, a inutilidade das doutrinações - principalmente quando são de uma tal hipocrisia que foi compreensível o nível atual da agressividade irracional. A violência entendida como tudo que pode agredir a integridade pessoal irá incluir desde o latrocínio até o trabalho de um operário em uma linha de montagem, passando pela especulação imobiliária e outros absurdos permitidos ou não pela lei (Moraes, 1981, p. 25).

O autor afirma que a violência urbana também possui um caráter mais agressivo, porque inclui nos espaços das cidades desde a percepção do crime de latrocínio até mesmo do trabalho desvalorizado de algumas classes profissionais, perpassando até mesmo pela especulação imobiliária, exercida pelos segmentos que detêm mais articulação, poderes e melhor situação financeira sobre os outros grupos locais. O desejo e o poder são características dessa forma de violência urbana. No entanto, ao trazermos Fanon (1968) para compreender o urbano como espaço da violência, entendemos que ela se trata de uma constituição opressiva que se materializa nos limites espaciais.

Outra forma de violência colocada por Regis de Moraes (1981) diz respeito ao sofrimento imposto à massa de trabalhadores/as, por meio da negligência, ou mesmo pela ausência de generosidade, no que tange ao acesso ao meio de transporte, o que leva os seus usuários a uma agressividade que culmina, posteriormente, na violência ritualística. Isso faz com que se atinja a máquina social, que normalmente menospreza a condição desses usuários de transporte público. Para o autor, uma grande parte dessas manifestações violentas incorpora algumas respostas de um sistema social que não se importa em promover a diminuição da pessoa em virtude do aumento dos lucros. Todo esse processo fomenta a exploração do trabalho e a minimização da qualidade de vida em algumas cidades.

Dessa forma, Regis de Moraes (1981) faz uma análise sobre o problema da marginalização criminal e afetiva vividas por crianças e adolescentes nas grandes cidades, bem como a dificuldade com relação à fome e às misérias vivenciadas nos lares, cuja desestrutura

familiar é visível, e também com o descaso das instituições sociais e socioeducativas que deveriam cuidar, reintegrar e ressocializar o menor infrator, mas que na prática isso pouco ocorre.

O autor também menciona as práticas de violências empregadas contra esses menores na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo (Febem, SP), que iam desde pequenas agressões e tapas a ações de torturas exercitadas por agentes socioeducativos e/ou policiais que atuavam nestas instituições, ou seja, estes jovens e adolescentes certamente reproduziriam parte dessas violências em outros ambientes e espaços sociais após deixarem a instituição.

Régis de Moraes (1981) defende que existe o criminoso comum, mais afeito à política miúda, ou seja, as rixas e vinganças pessoais, e o criminoso político, que faz uma política graúda, cuja consciência social é mais ampla, visando alcançar mais estrutura e um sistema de poder para manter ou corroer a ordem social vigente. Desse modo, fica bem evidente a dinâmica perversa entre os tipos de bandidos e o alcance de suas formas de criminalidades operando nas cidades brasileiras. Isso porque a violência urbana não se restringe apenas àquelas ações juridicamente puníveis.

No entanto, Régis de Moraes (1981), a todo momento, ressalta que a fome, a pobreza, as crescentes desigualdades sociais e socioespaciais são formas de violências que se mesclam nos espaços urbanos e vão, juntamente com a rebeldia e as humilhações sofridas pelos mais pobres cooperar para ações, atitudes, comportamentos mais agressivos. No entanto, isso não vira um alibi direto de que os mais pobres são de fato mais violentos, pois o que se percebe na realidade do cotidiano são as situações caóticas e de susceptibilidade das vulnerabilidades expostas a essas pessoas, inseridas na rede urbana permeada de muitas pobreza generalizadas.

O aviltamento da pessoa humana pode, também, culminar nas diferentes formas de cooptação (seja pelo lado de bandidos ou de policiais corruptos) com relação aos interesses das pessoas que operam o submundo dos crimes nas cidades, fomentando diferentes formas de violências na atualidade. O autor analisa que somente com a articulação da população por meio de sindicatos, movimentos de bairros, movimentos sociais, cooperativas é possível diminuir o individualismo e minimizar as ações violentas nas cidades de todos os portes.

David Harvey (2012) afirma que os direitos de propriedade privada e as taxas de lucros se sobrepõem a todas as outras noções de direito no âmbito social e político na atualidade. Por isso, torna-se urgente tratar do direito à cidade, como forma de se contrapor a uma urbanização vista como um fenômeno de classe, ou seja, que tem o seu desenvolvimento centrado exclusivamente nos lucros proporcionados pelo capitalismo.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejados. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (Harvey, 2012, p. 74).

O processo de urbanização está intrinsicamente ligado ao desenvolvimento de tantas outras atividades capitalistas. Para David Harvey (2012), a urbanização desempenhou um papel ativo, como os gastos militares, na absorção do excedente que os capitalistas produzem na busca incessante pelo lucro. Desse modo, para tratar das crises do capital e do desemprego alto, elucida sobre as revoluções urbanas e suas características em seus momentos históricos específicos, como foi o caso de Paris em 1848, durante o Império, das crises da guerra nos EUA na década de 1940, da suburbanização nesse período correlato e posteriormente, em 1968, da onda de protestos em outros países. Foi nesse período que as análises de Henri Lefebvre (1968) foram importantes para se analisar a questão do capital e da urbanização das cidades.

Nos dias atuais, o capitalismo internacional tem estado numa situação de crises e de conflitos regionais: entre os anos de 1997 e 1998, o Leste e Sudeste da Ásia; em 1998, a Rússia; e em 2001, a Argentina. No entanto, se evitou um abalo global no que tange às crises do capital. O setor habitacional funcionou como um estabilizador da economia nos EUA, por exemplo, isso porque o mercado imobiliário absorveu uma quantia considerável de capital através da construção de centros urbanos, residências de subúrbio e escritórios, ao passo que a inflação dos preços dos ativos habitacionais impulsionava economicamente o mercado interno (Harvey, 2012).

A expansão urbana americana estabilizou a economia global na medida em que administravam um déficit comercial com outros países, até porque:

O incremento do mercado imobiliário na Grã-Bretanha e na Espanha, assim como em muitos outros países, ajudou a fortalecer a dinâmica capitalista de maneiras muito parecidas ao que aconteceu nos EUA. A urbanização da China nos últimos vinte anos teve um caráter diferente, com sua ênfase no desenvolvimento da infraestrutura, mas mesmo ela é mais importante do que a dos EUA. Seu compasso sofreu enormemente após a breve recessão de 1997, na medida em que a China consome quase metade do cimento mundial desde 2000. Mais de cem cidades passaram da marca de 1 milhão de habitantes neste período e, anteriormente, pequenas vilas, como Shenzhen, haviam se tornado grandes metrópoles de 6 a 10 milhões de moradores. Vastos projetos infra estruturais, incluindo barragens e autoestradas – também financiadas – estão transformando a paisagem. As consequências para a economia global e a absorção de capital excedente têm sido significativas: o Chile cresceu graças ao elevado preço do cobre; a prosperidade da Austrália, até mesmo da Argentina e do Brasil, tem sido recuperada em parte pela forte demanda chinesa por matéria prima. Então a

urbanização chinesa é a principal estabilizadora da economia global hoje? Nossa resposta deve ser um sim qualificado; pois a China é apenas o epicentro de um processo de urbanização que já se tornou genuinamente global, em parte devido à surpreendente integração dos mercados financeiros, que usaram sua flexibilidade para financiar o desenvolvimento urbano por todo o mundo (Harvey, 2012, p. 79).

Dessa forma, David Harvey (2012) reitera que a urbanização global dependeu da construção dos arranjos financeiros para organizar o crédito. Tais inovações financeiras estabelecidas nos anos 80, relativas à securitização e à titularização de hipotecas locais para venda a investidores internacionais, teve o seu estabelecimento com novos mecanismos de seguro de dívidas e obrigações. Seus vários benefícios incluíram dispersar os riscos e permitir à poupança acesso à demanda habitacional, gerando fortunas para os intermediários financeiros que as operavam.

A crise atual, com viciosas repercussões locais sobre a vida urbana e a infraestrutura, também ameaça toda a arquitetura do sistema financeiro global e pode desencadear uma grande recessão. Os paralelos com os anos 70 são perigosos – incluindo a reação do dinheiro fácil do Federal Reserve (FED) em 2007/8, que quase certamente gerará forte tendência à inflação descontrolada, se não estagflação, em futuro não muito distante. Entretanto, de longe, a situação já é mais complexa e é uma questão em aberto se a China pode compensar um grave abalo nos EUA, mesmo o compasso da urbanização parece estar em câmera lenta. O sistema financeiro também está fortemente articulado como nunca esteve antes. O comércio por via eletrônica sempre ameaça criar um grande desvio no mercado – já está provocando incrível volatilidade no mercado de ações – que precipitará uma crise massiva, exigindo uma completa reconsideração de como opera o mercado de capital e de dinheiro, incluindo sua relação com a urbanização (Harvey, 2012, p. 80).

Isso leva a pensar criticamente sobre a avaliação de riscos e a onda de financeirização, culminando na crise de hipotecas subprime e dos ativos habitacionais vistos na gestão americana, que têm impactado nas questões urbanísticas, sobretudo com relação ao sistema financeiro global e aos perigos de uma recessão econômica em função do avanço da vida e das obras urbanas, também muito permeadas e impulsionadas pelo consumismo desenfreado e estimulado pelo meio eletrônico. Tanto o consumismo e o urbanismo estão atrelados, pois a ética neoliberal e individualizada propaga algumas renúncias políticas e muitas formas de ações coletivas, fazendo com que se tenha grandes entraves para se construir o direito à cidade (Harvey, 2012).

No entanto, observa-se a multiplicidade das formas espaciais nas cidades, que consistem em fragmentos fortificados, com comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos mediante intensa vigilância, ou seja, algumas cidades globais são divididas em partes separadas. Dessa forma:

Sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento – já ameaçados pela propagação do mal-estar da ética neoliberal – tornam-se mais difíceis

de se sustentar. A redistribuição privada através da atividade criminal ameaça à segurança individual a cada momento, induzindo demandas populares por repressão policial. Mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no interior do qual e a partir dele movimentos sociais progressistas poderiam surgir, parece implausível. Há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento (Harvey, 2012, p. 82).

Essa lógica da identidade urbana perpassa o desenvolvimento da urbanização, mediante a absorção de capitais, em escala geográfica crescente. No entanto, o preço desse processo de destruição tem desapropriado alguns segmentos sociais, excluindo qualquer oportunidade de construir o direito à cidade, o que pode culminar em revoltas e movimentações sociais mais intensificadas. Coube ao processo urbano gradualmente estabelecer um viés democrático sobre sua organização, para constituir de fato o direito à cidade (Harvey, 2012).

David Harvey (2012) defende que o direito à cidade é um ideal político, ou seja, um forte catalisador para fomentar a construção de um movimento social global, cujo objetivo seja o de fortalecer o acesso aos segmentos sociais vulneráveis, para instituir novos modos de urbanização mais igualitários e acessíveis.

Para a pesquisadora, a noção de violência urbana aproxima-se das interpretações sociológicas trazidas por Michel Misse (2006), na medida em que incorpora a força exagerada da dominação e do poder dos agressores, visando minimizar qualquer tipo de reação instantânea da vítima, ou seja, para essa manifestação violenta no espaço urbano acontecer, será necessária a atuação articulada do agressor, visando o abuso do poder e o menosprezo da condição da vítima.

Parece-nos que todas essas nuances relativas à própria noção dos micros e macros conflitos e dos processos de célere urbanização é que se constituem uma definição mais clara da incidência e das formas de violência percebidas nas cidades. Pretende-se investigar sobre a violência urbana, compreendendo que Ituiutaba está inserida num contexto não-metropolitano e agroindustrial.

1.2 Como a Geografia pode ajudar na compreensão e na solução da violência?

No que tange à estrutura urbana, os olhares sobre a cidade têm partido da ideia de que o urbano é um espaço estruturado, ou seja, não está organizado ao acaso (Castells, 1983, p. 146), pois há partes de sua estrutura que se articulam entre si, mesmo com intensidades muito

variáveis (Corrêa, 1989, p. 7). Assim, as alterações em uma parte da estrutura acarretam em modificações nas demais partes ou relações (Villaça, 2001, p. 327).

Segundo Villaça (2001, p. 13), a estrutura urbana e sua correlata reestruturação urbana não são sinônimos de cidade como um elemento físico ou como um todo material. É necessário considerar as interrelações existentes entre os elementos que compõem o espaço urbano. Desse modo, cabe reiterar que a cidade é um sistema, uma engrenagem dentro de um conjunto mais geral, em função de suas relações com o exterior. Ambos os conjuntos, destaca-se, reagem um sobre o outro de variadas formas (Beaujeu-Garnier, 1997).

Para Ferrari (1982), a estrutura urbana mescla-se com a perspectiva de cidade, vista como um sistema composto de partes que se relacionam entre si, obedecendo uma lógica na disposição e na ordem das partes no espaço e no conjunto das vias urbanas:

Já se definiu um sistema como sendo um conjunto de partes ligadas entre si. Nesse sentido a cidade é um sistema em que diferentes partes (zonas de uso do solo) são interligadas através de um conjunto de vias, que por sua vez, é um subsistema dentro do sistema urbano. Os sistemas urbanos são também chamados de estruturas urbanas, principalmente quando designam a disposição e ordem, no espaço, das partes componentes desse sistema (Ferrari, 1982, p. 329).

Dessa forma, o Centro representa para a estrutura urbana o nó de convergência e divergência da circulação no interior de uma cidade, funcionando como um elemento de integração e de dispersão dos fluxos intraurbanos. Trata-se do lugar da concentração das principais atividades que regem as noções de ordem econômica, política e social da cidade, o que é diferente nas regiões periféricas de uma mesma cidade. A periferia surgiu em decorrência do processo de expansão do tecido urbano, a partir de variável bastante complexa em sua lógica, cujo ritmo apresenta diferentes modos de produção e formações socioespaciais também variadas.

Nos países latino-americanos, nos quais o crescimento urbano acelerado não se acompanhou desses investimentos em mesma proporção, as classes média e alta permaneceram, prevalentemente, nas áreas residenciais instaladas em torno do centro principal, onde a maior densidade dos meios de consumo coletivo e individual possibilitava um padrão de vida urbana muito superior àquele existente na periferia. Essa crescia continuamente, sem correspondentes melhorias urbanas, tornando-se a única opção para os que não podiam pagar pelas áreas melhor equipadas (Sposito, 2004, p. 299).

No caso brasileiro, essa estrutura urbana foi marcada essencialmente por um Centro melhor estruturado e equipado, em comparação com as demais áreas urbanas. Justamente por isso, é visado pelas classes de maior poder econômico, o que fez ressaltar as características negativas das demais áreas, ou seja, da periferia, que passou a ser associada a locais de residências mais pobres, distantes e precárias, resultantes do modo acelerado inerente ao

processo de urbanização das cidades, culminando numa expansão territorial desigual e excludente e na segregação social das camadas populares de menor renda.

Sua origem [a da periferia] associa-se ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais distantes do centro, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo, resultantes de um processo de produção do espaço urbano [...], orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal (Sposito, 2004, p. 284).

Em linhas gerais, essa estrutura urbana das cidades tem a ver também com a estruturação de classes nos bairros, com a fonte de renda de seus moradores, com os equipamentos urbanos abertos, com os meios de transportes e com a infraestrutura, que culmina no fluxo de pessoas, mercadorias, ideias, informações. Isto é, todos esses sistemas são interligados, vão compor as especificidades urbanísticas próprias.

Para Flávio Villaça (2001), há uma tendência geral do processo de estruturação urbana. O espaço urbano estrutura-se internamente calcado a partir dos interesses de consumo das camadas de mais alta renda, que se sobressaem na disputa pelas vantagens locacionais das cidades. A população de alta renda utiliza o espaço urbano para consolidar a sua dominação, apropriando-se de maneira diferenciada das vantagens e dos recursos também em relação às melhores condições de deslocamento, fator que vem a ser determinante para a estruturação do espaço intraurbano. No entanto, o Estado acaba favorecendo essas áreas através de investimentos diretos, como também criando facilidades à iniciativa privada:

a) da localização dos investimentos dentro do espaço urbano e sua área de impacto; b) do efeito dessa localização sobre a estrutura dos preços na área beneficiada, especialmente sobre a renda da terra; c) das mudanças na segregação residencial segundo grupos de rendimentos resultantes das modificações na superfície de renda da terra, nas tarifas dos serviços públicos e dos impostos locais; e d) da influência dessa segregação residencial sobre a incidência dos investimentos públicos nos períodos subsequentes, uma vez que o poder dos diferentes grupos sociais para influenciar o governo não é o mesmo (Vetter; Massena, 1982, p. 53).

Dessa forma, percebemos que a urbanização se generaliza, sendo que novas lógicas se reconstroem, uma vez que o processo de urbanização é passível de mudança em sua dimensão, extensão e em seu ritmo. A cidade, ao refletir tais mudanças, também se transforma (Vetter; Massena, 1982).

O rumo de tais transformações no espaço intraurbano não acontece de modo desordenado aos atributos do sítio natural, sobretudo nos casos em que a cidade se assenta sobre sítios topograficamente acidentados, onde as forças das barreiras naturais existentes tendem a

repercutir diretamente sobre a forma da cidade e sobre a estrutura urbana em seus diversos aspectos (Vetter; Massena, 1982).

Neste tópico, pretendemos abordar sobre como a Geografia, na sua essência enquanto uma ciência que relaciona a sociedade e a natureza, pode propiciar as contribuições para ajudar na compreensão e na solução do processo de violência no âmbito da urbanização, na medida em que o espaço sofre a violência e a reproduz sob diversas outras formas violentas de se (co)existirem no espaço geográfico: nos ambientes ou no território. A Geografia consegue mostrar as espacializações das violências no espaço urbano, algo evidenciado nos subtópicos do capítulo três, mas que, no entanto, se trata de construção que carece de ser abordada a partir de sua construção teórica e epistemológica neste subtópico do Capítulo 1.

Para isso, é fundamental trazer à tona as análises de Milton Santos (1993), pois o autor ressalta que foi a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolveu. De modo que casas localizadas na cidade tornaram-se residências dos senhores de engenho, que só frequentavam sua propriedade rural para inspecionar o corte e a moenda da cana-de-açúcar. Desse modo, foi através da expansão da agricultura comercial e da exploração mineral que surgiu a base para o alcance de se povoar o meio urbano, resultando na ampliação e no surgimento de cidades no litoral e no interior. Foi por meio da mecanização da produção da cana e do desenvolvimento do território que essa lógica se modificou. Posteriormente, com o avanço dos tempos e do crescimento populacional nas principais capitais brasileiras, não se pode deixar de ressaltar que:

[...] a urbanização do interior, evoluindo de forma acelerada e atomizada, foi reforçada pelo movimento de capitais mercantis locais propiciando investimentos de origem privada de companhias de energia, de telefone, de meios de transporte, bancos, instituições de ensino etc. Acrescente-se ainda o surgimento de postos de gasolina, armazéns para venda de implementos agrícolas e sementes, que reforçavam o setor urbano, acelerando a prestação de serviço (Santos, 1993, p. 24).

Há de se considerar que a base econômica das capitais de estado brasileiras era (somente até o fim da Segunda Guerra Mundial) baseada essencialmente na agricultura, que se realizava em sua zona de influência, e nas funções administrativas públicas e privadas (Santos, 1993). Desse modo, em linhas gerais, podia-se dizer que o peso das capitais nesse processo urbano e na população das cidades destaca-se do ponto de vista quantitativo e qualitativo, ou seja, nos estados em que a atividade extrativa seria predominante, a parcela da população vivendo nas capitais era maior:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade

do século XIX, quando, a partir da produção de café, o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quanto no sistema social (Santos, 1993, p. 26).

Não se pode deixar de mencionar que, para Milton Santos (1993), a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos e as criações de meios de comunicação, por exemplo, atribuem maior fluidez para essa parte do território brasileiro. Ao passo que onde se instalam sob os influxos do comércio internacional, as diferentes formas capitalistas de produção, de trabalho, de intercâmbio, do consumo é que vão tornar possível tal dinamismo. Foi uma integração limitada a somente uma parcela do território nacional, ou seja, da divisão do trabalho dentro dessa área, representando um fator de crescimento para todos os seus espaços envolvidos no processo e constituindo um elemento da diferenciação em relação ao restante do território brasileiro.

Dessa maneira, mediante tais acontecimentos, é que o processo de industrialização se desenvolve, com um polo dinâmico, representado pelo estado de São Paulo, durando em média até os anos 30, quando outras condições políticas permitiram que a industrialização começasse a destacar o mercado interno, cuja lógica era econômica e territorial, tendo em vista que:

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (Santos, 1993, p. 27).

Para Milton Santos (1993), a lógica da industrialização nesse período foi elementar para se consolidar, no país, as atividades industriais nas cidades, auxiliando na existência do mercado nacional e nas relações de comércio e de consumo nas próximas décadas, o que culminou na própria urbanização das cidades, cada vez mais consolidadas mediante ao avanço do crescimento demográfico nas principais cidades e capitais brasileiras de forma gradual. Por isso, foi necessário (re)pensar as estratégias do planejamento para se contrapor ao caos inerente ao crescimento econômico urbano.

Para Ermínia Maricato (1996), a cidade ilegal inexistente para o planejamento urbano tradicional, apesar da formação constante de quantidade razoável de arquitetos, administradores, geógrafos, sociólogos, que trabalham diretamente com as questões correlatas

ao planejamento das cidades, mas que não devem servir apenas ao planejamento de gabinetes. Soma-se a isso o fato de nem mesmo os Planos Diretores conseguirem dar cabo das complexidades urbanísticas das cidades, apesar de ser o primeiro passo para o ordenamento territorial da organização das cidades brasileiras.

Ermínia Maricato (1996) ainda ressalta que a cidade real necessita de intervenções emergentes, em função das complexidades de regulamentação, controle social, ações administrativas, e não só políticas, que precisam caminhar para o alcance de lidar com tragédias cotidianas que vitimizam moradores em encostas de morros, com deslizamento de terra em função das chuvas, na beira de córregos atingidos por enchentes ou de bairros inteiros assolados por epidemias.

O Brasil, no entanto, é marcado por uma legislação urbanística que perpassa por problemas com a corrupção dos governos, no que tange à aprovação de um planejamento na tentativa de ser mais inclusivo, implicando numa cidade do direito versus a cidade do fato, incentivando o assentamento ilegal e os problemas urbanísticos, como questão clientelista e de gerenciamento políticos nas cidades. A lei, na verdade, ao ser cumprida (ou não), tende a favorecer os interesses incorporadores do mercado imobiliário capitalista.

Nesse sentido, Ermínia Maricato (1996) alerta que enquanto os imóveis irregulares e ilegais não têm valor de mercado, são regidos pela ocupação irrestrita e sem a interferência direta do Estado. Já com valor hegemônico e agregado, as relações tendem a ser regidas pelas normas do Direito oficial. Isso porque a lei do mercado se distancia da norma legalizada nas cidades, o que vem sendo historicamente demonstrado nas metrópoles.

Já entre os anos de 1940 e 1980, Milton Santos (1993) evidenciou evolução da população urbana, agrícola e rural, sendo que a primeira multiplicou em até sete vezes. Já entre os anos de 1960 e 1980, a população chegou a quase cinquenta milhões de habitantes. No entanto, nos anos 1980 e 1990, a população urbana nacional aumentou em mais de 40%, culminando num contingente de quase trinta milhões de pessoas.

Isso ocorreu em função da intensificação da urbanização no fim da Segunda Guerra Mundial, cujo crescimento demográfico foi expressivo, como um resultado de uma natalidade elevada, em virtude dos progressos sanitários, da melhoria nos padrões de vida e do desenvolvimento da própria urbanização. Com isso, resultou num crescimento da população rural, entre 1960 e 1970, e a sua diminuição drástica entre 1970 e 1980 (Santos, 1993).

Nesse sentido, foi somente após o término da Segunda Guerra Mundial que a integração do território aconteceu, com a construção das estradas de ferro, que são interligadas, e das estradas de rodagem, que colocaram em contato as principais regiões brasileiras, sobretudo

Sudeste e Sul. Tudo isso foi fruto de um programa de investimentos em infraestruturas e das condições técnicas que viabilizaram o processo de substituição de importações com algum arsenal financeiro, o que pode ser base de outras relações sociais, sobretudo do consumo, tendo em vista que:

Esse período duraria até fins dos anos 60. O golpe de Estado de 1964, todavia, aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O País se torna grande exportador tanto de produtos agrícolas não tradicionais (soja, cítricos) parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, quanto de produtos industrializados. A modernização agrícola, aliás, atinge, também, produções tradicionais como o café, o cacau, o algodão; alcança produtos como o trigo, cujo volume plantado e colhido se multiplica; implanta-se em muitos outros setores e se beneficia da expansão da classe média e das novas equações de um consumo popular intermitente, com o desenvolvimento da produção de frutas, verduras e hortaliças. A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, servem como impulsão à expansão industrial (Santos, 1993, p. 36).

Segundo Milton Santos (1993), as fases do processo de integração foram a partir das atividades dinâmicas do ponto de vista econômico e geográfico. Na última fase, com o capitalismo já maduro, é que existe uma possibilidade do alcance da tecnologia e das formas de organização de tentarem homogeneizar espaços e funções, fazendo coincidir a forma com a função, e esta constituir caminhos produtivos voltados para as necessidades da ampliação permanente da taxa de lucro.

Outros aspectos que precisam vir à tona dizem respeito ao desenvolvimento da configuração territorial, isso porque fomentou um sistema de transportes e de telecomunicações correlatos à produção de energia, bem como ao aumento da produção material, industrial e agrícola fomentando o consumo. Por fim, relacionam-se ao aumento da expansão das formas de produção não-material, relativas às áreas da saúde, da educação, do lazer, da informação. Todos esses fatores foram importantes para desencadear o desenvolvimento das cidades no Brasil, dentro da lógica produtiva do capitalismo colonizado e dependente.

Com o tempo, tais fatores contribuem diretamente para que o espaço se torne mais fluido, favorecendo produção, trabalho, confecção de produtos e mercadorias, além do próprio capital, viabilizando a mobilidade. Gradualmente, incorpora-se o movimento da economia monetária e do trabalho assalariado, surgindo, então, a necessidade de intercomunicação como a complementação recíproca entre as regiões elevando o grau de urbanização (Santos, 1993).

Não se pode deixar de ressaltar que para Milton Santos (1993), o Brasil conheceu uma ocupação periférica, em função das decisões da geopolítica, que podiam estimular a

industrialização em diferentes regiões, para ocupar o território com projetos de colonização. Essa condição periférica foi descrita por Fanon (1968) como colonização, e a urbanização derivada dos processos colonizadores tem funcionalidades que garantem sempre o acúmulo de capital das empresas com consequências negativas para o território nacional.

Essa formação urbana do Brasil é marcada por um modelo excludente, mesmo no século passado, em virtude dos núcleos correlatos às grandes extensões de terras, que fomentavam a pobreza urbana e a exclusão das classes mais populares. Nesse sentido, até a configuração territorial atual, acumulavam-se riquezas diversas em que as ordens e os interesses meramente capitalistas foram obedecidas, favorecendo quase que exclusivamente os grandes donos de terras, em detrimento dos segmentos sociais despossuídos de terras.

As questões apresentadas por Milton Santos nos possibilitam compreender a constituição de espaços de exclusão e de acúmulo de violência direta, seja pela ordem ilegal, na formação e constituição de crimes, seja na ordem legal, na qual o Estado se omite em subtrair as questões de opressão, miséria e sofrimento. Dessa forma, entendemos que o mercado absorveu a superestrutura do Estado e dos agentes hegemônicos da economia, mediante os intermediários financeiros. No que tange à economia, o autor analisa que:

A regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo espalhado e tecnicamente fragmentado tem necessidade de posterior reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. De fato, defrontamo-nos com diferenciações regionais e disparidades territoriais de outra natureza. As necessidades de informação inerentes à presença do meio técnico-científico e exigidas por sua operação, fazem com que, ao mesmo tempo em que se instala essa tecnoesfera, haja a tendência paralela à criação de uma psicosesfera (Santos, 1988) fortemente dominada pelo discurso dos objetos, das relações que os movem e das motivações que os presidem. A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese (Santos, 1993, p. 46).

O consumo consuntivo e o produtivo, cumpre destacar, vem contribuindo para ampliar a escala da urbanização e a importância dos centros urbanos, no aspecto econômico e da divisão do trabalho entre cidades, o que as tornam mais complexas. Isso se reflete, então, num número maior de cidades com mais de 100 mil habitantes, ou seja, de cidade média, sendo necessário destacar que:

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. Esses lugares representam

estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos, estoques de capital de giro (agora indispensáveis), estoques de mão-de-obra nos mais diversos níveis, centros de transportes e de comunicações, pólos de difusão de mensagens e ordens (Santos, 1993, p. 51).

Milton Santos (1993) ressalta as antigas disparidades entre as regiões mais urbanizadas do Brasil, uma vez que, nos anos 1960 e 1980, a população urbana cresceu, o que se vislumbrou de forma mais acentuada no Centro-Oeste e no Norte do país do que nas outras três grandes regiões. No Nordeste e no Sudeste, por sua vez, tal crescimento foi menor quando se compara com os dados nacionais em sua totalidade.

Também é importante frisarmos que Maricato (1996) compreende a estrutura urbana “por dentro”, isto é, pela questão da legalidade do uso dos solos e, com isso, ela consegue destacar como o Estado mostra-se ausente do compromisso em regularizar espaços com os quais promovam uma condição de vida melhor para a classe trabalhadora. Assim, ao associarmos Maricato (1996) e Santos (1993), temos a oportunidade de pensar a cidade a partir de uma violência estrutural que ocorre em múltiplas escalas de poder e organiza a cidade para que ela tenha espaços mais seguros e espaços que exerçam, por meio da negatividade da ação do Estado, a violência.

Desse modo, Maricato (1996, p. 26) afirma que: “A lei do mercado é mais efetiva do que a norma legal”. A afirmação nos coloca diante das questões anteriormente provocadas por Milton Santos quanto ao uso do território e como as cidades são articuladas para a promoção de uma sociedade de classes, as quais, segundo Fanon (1998), estruturam-se para a opressão, promovida pela própria definição de colonialismo e cidade colonizada. Torna-se necessário frisar que a estrutura fundiária da terra urbana acentua as formas de pobreza urbana, culminando na negação do acesso à terra e na dificuldade de se estabelecer as moradias.

Santos (1993) aponta que existe um Brasil urbano e agrícola, tendo em vista que a expansão do meio técnico-científico transformou a divisão territorial em espaços da racionalidade e inteligentes.

Utilizando, com um novo sentido, a expressão região, diremos que o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. Simplesmente, não mais se trataria de ‘regiões rurais’ e de ‘cidades’. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais. Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas frequentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. As regiões metropolitanas, oficiais ou de fato, são o melhor exemplo desse fenômeno. Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas

contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas (Santos, 1993, p. 66).

Outro aspecto mencionado por Milton Santos (1993) diz respeito à autonomia garantida pelas atividades pela população urbana e pelos fenômenos de circulação. A autonomia tende a ser mais forte quando a cidade é maior. Também se pode falar em região urbana, que são áreas onde diversas cidades interagem com frequência a partir de uma interdependência funcional com as possibilidades que acarreta, para propiciar uma divisão interna do trabalho bem acentuada. Desse modo, se admite que o Brasil tem mais regiões metropolitanas que as da classificação oficial.

Para Milton Santos (1993), foi no Brasil agrícola que houve a tendência para a área de exportação, com o intuito de propagar a agricultura regional, para que ficasse mais moderna. No Brasil urbano, essa área de exportação seria tanto a rural quanto a urbana. Dessa forma, quanto mais importante a região urbana, mais força terá a divisão interna do trabalho, com os núcleos que a compõem, comprando e vendendo uns aos outros bens intermediários e finais. Contudo, não se exclui uma hierarquia de respostas no sistema urbano regional. Todas as cidades do sistema urbano nacional possuem o interesse pela atividade rural, que se ligam a outros níveis de controle. Mais recentemente, no que tange à organização caótica das cidades, Milton Santos (1993) destaca:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. Isso era menos verdade na primeira metade deste século, mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (Santos, 1993, p. 95).

Normalmente, nas grandes e médias cidades, existem grau de especulação, em função de uma criação mercantil da escassez e do problema do acesso à terra, permitindo à habitação tornar-se visível. Isso porque o déficit de residências leva à especulação e à periferização do segmento mais vulnerável, contribuindo para a especulação e a valorização das frações do território urbano (Santos, 1993).

Até mesmo a organização dos transportes possui essa lógica, atingindo os mais vulneráveis, que moram longe dos centros, e não possuem transporte privado próprio, tendo em vista que os serviços e os bens são mais caros nas periferias, o que fortalece os centros em detrimento das periferias:

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. E assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. O planejamento urbano acrescenta um elemento de organização ao mecanismo de mercado. O marketing urbano (das construções e dos terrenos) gera expectativas que influem nos preços (Santos, 1993, p. 96).

Essa situação é agravada em função do capitalismo e da diferenciação de recursos disponíveis para toda a população, haja vista que a receita pública não contempla o lado da cidade social, ou seja, ampliam-se as diferenças entre os lugares urbanos, a saber: centro e periferia. Assim, a organização interna das cidades, seja de qual for o porte, demonstra um problema relativo à especulação imobiliária e aos processos de segregação socioespacial inerentes (Santos, 1993).

As cidades, portanto, são hegemônicas nos discursos e na própria composição ideológica de sua organização. Por isso, a crítica a homogeneidade é vital e precisa existir uma denúncia constante quanto aos espaços de vulnerabilidades que devem ecoar como violência estrutural urbana. Por esse motivo:

O desconhecimento da cidade real pelas classes médias e dominantes da sociedade é reforçado pelo seu confinamento a uma área de circulação restrita pelas ilhas de primeiro mundo. A concentração de infra-estrutura equipamentos urbanos aliada ao mau funcionamento dos transportes públicos vão determinar a ocupação densa da cidade hegemônica. Esses circuitos fornecem a ilusão de um espaço relativamente homogêneo contando com o comércio e serviços requintados. Não são apenas a estrutura administrativa municipal os cadastros urbanos e o orçamento público que se organizam em virtude desse espaço restrito. Uma imprensa dedicada ao estilo de vida a existente reforça a ideia predominante que toma o global pela centralidade oficial (Maricato, 1996, p. 27).

Não se pode deixar de mencionar que a cidade se define conforme o grau de desenvolvimento regional e da divisão territorial do trabalho, ou seja, está atrelada ao projeto dominante do capitalismo. As atividades centrais, valoradas para o projeto nacional, são as que interessam ao Estado e às corporações nacionais e internacionais. Tais atividades, centrais em rede e sistema, representam uma totalidade dos núcleos urbanos, mediante a urbanização corporativa. As metrópoles tendem a ser mais corporativas em função dos grupos fechados de comerciantes e de empresários, que investem em áreas localizadas dessas grandes cidades, visando gerar mais lucros rotativos. Milton Santos (1993) ressalta principalmente que:

A cidade atual presta-se à recriação desse tipo de segmentação, com a emergência de grupos mais ou menos organizados, lutando de maneira difusa ou com o apoio de lobbies mais ou menos agressivos e mais ou menos aparelhados, através de discursos, marketing, alianças duráveis ou colusões ocasionais, estratégias e táticas pela prevalência de suas reivindicações setoriais. São interesses de classes de categorias profissionais, de bairros, de tipos de proprietários, como os donos de automóveis, mas também de grupos étnicos, de gênero ou de comportamento sexual que buscam a construção de sua identidade, mas também o discurso de suas reclamações particulares e a melhor prática para sua militância, destinada a obter, no plano jurídico ou material, compensações e vantagens (Santos, 1993, p. 109).

O processo de urbanização corporativa coloca a vida como processo contraditório, ofertando aos segmentos sociais diversos as maneiras de produção, os modos de vida, os comportamentos. Os detalhes corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as relações externas e internas da cidade, tendo em vista que a lógica dominante é a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa em detrimento de um estado social mais amplo. Desse modo, é o poder público que cria a escassez, estimula a especulação e difunde a produção dos espaços vazios dentro das cidades, ou seja, tornando-se ineficiente para dar solução ao problema da habitação, na qual se realoca a maioria da população nas periferias. Parcela da sociedade que é forçada a pagar mais pelos transportes coletivos e a comprar bens ou serviços que o poder público não pode dar conta de suprir e ofertar com qualidade (Santos, 1993).

Ermínia Maricato (1996) também ressalta que enchentes ou chuvas intensas, que podem propiciar deslizamentos de terras, são temas recorrente na mídia brasileira, dedicada somente a apresentar o ocorrido, sempre à baila, mas pouco ou nada interessada em trazer explicações mais detalhadas que pretendam formar conhecimento sobre o processo anárquico de uso e ocupação do solo nas periferias urbanas. Outro ponto considerável é a ausência de saneamento básico, o principal fator que fomenta as epidemias. Tanto a rede hídrica e de esgotos não captam de forma regular a águas e isso vai criando uma tragédia sem fim nos bairros. Normalmente, os movimentos urbanos da década de 1970 contribuíram para desvelar as problemáticas da pobreza urbana e das questões ambientais. Ainda assim, a violência urbana do assalto, do roubo, das chacinas que mostravam as faces da exclusão social no Brasil, com vistas a reproduzir o capitalismo periférico, conforme bem apontou Florestan Fernandes (1977).

Desse modo, Ermínia Maricato (1996) compreende que a forma de passagem do Brasil Colônia para a Independência, o fim da escravidão, as substituições de mão de obra escrava por europeus imigrantes, com a figura do trabalhador livre tratou-se de episódios preponderantes para entender o processo de industrialização e a formação do proletariado urbano. Segundo Caio Prado (2014), a questão fundiária teve uma centralidade em todo esse processo da força de trabalho entre imigrantes, das terras devolutas e do fim das sesmarias.

A partir do início da República deu-se início ao urbanismo modernista e de segregação, principalmente no Rio de Janeiro, em especial ligado à exportação do café e ao combate de epidemias em virtude do saneamento da cidade. Buscava-se, nesse período, o embelezamento carioca em detrimento da simbologia do passado escravista. A necessidade do Estado republicano clamava por reformas urbanísticas nas metrópoles brasileiras, baseadas no ideal estético de Paris e no desenvolvimento do mercado imobiliário local, eliminando a sociedade escravagista anterior e expulsando as massas de pessoas negras, pedintes e desempregados das cidades (Maricato, 1996).

Para Milton Santos (1993), é imprescindível observar que os conjuntos residenciais financiados com dinheiro público, mas construídos por empresas privadas para as classes médias baixas, tenderam a se fixar nas periferias urbanas, em virtude dos preços mais baratos dos terrenos, tendo em vista que esses serviços - como de luz, água, esgotos, pavimentação e transportes - foram financiados com os mesmos recursos. Foi o Banco Nacional de Habitação que contribuiu para ter uma tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a corrida da especulação imobiliária, objetivando mitigar os vazios urbanos, que ocasionou, ao longo do tempo, a ida da população mais vulnerável, sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais assistidas de serviços, para áreas mais distantes da cidade, amplificando o processo de periferização. O autor ainda reitera que:

Nessas condições, cada solução se impõe como um problema. Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos, eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas. A rapidez com que se instala o processo de verticalização (M. A. A. de Souza, 1990) tem como paralelo um processo de suburbanização. Como o número de pobres se expande ainda mais depressa, há pressão pela terra também entre os pobres e o resultado é uma expansão geográfica da cidade, periferização que se dá com a criação de vazios, graças ao modelo rodoviário. E um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário (Santos, 1993, p. 113).

Por fim, Milton Santos (1993) deixa evidente que a vontade política é o principal fator que motiva as grandes transformações sociais. As tendências da urbanização aparecem como fundamentais e estão inerentes à dinâmica da política estrutural, apontando para uma evolução que tende a ser mais oportuna, mas não necessariamente inclusiva em termos de democratização do acesso de se habitar as cidades.

Ermínia Maricato (1996) faz um paralelo entre a cidade, o Estado e o mercado e percebe uma modernização excludente. O urbano constitui-se, então, como polo moderno. No entanto, o trabalhador do fim da década de 1970 e início de 1980, ainda que fosse subsidiado pela indústria automobilística, morava em condições insalubres e nas periferias, em função da renda baixa, não diversa da renda média nacional. Foram o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação os representantes institucionais dessa modernização mais excludente criada no período militar.

Foi através do uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo, que se fazia o financiamento da habitação, do saneamento básico e da infraestrutura urbana, permitindo o acesso ao imóvel e as expressivas construções públicas nas cidades, investimentos que não eram cogitados pela iniciativa privada, mas responsabilidade exclusiva dos Estados. Ainda assim, mesmo nesse período de crescimento do acesso à moradia, houve um aumento do número de pessoas pobres inseridas nas favelas brasileiras da região Sudeste. Para Ermínia Maricato (1996), os trabalhadores protagonizaram um dos capítulos mais tristes da história brasileira, tendo em vista a corrupção e o superfaturamento de dinheiro público para fins privados que se proliferou no período.

O que se viu foi uma política que atendia aos interesses imobiliários e de incorporadores e empresários ligados à agenda política brasileira, com viés exploratório e capitalista, em prol de atender à classe média e não aos segmentos mais pobres. Então, cresceram no Rio de Janeiro e em São Paulo as periferias ilegais e os assentamentos e moradias precárias, para onde se dirigiram o grosso populacional na tentativa de sobreviver num Brasil mergulhado em inflação. Não à toa cresceram as relações clandestinas de toda ordem nessas regiões (Maricato, 1996).

Para Ermínia Maricato (1996), as relações formais capitalistas encontram-se no rol da acumulação brasileira e da exclusão, ao que se soma o loteamento ilegal, empreendimento em que incorporadores pagam o que for necessário pelas melhores localizações nas cidades.

Renata Sampaio (2011) auxilia a pensar sobre a violência do processo de urbanização capitalista como uma forma de reprodução das relações comerciais e de trocas simbólicas. Em linhas gerais, a violência é um dos conteúdos identitários inerentes ao processo de urbanização percebido nos dias atuais, na maioria das cidades em expansão, ocasionado pelo urbanismo estatista (do planejamento urbano).

A partir dos pensamentos de Flávio Villaça (2004) sobre as expectativas do planejamento urbano, Renata Sampaio (2011) ressalta que há uma forma de negação dialética, tendo em vista que “[...] ações políticas pontuais de melhoria de infraestrutura urbana, como iluminação, asfaltamento, saneamento básico, habitação, incidindo sobre o processo de

urbanização, têm ressonância na vida imediata das pessoas” (Sampaio, 2011, p. 63). Isso porque, conforme Adorno (1995), o planejamento foi percebido como as medidas de ação sobre o espaço urbano, idealizado por uma perspectiva burguesa que gerou algumas ideologias. No entanto, Flávio Villaça (2004) ressalta:

O planejamento urbano pode ser traduzido como a ação planejada do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano, sem confundir-se precisamente com teorias ou pensamentos sobre o urbano, muito menos com ações não planejadas do Estado sobre o espaço urbano. O autor considera da esfera do planejamento urbano ‘apenas aquelas ações do Estado sobre o urbano que tenham sido objeto de algum plano, por mais amplo que seja o conceito de plano (Villaça, 2004, p. 180).

Não se pode deixar de destacar, aqui, que o uso das expressões planejamento urbano e urbanismo contemplaria apenas algumas modificações de nomenclatura, e que seriam correlatas à atuação do Estado sobre o espaço urbano. Tiveram uma tendência no Brasil, como estratégia utilizada da classe mais elitizada, para difundir a ideologia dominante, visando principalmente a manutenção no poder e garantir diferentes formas de dominação em sociedade (Villaça, 2004, p. 182).

Nesse contexto, Renata Sampaio (2011) baseou-se nos pensamentos sobre os processos de urbanização a partir da visão de Henri Lefebvre (1999) acerca dos meandros da revolução urbana defendidos por ele. Lefebvre (1999) argumentou que os fundamentos da reprodução social e do capital insidiam mediante o avanço do processo de industrialização e urbanização, culminando na industrialização e na formação econômica e social capitalista, ou seja, ambas ligadas à gestão urbana e traçando duras críticas ao desenvolvimento do urbanismo.

Assim, Renata Sampaio (2011) – também ancorada nas reflexões teóricas de Lefebvre (1999), leiam-se as três críticas ao urbanismo - defende que o processo de urbanização efetiva-se numa forma mais violenta, a saber: no urbanismo dos homens de boa vontade ou dos humanistas (aquele ligado à filosofia da boa ação dos especialistas em resolver os problemas urbanos); no dos promotores imobiliários (aquele que vende o mercado imobiliário); e, por fim, no do Estado (aquele ligado aos administradores do setor público estatal ou aos tecnocratas, da representação política). Em linhas gerais, Renata Sampaio (2011) reitera essencialmente que existe uma relação com o Estado e com o meio político, que articula a violência do processo de urbanização.

A via por meio da qual o processo de urbanização se institucionaliza politicamente dá-se através das mediações relativas ao exercício do poder do Estado, através da coerção, dominação, repressão e ordenação. Tais elementos caracterizam o conteúdo da violência inerente ao processo de urbanização, englobando, de algum modo, o planejamento urbano,

conforme defende Raquel Rolnik (1994), Ermínia Maricato (2002) e Flávio Villaça (2004). Portanto, a gestão urbana precisa ser marcada por um processo estatal de tomadas de decisões racionais (Rolnik, 1994).

Renata Sampaio (2011) reitera que a luta pela reforma urbana deu-se através da inclusão do capítulo da política urbana nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (a Carta Magna) e com o aparecimento do Estatuto da Cidade, que representariam o protagonismo do Estado sobre os assuntos que envolviam o planejamento das cidades no Brasil. A autora, que se baseia em Flávio Villaça (2004), também deixa evidente que existe uma relação intrínseca entre o urbanismo e o Estado, pois ambos poderiam ser inerentes ao processo de produção capitalista do espaço urbano, ainda que exista um interesse excessivo das classes dominantes em prol de ter acesso às melhores localizações de uma cidade:

[...] fica claro que os planos não seriam elaborados para ser executados nem para resolver os grandes problemas das massas populares urbanas. Sem dúvida eram elaborados para atender aos interesses dominantes urbanos, mas isso passaria a ser cada vez mais difícil de ser divulgado oficialmente através de planos (Villaça, 2004, p. 203).

Não devemos deixar de mencionar que o planejamento urbano, pensado por Flávio Villaça (2004) e por Renata Sampaio (2011), faz uma reflexão explícita sobre a ideologia de classe, que parece sustentar o progresso numa visão falsa e excludente, tendo em vista que os discursos do planejamento são elaborados visando manter a tecnocracia do Estado, tendo como estratégia maior ocultar uma dominação de classe por meio do planejamento urbano. Ou seja, através do Estado, personificada, por exemplo, na existência e aprovação dos Planos Diretores, enquanto uma solução mágica e/ou ilusória dos problemas urbanos, o que é um dos únicos instrumentos para dissolver os problemas sociais das cidades.

Assim, no que tange ao planejamento urbano e à ideologia, tornou-se possível estabelecer uma relação entre ambos, na medida em que o Estado é instrumentalizado politicamente pela classe dominante em favor de seus interesses e em detrimento das outras classes mais populares (Maricato, 2002; Villaça, 2004).

Renata Sampaio (2011), a partir de Ermínia Maricato (2002), defende que o conjunto de todos esses fatores sociais e políticos, no Brasil, culminou essencialmente na produção da desigualdade espacial, respectivo à existência da cidade legal e ilegal, bem como aos interesses da manutenção de uma dominação ideológica de classe, utilizada através do Estado, mediante a estruturação das questões envoltas do planejamento urbano. Ermínia Maricato (2002) lança mão da ação de resistência à exclusão como forma de plano de ação para resolver os problemas urbanos em vez da utilização única dos Planos Diretores.

Dessa forma, compreendemos que o processo de urbanização capitalista pode ser fundamentado pela violência, que não se constitui apenas no âmbito físico ou somente das problemáticas inerentes à segurança pública, mas também, diga-se de passagem, é preciso considerar que a violência também se efetiva como poder do Estado, através de suas muitas instituições. Em suma, isso ocorre em função do entrelaçamento do urbanismo com o Estado, bem como das características e dos problemas estruturais estatais, que impedem de prever a aproximação com o poder e a violência, estruturados a partir de um contexto sociopolítico (Sampaio, 2011, p. 84-85).

Há relações entre o urbanismo e o Estado e entre a violência e o processo de urbanização que são baseadas nas questões de classes específicas de uma sociedade capitalista, como analisam Claus Offe (1984) e Henri Lefebvre (1968). No que tange às relações estatais, Marília Sposito (1996) pondera que:

O Estado, pela hegemonia conquistada, torna-se superior à sociedade civil, crer que se estabelece ao nível de uma instância, que ele não contém o conjunto e não está presente em cada parte, é um equívoco. Nada mais equivocado que a metáfora da instância, pois ela significa não compreender a inerência do político nas relações sociais, as relações de dependência e de poder que atravessam dominadores e dominados, governantes e governados; relações que penetram a família, a sexualidade, o ensino, a moral e os valores, o espaço e a vida cotidiana (Sposito, 1996, p. 45).

A partir desse viés defendido por Marília Sposito (1996) e conforme ressalta Renata Sampaio (2011), o ponto central dá-se mediante as relações de troca, pois é quando se generaliza a violência e a coerção como fundamentais nas relações sociais. Tendo em vista que essa troca pressupõe um caráter violento e coercitivo, uma vez que só pode se realizar pela força, personificada nas relações contratuais e institucionais e que abarcam a violência e a coerção, legitimadas pelo Direito, de acordo com as noções vistas sobre o contrato em Walter Benjamin (2011). Em aspectos gerais, então, é pela violência, conforme Lefebvre (1977), que se reúne a preponderância do valor de troca, ou seja, pela lei e sua força como um fundamento do poder político (Lefebvre, 1977).

Desse modo, fica claro que o urbanismo estatista atua diretamente na extensão e na generalização da violência, ao representar a categoria inerente das relações de troca, ou seja, das relações contratuais, contribuindo diretamente para um planejamento que produz um espaço político e econômico através do alcance de uma política do espaço (Sampaio, 2011).

Pode se chegar à conclusão de que o planejamento urbano, como representante do Estado capitalista, tem uma função importante nas relações de produção por meio do espaço urbano. Para Henri Lefebvre (1999), o urbanismo mascara falsamente várias estratégias,

encobrendo a intervenção de muitos poderes. Finalmente, podemos deixar claro que essa modalidade de urbanismo permite que o poder do Estado continue a se perpetuar ao longo dos anos, gerando muitos lucros e excluindo os mais vulneráveis desse processo de urbanização, culminando na produção de um espaço cada vez mais repressivo (Lefebvre, 1999, p. 145).

Tanto Milton Santos (1993) quanto Renata Sampaio (2011) compreendem que as cidades vêm assumindo a faceta de um urbanismo representado pelas relações estatais e políticas, englobadas em uma preocupação da venda e da troca inerentes ao chamado urbanismo de marketing, voltados aos lucros abusivos e incessantes de empresas e incorporadoras imobiliárias. O que se percebe na prática é que o Estado e o mercado se unem, visando, através de uma linguagem em comum, alcançar a lógica da produção do espaço urbano, tendo como consequência a reprodução da violência urbana.

Nas cidades, tais interesses imobiliários são esvaziados de uma preocupação em promover algumas formas de se habitar o espaço, não se garante o direito à cidade para alguns segmentos sociais mais vulneráveis economicamente, que representam os/as trabalhadores/as inseridos nas sociedades globais, marcadas, atualmente, pelo consumo, pelas desigualdades socioespaciais e pela não inclusão no avanço das tecnologias da informação. Todos os fatores mencionados neste tópico da tese, portanto, tendem a compor os processos de violência urbana perceptíveis na atualidade.

1.3 O tensionamento histórico da rejeição: a Geografia que pouco tratou sobre a violência

As contribuições de Yves Lacoste (1988) traçam críticas a respeito do fato de a Geografia ser aplicada no contexto da Geografia Escolar. Para o autor, a disciplina tem sido utilizada, a princípio, como um conhecimento para fazer guerras e para controlar os homens, sobre os quais o Estado exerce o seu poder.

Assim, Lacoste nos apresenta uma Geografia da violência, que tem como fundamento a compreensão de um mundo que precisa da violência para existir. A questão do conhecimento, da ciência e do poder, tão apresentados por Adam Smith no século XVIII, ainda se mostra como determinante. Lacoste, então, apresenta a violência como fator de comando e de organização da sociedade. Ao traçarmos elementos da violência a partir da compreensão geográfica no urbano, compreendemos a dinâmica da estrutura do capitalismo e suas especificidades.

A Geografia, como ciência de origem colonizadora, conforme Barbosa (2023), busca construir mecanismos de violência também na composição epistemológica. Com isso, a presente tese busca sinalizar essas questões e trazer a temática violência como resultado dos

processos históricos que são materializados pela classe dominante no urbano, organizado pela mesma. Assim, o ensino quanto à temática violência, tema tão caro para o anticolonialismo, é colocado mais como composição estatística do que uma análise da realidade.

A discussão em torno da Geografia como ciência toma importância menor, conforme Lacoste (1988) e Ruy Moreira (2009b), pois passa a se tornar um saber estratégico e, conseqüentemente, uma aliada fundamental na tomada ou mesmo na manutenção do poder. Dessa forma, segundo Moreira (2009b), a Geografia precisa buscar um caminho que traga a cientificidade como trajetória crítica na efetivação epistemológica, ou seja, o ser humano tem papel fundamental na compreensão e organização do espaço.

Nesse viés, é que o seu ensino, nas escolas, foi diluído no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), pois o conhecimento deveria ficar restrito aos homens do comando do Estado, destacando que:

É importante hoje, mais do nunca, estar atento a esta função política e militar da geografia, que é sua desde o início. Nos dias atuais, ela se amplia e apresenta novas formas, por força não só do desenvolvimento dos meios tecnológicos de destruição e de informação, como também em função dos progressos do conhecimento científico (Lacoste, 1988, p. 30).

Lacoste (1988) defende que existem duas Geografias, a dos Estados-maiores e a dos professores. A primeira representa um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referente ao espaço, dotado apenas pelas minorias que o utilizam como um instrumento de poder. Já a segunda, trata-se de um discurso ideológico no qual uma das funções é a de neutralizar a importância estratégica dos raciocínios sobre o espaço. Lacoste (1988) ressalta:

Não somente essa geografia dos professores é extirpada de práticas políticas e militares como de decisões econômicas (pois os professores nisso não têm participação), mas ela dissimula, aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais (Lacoste, 1988, p. 31).

Há de se destacar que Lacoste (1988) possuía algumas preocupações com relação à alienação espacial dos intelectuais e estudiosos e da sociedade em geral, em virtude da falta de discussões epistemológicas no campo da Geografia, que em algum momento, segundo ele, não seria mais fomentada como formadora de opiniões críticas, mas ganhou uma característica meramente enciclopédica, propondo a formação de atores sociais intelectualmente subservientes ao sistema capitalista.

Na perspectiva da Geografia Política, o tema guerra tem sua relevância no que tange à quebra de pactos, acordos de paz e do estabelecimento de uma situação de conflito e de sua

declaração. Desse modo, alcança proporções catastróficas, pois um país poderá entrar em guerra e as consequências serão as mais terríveis já vistas, tanto do ponto de vista diplomático quanto dos problemas sociais e de sobrevivência das populações locais. Um exemplo bem atual compreende o que se tem passado entre a Rússia e a Ucrânia.

Dessa forma, interessa compreender o padrão da guerra contemporânea, uma vez que os modelos de guerra anteriores não se enquadram em conflitos atuais e podem levar a um quadro imprevisível, sobretudo no aspecto nuclear (Hobsbawm, 1996). Num primeiro momento, cabe destacar que a guerra sempre fez parte da história da humanidade, tendo em vista que conflitos (armados ou não) fazem parte da natureza humana. Porém, os mais violentos, aqueles que se valem do uso da força e do poder sobre o mais fraco, são o fenômeno mais antigo da humanidade (Hobsbawm, 1996).

A luta entre os homens foi a marca da história. As guerras antigas eram marcadas pela luta corporal e sempre havia um imperador ou um rei que dominava os territórios e tinha um exército bem equipado, como, por exemplo, as conquistas de Gêngis Khan, Alexandre, a saga dos Imperadores Romanos. Assim, os grandes impérios da Antiguidade tinham um forte aparato militar, com guerreiros suicidas que defendiam causas muitas vezes insanas e com promessas irrelevantes. O ato de matar o inimigo era a marca principal através de lutas corporais selvagens. O uso do cavalo e dos primeiros instrumentos de guerra, como arco e flecha, e a catapulta contribuíram para uma maior perda de vidas (Hobsbawm, 1996).

A utilização da pólvora, descoberta pelos chineses, no entanto, é mais recente e representou um certo avanço, em especial nas guerras do fim da idade moderna. As sociedades antigas eram guerreiras e tinham como objetivo, quando se instituía os confrontos, a morte de seus inimigos. Nesse período, as guerras eram territoriais e almejavam, em sua grande maioria, conquistar territórios e submeter o vencido a humilhações, à escravidão e a dívidas reparatórias, ou seja, de lucrar bastante junto ao território dominado (Hobsbawm, 1996).

Na era Moderna, por sua vez, o período mais conflituoso correspondeu ao século XIX, quando os Estados estavam organizados com exércitos profissionais e a condição de guerra foi uma marca entre essas nações, principalmente durante a segunda metade desse século, o que faz jus à nomenclatura era dos impérios, dada pelo historiador Eric Hobsbawm (2000) a um de seus livros clássicos. Sendo marcada principalmente pela unificação alemã e italiana, os confrontos foram necessários nesse processo na medida em que os dois países possuíam uma estrutura militar avançada e tinham como uma das principais estratégias o avanço do poder territorial no continente europeu, tendo as guerras mais sangrentas e violentas da história mundial.

Num tempo mais recente, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que ganhou destaque nos estudos internacionais, sobretudo em função do avanço dos recursos tecnológicos da época, sendo o primeiro conflito em que foram utilizados instrumentos mais sofisticados, como tanques, navios especializados para armamentos e aviões. Destaca-se que, ainda que durante o confronto tenham lançado mão das trincheiras, não se configurou enquanto batalha corporal como na antiguidade, mesmo porque a cena desse conflito bélico foi roubada pelas tecnologias, o que se constituiu em ponto de inflexão na história militar. O avanço do poderio militar, em função do armamento pesado e de grande mobilidade territorial, comandou a guerra, ou seja, foram combinadas com a ciência militar e a tecnologia, o que acarretou em número muito alto e significativo de perdas humanas (Hobsbawm, 1996).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por sua vez, foi marcada pela ciência militar, pelo progresso do complexo industrial-militar e, principalmente, pelo uso dos recursos provenientes da cartografia militar, bem como pela utilização das estratégias de ataque utilizados. As batalhas foram trágicas, a exemplo da Tomada de Varsóvia, a Batalha de Stalingrado, a Tomada de Midway, Pearl Harbort e a Invasão da Normandia.

Para Hobsbawm (1996), a Segunda Guerra teve um aspecto mais mundial do que a primeira, haja vista que o envolvimento de países foi maior, sendo que pelo menos três deles, mais militarizados, uniram-se para combater outros continentes: Alemanha, Itália e Japão. Eram os países mais poderosos no início do conflito, dos quais também não se pode esquecer a Inglaterra e os Estados Unidos. Aquela conjuntura militar foi marcada pelo uso de artefatos nucleares, cuja possibilidade beirou a extinção da raça humana da Terra.

Após o seu término, um novo mundo foi construído e duas superpotências surgiram: os Estados Unidos (do lado capitalista) e a União Soviética (do lado socialista). Assim, remediavam-se as condições para o surgimento do capitalismo, que perdurou até meados da década de 70. O período entre 1947 e 1991 representou a Guerra Fria entre esses dois países, motivada por questões econômicas, políticas e sociais, intensamente marcadas, também, pelo conflito baseado em torno da luta ideológica e da utilização da espionagem internacional - através das atividades de vigilância dos agentes espões (russos e americanos) -, marcando a geopolítica pela influência das duas potências, mediante a sua aliança temporária e da vitória contra a Alemanha nazista (comandada por Adolf Hitler), em 1945. Foram intensificados o desenvolvimento do arsenal nuclear e da mobilização militar, e a luta pelo domínio de poder entre essas duas nações foi expressada através da guerra psicológica, dos embargos econômicos e da rivalidade nas competições tecnológicas (Hobsbawm, 1996).

Na sociedade contemporânea, outros estudiosos/as também retratam sobre os diferentes conflitos globais com força de guerra ao redor do mundo atual. Angela Davis (2015), por exemplo, detalha os problemas políticos e religiosos do Oriente Médio e da Palestina, bem como da influência econômica e tecnológica dos Estados Unidos frente a outros países, da violência institucional e policial nas periferias americanas com jovens negros e mulheres negras, da onda mundial de racismo, xenofobia e avanço do terrorismo global.

Já Frantz Fanon (1968) retratou sobre os efeitos fulminantes da colonização, na saúde mental das populações das nações do Sul, na Guerra da independência argelina, nas décadas de 50 e 60, detalhando o processo histórico de descolonização na Argélia e na África, sobretudo a partir da violência brutal da colonização e, posteriormente, da descolonização. Fanon (1968) denuncia que, geralmente, era o próprio colono que protagoniza violências e barbáries com o ser colonizado.

Certamente essas e outras guerras e conflitos fomentaram a noção do caos no espaço urbano das nações. É salutar retratá-las, ainda que de forma resumida, para que tenhamos um norteio de que historicamente os conflitos estão postos entre os indivíduos, entre as classes e entre as nações ditas civilizadas.

O fato é que a Geografia, apesar de ter um histórico calcado a partir dos primeiros conflitos entre as nações e de ter se desenvolvido mediante diferentes vertentes, sobretudo a partir da geopolítica, não enfrentou devidamente as temáticas sobre o avanço da violência na estrutura capitalista urbana. Fez isso apenas recentemente, em virtude da implosão de conflitos gravosos e dos processos de globalização e internacionalização cultural, que intensificaram as formas de violências presentes em muitos países e também nas médias e grandes cidades.

Nesse caso, propusemos realizar uma pesquisa baseada na Geografia anticolonial, refletindo criticamente sobre como problematizar as urgências urbanas e as mudanças estruturais apontadas pela sociedade local de Ituiutaba (MG) no que tange à sensação de insegurança e das violências vistas e percebidas na cidade no período pós-pandemia. Ou seja, partimos do pressuposto de que a Geografia como área científica precisa demonstrar, na atualidade, e vislumbrar os diferentes problemas sociais inerentes ao intensivo processo de urbanização e as consequências advindas da globalização ocorrendo nas cidades brasileiras.

Por isso, enfatizamos a importância de realizar uma pesquisa geográfica trazendo à tona essas disparidades sociais inerentes à sociedade de classes e às desigualdades socioespaciais percebidas nos três bairros analisados na cidade, evidenciados no capítulo três da tese. E destacando também a importância da cultura popular local e o respeito integral às falas dos entrevistados/as participantes desse estudo.

Desse modo, ainda que a Geografia clássica e europeia não focou em debater devidamente as problemáticas da Geografia enquanto uma ciência meramente colonizadora, mostrando a perversidade das violências sistêmicas das variadas sociedades entre os países, que recaem na classe trabalhadora, propusemos nesta tese fazer um caminho inverso. Ou seja, o nosso intuito é o de mostrar os elementos geográficos e as disparidades existentes na sociedade de classes em Ituiutaba e deixar vir à tona os tipos e formas de violências, sejam aquelas a partir dos problemas de segurança pública da cidade, mas também das violências dos preconceitos e das estigmatizações de classes engendradas historicamente. A Geografia aqui tratada tem esse propósito, o de denunciar as disparidades sociais inerentes, de algum modo, à formação da identidade brasileira e a romper com o pacto colonial europeu tradicional.

Para Perla Zusman (2001), a organização dos estudos geográficos no Brasil possuía uma intenção muito clara: a de desenvolver um projeto territorial da elite paulista através da criação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Em meio às efervescências do regionalismo e das reivindicações paulistas nas décadas de 1920 e 1930, as elites tentaram construir uma espécie de comunidade:

As próprias elites intelectuais, em suas diferentes tendências, tentam construir, a partir do campo simbólico, uma nova comunidade imaginada (ANDERSON, 1993) para o Brasil. Estas tentativas abandonam toda perspectiva europeia, considerando-a um obstáculo para a compreensão da própria realidade e vão na busca das peculiaridades regionais, tanto do ponto de vista mítico, quanto material. Neste contexto, pode-se compreender a formação de movimentos regionalistas como o luso-tropicalismo, que busca construir a identidade do Brasil a partir da defesa da cultura nordestina, o regionalismo mineiro e o movimento verde-amarelo representante, este último, dos interesses paulistas (Pimenta Velloso, 1990).

Perla Zusman (2001) argumenta essencialmente que foi o movimento verde-amarelo que reivindicou e contribuiu para que a figura histórica do bandeirante ressurgisse na historiografia brasileira. Os bandeirantes foram considerados heróis civilizadores e inspiração da nação, por avançar em terras não colonizadas pelo Império português. Já no aspecto simbólico, a ação dos bandeirantes, de apropriação territorial, foi relevante na constituição do Estado Nacional, pois:

Dentro deste contexto a ação bandeirante aparece como o antecedente de um Brasil democrático e símbolo da representação da 'unificação nacional'. Apoiado nas visões raciais vigentes na época, Cassiano Ricardo considera que na marcha de avanço para o sertão participam brancos, índios e negros, contribuindo cada um com as potencialidades naturais determinadas por sua origem de 'raça'. A partir de sua perspectiva, o índio contribui com sua mobilidade social, o negro com a abundância de sentimentos e o português com o espírito de aventura e comando (RAIMUNDO, 1994:79). Esta visão a respeito do caráter democratizador que Cassiano Ricardo outorga ao bandeirante, encontrará certa semelhança com o discurso de Monbeig a respeito da Marcha para Oeste em São Paulo e o pioneirismo. Aqui também, como nas bandeiras, as próprias atividades de avanço da fronteira agrária igualam a todos

os participantes da mesma orientados por uma ação comum. Os contatos entre o movimento verde amarelo e o Grupo de 'O Estado de São Paulo' que liderara a formação da Universidade de São Paulo não foram poucos. De fato, alguns intelectuais participaram em ambos movimentos (RAIMUNDO 1995:33) (Zusman, 2001, p. 12).

Foi mediante a articulação desses intelectuais oriundos do jornal *O Estado de São Paulo* e de sua própria ambição, caso estivessem no comando dos poderes nacionais, que começaram a publicar matérias jornalísticas sobre os rumos do país na economia, sobre as oligarquias locais e da importância de transição para a democracia cidadã e participativa, com o voto obrigatório e também com o avanço das questões educativas no Brasil a ser modernizado (Zusman, 2001, p. 13).

A Universidade, na concepção do grupo de intelectuais e do próprio responsável pelo jornal, Júlio de Mesquita Filho, tinha um papel preponderante não só como formadora de professores/as para os níveis médio e superior, como, principalmente, para o desenvolvimento intelectual e teórico das elites dirigentes do Brasil, porque:

O projeto universitário torna-se o eixo dos planos políticos da elite paulista apresentando-se como o espaço onde poderia se conformar um grupo político socializado em seus ideários 'democráticos'. O novo grupo dirigente poderia no futuro não só guiar os destinos do Estado de São Paulo, mas também todo o Brasil. Isto efetivamente asseguraria uma regeneração nacional veiculada pelo Estado de São Paulo. A formação desta elite política aparecia como uma variante e continuação no século XX da ação bandeirante, recuperada também pelo movimento verde amarelo (Zusman, 2001, p. 14).

Dessa forma, Perla Zusman (2001) deixa claro que havia, naquele período, uma espécie de pacto, visando principalmente a articulação da ação bandeirante, em conjunto com a elite paulista em formação, para construir uma educação universitária que tivesse como objetivo maior a ênfase nos destinos de São Paulo como fio condutor do Brasil. Aliás, essa foi uma das principais bandeiras da Revolução de 1932. Justamente por isso, o grupo do estado permitiu o projeto da formação de um centro de altos estudos públicos nas dependências do governo estadual, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), através da contratação de professores estrangeiros, a maioria, principalmente, francesa, contribuiu para a constituição de um centro cultural e científico que pudesse permitir um bom desempenho no campo acadêmico mundial. A associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundada, a partir das ideias e dos moldes franceses, pelo professor Pierre Deffontaines (1894-1978) (Zusman, 2001, p. 20).

A AGB foi pensada, primeiramente, com o intuito de pesquisar e difundir temáticas geográficas, visando realizar excursões, publicação de artigos numa revista organizada, mas

evidentemente sem manifestações políticas ou religiosas. No entanto, foi posteriormente modificada por Moraes Rego, ex-sócio fundador da instituição e:

Nesta transparece o entrosamento da Associação com o projeto político-econômico do Estado. Abrigada na sua particularidade epistemológica (enquanto saber globalizador) e apoiada na cientificidade garantida pela adscrição a Escola Francesa (enquanto marco conceituais com legitimidade apoiada na tradição disciplinar) a Geografia se apresenta como um saber com características adequadas para legitimar a tarefa política de modernização e progresso do Brasil, e em particular de São Paulo, no que se refere à valorização territorial e ao desenvolvimento regional (Zusman, 2001, p. 19-20).

Posteriormente, esses estudos, análises e pesquisas foram repassados ao professor Pierre Monbeig (1908-1984), que desenvolveu na Universidade de São Paulo (USP) um projeto acadêmico para a disciplina que tem bases na Geografia regional e nos conceitos da paisagem. Por outro lado, esta disciplina contribuía na formação dos valores nacionais e dos traços característicos das regiões, que podiam enriquecer os conhecimentos geográficos dos estudantes. Para Monbeig, a prática da Geografia através dos trabalhos de campo era fundamental para compreender melhor a própria ciência, principalmente na vertente vidaliana (Zusman, 2001, p. 20-21).

A formação teórica desse professor complementou-se com a preocupação pelos estudos empíricos e regionais, inseridos numa realidade em rápida mudança como era a brasileira (Zusman, 2001). Assim, Monbeig enfatizou a descrição da Marcha para o Oeste de São Paulo. Em seus estudos e pesquisas posteriores, reconheceu o progresso da fronteira agrária e do comando do capital a partir da apropriação dos recursos, através da organização da circulação do capital e das mercadorias de forma integral entre as articulações da cidade e do campo (Andrade, 1991, p. 54). Não se pode deixar de mencionar que Monbeig:

Analisara a frente pioneira enquanto 'complexo geográfico'. Três processos contribuem na conformação da frente pioneira: o processo do avanço da cultura cafeeira, acompanhado da extensão da rede de estradas e ferrovias e a formação de cidades (Marília, Franca, Londrina). Diferentes agentes participam na sua conformação, cada um com diferentes lógicas de ação: o desbravador na busca de sua subsistência, companhias de terras com uma visão especulativa, o colono na tentativa de fazer do cultivo de sua propriedade a atividade principal e o fazendeiro que não desaparece do novo cenário em questão. Monbeig descreve o processo de colonização e os fatores econômicos que o incentivam (Zusman, 2001, p. 26).

Nesse contexto, Perla Zusman (2001) salienta sobre o fato de Pierre Monbeig consolidar de forma institucional a Geografia como uma disciplina importante na USP e na AGB, ao se valer de métodos da Geografia humana francesa para compreender os processos que ocorriam em São Paulo.

Foi a partir da abordagem analítica da frente pioneira que o professor desenvolveu a Marcha para Oeste em São Paulo como assunto de pesquisa e legitimou o projeto político econômico da elite paulista daquele período, ou seja, não havia nenhum interesse nacional em desenvolver estudos e pesquisas mais profundas sobre a questão da violência urbana ou mesmo das desigualdades sociais. Perla Zusman (2001) também ressalta que:

Nesta perspectiva, a Geografia de São Paulo propõe uma visão disciplinar diferenciada que justifica, a partir do campo estritamente epistemológico, sua difusão no plano nacional. Esta visão disciplinar, fundamentada teoricamente na Geografia Humana Francesa, com capacidade para conceituar os processos que estavam acontecendo em São Paulo, quais sejam: a urbanização, o avanço da fronteira agrária, a industrialização e cuja reprodução era desejável em todo o país, eram os fundamentos que justificavam a promoção do mesmo como o discurso legítimo para a Geografia. Uma variante do projeto de Imperialismo benéfico, formulado por Júlio Mesquita, em seu documento 'A comunhão Paulista' desta vez aplicado ao campo disciplinar (Zusman, 2001, p. 28).

Os primeiros estudos e pesquisas no âmbito da Geografia nacional, cujas heranças eram europeias, diziam respeito ao quanto o projeto inicial era de formar dirigentes políticos e difundir os ideais paulistas presentes na elite do estado de São Paulo. Nesse sentido, diferentes grupos, correlacionados aos intelectuais, foram importantes para articular esse movimento a partir dos estudos e pesquisas da USP e de outras instituições, sobretudo a AGB.

Não se tinha, naquele período histórico, a preocupação em fomentar estudos e pesquisas que compreendessem de forma mais arraigada as principais desigualdades socioespaciais vivenciadas pela sociedade brasileira nos seus muitos segmentos sociais. Desse modo, podemos perceber esse tensionamento histórico da rejeição, que não priorizou as análises geográficas que pudessem explicar o processo colonizador violento que o Brasil enfrentou desde a sua concepção enquanto nação.

Isso só passou a ocorrer a partir da década de 1970 em função do marcante Encontro de Geografia no estado do Ceará, especificamente na cidade de Fortaleza, no ano de 1978, quando debateram-se algumas questões inerentes a essa formação territorial, culminando nos aspectos urbanos da Geografia crítica no contexto nacional.

Nesse sentido, entendemos que evidenciar as diferentes escalas geográficas para compreender a violência que ocorrem na cidade nos dias atuais é de suma importância, sobretudo porque se trata de refletir a partir dos mecanismos de não visibilidade da origem dessas violências no espaço urbano. Ademais, cabe investigar como se deu a construção de um histórico epistemológico para formar a realidade urbana a partir da violência da cidade de Ituiutaba. Assim, a apropriação da violência passa a ser compreendida pela Geografia e sua

organização epistemológica que trata quanto ao urbano, condição diversa da empregada pela disciplina em sua formulação, como fez-se questão de apresentar.

CAPÍTULO 2 - O CRIME E A VIOLÊNCIA URBANA: APONTAMENTOS A PARTIR DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Ao longo dos séculos, o modo de produção capitalista não apenas usou o espaço das cidades, tornando-se agente transformador e manipulador desses locais, mas o fez se apropriando do seu território de ação direta do capital e dos seus múltiplos agentes, isto é, da própria cidade. Neste capítulo, aborda-se sobre a criminalidade e a violência urbana em função das interpretações da Geografia, bem como das reflexões teóricas sobre o espaço, o poder e o território, ao refletir sobre as características da criminalidade brasileira vistas na atualidade. Trata-se de retratar a Geografia da violência, analisada no âmbito das reflexões da política de assassinato de pessoas, em virtude de uma biopolítica, devidamente perceptível na sociedade contemporânea.

2.1 O crime e a violência urbana na Geografia

A cidade comercial intensifica as trocas e os circuitos comerciais na medida em que se estabelecem as riquezas, que deixam de ser meramente imobiliárias, ou seja, relativas às terras, e passam a ser mobiliárias, relativas à circulação de dinheiro. O comércio consolida o acúmulo de dinheiro e, com isso, foram criados os primeiros bancos, devidamente vinculados aos comerciantes, classe burguesa em ascensão. A partir daí, tem-se um acúmulo de riquezas considerável, e a consolidação da industrialização, provocando algumas metamorfoses na prática social nas cidades (Araújo, 2012, p. 134-135).

De início, as indústrias utilizaram as fontes de energia e matérias-primas localizadas fora da cidade, mas também em virtude da abundância de mão de obra, dos capitais e do mercado como um todo, o que acarretou em modificações cada vez mais expressivas nas cidades:

Primeiramente, a industrialização negou a centralidade na cidade, fenômeno que Léfèbvre identifica como ‘implosão’, pois, o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Depois, ocorre a ‘explosão’ da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (as periferias). Deste duplo processo (implosão-explosão) uma anticidade foi produzida, negando com extrema potência a cidade política-comercial. Essa anticidade tem como fundamento a generalização das relações pautadas no valor de troca, sobrepujando-se ao valor de uso e, conseqüentemente, a substituição da obra pelo produto. Tal fundamento esvaziou a qualidade dos costumes e das relações espaço-tempo, aplainando-as a uma condição quantitativa cuja melhor expressão está contida no cotidiano. Por exemplo, as festas outrora ricas de significações se tornaram uma repetição de signos destinados ao consumo. É como se a cidade fosse compelida a se transformar em uma gigantesca empresa (Araújo, 2012, p. 135-136).

Desse modo, a cidade industrial, conforme pondera James Araújo (2012), é uma forma de prisão do espaço-tempo, pensada justamente para confrontar o controle do tempo social na cidade industrial, uma vez que o tempo do deslocamento diário casa-trabalho-casa impõe ao trabalhador/a uma ampla jornada de horas em transportes coletivos, o que bem reafirma a condição prisioneira do sistema:

Pensada pela lógica formal a urbanização é apenas um produto da industrialização; dialeticamente, aquela supera esta porque também é um fenômeno indutor de transformações qualitativas na sociedade, ela é o 'sentido da industrialização'. Na cidade, esta dimensão qualitativa do urbano está presente nas crises - da habitação, da segregação de toda ordem, do centro e das periferias, da violência. Onde há contradições na/da cidade irrompe o urbano pleno de sentido porque é o negativo da dispersão e da segregação! O pensamento formal presente, sobretudo, no planejamento de cidades, nega a crise e tenta minimizá-la a uma condição marginal. A cidade industrial, fruto da potência da industrialização, vive sua crise como um sintoma que anuncia transformações (Araújo, 2012, p. 136).

Com a industrialização, a história adentrou uma fase de mundialização, cuja característica é a disseminação das relações de produção e da lógica produtivista capitalista e do crescimento econômico, em que se destroem as particularidades locais em detrimento de uma homogeneização que viabiliza a constituição de um mercado em nível global (Araújo, 2012).

Lefebvre (1986) pressupõe três elementos em constante interação e negação entre si, como a forma e a função, a estrutura, o espaço vivido, concebidos e percebidos, ou seja: agrário, industrial ou urbano. A cidade representa uma medição de espaço-tempo entre o nível superior e o inferior. O primeiro, em escala espacial mais ampla, tem o Estado e o poder econômico como os agentes privilegiados, se instalando na morfologia da cidade, a exemplo de sedes de bancos e órgãos federais, cuja lógica expressa um contato com as classes dominantes, colocando ações de controle de acesso à cidade, ganhando as formas de subsistemas urbanos, sejam de circulação, informação e/ou vigilância, buscando a totalização de um sistema integrado.

O nível privado, para Lefebvre (1986), dá-se pela função do habitar, o que dá conta das questões cotidianas atuais, sempre pautadas pelo consumo de massa, muito presente na modernidade. Lefebvre (1986) defende as escalas relativas ao arquitetônico ou ao habitar, referentes ao microsociológico; o urbanístico e a cidade referem-se ao macrosociológico; e o nível territorial ou global diz respeito ao Estado-país, de modo que não se anulam entre si. Já no fenômeno urbano, existem pelo menos três dimensões, a saber: a simbólica (representa as ideologias e os desejos), a paradigmática (da apropriação do espaço) e a sintagmática (ligada

aos sistemas). Essas dimensões, em conjunto, poderiam permitir compreender o urbano como um sistema de signos.

Nesse ponto, Lefebvre (1986) centrou suas análises por outro campo de atenção teórico marxista, em razão do que dizia respeito às características da reprodução social, tão mais permeada pelo cotidiano dos cidadãos, ao longo do século XX, sendo controlada quase que essencialmente pela satisfação do consumo e da cibernetização, mediante os subsistemas das cidades. Com o advento do automóvel e da indústria da moda, em especial, dificilmente poderia ocorrer, segundo o autor, uma revolução mundial a partir do aspecto urbano.

Lefebvre (1986) classifica a fase do capitalismo atual como crítica, uma vez que há múltiplas crises na parte ecológica, econômica, social e política que podem ser conduzidas pela desordem e por crescentes ondas de violência. Tal dado se justifica, porque quase sempre existe descontinuidade catastrófica ou crescimento econômico acelerado a todo e qualquer custo, que dão vez ao aumento da criminalidade em virtude das desigualdades sociais e de consumo, cuja perspectiva é de longa duração.

As cidades estão alinhadas às questões de caráter jurídico em função de seus funcionamentos e sistemas interligados. Em termos geográficos, nas cidades, percebe-se a importância de se compreender o processo de urbanização, de mercantilização dos melhores locais urbanos e do próprio sistema de transportes, que permite o deslocamento de pessoas e capitais. Por isso, a devida necessidade de olhar para as questões geográficas e para a sua amplitude nas cidades, sem perder de vista a articulação com as perspectivas jurídicas instituídas.

Na definição jurídica, o crime representa qualquer conduta que interfira contra a norma penal, considerando, para tanto, todo ato humano proibido pela lei penal. No caso brasileiro, trata-se de condutas tipicamente criminosas, previstas no Código Penal de 1940. Para Luiz Flávio Gomes (2011), esse conceito de crime, percebido na sociedade contemporânea, representa a corrente funcionalista e a teleológica, de Claus Roxin, e a sistêmica, de Günther Jacobs.

Em linhas gerais, Luiz Flávio Gomes (2011) reitera que a corrente teleológica prevê que o crime é o fato típico, ilícito e reprovável. Nesse caso, a reprovabilidade é constituída de imputabilidade, da ilicitude e da exigibilidade de conduta diversa e necessidade da pena. Desse modo, o jurista salienta que caso a pena seja mesmo necessária, é fundamental analisar a culpabilidade (que representa o limite da pena). Para a corrente sistêmica, o crime é fato típico, ilícito e culpável, e a conduta é a causa principal do resultado evitável, ou seja, a que segue

frustrando as expectativas normativas. Em geral, o direito penal representa a tutela da norma e da proteção dos bens jurídicos.

Tais considerações levam a compreender, mais recentemente, as abordagens da mudança do paradigma etiológico para o da reação social, que a Criminologia experimenta desde a década de 60, situando a (des)construção epistemológica do novo paradigma, que operou em relação ao tradicional, pela sua importante funcionalidade como ciência do controle sócio penal².

Os mais variados autores também tratam dessa temática, no âmbito jurídico e sociológico criminal, como Alessandro Baratta (1999), Vera Regina de Andrade (1995), Loïc Wacquant (2006, 2012), Gabriel Ignacio Anitua (2008), Sérgio Shecaira (2008), Maria Lúcia Karam (2009), Juarez dos Santos (2010), Jacqueline Muniz (2016), Jacqueline Sinhoretto e Danilo Morais (2018), Samira Bueno (2016), Francisco Muñoz Conde e Wilfried Hassemer (2021), dentre outros/as.

De forma sucinta, foi a partir dos estudos da Antropologia criminal, de Cesare Lombroso, e da Sociologia Criminal, de Enrico Ferri, que se constituíram, ao menos, duas matrizes do paradigma etiológico de Criminologia, na tentativa de conferir à disciplina o status de uma ciência com os pressupostos epistemológicos do positivismo e relacionada ao fenômeno da cientificização do controle social, surgido na Europa nos anos finais do século XIX (Andrade, 1995, p. 24).

A Criminologia positivista foi concebida como ciência explicativa da criminalidade, esta compreendida como um fenômeno natural, de modo que assume, por exercício, o feito de explicar as suas causas, segundo o método científico com a utilização das estatísticas criminais oficiais, e de prevenir e combater suas raízes de origem. Desse modo, a tese dessa ciência adverte que o criminoso/a constitui alguns aspectos psicológicos – específicos da criminalidade - que o distinguem dos indivíduos normais (Andrade, 1995, p. 24-26).

Ao longo do tempo, percebeu-se que existia uma divisão científica entre o mundo da criminalidade, composto por uma minoria de indivíduos perigosos e anormais, e do mundo da normalidade, representado pela maioria na sociedade, numa visão bem clássica do maniqueísmo social (Andrade, 1995, p. 24-26).

Por outro lado, segundo Vera Andrade (1995), a violência pode vir a ser identificada por meio de sua parcela individual, estando no centro do conceito de crime, ou seja, para apaziguar a relação entre a criminalidade e a violência institucional e estrutural. É através desse

² Tomamos estas noções da Criminologia para contribuir, no caso brasileiro, com as definições geográficas que englobam as cidades, os crimes e as outras questões da urbanização e das estruturas urbanas desiguais.

potencial de periculosidade que os positivistas identificaram com anormalidade o desenvolvimento do Direito Penal, com o intuito de justificar a pena como um meio de defesa social, cujos fins são úteis: prevenção especial positiva, possível recuperação do criminoso mediante a execução penal e princípio da individualização da pena como meio para a elaboração no ato de sentenciar.

Já para Alessandro Baratta (1999), a Criminologia europeia tornou-se estanque, do ponto de vista epistemológico. Já na América do Norte, houve um desenvolvimento, sobretudo, através da Sociologia Criminal, na medida em que compreendeu uma mudança de paradigma nesta ciência. A teoria do *labelling approach*, segundo Vera Andrade (1995), está baseada na conduta desviada e na reação social. Ou seja, de forma simplificada, a de que o desvio e a criminalidade não são uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade pré-constituída da reação social e penal, mas uma forma de etiqueta, que é normalmente atribuída a alguns indivíduos através de complexos processos de interação social formais e informais de definição.

Desse modo, no que tange à criminalidade, tornou-se um status atribuído a alguns indivíduos, mediante um duplo processo, seja da definição do crime, que atribui à conduta o caráter criminal, ou seja, da seleção, que estigmatiza um autor/a como criminoso entre todos aqueles/as que praticam tais condutas. Em linhas gerais, estigmatiza-se também os reincidentes criminais, tendo em vista já terem cometido delitos anteriores. Sobre o sistema penal reitera que:

Como objeto desta abordagem o sistema penal não se reduz ao complexo estático das normas penais, mas é concebido como um processo articulado e dinâmico de criminalização ao qual concorrem todas as agências do controle social formal, desde o Legislador (criminalização primária), passando pela Polícia e a Justiça (criminalização secundária) até o sistema penitenciário e os mecanismos do controle social informal. Em decorrência, pois, de sua rejeição ao determinismo e aos modelos estáticos de comportamento, o *labelling* conduziu ao reconhecimento de que, do ponto de vista do processo de criminalização seletiva, a investigação das agências formais de controle não pode considerá-las como agências isoladas umas das outras, auto-suficientes e auto-reguladas, mas requer, no mais alto grau, um *approach* integrado que permita apreender o funcionamento do sistema como um todo (Dias; Andrade, 1984, p. 373-374).

Nesse viés, no que se refere, por exemplo, ao impacto dessa teoria do etiquetamento, Vera Andrade (1995) observa que existe um conjunto de resultados irreversíveis sobre a seletividade do sistema penal, oriunda dos outros níveis referidos, o que pressupõe que há um processo de seleção de indivíduos, dentro da população total, cujo rotulo recebido é de criminoso. Em suma, o sistema penal dirige-se contra alguns indivíduos, mais do que contra ações legalmente definidas como crime. A conduta criminal não é uma condição suficiente,

porque, em geral, os grupos mais poderosos na sociedade possuem a capacidade de impor ao sistema total impunidade das suas condutas e ações criminosas (Andrade, 1995, p. 30-31).

Resumidamente, Vera Andrade (1995) ressalta que o público do sistema penal é constituído de negros e pobres, não porque tenham maior tendência para praticar crimes, mas, sim, porque tem maiores chances de serem adjetivados como criminosos, em função da questão do status social e da classe de pertencimento.

No entanto, mais recentemente, desde meados dos anos 1980, para ser mais preciso, sobretudo nas metrópoles dos países do capitalismo contemporâneo, surge a figura do trabalhador/a urbano, que é, justamente, aquele que opera nas contradições entre os empregos mal remunerados e as atividades ilícitas, entre o desemprego e o microtráfico de rua, em que negociam as amarras morais relativizadas nos comportamentos sociais (Telles; Hirata, 2007, p. 174).

Com as adversidades inerentes ao mercado de trabalho, as atividades ilícitas de toda sorte internacionalizaram-se na medida em que, de um lado, os empresários ligados ao tráfico de drogas possuem tendências de entrar em contato direto com a criminalidade urbana comum dos bairros e das cidades e, de outro, os pequenos e médios vendedores de rua já trabalham nas margens da economia da droga. Trata-se daqueles/as que transitam entre a rua e as instituições prisionais ou socioeducativas, os chamados trabalhadores precários da droga, que se multiplicam na medida em que o varejo se expande e se introjeta nas dinâmicas urbanas e nas muitas manifestações criminosas do capitalismo pós-fordista, ou seja, da criminalidade *just-in-time*, acerca das territorialidades desses mercados (Telles; Hirata, 2007, p. 175).

Nas principais periferias brasileiras, muitas irregularidades, mazelas e desigualdades são facilmente identificáveis. Elas se sobrepõem entre si e tornam as vivências cotidianas dos moradores ainda mais complexas, ou seja:

A expansão das redes urbanas aconteceu nas últimas décadas. Porém, no mesmo passo e no mesmo ritmo, multiplicaram-se as ligações clandestinas. Junto com o ‘progresso urbano’, o reinado das gambiarras também se espalhou por todos os lados. Nada muito diferente do que acontece desde muito tempo, compondo o que foi convencionalmente discutido nos termos do descompasso entre a cidade legal e a cidade real. Na verdade, é a cidade ou as linhas de força de sua atualidade, que pulsam nesse artefato urbano (e outros). E são essas linhas de força que se entrelaçam e se compõem nos agenciamentos práticos da vida cotidiana: conexões e mediações da vida urbana que ficariam fora de mira se insistíssemos, como é comum nos chamados estudos da pobreza urbana, na ficção de populações encapsuladas em suas ‘comunidades’ ou encerradas no circuito estreito de redes sociais supostamente (apenas) locais (Telles; Hirata, 2007, p. 176).

Nessas redes, envolvem-se a economia dos bens ilícitos, que representa as ligações perigosas inseridas no progresso socioeconômico urbano. Por isso, parte dos moradores locais

convivem com alguns atores sociais que conseguem lidar e se relacionar por meio dessas ligações ilícitas, ilegais e informais, na medida em que resolvem pequenos problemas urbanos e conflitos mais acentuados entre a vizinhança e outras lideranças criminosas do local. Um aspecto a ser considerado diz respeito à compra de proteção e da extorsão policial, que, aliás, garantem a continuidade do funcionamento de qualquer negócio, mas que resgata os casos seguidos de violência em determinado bairro ou em outras áreas das cidades (Misse, 2006).

Frequentemente, nessas áreas periféricas, os serviços das gambiarras de luz e as ligações clandestinas de água, por exemplo, funcionam para o bem-estar de todos os moradores locais. Para Telles e Hirata (2007), não se pode deixar de trazer à tona a distribuição de cestas básicas, pois:

Foi assim também com a cesta básica, um outro artefato urbano em torno do qual relações sociais são tecidas, conexões são urdidas e redes sociais são mobilizadas. Em torno desse artefato, outros tantos coletivos são mobilizados. Antes de mais nada, claro está, as famílias pauperizadas cujas vidas parecem como que dependuradas nos programas sociais, sem outros meios de sobrevivência: problemas de saúde, de desemprego, de orfandade, de abandono; também a prisão de provedores, pais ou filhos, ou então a morte violenta dos que foram atingidos por um desses ‘mata-mata’, como se diz, episódios recorrentes que fazem parte da história local (não só local) e que não são de hoje, vêm de longe, em que se misturam a violência policial (e as práticas de extermínio), a ação de matadores e justiceiros, disputas de territórios e acertos de conta (Telles; Hirata, 2007, p. 180).

Para os autores, há uma fachada semilegal no que respeita à distribuição de cestas básicas em muitas cidades, uma vez que quem as recebem tende a ser controlado através da intervenção direta de chantagem e extorsão, bem como dos assaltos e roubos da micro bandidagem local. É perceptível notar, no Brasil, que as forças estatais tendem a promover maiores vigilâncias e operações policiais concentradas nas marginalidades oriundas dos bairros periféricos das cidades e municípios (Telles; Hirata, 2007).

Por isso, para compreendermos os estudos geográficos sobre a violência, torna-se fundamental perceber as escalas de atuação, que vão desde a realidade mundial, operando nas escalas nacional e local. Ademais, não se pode desconsiderar as interferências da globalização econômica e cultural, cuja influência é direta nos costumes e nas relações econômicas das grandes, médias e pequenas cidades na atualidade.

No contexto urbano brasileiro, ainda sob a perspectiva de Telles e Hirata (2007), a gestão cotidiana do negócio local da droga depende da articulação das redes de sociabilidade, uma vez que no ponto de vendas de entorpecentes são personificadas outras relações no bairro, ao culminar em possíveis conflitos, desafetos e histórias de vingança pessoal, que podem ser letais. De outro modo, controlar as relações locais garante a lealdade de famílias, visando definir

os limites que não devem ser ultrapassados, sobretudo para os mais jovens, quando passam a se sentirem poderosos demais e a criarem problemas com a vizinhança. Ainda assim:

O fato é que essa gestão das relações cotidianas tangencia outras tantas práticas ilícitas, que nem sempre e não necessariamente têm comprometimentos com o negócio da droga, mas que também interagem com as redes da sociabilidade local nas fronteiras incertas entre o informal e o ilegal: as tradicionalíssimas oficinas de carro, que se multiplicam por toda a periferia, em que se misturam o trabalho informal e a transação de peças de origem duvidosa, em conexão (ou não) com os vários pontos de desmanche de carros roubados, tudo isso alimentando um espantoso mercado popular de peças, motos e automóveis de ‘segunda mão’; os muito modernos mercados de CD pirata, produtos falsificados ou então contrabandeados (dos cigarros vindos do Paraguai, passando por isqueiros vindos sabe lá de onde, até os eletrônicos que chegam dos contêineres chineses desembarcados no porto de Santos), fontes de renda para os que agenciam os pontos de venda pelas periferias afora, mobilizando redes locais de sociabilidade e mais uma cascata confusa de intermediários por onde esses produtos circulam nos hoje expansivos mercados de consumo popular; ou então o atualíssimo e muito rendoso negócio com caça-níqueis que vem ocupando o lugar do tradicional jogo do bicho, e que, como esse, também opera no jogo de luz e sombra entre intermediários obscuros, a compra de proteção policial e os rendimentos generosos para os que alojam e operam essa versão moderna do jogo de azar hoje comum em qualquer birosca de um bairro de periferia (Telles; Hirata, 2007, p. 183-184).

Essas práticas ilícitas fomentam a articulação da microcriminalidade local ou das redes mobilizadas pelos esquemas mais lucrativos, como é o caso do roubo de carga. Podem estar alinhadas com o comércio da droga ou mesmo com outros circuitos ilegais, agenciados para evitar problemas com a população local, visando não estimular ocorrências com a polícia. Até mesmo o comércio ilegal de compra e venda de peças de carros e caminhões roubados movimentam esse mercado econômico ilegal e mescla-se com o negócio da droga (Telles; Hirata, 2007).

Nesse sentido, Telles e Hirata (2007) percebem que existe uma lógica de gestão dos riscos sociais pautando os programas sociais, cujo objetivo é alcançar as formas de controle que complementam o punitivismo por si só e o resgate governamental das populações e das situações tidas como de risco do crime e da violência.

No que tange às noções da criminalidade brasileira, é importante destacar as análises da geógrafa carioca Lia Osório Machado (2011), que enfatizou sobre a inserção do Brasil nas redes de tráfico de drogas ilícitas de origem orgânica, quando diferencia o tipo de droga, isto é, a distinção entre maconha e cocaína. O Brasil produz a primeira e, conseqüentemente, é consumidor e importador, principalmente do Paraguai. Já no caso da economia da cocaína, a inserção é mais instável, pois é um país de trânsito para as redes internacionais de exportação do item dos países andinos para outras regiões do globo.

Segundo a autora, não existem dados oficiais sobre a quantidade de drogas ilícitas que entram no Brasil, mas somente alguns números de apreensão divulgados pela Polícia Federal relativos aos anos entre 1993 e 2005, o que bem demonstra a dificuldade de mapear atividade dessa natureza. Um dos efeitos territoriais da repressão nos países andinos foi o aumento da entrada de pasta base de cocaína na Região Amazônica, mediante às apreensões realizadas na Região Norte do Brasil, efetuadas pela Polícia Federal.

Desse modo, Lia Osório Machado (2011) enfatiza sobre as plataformas de exportação de cocaína e os pontos de distribuição de droga por atacado. Segundo ela, muitas vezes, tem uma lógica e logística semelhante à da economia legalizada, como se mostra importante na rede viária, de portos, aeroportos e pontos de transbordo do sistema de transporte multimodal gerados pela economia legal.

No aspecto nacional, Lia Osório Machado (2011) salienta que, no que se refere às redes de trânsito, as rotas e os corredores terrestres e fluviais são utilizados para movimentar a cocaína no território. A rede rodoviária é mais densa nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e as alternativas de mudança de rotas são maiores. No caso da Região Norte, por exemplo, corresponde a maior parte da Bacia Amazônica brasileira, o que dificulta as mudanças de rota. Já o rio Amazonas e seus principais afluentes, assim como a hidrovia Paraguai-Paraná e a BR-364, que conecta Rondônia com o Centro-Sul, constituem-se em corredores, ou seja, são as vias que não oferecem tantas possibilidades de mudança de rota.

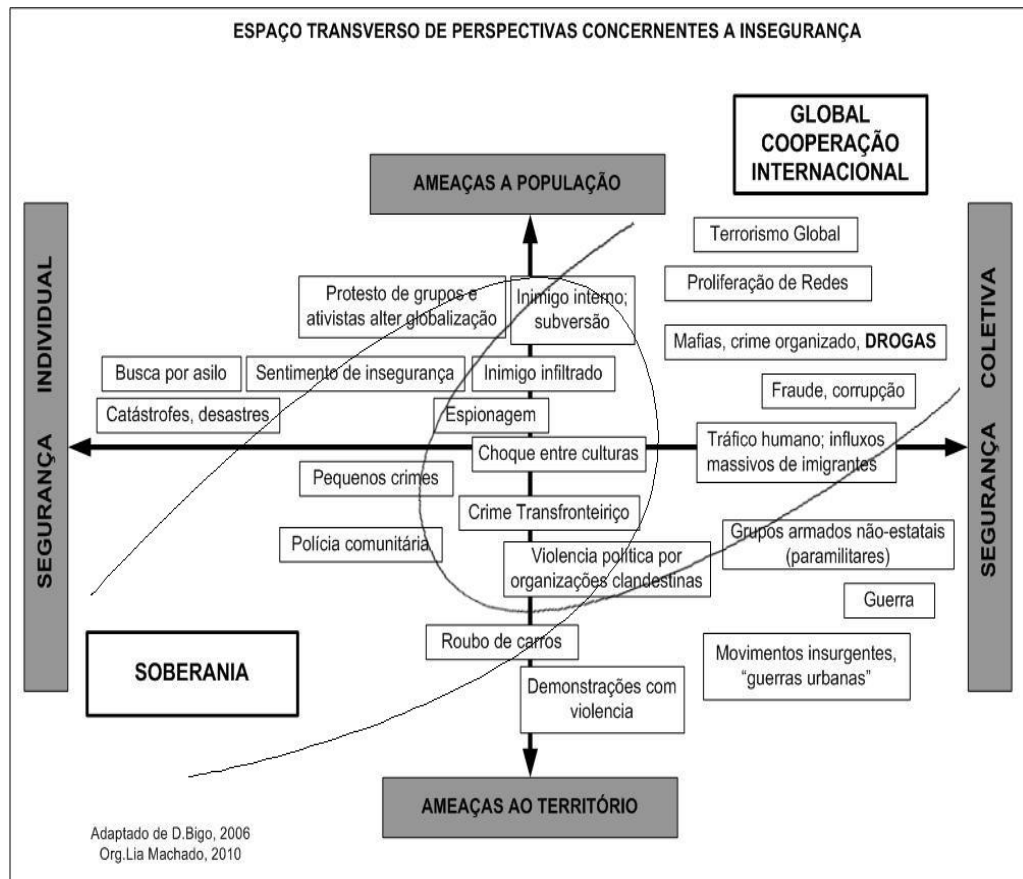
Outro ponto trabalhado por Lia Osório Machado (2011) é a simbiose entre as relações financeiras legais e ilegais, na medida em que se mesclam com atividades econômicas formais. A autora ressalta que

alguns tipos de atividades econômicas legais costumam ser atrativos para investimentos obtidos de forma ilegal em vários países. O primeiro são os negócios de duplo propósito, legal e ilegal. É o caso de laboratórios farmacêuticos, farmácias, agronegócios, companhias de transporte (aviação, ônibus), casas de câmbio, etc. O segundo tipo são as atividades de prestígio e influência. No nível local destacam-se clubes esportivos, restaurantes e bares, casas de jogo, postos de saúde de fundações beneficentes, escolas, faculdades; no nível regional e nacional, estações de TV, construção de estradas e pistas de pouso privadas, companhias de ônibus e transporte de carga interestadual, e outros. Um terceiro tipo são as redes de negócios, com destaque para a indústria turística (hotéis, pousadas, hotel fazendas, etc), companhias imobiliárias, shoppings, firmas de construção, revendedoras de carros, firmas de investimento, etc. **A simbiose entre o legal e o ilegal na economia também se dá no nível internacional. A peculiaridade nessa esfera de ação é sem dúvida o uso de paraísos fiscais e centros financeiros offshore não só para 'lavar', ou seja, legalizar os lucros obtidos com atividades ilegais (entre elas o tráfico de drogas) como para promover a evasão fiscal** (Machado, 2011, p. 13-14, grifo nosso).

Para a autora, no que se refere à geopolítica da segurança, baseada nos estudos do francês Didier Bigo (2006), a construção social torna-se uma ameaça, como um resultado direto

dos conflitos atuais de variadas ordens, fruto dos muitos ataques ao estado de paz e democrático, o que alçou a questão da segurança a uma amplitude global. A repressão às drogas ilícitas é apenas um dos componentes dessa equação a ser combatida, conforme a Figura 1 enaltece.

Figura 1 - Espaço transverso da insegurança



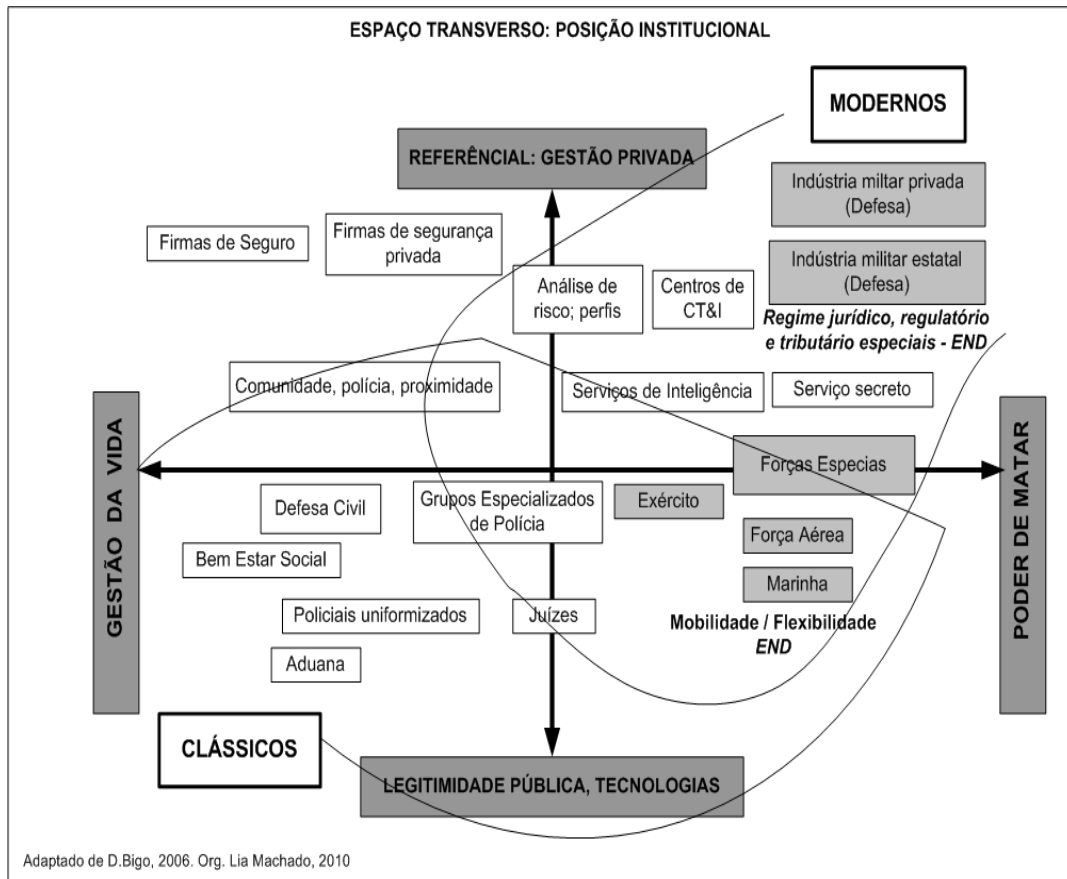
Fonte: Adaptado de Bigo (2006).

A Figura 1 representa esse espaço transverso concernente à insegurança e retrata a cooperação internacional no que tange às questões da segurança individual e coletiva das populações, a partir das ameaças perceptíveis em determinado território. Essa figura representa o aspecto global e transnacional da insegurança.

A Figura 2, por sua vez, enfatiza os influxos imigratórios e a criminalização, por setores da sociedade civil, e a avaliação de que a forma particular de conflitos tem aspectos nas raízes territoriais e na multiplicidade de atores envolvidos, ou seja, do espaço das redes sobre o espaço dos lugares. Por isso, há de se destacar que, para Bigo (2006), existe o risco de os profissionais das instituições de segurança, sobretudo dos serviços de inteligência, que fazem uso dos recursos de conhecimento e poder simbólico da transnacionalização, criticar os políticos e as

estratégias políticas de seus respectivos países. Trata-se, desse modo, de risco para as instituições modernas e ao Estado democrático.

Figura 2 - Espaço transverso - posição institucional



Fonte: Adaptado de Bigo (2006).

A Figura 2 trata sobre o espaço transverso e a posição institucional acerca da gestão privada da vida, da legitimidade pública e do poder de mando e de manter para proporcionar a mobilidade e a flexibilidade desse modelo institucionalizado e hierárquico.

Para Bigo (2006), a Figura 2 deixa evidente que se constitui uma perspectiva razoável dos múltiplos modelos que levaram a substituição de uma geopolítica das drogas a uma geopolítica da segurança. Ou seja, tais componentes não são novos, é a nova roupagem do espaço transverso que se perpetua entre a soberania do Estado e a cooperação internacional global. Essa transversalidade permite entender o espaço ocupado pelas políticas da segurança-insegurança, como um campo que transcende a divisão maniqueísta entre o interno-externo ou nacional-internacional impostas pela perspectiva do Estado territorial soberano entre muitas nações (Machado, 2011, p. 18).

Embora, neste tópico da tese, trabalhamos com as noções de crime e violência urbana oriundas conceitualmente da Criminologia positivista, posteriormente traremos as interpretações da geógrafa Lia Osório Machado (2011), para ampliar essa visão da violência numa perspectiva globalizada, intercalando-se com problemáticas nacionais, através dos modelos pensados por Bigo (2006), na tentativa de mostrar a amplitude dessas temáticas e a complexidade das noções de segurança e violência, a depender da sociedade analisada.

Desse modo, ainda que pretendamos compreender as amarras da violência urbana num município mineiro brasileiro, parece-nos elementar, em função dos efeitos da globalização, trazer à tona essas interferências externas e estrangeiras para o contexto brasileiro, em virtude da fluidez das relações de tempo e espaço, aprofundadas na Geografia, no seu aspecto geopolítico, que interferem sobremaneira em situações diplomáticas e políticas na sociedade contemporânea, quando se referem sobre a segurança nacional e internacional entre os países e suas relações com o Brasil na atualidade.

2.2 O espaço, o poder e o território: considerações sobre a criminalidade brasileira

Num primeiro momento, no que tange à criminalidade globalizada, Rodrigues (2010) ressalta que a geopolítica tornou-se um campo de estudos marcado por mudanças pelas quais passaram os conflitos internacionais desde o final do século XX. Alguns especialistas costumam indicar o fim da Guerra Fria, na passagem da década de 1980 para a de 1990, como o momento crucial de divisão de uma era de conflitos para outra. Naquele período, alguns acontecimentos, como a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o final da União Soviética, em 1991, permitiram que os teóricos liberais determinassem a expansão da democracia liberal e do avanço das relações capitalistas entre as nações.

Dessa forma, Thiago Rodrigues (2010) relata que após o momento da euforia liberal, a primeira metade da década de 1990 foi marcada pelo genocídio em Ruanda, pelas violências e limpezas étnicas das guerras civis na Iugoslávia, pela eclosão de movimentos separatistas no Cáucaso, pelas guerras civis na África e na América Central, pelos terrorismos nacionalistas perceptíveis entre os povos bascos na Espanha e os irlandeses contra os britânicos, bem como relativo ao início do terrorismo fundamentalista islâmico operando no Ocidente. Outros conflitos foram redimensionados, com um conjunto de características complexas de se caracterizar, relacionados ao tráfico internacional de drogas ilícitas em todo o globo.

Embora tratamos nesta tese sobre a violência urbana, a criminalidade brasileira e a noção do cometimento de crimes no espaço urbano, compreendemos também que as reflexões do

internacionalista Thiago Rodrigues (2010) sobre as redes do tráfico no âmbito internacional corroboram para um entendimento mais profundo sobre a construção da violência no âmbito brasileiro.

Nesse sentido, entendemos que a violência articula-se de forma escalar e tem como estratégia a funcionalidade da relação entre a escala e o espaço na produção do território. As dinâmicas da violência internacional, como o tráfico de drogas, por exemplo, têm influência direta na composição do cenário da violência urbana em diversas cidades. Assim, ao pensarmos na violência que se estrutura pelo capitalismo, podemos partir da relação entre a promoção de uma sociedade desigual e suas consequências na promoção de uma sociedade violenta e estruturada de forma nata.

Thiago Rodrigues (2010) especifica que as redes do tráfico de drogas estavam vinculadas à construção do narcotráfico como um negócio transterritorial. Esse processo histórico das drogas psicoativas fomentou o banimento de algumas e dos próprios hábitos associados a elas. A produção do mercado ilegal, ao longo do século XX, desenvolveu-se em potência e de forma violenta. Impulsionada pelo governo americano e aceita pela comunidade internacional, a diplomacia do controle de drogas, desde os anos 1910, guiava-se pelas premissas do proibicionismo repressivo, fomentando a celebração de tratados que retratam a criminalização de usuários e traficantes, como a própria Convenção Única da ONU, de 1961, e suas outras reformas mais recentes. O autor esclarece que

o crescimento do mercado ilícito de drogas, acompanhado de problemas políticos colocados pela experimentação de estados alterados de consciência (marcadamente, no período conhecido relativo ao movimento contracultural no final dos anos 1960), consolidou para os Estados, reunidos na ONU a percepção de que as drogas ilícitas seriam um problema, ao mesmo tempo, de ordem moral, sanitária, política e de segurança. Essa segurança, compreendida como a segurança do Estado (e dos valores, verdades e sistemas econômicos por ele defendidos), teria duas dimensões simultâneas: uma interna, de manutenção da ordem política, social e econômica dentro das fronteiras; outra externa, de garantia da sobrevivência do Estado como unidade política soberana no sistema internacional (Rodrigues, 2010, p. 9).

A questão das drogas ilícitas alcançou esse patamar de ameaça à segurança externa no início dos anos 1970, na esteira das contestações à ordem interna relacionadas a elas, em fins da década de 1960. E o país-chave para compreender esse processo, mais uma vez, foram os Estados Unidos. Em 1972, o governo do presidente Richard Nixon declarou as drogas como inimigas dos Estados Unidos por ameaçarem a saúde, a ordem política internas e a estabilidade política de países e regiões do globo. Por isso, os EUA declararam guerra às drogas (*war on drugs*), alegando a necessidade de se protegerem das drogas supostamente produzidas apenas em longínquos países (Rodrigues, 2010, p. 9).

Após esse período, foi a partir dos anos 70, que o governo americano começou a defender a militarização do combate ao narcotráfico, apoiando a formação de grupos de elite antidrogas nas forças armadas e de segurança latino-americanas, principalmente no México, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, com a justificativa de coibir a produção e o tráfico dos psicoativos, ou seja, tanto da maconha quanto da cocaína (Rodrigues, 2010, p. 10).

Já na década de 80, o conceito de narcoterrorismo surgiu para classificar as guerrilhas de esquerda e o narcotráfico, que foram mapeados pelo governo americano no período da Guerra Fria e tidos por ameaça. Foi a partir dos discursos diplomático-militares americanos, peruanos e colombianos, alguns grupos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso no Peru, e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ligadas ao Exército Popular (Farc-EP), foram guerrilhas que teriam deixado de lado os ideais revolucionários para se tornarem as principais organizações narcotraficantes da América Latina. As guerrilhas normalmente não se declaravam com estes objetivos do avanço do narcotráfico, mas foram percebidas desse modo por outros países combatentes da guerra às drogas (Rodrigues, 2010, p. 10).

Thiago Rodrigues (2010) ainda ressalta que após os atentados terroristas às torres gêmeas americanas, em 11 de setembro de 2001, o conceito do narcoterrorismo se ampliou, de modo a ter a inclusão de todos os grupos ilegais que financiassem suas atividades com recursos provenientes do tráfico de drogas e armas. Outras iniciativas de combate legislativo na Colômbia, no Brasil e no México contribuíram para o avanço dessa questão em toda a América Latina, favorecendo o contingenciamento da geopolítica das drogas e a repressão ao crime, da violência urbana e da sensação de insegurança vivenciadas pelas populações, isso porque:

A guerra em torno das drogas ilegais não é apenas uma guerra. Ela acontece em diversos planos sobrepostos e simultâneos. Está no tiroteio do morro e na fronteira do México com os Estados Unidos; nas selvas sul-americanas e nas montanhas do Kosovo; nas ruas de Madri e nos campos de papoula afegãos. Todas estão articuladas em algum grau por essa guerra infundável, acionada todos os dias pela proibição, que sustenta um vigoroso mercado ilícito. Guerra que conecta interesses políticos, econômicos e geopolíticos. Não há geopolítica das drogas sem interesses da indústria bélica e bancos, sem estratégias de política externa, sem diplomacia e acordos internacionais, sem o proibicionismo que em nome da saúde de todos procura exterminar hábitos milenares, sem políticas de segurança pública que visam controlar, conter e, no limite, eliminar minorias étnicas e maiorias miseráveis (Rodrigues, 2010, p. 13-14).

Nesse sentido, com relação à geopolítica das drogas e do tráfico, o Mapa 2 retrata o caráter transnacional e globalizado do avanço da criminalidade, temática que tem sido enfrentada na atualidade:

Mapa 2 - Narcotráfico transnacional (2010)



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (2010).

No Mapa 2, é possível perceber as rotas do tráfico em todo o globo, mediante os relatórios de estudos e pesquisas reveladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2010. O mapa mundial, de forma bastante didática e visual, retrata as principais rotas de criminalidade enfrentadas pelos países entre os continentes.

Para o economista Hugo Eduardo Meza Pinto (2010), somente o narcotráfico, na esfera econômica, representa um dos negócios mais lucrativos do globo, segundo informações da Organização das Nações Unidas (ONU), que revelam que essa atividade ilegal movimenta mais de US\$ 500 bilhões por ano, tanto em dólares quanto em outras moedas internacionais, o que representa o dobro do faturamento da indústria farmacêutica internacional. Noutras palavras, o equivalente a dez vezes mais do que é gasto por ano em políticas públicas de desenvolvimento econômico em todo o planeta.

No entanto, em termos da criminalidade brasileira, Cecília Coimbra (2001) adverte que a miséria é produzida pelo próprio capital nas sociedades modernas, com o intuito maior de excluir alguns dos setores da população. O capital (re)produz a miséria, tendo em vista que sua lógica de funcionamento estrutura-se pela existência da pobreza urbana.

Entre o final do século XIX e início do XX, a industrialização tomou novos rumos e, a partir disso, as cidades expandiram-se, mas não em mais atrativos para abrigar e manter

indivíduos pobres, mesmo que em condições degradantes. Ou seja, foi a pobreza desse período histórico a responsável pelo modelo econômico vigente e também pelo modelo espacial das cidades. Mais especificamente pelos territórios da pobreza, não valorizados pelo crescente mercado imobiliário, o que acarretou na transformação em guetos, atentando contra a segurança das classes mais elitizadas.

Esses territórios, à medida que eram mais valorizados economicamente, de algum modo, menosprezavam a presença incômoda de indivíduos mais pobres. As regiões de periferia, sem as condições de ter a estrutura de saneamento básico, boas moradias, transportes, ou seja, são os espaços que o discurso tradicional da época vinculava à violência, à criminalidade e ao caos urbano. Essa história representa as segregações e as primeiras formas de periferias em bairros longe de valores agregados para o capital imobiliário. Desse modo, as populações que habitavam esses espaços eram vistas como uma classe perigosa, a ser evitada, sobretudo aquela mais composta por indivíduos negros/as (Coimbra, 2001, p. 82).

Segundo Cecília Coimbra (2001), no início do século XX no Brasil, as teorias racistas, acompanhadas do darwinismo social e do movimento eugênico, contribuiu para a esterilização de indigentes, criminosos, doentes e indivíduos que estavam inseridos nas prisões, hospitais e hospícios.

Foi a partir desse momento que a população pobre, não inserida no mercado de trabalho formal, e, portanto, inútil ao capitalismo em geral, foi neutralizadas. As classes perigosas vão surgindo neste contexto de darwinismo social, os movimentos eugenistas, as opiniões do meio médico e do discurso de arquitetos/urbanistas, médicos, juristas. A elite intelectual desse período concentrava esforços para romper com a degradação das sociedades modernas por meio do saneamento moral, que era mais encontrado do lado da pobreza.

Alguns espaços públicos também foram criminalizados em função da infância perigosa, dos elementos humanos transitando nas ruas e calçadas, o que, segundo se mostrou, fomentou a desigualdade de moradias e revelou um problema social mais antigo. A elite brasileira parece tomar alguns cuidados com os movimentos de massa e de contestação nas ruas. Nesse viés, Sennet (1988) analisa o século XX como aquele marcado pelo esvaziamento dos espaços públicos em detrimento do território do privado. Assim, os espaços públicos foram desqualificados, percebidos como locus perigoso e, por isso, deveria ser evitado.

As estratégias de ordenação dos espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência. Isso motiva o ataque diretamente empreendido sobre o espaço onde a sociabilidade dessas classes consideradas perigosas viceja e se consolida: a rua. Esta - como já afirmamos - passa

a ser vista como ameaça à ordem, local da barbárie, do promíscuo, das doenças, do tumulto, do perigo, da criminalidade. Campos Sales assinalava, em 1908, que ‘(...) as multidões (...) tumultuavam agitadas nas ruas da capital da União’. Esse arquiteto da ordem reconhece claramente o que tanto as elites temem: o fortalecimento das rebeliões, a rua enquanto espaço de autonomia e liberdade. Seus habitantes identificados com o atraso, a sujeira, a doença, a feiura e a barbárie precisam ser afastadas, pois são fonte de todos os malefícios, vícios e degenerações (Coimbra, 2001, p. 100).

Nesse período, o Estado do Rio de Janeiro, para dar conta dessas classes “perigosas” articulava, juntamente com a polícia, a manutenção da ordem dos espaços públicos e do afastamento do mundo da miséria da cidade considerada turística para o exterior. Cecília Coimbra (2001) afirma que foi justamente nesse período que se estabeleceu a relação entre a vadiagem, a ociosidade, a indolência e a pobreza, e entre a pobreza e a periculosidade, a violência e a criminalidade. Há de se destacar também que se tornou uma tragédia querer vincular a pobreza e a violência por meio de pesquisas baseadas nas condições da divisão das sociedades em classes sociais e da violência dela originada.

Já mais recentemente, Cecília Coimbra (2001) adverte sobre o crescimento da miséria nas cidades brasileiras, bem como sobre o aumento do desemprego e da expansão da pobreza, que cada vez se torna mais visível a todos/as numa visão ameaçadora para as elites, cujos mecanismos de segurança e proteção começam a ser desenvolvidos. É a chamada militarização do cotidiano, onde ruas particulares, guardas e seguranças privados, condomínios fechados e exclusivos se proliferam de forma célere. A preocupação com a segurança, que atingiu seu auge nos anos 80 e 90, traduziu-se pelo isolamento, uma vez que o outro é um invasor ou um violador da intimidade, pois capaz de deferir agressões provindas do meio externo, como assaltos, roubos e violência, sendo que a última ganha status de questão nacional no fim dos anos 80. Desse modo, alguns discursos ganharam força, pois:

Pregam o uso da força, de tratamentos degradantes e cruéis, da pena de morte e de linchamentos para os ‘perigosos’ tornam-se naturais no cotidiano dos centros urbanos. Não é por acaso que, ao lado dos grupos de extermínio - incrementados durante o período ditatorial - tenha aparecido nas grandes cidades, nos anos 80, a figura do ‘justiceiro’, agindo ambos em bairros proletários e populares. Este, em realidade não deixa de ser segurança privado das elites - no caso específico, industriais e comerciantes locais, políticos da região, dentre outros - que se valem de práticas um pouco mais radicais que os demais seguranças - de condomínios, de ruas fechadas, de hotéis, bares e restaurantes, de políticos e grandes industriais. (Coimbra, 2001, p. 126-127).

No entanto, é o modelo neoliberal que mais preocupa Cecília Coimbra (2001), por ser um fenômeno mundial que tem gerado formas de insegurança e medo para as classes médias e trabalhadoras, além, é claro, muito desemprego, exclusão, pobreza, sobretudo nas sociedades neoliberais dos países periféricos.

Todas essas nuances aproximam em sobremaneira as articulações entre o espaço, o poder e o território, tanto numa perspectiva social quanto geográfica. Também induz a aproximar algumas considerações sobre a criminalidade brasileira. Felipe Corrêa (2009) salienta sobre o fato de ela aumentar a partir da década de 80 nas grandes cidades, sobretudo as da Região Sudeste: em São Paulo, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Isso porque, há uma independência entre o medo da criminalidade e as possibilidades reais de vitimização. Ou seja, o medo da criminalidade não é influenciado pela experiência da violência exclusivamente, mas personifica muito mais o discurso na construção política da sociabilidade urbana.

Felipe Corrêa (2009) deixa evidente que a prática de crimes é vista como algo institucionalmente incontrolável e que cada indivíduo passa a ser responsável pelas consequências dessa violência, forçando uma flexibilização da impunidade e das leis em forma geral. Já na década de 90, por sua vez, são os traficantes de drogas os responsáveis pelo aumento da criminalidade e da violência nas favelas cariocas, impulsionando o crime organizado, o tráfico de cocaína e outras substâncias, mas era a favela – e por consequência seus residentes – o lugar mais estigmatizado.

Nos anos 2000, outras formas de criminalidade vieram à tona, como o avanço do terrorismo global, das facções criminosas - multiplicando-se em diferentes estados, sobretudo em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC), e no Rio de Janeiro, o Comando Vermelho (CV) -, das articulações do crime organizado dentro e fora dos presídios estaduais e federais, e de roubos de grandes cargas e de bancos em grandes metrópoles, mas também de cidades interioranas. Felipe Corrêa (2009) esclarece que a polícia, mesmo com os mecanismos da atividade de inteligência e de investigação criminal, vai se tornando, aos poucos, um símbolo da inércia em controlar a violência dos criminosos/as pelas normas institucionalizadas. Por isso, na visão de alguns policiais, torna-se necessário fazer algo além do disponível (legalmente falando), de natureza mais letal, para combater esse tipo de criminalidade organizada.

Loïc Wacquant (2001) adverte que são os marginais da economia os mais estigmatizados pela lei criminal. Assim, os aparatos que o Estado dispõe para manter a ordem pública não são apenas utilizados para combater os males da criminalidade, e, sim, para reprimir a marginalização econômico-social em expansão. No que tange ao fazer policial, destaca que:

A polícia foi instituída para combater a delinquência, o flagelo do banditismo ou da criminalidade. Pede-se bem mais a ela atualmente: combater o mal da exclusão social e seus efeitos tão destrutivos, responder aos sofrimentos provocados pela inatividade, a precariedade social e o sentimento de abandono, colocar um freio na vontade de destruir para mostrar que existimos. E aí que se situa hoje em dia a linha principal de

nossas instituições, a linha de frente onde se situa a ação cotidiana dos senhores. Em termos claros, embora sua vocação não resida nisso e ela não tenha nem competência nem meios para isso, a polícia deve daqui em diante fazer a tarefa que o trabalho social não faz ou já não faz mais desde que se admite que não há (verá) trabalho para todos. À regulamentação da pobreza permanente pelo trabalho assalariado sucede sua regulamentação pelas forças da ordem e pelos tribunais (Wacquant, 2001, p. 129).

Torna-se perceptível perceber a dicotomia do trabalho policial, haja vista que trata tanto de questões problemáticas da seara criminal e social nas diferentes cidades quanto das inoperâncias do Estado perante tais realidades, o que impacta na maneira de lidar e combater as criminalidades diversas.

No que tange às mídias e à imprensa coletiva, Felipe Corrêa (2009) salienta que a violência é de um tipo bem específico, que mostra as marcas no corpo da vítima. Essa visibilidade é a propriedade fundamental para a produção de matérias jornalísticas sensacionalistas, que mapeiam uma criminalidade que recai sobre o espaço urbano e fomentam cada vez mais os imaginários do medo do crime nas sociedades contemporâneas. Felipe Corrêa (2009) evidencia principalmente que:

Esse mapeamento geográfico, baseado nos números, individualiza quando focaliza os relatos testemunhais das vítimas e generaliza quando menciona os atores da violência. O crime torna-se acaso: sem objetivo, justificativa ou circunstâncias claramente definidas. Despersonalizada, a criminalidade é narrada como uma instituição imaginária que é responsável pelo mal que assombra as ruas e que não respeita fronteiras: ela é onipresente. Consequentemente, temos essa ‘certeza do risco’ através da soma – imaginada e produzida através da estatística – do conjunto de crimes violentos registrados nos órgãos envolvidos com a segurança pública (Corrêa, 2009, p. 122).

Não basta somente mapear a incidência dos crimes ocorridos em diferentes pontos mais quentes das cidades brasileiras. É preciso, para além dessas iniciativas, compreender as causas e os fatores que motivam o aumento dessas estatísticas criminais concentradas. Nesse ponto, Felipe Corrêa (2009) defende que há algo nas relações sociais brasileiras que atravessa essa fronteira da lei ou mesmo do mapa: a indefinição entre as esferas pública e privada.

Essa não-geografia das duas esferas não distingue a fronteira do limite, num âmbito menos visível do que a violência que se evidencia nos jornais, ou seja, do fio condutor do imaginário do medo nas cidades:

A ‘bala perdida’, muito utilizada para justificar o autoritarismo que caracteriza a sociedade brasileira, é uma forma de falar, produzir e disseminar o medo, pois não respeita geografia alguma, ela atravessa qualquer limite ou fronteira, assim como mencionamos em relação à sociabilidade no Brasil. A expressão torna-se, nessa perspectiva, justificativa para a manutenção de uma ordem discursiva que propõe a violação e a transgressão da lei ao invés da contestação ou da transformação mais ampla da sociedade, ou seja, a manutenção de uma ordem social que é altamente segregada e autoritária. A violação da lei sem o intuito de contestá-la tem essa íntima ligação com a prevalência de interesses particulares nos domínios públicos: a lei ou a

regra são seguidas de acordo com as circunstâncias, ou seja, não são encaradas como imperativas. Isso evidencia que não há, em linhas gerais, qualquer identificação entre a lei e o cidadão, caracterizando, segundo Marilena Chauí, uma sociedade cujo regime político é autoritário (Corrêa, 2009, p. 124-125).

A bala perdida tornou-se uma analogia que focaliza as meras consequências, mediante as narrativas dos crimes, ou seja, o trabalho policial é centrado na repressão do crime, a mídia jornalística restringe suas análises de eficiência da segurança pública através da complexidade do controle da violência comandado pelo Estado, única e exclusivamente pela ótica policial, menosprezando outros fatores tão ou mais importantes no combate à criminalidade (Corrêa, 2009).

Dos anos 2000 até os dias atuais, a escalada da criminalidade só cresce e se aperfeiçoa. Seja nas modalidades presenciais ou digitais, ou a partir do avanço das lideranças de dentro dos presídios estaduais e federais, dos comandos de grandes criminosos/as das facções, ambiciosos pelo controle do tráfico de drogas, armas e do tráfico humano, operando nas regiões brasileiras.

Outra preocupação crescente também diz respeito à relação ao avanço e domínio de determinadas milícias em alguns estados. São questões atuais que envolvem os estudos e pesquisas na área de Geografia e da segurança pública. Por isso, a importância de compreender a vigência da política de assassinatos operando mundialmente e também no Brasil.

2.3 Por uma Geografia da violência: reflexões sobre a política de assassinatos

O sociólogo Max Weber formulou o conceito de violência legítima, sendo mais difundido na área da Ciência Política e no Direito. Nesse sentido, para ele, o Estado reivindica o monopólio quase que exclusivo da violência física legítima nas sociedades em variados tempos históricos, sendo que somente as Forças Armadas e a Polícia poderiam ter tal legitimidade no âmbito de atuação de salvaguardar os interesses e a segurança nacionais (Mingardi, 2015).

A definição do que seja legítimo corresponde diretamente até onde as forças de segurança podem ir e atuar sem infringir a lei e os costumes, o que se torna um desafio a ser contornado. O Estado é parte integrante da sociedade brasileira e, de algum modo, tende a compactuar com o avanço da violência urbana nas regiões do país, bem como com o aumento das mortes trágicas e sem resolução, cujas investigações não foram aprofundadas, tendo em vista que há uma visão hegemônica sobre o crime e a violência, que criminaliza determinados grupos sociais e tende a provocar formas de repressão policial por um viés extralegal, sobretudo em periferias das grandes e médias cidades (Mingardi, 2015).

Nesta tese geográfica, nossa abordagem está centrada na discussão da espacialidade inerente à produção do espaço urbano para analisar essas formas de violência em Ituiutaba (MG), inspirada na teoria do materialismo histórico e dialético. Para tanto, a violência social, mostra-se como um efeito orgânico próprio da sociedade de classes (Sodré, 2006), quando se segue e se expressa o pensamento marxista baseado na materialização das relações estabelecidas com a propriedade privada, que se coloca como violência social, como assevera Lenin, pois o poder do capital não se sustenta se não for pela violência e através dela.

Fernanda Mena (2015) argumenta que, dificilmente, as mudanças estruturais possam vir a ocorrer na conjuntura atual com relação as polícias brasileiras, tendo em vista que com o aparecimento da bancada da bala, no Congresso Nacional, os parlamentares que a integram são a favor de um endurecimento de leis - cuja função, segundo eles, é serem repressivas -, da redução da maioria penal, do recrudescimento de penas e até mesmo favoráveis à pena de morte, o que dificulta combater as políticas de silenciamento, de ocultação de crimes, da violência policial, do fomento da corrupção sistêmica, bem como de determinadas formas de violências que se expressam no meio urbano.

Normalmente, o índice brasileiro relativo à criminalidade abarca as prisões em flagrante e não as de investigações criminais, o que agrava esse quadro. As rivalidades de trabalho entre as polícias, a corrupção nas instituições e uma formação deficitária dos policiais, bem como a participação pouco frequente dos Ministérios Públicos dos estados, que não cumprem a função do controle externo relativos à atividade policial, não cobrando a qualidade da investigação. Em suma, isso gera um sistema de justiça criminal não integrado e altamente seletivo e discricionário, que pode culminar nas práticas de corrupção. Há uma filtragem social, territorial e racial entre os crimes cometidos pela sociedade, na medida em que alguns são mais combatidos e outros não (Mena, 2015).

O modelo da midiaticização voltada à realidade virtual, conforme ressalta Muniz Sodré (2006), apaga as realidades verdadeiras, promovendo, contudo, a indiferença de alguns atores das tramas sociais. Em vez de prosperar as trocas simbólicas de sociabilidades, o que existe mesmo é uma interatividade de simulacros e redes, prejudicados pelas noções reais da violência. É através dos meios midiáticos hegemônicos e inerentes à tecnoburocracia (militar e também burguesa), alcançando o capital monopolista em detrimento do agrário. Essa tecnoburocracia se esconde na lógica elitista da modernização nacional nos anos 60, pois pensada por ideologias conservadoras. Em suma, as mídias conversam diretamente com as massas e podem controlar ideologicamente o conjunto de pensamentos sociais sobre determinadas temáticas de ordem pública e política.

A sociedade militarizada, para Muniz Sodré (2006), no caso brasileiro, tem resquícios da tecnoburocracia da tomada de decisões estratégicas, com elementos do pensamento da ordem e doutrina militar, baseada na organização ideológica da Escola Superior de Guerra (ESG), influenciando a racionalização administrativa do poder político no Brasil até os dias atuais. Durante o período da ditadura militar (1964-1985), percebeu-se o auge dessa sociedade militarizada, juntamente com o advento das tecnologias televisivas e radiodifusoras, começando a produzir ideologias de consumo e influências por meio das tecnologias que atingem as grandes massas populacionais.

Em função disso, o que se percebeu ao longo do regime militar, a exemplo do autoritarismo de Estado, foi o predomínio da vontade de um indivíduo governante ou burocrata, mediante a delegação de poderes que a sociedade concede ao Estado - no que tange à regulação democrática da vida social, ou seja, o controle do Estado pelos militares durante quase duas décadas no país -, o que tornou visíveis tanto o autoritarismo, como também a violência burocrática, conforme o modelo de modernização alcançado pelo Brasil (Sodré, 2006). Portanto, o retorno da classe militar aos quartéis não trouxe a democracia tradicional de volta, apenas a sensação de uma aparência democrática e de um liberalismo não ordenado, culminando no fortalecimento de monopólios privados e na desregulação da sociedade civil, permanecendo, de toda forma, o estamento tecnoburocrático.

O trabalho policial requer algumas resoluções mais emergentes para abordagens complexas e instáveis, porque todo esse cenário contribui, sobremaneira, para os desvios de conduta e o uso inadequado de armas de fogo, de forma que colocam em risco de vida o profissional policial e o suspeito. Na Polícia, de forma geral, há problemas de treinamentos táticos e operacionais, e as instituições recrutam por meio de concursos públicos todo tipo de personalidades para atuar nas ruas, desde aquele/a que age dentro da legalidade e do uso da força, até aquele/a que cria a oportunidade para matar a esmo. No entanto, deveria haver o fomento de programas de treinamento que se mesclassem com as estratégias de monitoramento, de supervisão estratégica, dos usos de câmeras nos uniformes e outras práticas mais efetivas para o combate sistemático do crime (Mena, 2015).

Para Maria Lúcia Karam (2015), a missão das polícias é a de promover a paz e a harmonia social, imagem é perdida em função da militarização com relação à guerra às drogas. Os policiais não representam essa violência que é produzida pelo sistema penal brasileiro frente à esta guerra, mas são os agentes que são alcançados pelo estigma inerente para cumprir o papel de repressão do criminoso. A estética da segurança pública com as ocupações militares, as metralhadoras, os lançadores de granadas, os caminhões, os jipes, as viaturas blindadas e os

carros anfíbios também incomoda os segmentos sociais mais vulneráveis, mas causam mais desprezo nos segmentos médios e altos nas cidades, isso porque esse fator repressão é mais aceito nas comunidades pobres e não em condomínios de luxo, tendo em vista a ligação política de seus moradores.

Já para Christian Dunker (2015), o que ocorre com a questão da violência é a criação do desamparo como afeto político juntamente com as políticas públicas baseadas no reforço da segurança hobbesiana em detrimento do avanço da cidadania. Nesse sentido, para o autor, o melhor tratamento para a violência ascendente no Brasil atual dá-se por meio da retomada da palavra como experiência constitutiva de reconhecimento, o que, em linhas gerais, se dá por meio da atitude de alguns policiais, que pudessem trocar algumas palavras e dialogar antes de simplesmente atirar, o que já seria um avanço para contornar as diferenças de classes em algo produtivo, fomentando a relação entre a polícia e a sociedade. Ou seja, o autor aponta que isso remete a uma renovação no aspecto cultural e institucional das polícias, promovendo a tolerância na resolução de crimes.

Jean Wyllys (2015) ressalta que as vítimas da violência urbana, em geral, são os moradores de periferia, negros e mais vulneráveis, havendo uma clara associação midiática entre criminalidade, pobreza e negritude. Também sofrem o mesmo estigma associações, movimentos sociais de esquerda e todo tipo de minoria não percebida como sujeito de direitos pelo poder público das cidades. Não faltam exemplos: desde as manifestações de junho de 2013, que tomou as ruas pedindo a diminuição do valor da passagem de ônibus, as manifestações anticopa do Mundo no Rio de Janeiro, aos movimentos de professores grevistas, em todas as partes do Brasil, reivindicando maiores salários.

Na visão de Muniz Sodré (2006), existe um desafio com relação ao impulso modernizador do sistema industrial-financeiro, excludente e altamente violento. Existe uma distância econômica e social que interfere na reprodução acelerada da pobreza, em função da dinâmica do mercado e da ocultação dessa realidade pelas mídias mais tradicionais e alcançando uma modernização perversa entre as desigualdades dos estados brasileiros.

Ocorre que, no Brasil, todas essas questões dispostas até aqui, relembram a obra clássica de Raymundo Faoro (2008) acerca da formação das estruturas do exercício de poderes no âmbito nacional, que tendem a reproduzir antigas práticas políticas relativas ao Estado patrimonialista, dirigida por membros das elites letradas e que controlam os aparelhos estatais, contaminando a formação da sociedade civil na modernidade. Em virtude de se preservar a ideologia da diferença entre as classes regidas no campo político pelo patrimonialismo.

Isso fomentou a racionalidade burocrática, que abrange corrupção e corporativismos de toda ordem, em prol de grupos patrimoniais com efeitos fragmentários (Sodré, 2006). O modelo da telerrealidade burocrática, juntamente com a economia, informa e impõe valores coletivos que podem ser comparados, muitas vezes, à violência burocrática e institucionalizada. Normalmente, na atualidade, já se percebe uma ideologia política transformando-se numa outra ligada aos meandros da segurança pública.

Quanto maior a vinculação de desastres e da insegurança, maiores são as exigências coletivas para retornar a ideologias de uma moral restauradora (Sodré, 2006). A violência é como uma eclipse semiótica com um potencial de sedução, em virtude do fato de representar uma economia discursiva em que o espectador torce contra o mal. Isso leva a se considerar sobre a representação da violência na cultura do Ocidente, através do terror quase como uma tragédia grega, também muito próxima da metafórica das paixões de Aristóteles.

De modo que tal ação do Estado, amparada por segmentos da sociedade brasileira que pedem maior endurecimento das leis e penas de morte aos bandidos/as indesejáveis, enfraquece os tentáculos da democracia participativa, o que nos leva a um caminho bastante tenebroso: o autoritarismo e a barbárie. Já conhecidos historicamente no Brasil, mas no imaginário coletivo (relativo aos movimentos à direita), nos dias atuais, as pessoas tendem em ir às ruas para pedir formas de intervenção militar e/ou federal por questões políticas e relativas à preservação da ordem e da lei, mesmo que representem ações e atos contra os posicionamentos constitucionais.

Assim, Jean Wyllys (2015) defende sobre a justiça social e a ampliação do acesso aos direitos fundamentais, visando a implementação de políticas de segurança, nutrição, geração de emprego e renda, moradia, infraestrutura urbana e educação, capazes, de fato, de desconstruir a realidade dessa violência urbana na atualidade. O respeito maior aos direitos humanos ambientais, sociais, políticos, econômicos, sexuais e reprodutivos de diferentes segmentos, que deveriam figurar entre os membros das instituições policiais, visando lidar melhor com a diversidade humana e cultural de modo a tornar mais visível o conjunto de problemáticas vivenciados pelos cidadãos locais das periferias, como forma de trazer à tona suas reivindicações mais urgentes.

Para Laura Capriglione (2015), o entendimento da violência policial passa pela economia política, porque no imaginário coletivo, o extermínio se torna possível e aceito politicamente quando a vida do indivíduo é supérflua, ou seja, é quando a vida do bandido não tem valor porque é bandido. Em termos econômicos, torna-se inconcebível a eliminação da força de trabalho produtiva na sociedade atual.

A Geografia da violência, está, de certa forma, atrelada ao estado de polícia (Batista, 2015), sobretudo juntamente com a questão criminal no Brasil contemporâneo, mediante à sua espacialidade como um conjunto de lugares e de localizações. O conceito defendido pelo geógrafo Milton Santos (1996) e por Maria Adélia de Souza (2003) considera que a Geografia seria uma filosofia de técnicas em que o território é utilizado como uma categoria de análise social, ou seja, que está exposta a partir das geografias das desigualdades (Santos, 1996).

A banalização de cenas violentas corrobora para mostrar o cotidiano monstruoso da atualidade. Desse modo, Muniz Sodré (2006) defende que a mídia comunicativa funciona como uma operadora da semiótica, que abarca a realidade, o imaginário e as formas de propagar a violência urbana em seus diferentes aspectos. Em relação à questão de ordem social, o autor ressalta:

Não é de fato a pobreza uma determinante mecânica dos ilegalismos, pois em primeiro plano aparece como grande indutora a violência da própria ordem social, que transparece na militarização tecnologizada da produção, no superpolicamento das populações pela classe militar, no desequilíbrio estrutural tanto na esfera ético-política como na do consumo, exacerbado no nível dos signos sociais e dos meios de comunicação. Favorece-se assim, toda uma fantasmática de violência junto a grupos marginalizados ou periféricos, aos quais a ordem tecnoburocrática é decididamente indiferente (Sodré, 2006, p. 103).

Em suma, o autor deixa claro que a violência terrorista do Estado tecnoburocrático reforça o sistema da produção da segurança, induzindo erroneamente a sociedade civil a aceitar os inúmeros descasos com relação aos serviços públicos básicos e mínimos nas áreas de educação, saúde e geração de emprego e renda no Brasil atual. Infelizmente, as classes populares sofrem com maior rigor legal, penal, social e político a estigmatização decorrente desse estado de insegurança constante.

Nos dias atuais, Vera Malaguti Batista (2015) especifica que as unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro são um exemplo da política do Estado que governa para os interesses hegemônicos do grande capital, em detrimento dos direitos dos moradores das comunidades e favelas locais, e que contempla as intervenções urbanas para regiões ocupadas militarmente através das tecnologias, políticas e programas americanos, iraquianos ou palestinos, contribuindo para uma estética de guerra e para o avanço do urbanismo militarizado, inserido no cotidiano das cidades.

Tais pontos articulam-se com a noção de segurança em Michel Foucault (2008), pois a noção territorial e o conceito de polícia aproximam-se das populações como um aparato tecnológico do governo para manter a ordem e controlar a população. Assim nasceu, na

Alemanha, a noção do chamado Estado de Polícia e das noções conceituais relativas à biopolítica.

Para Michael Foucault (1976), o efeito colonial aponta as noções da colonização, no sentido da circulação de ideias, técnicas e práticas de poder entre os núcleos metropolitanos dos poderes coloniais e o espaço das periferias colonizadas. Dito isso, cabe ressaltar que muitas cidades e espaços colonizados no século XIX foram lugares de experimentação, onde os países ocidentais testaram formas de bombardeio aéreo, encarceramento em massa em campos de concentração e extermínio genocida, que foram as bases para o domínio totalitário e o avanço das guerras na Europa no século XX.

Dessa forma, a cidade, nos espaços colonizados, deve ser compreendida como espaço do exercício da violência. Assim, o urbano é compreendido nos países mais pobres pelo processo de exploração capitalista, onde se evidencia o urbano como caótico, cujo caos está consorciado à violência. Desse modo, as lutas travadas contra os cidadãos e cidadãs das cidades colonizadas ainda perduram como herança espacial, como consequência desse processo. A efetivação de um sentido da violência está na “naturalização” dessas cidades dos países colonizados, ditos subdesenvolvidos ou emergentes. Toda a pobreza e a violência nesses espaços urbanos são compreendidas pela ideologia dominante como naturais, como se brotassem naturalmente desses espaços urbanos marginalizados, periféricos e empobrecidos.

O discurso que se efetiva com a naturalização da pobreza passa pela construção de uma epistemologia que norteia o urbano como o locus “natural” da violência. Assim, o imaginário social, quanto à cidade, faz-se pela composição de paisagens e territórios que efetivam certa normalidade quanto ao preconceito, racismo, machismo, enfim, quanto aquilo que precisa ser considerado dentro de uma crítica e não no processo de reprodução. Por isso, desde o início, buscamos consolidar uma epistemologia crítica para pensar a realidade do urbano pela violência, cuja centralidade é ocupada pela Geografia.

Essa Geografia ideológica nas cidades dá-se por uma nova configuração da economia securitária na atualidade, porque abarca o avanço dos complexos transnacionais e industriais relativos as empresas da área de segurança e militares altamente tecnológicas e que (re)vendem as soluções da insegurança e da violência para os problemas sociais mais complexos, mesmo mediante o cenário de crise econômica e global, fazendo com que as indústrias da segurança interna prosperam bastante (Graham, 2012).

Não podemos deixar de mencionar que os complexos securitários arrecadam lucrativamente a partir da difusão das noções fundamentalistas relativas ao mercado, e que incidem na organização social, econômica, política e contribuem para o aumento das

desigualdades. A militarização e a securitização urbanas são baseadas no neoliberalismo, que continua a se proliferar num ciclo que não se quebra, sobretudo com a existência dos monopólios estatais sobre a incidência da violência, juntamente com as corporações privadas e mercenárias. De outro modo, tanto em zonas de guerra e nas cidades é possível visualizar as práticas do urbanismo militar em ascensão e os mercados da segurança *high-tech*, que implementam estratégias militarizadas para controlar o rastreamento de imigrantes ilegais. O foco urbano das economias globais securitárias é correlata à própria situação das cidades, que criam e recriam a possibilidade de violência contra elas mesmas e através da cidade, mediante a ameaça da interrupção, seja do engarrafamento, da falha técnica, do apagão, das redes indisponíveis (Graham, 2012).

Esse urbanismo militar fomenta uma vigilância exagerada em detrimento da privacidade dos cidadãos, da diminuição dos direitos civis, da securitização da vida cotidiana nas sociedades tão desiguais, tendo em vista que se trata de um projeto mais amplo ao alcance do neoliberalismo, dos interesses do livre mercado e dos movimentos do capital (Graham, 2012).

Nesse sentido, as questões estruturais em escalas macro que aqui apresentamos na composição do espaço, da violência e do urbano mostram o entrelaçamento de forças e de composições na efetivação do próprio cotidiano urbano. Assim, o movimento de permanente reorganização do capitalismo efetua um sentido urbano colonial, com finalidade de empoderar a constante violência como naturalidade.

Essa macroestrutura atravessa as microestruturas e forma uma relação de escala que precisa ser compreendida nas dinâmicas da própria experiência. Por isso, as questões epistemológicas até aqui apresentadas serão colocadas em evidência na estrutura urbana de Ituiutaba.

CAPÍTULO 3 - NAS EPISTEMOLOGIAS DA GEOGRAFIA: TECENDO AS AMARRAS DA VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA (MG)

Este capítulo pretende fazer uma breve contextualização histórica e geográfica sobre Ituiutaba (MG). É narrado na primeira pessoa para demonstrar aos leitores as especificidades da pesquisa de campo realizada na cidade e para compor as análises principais com relação às impressões sobre o contexto da violência e da insegurança urbana.

Apresenta os contextos da violência urbana a partir das realidades dos bairros Centro, Natal e Nova Ituiutaba I-IV, bem como pretende considerar sobre a pesquisa de campo, através das entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores locais desses bairros. Ademais, evidenciam-se as perspectivas das entrevistas com representantes do poder público da cidade, cujas funções são desempenhadas nas áreas de Assistência Social e Segurança Pública, para desvelar os contextos da situação dos crimes urbanos na atualidade e o cenário social em que a população tem vivenciado no pós-pandemia.

O intuito do capítulo é justamente evidenciar o contexto das amarras da violência urbana nos bairros a partir de análises multidisciplinares. Após a composição deste capítulo, evidentemente, apresentam-se as considerações finais e, logo a seguir, a finalização da tese, trazendo o outro lado da pesquisa encarado pela autora principal, narrando algumas violências sofridas na cidade de Ituiutaba (MG).

3.1 Contextualização histórica de Ituiutaba (MG)

*Ituiutaba, terra enluarada,
Berço de um povo varonil
Através da Cachoeira Dourada
Ilumina o coração do Brasil
No Pontal ela é a pioneira
Lavoura, pecuária e educação*
(*Querida Ituiutaba*. Letra e Música: Guaraciaba Campos Machado e Adelor Alves Gouveia, 1972)³.

A letra da música *Querida Ituiutaba*, de Guaraciaba Campos Machado e Adelor Alves Gouveia (1972), apresenta um pouco do contexto histórico e geográfico de Ituiutaba (MG), ressaltando diretamente suas qualidades rurais e urbanas. Por isso, essa letra musical é referenciada nesta tese como um elemento cultural importante para trazer à tona essas características históricas como patrimônio da memória urbana.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WXLS8TPsffk>. Acesso em: 15 set. 2024.

De acordo com Guerra e Libera (2014), a configuração espacial de Ituiutaba (MG) ocorreu em meados de 1820, com a presença dos primeiros colonizadores da região, nas terras que eram ocupadas pelos índios Caiapós. Desse modo, foi após a fixação dos colonizadores dessa área, que foi erguida a primeira capela no local, por volta de 1832, às margens do Córrego Sujo.

Desde sua fundação, a cidade, ao longo dos anos, recebeu vários nomes, a exemplo de Campanhas do Tijuco, Capela do São José do Rio Tijuco (1833), Distrito de São José do Tijuco (1839), Vila Platina (1901) e Ituiutaba (1915), este último tupi que significa “aldeia do lamaçal do rio” ou, ainda, “povoação do rio Tijuco”⁴. Os seus principais fundadores foram os viajantes Joaquim Morais e José da Silva Ramos. Os habitantes da região eram os ameríndios caiapós, chamados de tabajaras ou “bilreiros”, pertencentes ao grupo jê, popularmente chamados de “bugres”.

Foi nesse período que, segundo Guerra e Libera (2014), a Igreja Católica caracterizou-se como o principal agente imobiliário de Ituiutaba, uma vez que até 1911, ainda se promovia a sua ocupação, com os investimentos em infraestrutura e com o calçamento de ruas. Ituiutaba, já na década dos anos de 1920 e 1930, começou a se consolidar enquanto cidade, estruturando-se nos arredores da Igreja, entre às margens dos Córregos Piratininga e Sujo.

Na década de 1940, por sua vez, a economia girou pela agropecuária tradicional, através da vinda do matadouro industrial, transformando a região num centro (re)criador de gado. A agricultura atendia apenas algumas necessidades da pecuária (tanto bovina quanto suína) e à da subsistência autônoma, sem demandar uma mão de obra maior e totalmente especializada (Guerra; Libera, 2014).

Cabe ressaltar que, conforme enfatiza Petraglia (1953), foram alguns imigrantes italianos que chegaram a Ituiutaba no início do século XIX, os maiores responsáveis pela construção física da cidade, sobretudo na edificação de igrejas católicas, com a ajuda de lideranças religiosas, movimentos políticos, de saúde e o relativo às construções civis. Já no final do século XIX, Ituiutaba começou a receber imigrantes da colônia sírio-libanesa⁵, que chegaram ao Brasil vindos no contexto do pós-guerra ocorrido no Oriente Médio. Especialmente em Ituiutaba, colaboraram para a consolidação dos primeiros estabelecimentos industriais. Tanto os italianos quanto os sírio-libaneses colaboraram diretamente para o avanço e o crescimento comercial da cidade.

⁴ Em tupi, Tijuco significa lama.

⁵ A imigração sírio-libanesa chegou em São Paulo por volta de 1880, via litoral em grupos, posteriormente migraram pelo interior com grande quantidade de mercadoria para vender. Muitos anos depois, já conheciam parte do Brasil e se consolidaram no país, sobretudo, no estado de Minas Gerais.

No entanto, nas décadas de 1950 e 1960, Ituiutaba consolidou-se com sua estrutura urbana, tendo como base a economia arroseira de toda a Microrregião, o que a alçou como a “capital do arroz”, com que disputavam no espaço destinado aos pastos outras lavouras, caso do milho, feijão, gergelim, algodão e outras, além da própria contribuição para o desenvolvimento econômico a partir da pecuária. Entende-se que durante a época que a cidade era conhecida como “capital do arroz”, houve um crescimento significativo, modificando toda a estrutura paisagística, social e econômica (Guerra; Libera, 2014).

Porém, no fim desse período, houve o declínio econômico da região, e isso ocorreu por dois fatores determinantes na visão de Guerra e Libera (2014), a saber:

- I. Emancipação dos municípios de Capinópolis (1953), Gurinhatã (1962) e Ipiáçu (1962);
- II. Ausência de uma ferrovia que ligasse Ituiutaba a outras regiões importantes que poderiam propiciar a continuidade da expansão. Em consequência, algumas indústrias foram enfraquecendo, até chegarem ao ponto de encerrarem as suas atividades. Assim, pelo desemprego e maiores oportunidades de trabalho nas capitais e metrópoles, o êxodo começou a ocorrer na região.

Foi nesse período da década de 1950, ainda conforme os levantamentos de Guerra e Libera (2014), que Ituiutaba teve variados investimentos e avanços nos serviços de calçamento das ruas, culminando na expansão de loteamentos urbanos, no desenvolvimento de água encanada, melhorias no saneamento básico e na energia elétrica. Naquele momento, começou o processo de instalação de instituições e comércios, como hospitais, farmácias e escolas. Segundo as autoras, o intervalo de tempo entre 1940 e 1960 é que se destaca com o fluxo migratório de outros povos para Ituiutaba.

Na década de 1960, o que mais marcou a cidade foi a abertura de outra rodovia, a exemplo da BR 365, com a qual se consolidou o crescimento ao longo da estrutura viária, em função da grande importância para o escoamento da produção do município, bem como a vinda dos migrantes nordestinos/as para trabalharem nas usinas sucroalcooleiras. Nesse período, ainda, Ituiutaba sofreu com o expressivo desemprego no campo, em virtude da mecanização do trabalho, que acarretou num êxodo da população para outras cidades da região, o que coincidiu com o período militar (1964-1985) (Guerra; Libera, 2014).

O município de Ituiutaba localiza-se no estado de Minas Gerais e integra a região sudeste do Brasil, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na microrregião de Ituiutaba. Atualmente celebrou seus 123 anos.

Foi a partir de 2017 que o IBGE propôs uma nova metodologia para a divisão regional do Brasil, substituindo aqueles últimos termos por regiões geográficas imediatas e intermediárias. Assim, atualmente, o município de Ituiutaba está situado na região geográfica intermediária de Uberlândia e está localizado aproximadamente a 670 km de distância da capital mineira, Belo Horizonte.

Nos anos 1970 e 1980, Ituiutaba ficou basicamente marcada pela modernização agropecuarista, pelo chamado ciclo do ouro branco (da manufatura do algodão) e pela verticalização urbana dos bairros periféricos e também através da instalação da fábrica da Nestlé (Guerra; Libera, 2014).

Já nos anos 1990 e 2000, a cidade passou por obras de infraestrutura urbana, como a implantação da estação de tratamento de água e esgoto e do aterro sanitário, em que se tinha cerca de 98% de sua água tratada e 96% da rede de esgoto instalada, o que impulsionou um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme apontado pelo IBGE (2010).

No entanto, no caso de Ituiutaba (MG), foi mediante a implantação do campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, no bairro Tupã, no ano de 2006, que os proprietários das áreas circunvizinhas ao local previsto para sua construção incorporaram expectativas de aumento do preço de lotes não edificadas. Assim, observou-se a inserção da lógica capitalista da especulação imobiliária e a valorização elevada dos preços dos terrenos e venda de imóveis (Chaves; Vieira Neto, 2016). O Mapa 3 mostra a malha urbana da cidade durante os anos 2000.

Mapa 3 - Malha urbana de Ituiutaba nos anos 2000 e seus espaços livres



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, adaptação: Guerra e Libera (2014).

No caso de Ituiutaba, identificou-se uma expansão no setor Sul da cidade, onde foi implantado o Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. Sendo importante para estabelecer novos loteamentos e a crescente especulação imobiliária local. Foi com as terras doadas para a construção do campus universitário, que se propiciou a abertura de dois loteamentos de classe média, o Gerson Baduy I e II (Guerra; Libera, 2014).

Recentemente, com a perspectiva de crescimento do mercado imobiliário através das duas gestões do governo Lula (2003-2011) no âmbito nacional (Filho, 2011), o mercado imobiliário tem apontado crescimento exponencial devido a fatores como a maior oferta de crédito, tanto para o incorporador como para o consumidor final, o aumento da renda familiar, a redução da taxa básica de juros adotada pelo Banco Central e a tentativa do Governo Federal em minimizar o déficit habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (Chaves; Vieira Neto, 2016).

Assim, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades que conseguiu variados investimentos na habitação, mediante a construção de pelo menos dez conjuntos habitacionais, localizados em diferentes setores e bairros da cidade, os quais ampliaram a sua expansão horizontal, expandindo o urbano como um mosaico de espaços da inclusão e da exclusão social. Isso, no entanto, não acompanhou o acesso a bens, serviços, transporte público de qualidade e equipamentos urbanos de lazer, ao contrário, muitos bairros foram afastados e segregados da área central, não acompanhando o desenvolvimento do comércio e de outros serviços (Chaves; Vieira Neto, 2016).

Dessa forma, cabe reiterar que entre os anos 2001 e 2010, foram construídos, pelo menos, dez conjuntos habitacionais, totalizando 2.895 habitações, condicionando a expansão horizontal da cidade, o que contribuiu para o processo de valorização das áreas e bairros circunvizinhos. Também se destacaram os empreendimentos residenciais, para moradia de médio e alto padrão (Chaves; Vieira Neto, 2016).

Chaves e Neto (2016) chegaram à conclusão de que a valorização desigual da terra urbana entre as localizações servidas (ou não) de infraestrutura, promovem, conforme Paul Singer (1982), as desigualdades de acesso aos segmentos sociais mais vulneráveis do que se percebe nas áreas menos valorizadas.

Os dados do IBGE, em 2018, apontam que Ituiutaba detém uma população estimada em 104.067 mil habitantes. Considerando-se as informações censitárias de 2010, ou seja, 95% trata-se de população inserida no meio urbano. Segundo informações do site da Fundação João Pinheiro (2010), a situação de pobreza decorre não só do seu nível de renda per capita, mas do grau de desigualdade de renda entre seus habitantes. Uma forma de medir essa desigualdade é verificar a parcela da renda total do município, que é auferida por diferentes parcelas de sua população. Assim, só em 2010, os 10% mais ricos detinham 42,13% da renda total, ao passo que os 60% mais pobres ficavam com apenas 25,84% dela.

As informações do site da Fundação João Pinheiro (2010) caracterizam que se for considerar um indivíduo cuja renda domiciliar per capita mensal é inferior a R\$ 220,70 (a preços de dezembro de 2017), a proporção de pobres na população de Ituiutaba passou de 14,62%, em 2000, para 4,16%, em 2010. Já no contexto total dos habitantes, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018), a população de eleitores pode ser medida razoavelmente na faixa de 77.088 mil. No que tange à população economicamente ativa, é de aproximadamente 49.862 mil habitantes.

Entretanto, nas últimas décadas, Ituiutaba foi contemplada com novos empreendimentos econômicos, dentre os quais se destacam a instalação de empresas do setor agroindustrial,

algumas instituições de ensino e um aumento em sua população, contribuindo para o surgimento de outras áreas urbanas.

A cidade é um polo regional do chamado pontal do Triângulo Mineiro, sendo referência para os municípios de Capinópolis, Santa Vitória, Gurinhatã, Canápolis, Cachoeira Dourada de Minas e Ipiacu. Ituiutaba é responsável por fazer a intermediação entre grandes e médias cidades (sobretudo de Uberlândia e Uberaba), com funções urbanas regionais, assumindo uma responsabilidade territorial considerável e importante em termos de consumo, da prestação de serviços públicos de educação, saúde e segurança municipais, estaduais e federais para os municípios limítrofes, que não possuem a mesma infraestrutura capaz de exercer influência na área agroindustrial do país.

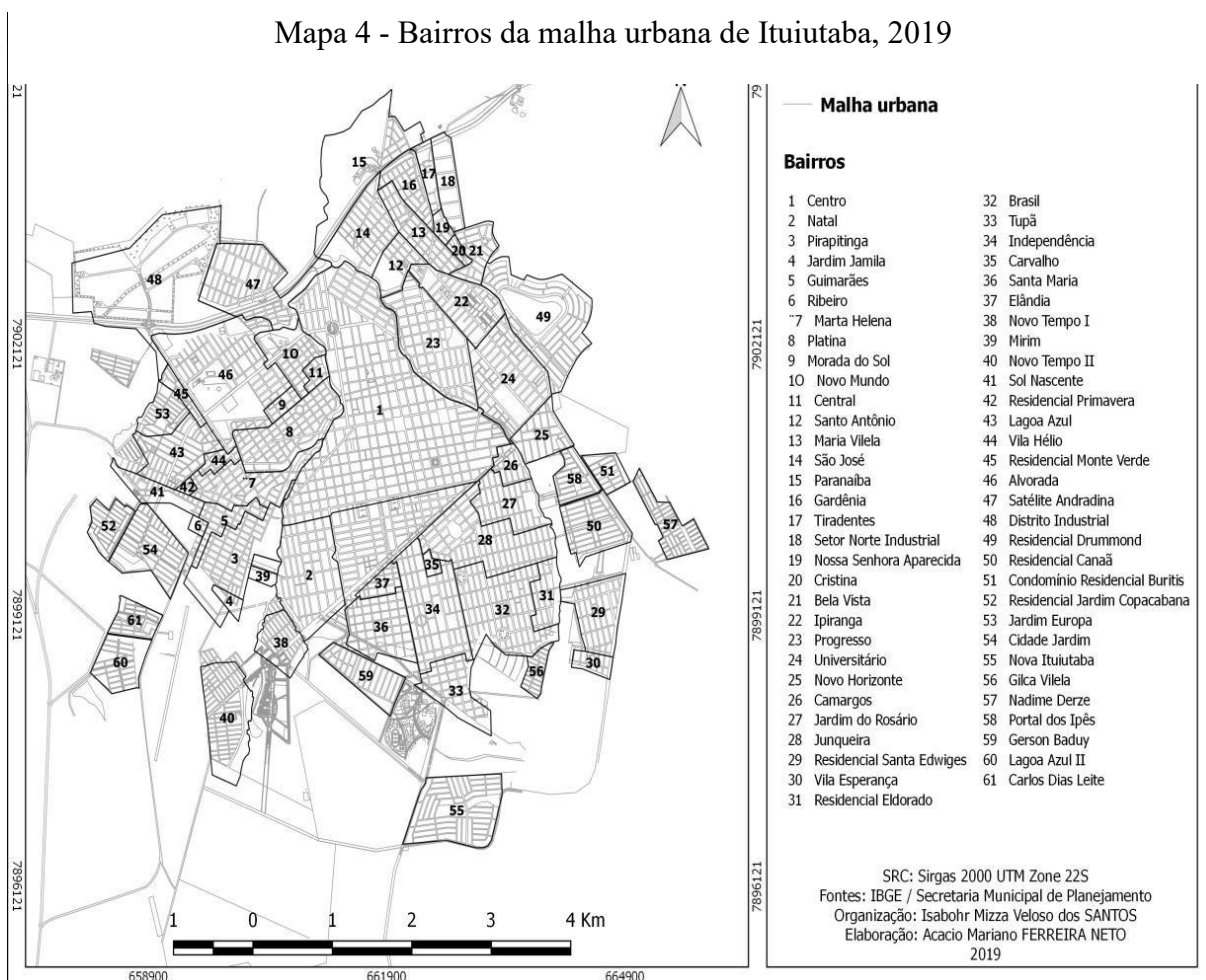
A maioria dos imóveis sujeitos à regularização fundiária trata-se de lotes que foram integrados ao patrimônio público municipal quando da sua implantação dos respectivos loteamentos que deram origem aos bairros da cidade, permanecendo sem destinação específica, ocasionando a ocupação irregular daqueles. Ainda, houve casos de imóveis objetos de doação pelo município a terceiros, mas que retornaram ao seu patrimônio em razão do descumprimento de cláusulas impostas no contrato de doação, sendo posteriormente ocupados por posseiros.

No que diz respeito à Ituiutaba, à medida que a cidade cresceu em função de novos bairros, alguns espaços também tiveram a tendência de se afastar da área central, o que ajuda a entender certa tendência da incorporação de glebas rurais ao tecido urbano, por meio de iniciativas de espaços residenciais mais abertos através de diferentes padrões socioeconômicos, agravando as desigualdades socioespaciais com relação a alguns modelos de moradia.

Alguns modelos de moradias construídas enfatizam, mais uma vez, a lógica da insegurança urbana, mediante a adoção de muros altos, portões fechados, o uso de concertinas e o não contato com o espaço público de ruas e avenidas nos bairros da cidade. Parece que a lógica da insegurança, através das barreiras físicas de proteção, contribui para o imaginário do medo de roubos, assaltos e furtos às residências e uma certa tendência da fragmentação como uma exclusão necessária ao processo de reprodução da sociedade local, separando e evitando o contato com os segmentos sociais mais vulneráveis (Santos, 2020).

Desse modo, tal fenômeno é também perceptível em cidades de porte médio e não somente em metrópoles policêntricas. Essa forma de enclausuramento de residências denota preocupação com a preservação da propriedade privada e o evitamento de atos tidos como violentos. Por isso, o investimento financeiro em aparatos e barreiras físicas que proporcionam tal sensação de segurança (Santos, 2020).

Atualmente, Ituiutaba possui 61 bairros, sendo os mais recentes oriundos da construção de conjuntos habitacionais vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Nos últimos anos, cerca de 5 mil unidades habitacionais foram viabilizadas por intermédio de conjuntos habitacionais, instaladas nas áreas mais afastadas da cidade, sem a infraestrutura adequada, distantes da área central, onde as atividades comerciais e de serviços estão mais presentes. Nesse contexto, em Ituiutaba, não existem favelas, nem áreas de encostas com risco de deslizamento, nem loteamentos totalmente irregulares ou clandestinos, mas persistem ainda os problemas de regularização fundiária. O Mapa 4 retrata o mosaico dos bairros da cidade na atualidade.



Fonte: IBGE, Secretaria Municipal de Planejamento. Organizado e elaborado por: SANTOS, Isabohr Mizza Veloso dos; FERREIRA NETO, Acácio Mariano (2019).

Pretende-se analisar, de forma mais abrangente, a estrutura de Ituiutaba (MG) no que respeita aos serviços de saúde, educação, das relações de consumo, de moradia e acesso à habitação por parte dos cidadãos locais. Com mais destaque para a situação da violência urbana e as suas relações que influenciam na apropriação do espaço da cidade. Feito isso, mediante o

acúmulo de informações e dados, torna-se possível analisar com mais propriedade a real situação social e econômica da cidade.

Tendo traçado esse breve panorama histórico de Ituiutaba (MG), cabe, adiante, reafirmar a importância da pesquisa científica, para apreender maiores características atuais do cotidiano urbano dos cidadãos. A seguir, a estrutura urbana da cidade:

Estrutura urbana atual de Ituiutaba (MG)

- A origem da cidade deu-se através do meio rural e com o trabalho de povos imigrantes nacionais e estrangeiros;
- Possui diferentes redes de serviços comerciais privados, incluindo, também, instituições bancárias;
- A economia local provém de fontes de serviços rurais e das atividades do Agronegócio;
- Possui atividades do setor industrial que abrangem as empresas: Nestlé, Syngenta Seeds, BP Biocombustíveis, Frigorífico JBS, Canto de Minas, Laticínios Baduy;
- Possui serviços públicos nas áreas de saúde (com hospitais e pronto-socorro), educação (Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior);
- Tem serviços na área de segurança nas esferas municipais, estaduais e federais, que atendem a cidade e a região;
- Possui a Prefeitura Municipal de Ituiutaba e serviços públicos municipais e de Conselhos representativos;
- Atividades ligadas ao empreendedorismo solidário e ao resgate da cidadania;
- Possui a presença de ONG, entidades sociais e culturais, instituições religiosas diversas;
- Possui o Presídio Estadual de Ituiutaba, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP);
- Possui a sede do 54º BPM (Batalhão da Polícia Militar), Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais, além de algumas empresas de segurança privada;
- Nos últimos anos, houve a expansão de políticas habitacionais de acesso à moradia;
- Possui o Parque de exposição JK e festas típicas da cidade e do meio agropecuário;
- Possui o Parque do Goiabal, não tendo funções de lazer e diversão públicos;
- No campo da educação superior, a presença de um campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de um campus do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); da Faculdade Mais de Ituiutaba (Facmais) e outras instituições privadas de educação a distância;
- A presença dos órgãos de justiça, a exemplo do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e da Justiça Federal (TRF1).

No ano de 2022, com o Censo divulgado pelo IBGE (2023), mostra-se que Ituiutaba possui uma população de aproximadamente 102.217 pessoas. O salário médio mensal recebido

pelos trabalhadores/as é de 1,9 mínimos, com 23 mil ativos atuando na cidade. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10,44 para 1.000 nascidos vivos. As internações são de 1,2 para cada 1.000 habitantes.

Ituiutaba tem pelo menos 27,34 km² de área urbanizada, tem esgotamento sanitário adequado (2010) de 94,3 %, assim como tem arborização de vias públicas (2010) de 91,7 % na região central, mas essa taxa não é igual nos bairros mais novos e populares. Não se pode deixar de mencionar sobre os domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, com a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio na cidade.

Esse panorama da contextualização histórica-geográfica torna-se importante para traçarmos algumas análises sobre o contexto da violência urbana nos próximos subtópicos deste capítulo em pelo menos 3 (três bairros) de Ituiutaba, visando conhecer as especificidades de cada localidade e a dimensão cultural de seus moradores/as.

3.2 O contexto da violência urbana: o bairro Centro em perspectiva⁶

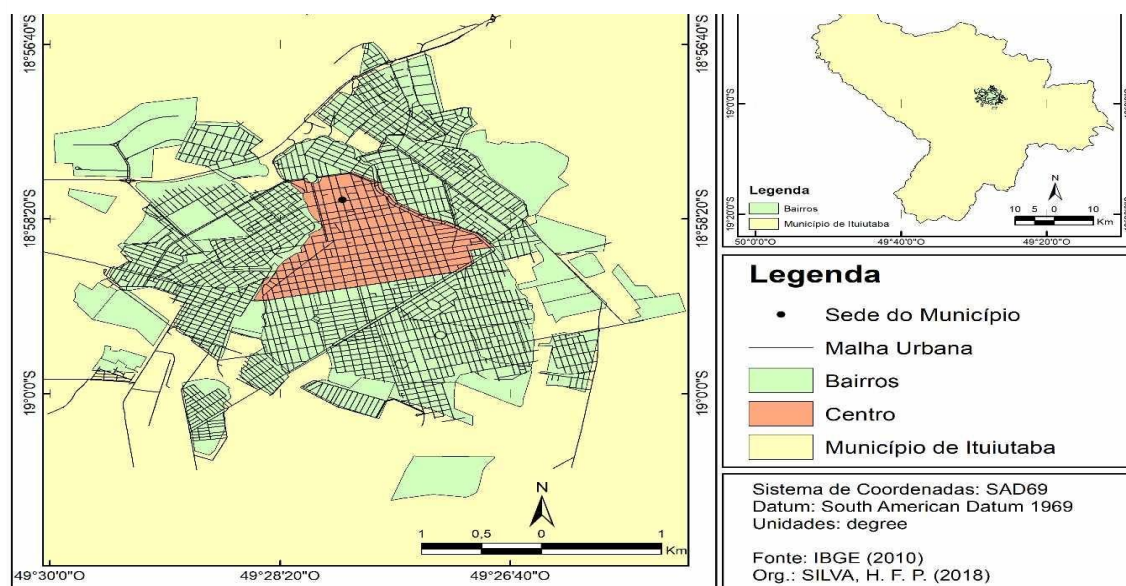
O bairro Centro é considerado um dos mais antigos da cidade de Ituiutaba e nele se encontra quase toda a área comercial, sendo o principal bairro para grande maioria da população que se encontra ocupada, trabalhando de maneira formal ou informal. A maioria dos lotes possui o registro e a escrituração das residências.

É no Centro em que se concentra as sedes principais de instituições públicas: a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, a Câmara Municipal de Vereadores, os Correios, o Fórum TJMG, a Delegacia de Polícia Civil, o Batalhão de Polícia Militar e do Pelotão de Bombeiros Militar. Não somente das instituições públicas quanto dos principais serviços particulares de educação, saúde e segurança do município.

Por possuir toda essa infraestrutura, o bairro conta, principalmente, com áreas de atuação comercial, como as lojas de eletroeletrônicos, de vestuário, de cosméticos, de brinquedos, móveis, escritórios de advocacia e/ou administrativos em geral, supermercados, farmácias, restaurantes e bares. O mapa a seguir mostra a localização do bairro Centro no município de Ituiutaba (MG).

⁶ O subcapítulo foi escrito ao som da composição de rock *Eu sou cliente de lá*, do cantor Rogério Skylab (2008), que faz alusão a uma crítica sobre o sistema capitalista e ao ideal do consumo presentes nas sociedades contemporâneas, em que quase tudo é absolutamente comprável pelas pessoas, tanto produtos legais quanto os ilegais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ILZczV8SqM>. Acesso em: 9 out. 2023.

Mapa 5 - Localização do Centro de Ituiutaba (MG)



O bairro possui agências bancárias, casas lotéricas, representantes bancários, agências de veículos, variados cartórios, construtoras, hotéis, dormitórios, faculdades, hospitais, clínicas em geral, laboratórios de exames clínicos e academias de ginástica, que abarcam as atividades que giram a economia da cidade.

Geralmente, os aluguéis de casas residenciais ou espaços comerciais tendem a ter um preço mais elevado, por conta do bairro possuir toda essa gama de serviços e sedes municipais e públicas. Nesse sentido, os valores venais de casas, imóveis e lotes, em virtude da especulação imobiliária, tende a ter um preço mais elevado do que em outros bairros de Ituiutaba, por conta da estrutura urbana do Centro.

Observa-se que o Centro é um dos bairros mais estruturados economicamente em Ituiutaba, e também conta com muitos imóveis residenciais. Apesar de possuir toda essa estrutura, tende a não ser usufruído por todos/as, tendo em vista os espaços vazios entre as ruas do bairro, com terrenos baldios ou abandonados, com matagais altos e também com os altos preços de aluguéis e de imóveis à venda, fazendo com que a população de baixa renda não consiga morar no Centro e se veja buscando moradias nas áreas tidas como periféricas. As imagens abaixo podem evidenciar a estrutura urbana que o Centro disponibiliza:

Fotografia 1 - A estrutura urbana do bairro Centro



Fonte: Acervo da autora (2023).

Com essas fotografias, é possível visualizar a estrutura urbana permeada de comércios e de serviços disponíveis, de fato, no bairro. Dessa forma, é também um local de interesse para potenciais criminosos perpetrarem delitos, em virtude das atividades econômicas e financeiras que por ali se encontram inseridas.

Nesse contexto, torna-se importante trazer à tona as entrevistas com os cidadãos/as para conhecer um pouco as especificidades do bairro Centro, sobretudo acerca do contexto da violência urbana, conforme a percepção de quem vivencia de perto as demandas e o cotidiano no local.

Tabela 1 - O perfil dos entrevistados no Centro

Centro	Idade	Profissão	Renda	Residência
Entrevistado 1	63 anos	Corretor de imóveis	R\$ 15 mil	Própria
Entrevistado 2	44 anos	Técnico em Contabilidade	R\$ 6 mil	Alugada
Entrevistada 3	32 anos	Estudante Universitária	R\$ 1 mil	Alugada

Fonte: Organizada pela autora (2023).

A pesquisa qualitativa e as entrevistas semiestruturadas são necessárias para compor e trazer à baila algumas informações sobre o cotidiano dos bairros da cidade de Ituiutaba (MG), em que somente o cidadão/a que reside e conhece a movimentação do dia a dia pode nos dizer a respeito. Nesse sentido, ao entrar em contato direto com os entrevistados/as tive esse cuidado e respeito, isso porque é a subjetividade do olhar do entrevistado/a e suas vivências e experiências no espaço urbano que podem representar a movimentação dessa violência.

Enquanto pesquisadora, baseio-me nesse olhar do entrevistado/a, nas minhas experiências com a cidade, e no conhecimento científico das temáticas aqui analisadas. Todo esse arcabouço teórico-prático ajuda a compor todas as análises presentes nesta tese e podem trazer à superfície informações valiosas sobre essa realidade da cidade.

No caso da metodologia utilizada para realizar as entrevistas semiestruturadas com os cidadãos dos bairros, tratou-se do contato preliminar, fosse por meio de ligação telefônica, fosse por contato de Whastapp com o morador/a. Após o seu aceite, combinávamos um local público e um horário mais conveniente ou de melhor preferência de locomoção para o entrevistado/a e nos encontrávamos.

Desse modo, em algumas entrevistas, só conseguia contato, realmente, após o expediente de trabalho do morador/a, ou, às vezes, precisei ir à casa do entrevistado/a em horários diversos para conseguir conversar, conhecer e estabelecer um diálogo informativo sobre o bairro. Em outras ocasiões, por sua vez, precisei frequentar bares, restaurantes e demais ambientes em que o entrevistado/a se sentisse mais a vontade para conversar comigo. Isso fez com que conhecesse diferentes rotinas, lugares e pessoas, estabelecendo todo tipo de interação social.

Essa parte do trabalho de campo foi fundamental para a pesquisa e propiciou ter acesso a um conhecimento da cidade e das interações entre os moradores, os bairros, as relações de

poder por detrás do cotidiano urbano de Ituiutaba. Após a entrevista já realizada com o morador/a, enquanto pesquisadora, pedia pelo menos uns dois contatos de conhecidos, amigos/as e/ou vizinhos/as que pudessem conversar comigo sobre as demandas do seu bairro de moradia e que foram contemplados por esta pesquisa.

Nem sempre conseguia a entrevista com o morador/a indicado. Então, foi necessário estabelecer uma rede de contatos e trabalhar com aqueles/as que tinham a disponibilidade em participar do estudo. Algumas pessoas diziam ter medo de falar, outras não se interessavam nas temáticas abordadas, alguns cidadãos/as diziam que poderia ser um estudo falho, tendo em vista que a cidade não tinha violências e que era pacata e tranquila para educar seus filhos/as, somente moradores “mais errados” se envolviam em conflitos.

Outras pessoas, por motivos subjetivos e/ou políticos, preferiram não participar para não se indispor com outros segmentos na cidade. Diferentemente da pesquisa de Mestrado em Geografia (Santos, 2020), dessa vez, encontrei mais obstáculos e dificuldades com negativas de entrevistas. O que considero algo normal, tendo em vista a profundidade da temática analisada nesta tese e, sobretudo, pelo fato de ser uma pesquisadora mulher, de outra cidade, enfrentando este desafio científico em Ituiutaba, ou seja, às vezes eram os moradores/as que me analisavam de perto e tentavam descobrir o porquê do meu interesse na violência local.

Certa vez, inclusive, resolvendo questões cotidianas, um vizinho conhecido no Centro chegou a me parar na rua e me indagar se com o estudo que estava realizando tinha o objetivo de repassar informações à polícia, a órgãos públicos ou a políticos locais. Logo informei que este não era o intuito da pesquisa e sim de trazer à tona informações que fossem relevantes sobre as questões de violência e criminalidade da cidade e que, a partir disso, com o trabalho de outros atores/as sociais que pudessem entrar em cena, poderiam formular políticas públicas de enfrentamento a essas realidades marginalizadas presentes nos bairros de Ituiutaba. Ficou satisfeito com a resposta, ao menos aparentemente, e me disse que no entendimento dele aquilo era importante e que não havia ainda conhecido ninguém que quisesse estudar sobre isso. Agradei e segui com minha vida.

Para compor as análises sobre o bairro Centro, o Entrevistado 1 estava bem vestido, com sapato social e vinha do seu ambiente de trabalho. Encontramo-nos num restaurante mais fino da cidade, durante o período noturno. Conversamos um pouco sobre o seu trabalho de corretagem de imóveis.

Numa outra noite, o Entrevistado 2 também estava bem vestido, com camisa branca, calça jeans azul e um tênis preto de atividades físicas. A entrevista foi feita numa praça de alimentação de Ituiutaba, no período noturno, e ele demonstrava curiosidades sobre a pesquisa.

A Entrevistada 3 era estudante universitária da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no que começou o nosso diálogo me relatando as dificuldades de ser estudante de uma Universidade que não tem restaurante para a comunidade acadêmica. Ela estava usando um vestido longo alaranjado e sandálias rasteiras pretas, nos encontramos durante o dia num Café local, ela demonstrava curiosidade na pesquisa e preocupações correlatas ao seu futuro acadêmico e profissional. Todos/as argumentam que moram no bairro Centro pela proximidade e pela gama de serviços que a estrutura urbana oferece.

Optamos por divulgar na íntegra as partes fragmentadas dos depoimentos dos entrevistados/as, visando estabelecer uma comunicação assertiva e mais detalhada da visão social de cada entrevistado/a, para enriquecer os detalhes urbanos vivenciados em Ituiutaba. Por isso, podem ser fragmentos muito longos, ocupando um espaço razoável das folhas escritas, mas isso ocorreu para respeitar a fala total de cada entrevistado/a da pesquisa. No segundo bloco da entrevista, os Entrevistados 1, 2 e 3, ao serem perguntados sobre a violência urbana, ressaltaram:

Olha, até que nesse ponto de violência, é bem tranquilo. Assim, tem muito pouco caso de violências. Assim, você não vê falando de assaltos, tem poucos assaltos. Pouco roubo. O que mais tem é os roubos de fios elétricos de residência fechada para alugar, aí acontece, mas tirando isso daí, o que eu sei é que tem o pessoal que compra essa fiação. Ele é de metal, não sei se chumbo, é rentável, aí fica mais fácil de negociar, então roubam. Inclusive, numa praça pertinho aqui, roubaram a fiação todinha da praça, aí levaram tudo. Mas assim, muito pouco crime (Entrevistado 1, Corretor, 63 anos).

Ela acontece com pessoas mais vulneráveis, as pessoas que procuram, se envolvem com o tráfico, se envolvem com mulheres de outros caras, isso são pessoas que estão envolvidas com diversos outros conflitos. Geralmente envolvidas com o tráfico de drogas, com as questões de crimes passionais, e pessoas mais vulneráveis e que costumam andar sozinhas assim (Entrevistado 2, Técnico, 44 anos).

Eu acredito que Ituiutaba tem uma dinâmica muito diferente da minha cidade de origem. Eu não sei se é porque é mais disperso por conta da dimensão territorial. Eu percebo que o tráfico aqui em Ituiutaba é muito forte, tanto é que foi algo surpreendente. Eu não conhecia Ituiutaba e nem o Triângulo Mineiro, eu percebi não só por falas de pessoas, mas por convivência, nas áreas em que eu transito, tem também essa questão forte do tráfico aqui (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

As visões dos entrevistados 1, 2 e 3 realçam as especificidades e os seus olhares sobre a dinâmica da criminalidade e da violência local perceptíveis por eles/as. No primeiro depoimento, o Entrevistado 1 entra em contradição ao dizer que a violência existe, mas na sua visão é pouca, porque só é perceptível na questão dos fios elétricos, e minimiza os casos de outras violências que possam aparecer no bairro Centro.

No depoimento do Entrevistado 2, apenas as pessoas vulneráveis procuram se envolver com conflitos devido a sua situação de vulnerabilidade social, o que não quer dizer que isso

seja uma realidade concreta, que explique de fato as problemáticas inerentes à criminalização da pobreza urbana e da violência. Esse depoimento reforça a estigmatização dos mais pobres. A Entrevistada 3 interpreta essa violência a partir da operacionalização de atividades correlatas ao crime de tráfico de drogas a partir de suas vivências em Ituiutaba.

Nesse sentido, os crimes que mais ocorrem, na visão dos entrevistados/as, são os que tem a ver com a violência doméstica e familiar, pequenos furtos e roubos, atividades informais e relacionadas ao tráfico de drogas. Em relação aos tipos de violências enfrentadas, apenas o Entrevistado 2 e a Entrevistada 3 relataram essa incidência:

Recentemente, não. Eu nunca passei por assaltos. Já passei por situações de tentativa de abuso sexual, mas consegui me livrar, mas isso tem muito tempo. Não foi familiar, foi do pessoal da minha rua na época (Entrevistado 2, Técnico, 44 anos).

Sim, a violência que eu sofri foi mais geográfica, né? Por ser de fora. Que é uma lógica de ser vista quase como uma estrangeira, de xenofobia, alguém de fora. Em relação a mim, eu acho que a questão da xenofobia, a maioria das pessoas que eu tive contato são pessoas naturais de Ituiutaba, então eu percebi assim, não é tão acolhedor. Tem muito mito assim, eu percebo que aquele que é de fora, principalmente de uma metrópole, não é muito bem vindo aqui na cidade. Então eu sofri muito isso, dentro do meu contexto, no âmbito universitário na minha sala. Comigo mesmo. Basicamente. Porque só tem eu de fora da cidade. Todas as outras pessoas se não são de Ituiutaba, são do arredor de Ituiutaba, são da região aqui mesmo. Eu cheguei a sofrer essa questão por ser de fora (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

Os depoimentos dos entrevistados 2 e 3 bem reforçam, no primeiro caso, uma tentativa de violência sexual ocorrida em anos anteriores com o entrevistado. Compreendemos que a Geografia, enquanto uma ciência humana e social, precisa se debruçar nas temáticas que ocorrem dentro dos lares. Já no segundo caso, denotam como uma estudante universitária de outra cidade sentiu-se prejudicada por não ter os mesmos costumes culturais dos cidadãos locais, e, na sua concepção, isso é uma forma de violência e de conflito que teve que superar para vivenciar e se relacionar em Ituiutaba.

No que tange aos problemas de racismo, machismo e homofobia, apenas a Entrevistada 3 relata sua visão sobre tais temáticas. Os Entrevistados 1 e 2, embora afirmem que Ituiutaba possui muitos crimes contra a mulher, explicaram que não enxergam nenhum tipo de machismo ou racismo nessas situações flagrantes de conflitos e/ou violências, o que acaba sendo bastante contraditório, já que no caso da violência contra a mulher existem os resquícios coloniais do domínio dos homens sobre as mulheres. Nesse aspecto sobre o machismo, a Entrevistada 3 ressalta:

Olha, de machismo eu acredito que não tem como não passar. Como uma mulher branca eu não posso falar do racismo. Em relação ao gênero, me cabe falar mais, sobre o machismo, embora nem todos os espaços que eu transito ele é evidente assim. O que eu percebo muito, é a questão por exemplo, de professor homem e aluna mulher, há

sempre comentários de questões machistas. Eu procuro, inclusive, sempre manter um relacionamento meio distante (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

Esse depoimento contundente da Entrevistada 3 reforça a questão do machismo enfrentado pelas mulheres e pela comunidade LGBTQIA+ em Ituiutaba, em espaços institucionais e acadêmicos, e deixa evidente o seu receio e a preocupação de sofrer com esses problemas no convívio institucional com professores homens.

De maneira informal, após a captação de áudio da entrevista para esta pesquisa, a Entrevistada 3 me relatou episódios, fatos e acontecimentos que sugerem, entre outras coisas, casos de assédios, abusos, piadas e preconceitos diretos contra estudantes universitárias mulheres e da comunidade LGBTQIA+ em sua instituição de ensino e de outras universidades e faculdades de Ituiutaba. Recordo-me de a Entrevistada 3 dizer que denúncias não tomavam forma em virtude do medo por parte de muitos/muitas estudantes, de ameaças diretas e veladas, e das questões de perseguições formais e informais, bem como pela atuação da rede de proteção institucionalizada hierárquica dos assediadores/as. Isso, em particular, me fez lembrar dos estudos psicológicos e sociais desenvolvidos pelas pesquisadoras Tânia Mara Campos de Almeida e Valeska Zanello (2022) sobre essa realidade de abusos e assédios vivenciados por estudantes no ensino superior. Trata-se de formas de violências silenciosas que atingem toda a comunidade acadêmica e não aparecem debatidas abertamente nas faculdades e nas universidades presentes nas cidades interiorianas.

No que tange às medidas de segurança utilizadas nos bairros, o Entrevistado 1 aponta que, às vezes, tem pouco policiamento em algumas ruas. O Entrevistado 2 ressaltou, principalmente, a utilização das câmeras de segurança com a presença do Olho Vivo no Centro como inibidor de criminalidade. A Entrevistada 3, por estar em situação de mudanças do bairro Centro para o Universitário, conseguiu detalhar e trazer o panorama dos dois locais em seu depoimento:

Assim, assaltos em residência muito pouco. Mas que eu saiba assim desse quesito aí, não teve nenhum tipo de policiamento. Tem um barzinho acima aqui, teve brigas lá de boteco, mas a polícia foi e prendeu. Mas, assim, medidas de segurança não teve, não (Entrevistado 1, Corretor, 63 anos).

É, sim, no bairro tem uma câmera de vigilância lá, por 24 horas por dia e eu acredito que isso desestimula o bandido de atuar. Lá onde eu moro, qualquer crime que a pessoa vier a praticar, ela vai sair na câmara de alguém, ou do Olho Vivo, ou de outro vizinho que tenha câmaras instaladas em casa. Ali onde moro, ele subindo ou descendo a rua, vai ter câmaras e vai passar por alguma. Agora no Centro tem um crime que tá sendo muito comum que é de roubar fios, mas isso não chega a ser um crime de violência. Fio de cobre. Eles roubam e vendem no Ferro Velho para fazer dinheiro. E deixa às vezes alguns bairros com problemas de fornecimento de energia elétrica (Entrevistado 2, Técnico, 44 anos).

No Centro, tem mais a presença da PM [Polícia Militar] com as viaturas. Tem medidas de segurança mais eficazes que outros bairros. Agora, como estou de mudança para o Universitário, o que eu fiquei sabendo é que este ano [2023] teve uma sequência de assaltos no bairro e de pequenos furtos. Por isso, o que eu falo, o que mais me prende aqui é a questão de tráfico e de furtos. Só o Universitário, por exemplo, teve para mais de três repúblicas, entre a rua que estou e a de cima, teve várias casas furtadas. Eu não sei se são as mesmas pessoas, mas o tipo de furtos eram os mesmos. Sabiam os horários que as casas estavam vazias, pulavam essas casas, e subtraíam tudo. Desde comida, roupas, objetos eletrônicos, computadores, notebooks, até bijuterias, perfume, roupas, inclusive numa casa chegaram a sair até com um ‘carrinho de supermercado’ daquela casa de república. Esse semestre o bairro Universitário foi muito furtado, inclusive repúblicas e casas. Foi uma onda de assalto. Eu sei que teve uma blogueira da cidade, que estava viajando, ela postou nas redes sociais, a casa dela sem ninguém lá foi furtada também. Esse ano no Universitário isso cresceu muito lá. Foi falado para a polícia, mas até agora, não tem ronda ou nada assim. No Centro, eu vejo que é mais vigiado que o bairro Universitário, provavelmente teria sido já investigado (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

Nesse sentido, o Entrevistado 1 ressaltou que inexistem medidas de segurança para pequenas brigas em barzinhos no Centro, enquanto o Entrevistado 2 destacou a importância, conforme sua concepção, da presença do Olho Vivo no Centro de Ituiutaba atuar para minimizar a sensação de insegurança.

Já a Entrevistada 3 comparou suas vivências no Centro e no setor Universitário e relata a preocupação com o crescimento de furtos e roubos ocorridos em imóveis e casas neste último. De modo geral, esse tipo de crime ocorre em diferentes outros bairros de Ituiutaba e, na sua visão, o tratamento de investigação criminal parece sofrer interferências outras, no que tange à sua elucidação pelos órgãos policiais. Talvez isso possa ocorrer pela seletividade de público atingido, sobretudo com relação à classe econômica dos moradores/as ou, de repente, são apenas as questões bairristas próprias de Ituiutaba.

A central do Olho Vivo, sediada dentro do 54º Batalhão da Polícia Militar de Ituiutaba, reúne todas as câmaras em tempo real, que mostram o videomonitoramento e as imagens do cotidiano urbano da cidade na área central, como evidenciam as fotografias a seguir.

Fotografia 2 - Central do Olho Vivo e um Totem presente numa escola municipal na cidade



Fonte: Acervo da autora (2023).

Com relação às medidas de segurança tomadas nos imóveis, os três entrevistados dizem que normalmente cuidam, com proteção mais reforçada, de portas, janelas e portões das suas casas. Segundo eles, são medidas simples e que reforçam a segurança do local e tendem a evitar entrada de estranhos nos quintais. Assim, todos/as conhecem razoavelmente as valorizações dos imóveis onde moram em relação ao aluguel, mas nem todos/as tem a tendência de comprar uma residência, isso porque as relações familiares e sociais interferem nesta dinâmica. No que concerne à insegurança em Ituiutaba, os Entrevistados 1 e 2 argumentam que a cidade é bem tranquila e que não tem medo de viver nela. Apenas a Entrevistada 3 argumenta que se sente insegura, talvez pode se tratar de ser uma estudante universitária vinda de outro local, por ficar sabendo da onda de furtos e assaltos no bairro para onde ela irá se mudar.

Sobre a implementação de totens (Olho Vivo), o Entrevistado 1 concorda com a necessidade de câmeras para monitorar o espaço urbano para se evitar variados tipos de crimes. Já o Entrevistado 2 ressalta que é bem necessário para observar até mesmo possíveis situações de acidentes de trânsito e vítimas caídas no chão. Para ele, o Olho Vivo representa um importante instrumento que pode ajudar diferentes pessoas em muitas situações sérias e gravosas do cotidiano no Centro. Apenas a Entrevistada 3 apresenta desconfianças com relação ao videomonitoramento em locais públicos:

Pode ser uma medida boa ou não. Eu fico pensando essa questão de monitoramento sabe, lembra um pouco em 1964, quando todo mundo monitorava todo mundo, sabe eu não sei. Me lembra viver numa sociedade de vigilância. Sabe é uma relação é meio dúbia, né? Ao mesmo tempo que trás uma sensação de segurança, mas para além da segurança é uma vigilância total, é uma forma de autoritarismo também. Eu não sei,

isso veio à minha cabeça agora. Você fica entre a liberdade e a segurança, porque acaba que todo mundo se torna vigiado e eu não sei até que ponto isso é bom ou não. Eu não sei como será utilizada essas informações das pessoas. As vezes parece virar um grande Big Brother (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

É bem sabido que, nos dias atuais, existe uma tendência mundial da incorporação das tecnologias no espaço público das cidades, cuja intenção primeira é levar essa sensação de segurança aos seus moradores/as, como evidenciado ao longo do Capítulo 2. No entanto, isso também representa o avanço da sociedade da vigilância, como lembrou a Entrevistada 3.

As sociedades contemporâneas perdem a liberdade de ir e vir e ganham a sensação da segurança por meio do videomonitoramento dos espaços, o que não necessariamente garante a continuidade da vida de todos/as. A Entrevistada 3 deixa marcado na sua fala que o Brasil já vivenciou isso num tempo histórico correlato ao período militar (1964-1985), ainda que sem os recursos tecnológicos atuais. Ao mesmo tempo em que as câmeras de vigilância representam a segurança pública, podem também fazer os serviços de vigilância das instituições de poderes militares, o que se mostra em espaços públicos da cidade.

Em relação às perguntas sobre como veem o bairro Centro, os Entrevistados 1, 2 e 3 afirmam que é perto de todo tipo de comércio, serviços, restaurantes, bares e gostam de morar no Centro por esta proximidade. Relatam também que pelo que conhecem de outros conhecidos, vizinhos, outros moradores/as locais, muitos gostariam de se mudar para o Centro devido à sua estrutura urbana ter variados serviços e vantagens, mas que, às vezes, não fazem isso pelo fato de aluguéis serem mais caros do que em outros bairros menos centrais.

O terceiro bloco retrata sobre o cotidiano dos entrevistados 1, 2 e 3. No geral, a rotina das famílias está centrada em atividades de trabalhos, estudos, lazer e nas rotinas de filhos/as e demais integrantes familiares. Em relação ao deslocamento realizado pela cidade, o Entrevistado 1 desloca-se de carro, o Entrevistado 2 de moto, bicicleta, carro e, às vezes, a pé, já a Entrevistada 3, por sua condição de estudante universitária e por não ter um vínculo empregatício com alta rentabilidade, se locomove a pé e não utiliza o transporte público local, porque acha demorado.

Em relação às atividades de lazer na cidade, a maioria dos entrevistados/as apontam que é comum a frequência em bares, restaurantes, igrejas, reuniões familiares, clubes com atividades rurais e demais festividades locais. É claro que para aqueles/as que possuem uma renda maior, ter acesso ao lazer é algo mais naturalizado, em virtude da renda, das condições de locomoção e de moradia, uma vez que é possível reservar quantia dos rendimentos mensais para o lazer e o entretenimento. Isso não necessariamente ocorre em todos os segmentos sociais

em Ituiutaba, pois há famílias muito vulneráveis que não têm esse direito ao lazer efetivamente garantidos.

No que se refere aos direitos como cidadã/cidadão respeitados em Ituiutaba, os Entrevistados 1, 2 e 3 evidenciam suas experiências com o espaço, ressaltando o que vivenciam diretamente no Centro:

Na verdade, assim, é relativo ter. No meu caso aqui, por exemplo, eu não tenho nada contra para falar ou reclamar. A cidade não oferece muita oportunidade, assim. Para mim está tranquilo (Entrevistado 1, Corretor, 63 anos).

É a certo ponto, eles são respeitados. A maioria são. O direito de ir e vir de algumas pessoas não são respeitados, é o caso da abordagem dos policiais, parando pessoas com base na aparência, por ser jovem e negro e isso independe do bairro, depende da pessoa, da aparência dela e da polícia que às vezes perturba o cidadão. Sei que acontece mais em outros bairros e pouco no Centro (Entrevistado 2, Técnico, 44 anos).

A questão da saúde também, eu fiquei doente praticamente todos os anos morando aqui, eu acho que o hospital público daqui (o pronto socorro) ele até é bom. Mas poderia ser melhor. Ele é bom, no sentido, de que ele existe até uma estrutura ali, só que o volume de pessoas que ele atende acaba precarizando o atendimento, então, por exemplo, eu fiquei um ano tentando o que eu tinha em Ituiutaba, para descobrir que eu tinha pedra na vesícula, até que um médico me disse que eu estava recorrendo demais e achou errado isso, essa sua dor está muito errada para ser apenas uma gastrite, e perguntou se eu tinha feito um determinado exame, e eu nunca tinha feito. Aí, nesse exame que eu descobri que era uma pedra na vesícula e não uma gastrite. Mas assim todo o momento que eu fui ao pronto socorro público, porque eu não tenho acesso a convênio particular, eu vejo que é mais uma questão de medida paliativa, cuida só do seu caso na hora e não faz uma investigação mais profunda do seu problema. Diferente da minha cidade, porque lá no caso tem a estrutura da Universidade local, uma parceria da prefeitura com a Universidade. Se você chega lá com uma queixa contínua tem uma pesquisa mais profunda do seu problema de saúde, se fosse na minha cidade, eu teria descoberto mais rápido que era uma pedra na vesícula. Aqui eu ia praticamente todas as semanas no pronto socorro. Eram dores muito fortes, até que esse médico conseguiu diagnosticar diferente dos outros que fui atendida aqui. Mas eu levei 1 ano para descobrir, foi 1 ano sentindo dores. Eles não investigaram o meu problema. O que me incomodou muito aqui foi o transporte e foi a saúde pública. Depois que eu tive acesso à saúde privada aqui, foi quando ficou inviável o problema, minha família me ajudou e porque eu precisei fazer essa cirurgia de qualquer jeito (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

O Entrevistado 1, por se locomover de carro, usufrui muito pouco do espaço público de Ituiutaba e diz que não tem do que reclamar, o que pode ocorrer devido à sua situação financeira e por não ter procurado atendimento público. Já o Entrevistado 2 detalha sobre as abordagens policiais que ficou sabendo que ocorrem com jovens negros em outros bairros. A Entrevistada 3 reforçou suas vivências em Ituiutaba e sua experiência com a área de saúde pública, apresentou suas críticas e comparou atendimentos com os caminhos alternativos com parcerias entre a prefeitura e a Universidade local da sua cidade natal e que essa parceria não é realizada no caso de Ituiutaba.

Nesse aspecto, os três entrevistados/as dizem que tem acesso aos serviços públicos e privados no bairro. O Entrevistado 2 reforçou que pessoas mais leigas e de aparência simples podem passar por descasos na área de saúde, no atendimento público. A Entrevistada 3 detalhou o funcionamento de espera para se conseguir consultas e exames em Ituiutaba:

Olha, no Centro eu tenho esse acesso. Mas como precisei mudar para o Universitário, ele não tem os postos de atendimento de saúde próximos. Então, muitas das vezes que eu queria e chegava a ir, sempre me falavam que o posto não atendia e me mandavam para outros postos. Um jogava para o outro. Até que recentemente ficou decidido que seria um posto específico, que eu não lembro qual que era. No começo que eu estava aqui, para conseguir o encaixe você precisava chegar umas 5 e meia da manhã, não sei se ainda está assim agora. Como eu disse, minha família se juntou para me ajudar a pagar o médico depois desse meu problema. Mas sempre que eu precisava de ginecologia ou de clínico geral, que era urgente, eles já avisavam que tinha que chegar em torno das 5 horas da manhã e pegar as filas, para ver as vagas de preenchimento e de encaixe. Então, você precisa chegar cedo para ficar nas vagas. Se não conseguir, não é atendido. De emergência e pelo que eu percebi tem coisas para serem atendidas no posto e outras no pronto socorro (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

O depoimento da Entrevistada 3 denota que há um possível desrespeito com relação ao direito à saúde pública para as mulheres em Ituiutaba, tendo em vista as longas filas, as esperas burocráticas e o pequeno contingente de servidores para enfrentarem esse atendimento ao público e executarem tais trabalhos nas instituições locais, além da ausência de instituição formativa, a exemplo de universidade, cuja parceria seria bem-vinda não só para a eficácia do atendimento, mas também estimular a frequente formação do corpo médico, que, no mais das vezes, se desatualiza devido à impossibilidade de se manter atualizado nos estudos da área.

A respeito de se evitar ou não espaços de Ituiutaba, o Entrevistado 1 diz que não evita e frequenta todo tipo de ambiente, isso porque, para ele, a cidade é bem pequena e todos/as se conhecem, não há como se evitar de ir nos lugares. A Entrevistada 3 relata que também não evita sair nos espaços da cidade. Somente o Entrevistado 2 relata que evita frequentar alguns lugares, pois não se sente seguro:

Sim, eu evito de ir em festas onde tem forró, em baile funk, naquele bairro que vai para o Aeroporto, sempre tem eventos assim, mas dura pouco tempo, e aí às vezes ocorre tiro, violências, facadas em espaços fechados, privados no caso, tipo bar com um espaço murado. Nesse momento, por exemplo, não sei se está tendo essas festas e eventos. Sempre tem porque essas pessoas precisam se divertir, então tem (Entrevistado 2, Técnico, 44 anos).

Essa sensação de insegurança não é compartilhada pelos entrevistados 1 e 3. Nota-se que o Entrevistado 2 afasta-se desses espaços e credita essa violência às outras pessoas que gostam de frequentar essas festas em Ituiutaba. Em relação a se sentir discriminado/a na cidade, os Entrevistados 1 e 2, por serem moradores/as mais antigos, dizem que nunca se sentiram discriminados. A Entrevistada 3, por ser oriunda de uma metrópole, São Paulo, e por ter um

vínculo temporário com Ituiutaba, conta que se sentiu discriminada por ser de fora da cidade e do Triângulo Mineiro. A maioria dos entrevistados tem acesso a serviços públicos e privados no Centro. Os três defendem a importância de se articular um Conselho municipal de Segurança em Ituiutaba, com autoridades locais e a participação da sociedade civil e de cidadãos/as do bairro.

Todos os entrevistados dizem que o Centro tem policiamento diurno e noturno e que isso não necessariamente ocorre em outras áreas de Ituiutaba. O depoimento do Entrevistado 1 chamou atenção e precisa ser destacado:

Na verdade, na nossa cidade aqui, sobre o policiamento ela é bem organizada, sabe. Se você ligar para a polícia, rapidinho eles chegam por aí. Não é caso da gente, porque nunca precisou. Mas a gente vê casos aí que eles passam, faz as rondas. A minha região, aqui do Centro que eu moro, é o tempo todo, é tranquilo. Agora nos bairros, nas outras avenidas, não sei te falar porque eu moro pra cá. Agora, geralmente nos bairros periféricos, tem os conflitos maiores, porque a classe de menor poder aquisitivo, tem muito boteco, tem pinga, essas coisas sempre tem, né? Então sempre acontece. Nesses bairros tendem a ter mais policiamento, como é o caso do Natal, Nova Ituiutaba prá lá, e tem que ter, porque mais precisa. O Natal sempre tem policiamento lá, tem muitas brigas, conflitos e confusão. O bairro Junqueira também, ali em cima tem umas periferias também. E o Bela Vista, de vez em quando, tem um fecho da polícia direto. Tem lugar nos bairros que tem mais policiamento, porque tem traficantes e parece que isso tende a ser mais visado. Aí a polícia fica mais em cima. Na área Central aqui é mais tranquilo. Eu não sei se é o nível de posição financeira, com moradores antigos, então é bem mais tranquilo. Todo dia tem um jornal da Rádio Interativa que fala sobre aonde aconteceu crimes. Então, geralmente são bairros mais periféricos, como o Junqueira. De vez em quando, tem uns focos diferentes, já o Natal tem confusão maior. A polícia está mais em cima desses bairros que do Centro (Entrevistado 1, Corretor, 63 anos).

Nessa fala do Entrevistado 1 fica evidente a estigmatização sofrida por outros bairros de Ituiutaba, como o Natal, o Junqueira, o Bela Vista, como se no Centro da cidade não houvesse casos de violência, crimes e insegurança, mas somente nos bairros tidos como periféricos, em que se testemunham o locus da marginalidade de Ituiutaba, seguindo a lógica da criminalização da pobreza. O que não procede, tendo em vista que os crimes que embasam as estatísticas de violência estão presentes em toda a cidade e não apenas em bairros específicos. A percepção de violência desse entrevistado está vinculada à sua percepção de pobreza. A ideia de pobreza ou de ser pobre é a da situação de violência e de ser violento. Essa estigmatização é reproduzida pelos sistemas de informação e, portanto, reproduzida pela sociedade e pelo Estado.

Em relação às medidas para se minimizar a violência e a insegurança da cidade, o Entrevistado 1 afirma que isso só ocorrerá mediante mais policiamento ostensivo da polícia militar. O Entrevistado 2 também afirma que a polícia militar, a guarda de trânsito, os investimentos em educação podem ajudar nessa dinâmica de combate às violências na cidade.

A Entrevistada 3 defende que a iluminação de LED pode minimizar os riscos noturnos na cidade e também concorda com as rondas específicas em horários escolares e universitários da saída de alunos/as.

O quarto e último bloco questiona os entrevistados 1, 2 e 3 sobre a alimentação, a assistência social e a pobreza urbana. Nenhum dos entrevistados passa fome diretamente, apenas restrições alimentares em virtude dos preços inflacionados dos alimentos na atualidade. A maioria deles consegue comprar os itens das cestas básicas e alimentar suas famílias. Eles concordam entre si que os preços de alguns alimentos está mais alto do que o normal. Nenhum dos entrevistados é beneficiário/a direto/a do Bolsa Família, mas sabem que esse benefício é ofertado pelas políticas de assistencialismo social de Ituiutaba.

No que tange à pobreza urbana, os Entrevistados 1, 2 e 3 compreendem que são as questões estruturais do sistema capitalista, que foram baseadas historicamente pelos interesses colonialistas, os principais motivadores e mantenedores dessa problemática no Brasil:

Isso é bem relativo, né? Porque em todo lugar se tem o pobre, a classe média, o rico. É normal isso daí. Só que no Brasil, tem muito preguiçoso, não gosta muito de trabalhar, nessa Bolsa Família, por exemplo, tem para sustentar e aí o cara não quer nem trabalhar mais, né? A maioria que esperar a ‘bolsinha’ e a ‘comidinha’ dele ali e prefere não trabalhar, correr atrás do pão de cada dia. Porque o brasileiro é muito folgado, você sabe disso, né? Se você achar quem fornece comida de graça, aí já era. Então acabou. O Bolsa Família ajuda muito, até que não precisa, ganha essa Bolsa Família aqui na cidade. Tem carro e tudo mais. Tem gente que pega a Bolsa e não precisa, tem um salário um pouco mais alto e não precisa. Tem esses ‘infiltrados’ que é complicado (Entrevistado 1, Corretor, 63 anos).

Na minha opinião é que na pobreza facilita a questão da concentração da renda. Quanto mais renda e dinheiro, a pessoa tem como interferir na política do país. Então, geralmente, a maioria das pessoas querem que a situação continue assim para todos. Porque favorece a eles (Entrevistado 2, Técnico, 44 anos).

Bom, para mim é uma questão histórica. Não dá para falar da pobreza brasileira desde o colonialismo, desde a questão dos latifúndios, nunca teve uma reforma agrária no país, então não dá pra falar de pobreza sem falar também das políticas mínimas que poderiam diminuir essas desigualdades. Então, a gente tem desde as concepções históricas de acesso à terra, acesso ao emprego, tem a questão do racismo estrutural, a desigualdade está ainda muito ligada a isso (Entrevistada 3, Estudante, 32 anos).

O Entrevistado 1 revela que o assistencialismo social por si só não resolve os problemas da pobreza urbana. Ao mesmo tempo, é um pouco irônico com relação aos possíveis beneficiários do Bolsa Família na cidade, insinuando que muitos recebem sem nem precisar realmente. Ficou claro que o Entrevistado 1 tem certo preconceito com relação às políticas assistenciais atuais e relata que nem todos/as gostam de trabalhar, o que nos sugere a pensar que tende a defender a ideia da meritocracia pelo trabalho, ou seja, desconsidera os inúmeros problemas sociais e as desigualdades entre as classes.

O Entrevistado 2 reforça sobre a concentração de renda entre as classes manter a pobreza urbana e a interferência das questões políticas com relação a essas estruturas sociais. A Entrevistada 3 compreende que é uma situação histórica e que remete ao período colonial desde a concentração das terras, de acesso a empregos formais no mercado de trabalho. De fato, todas as explicações abarcam essa noção de pobreza urbana, mas ela, em si, não pode ser usada como alibi para explicar a violência das pessoas nas cidades. Os três entrevistados argumentam que conhecem/conheceram pessoas ou grupos que passam/passaram por problemas de fome em Ituiutaba e dizem que muitas entidades religiosas, ONG, doações de voluntários, arrecadações em pontos públicos ajudam diretamente a minimizar os efeitos da fome e da miséria na cidade, sobretudo no período da pandemia, que afetou significativamente a população local (2020-2022).

A maioria dos entrevistados/as não precisou de serviços correlatos aos prestados pela Assistência social da cidade. Mas creem que a população tenha o devido acesso às demandas desse setor. Em Ituiutaba, o bairro Centro possui as relações de consumo e de comércio. É onde se concentra a sede de importantes instituições públicas e privadas atuantes na cidade. No que tange às análises das entrevistas dos cidadãos/as participantes na pesquisa, é importante considerar que normalmente a violência letal, observada por Michel Misse (2006) e por Régis de Moraes (1981) nas grandes metrópoles brasileiras, ocorrem com menor incidência em Ituiutaba (MG), sobretudo no que tange aos grandes assaltos e furtos, ou seja, correlata às trocas das balas perdidas e confrontos violentos com as polícias, por exemplo.

Normalmente, essa noção da violência em Ituiutaba (MG), em alguma medida, aparece mais centrada no processo desigual da urbanização, defendido por David Harvey (2012). Com relação à crescente especulação imobiliária, o bairro Centro, nesse sentido, é um dos que mais sentem essa situação, com o aumento de aluguéis residenciais e comerciais. A condição da estrutura urbana do Centro de Ituiutaba, conforme elucidam Castells (1983), Côrrea (1989), Villaça (2001) e Sposito (2004), conta com uma melhor infraestrutura e de serviços se comparadas aos bairros Natal e Nova Ituiutaba I-IV. Isso porque os cidadãos/os residentes tendem a ter um maior nível de rendimentos, se comparados aos outros dois bairros analisados por esta pesquisa. Então, percebe-se que essa violência da urbanização e as desigualdades inerentes à ela aparecem também em Ituiutaba devido à sua constituição urbana antiga e histórica.

Aparecem ainda, conforme a participação dos entrevistados/as, os problemas persistentes na área de saúde pública, no atendimento ao público e na estrutura dos hospitais e pronto socorro de Ituiutaba. Pelos depoimentos, fica claro que se trata de uma área que precisa

de mais atenção por parte do Estado e da gestão pública do município. Assim como a ampliação da Assistência social para atender diferentes moradores e bairros, porque normalmente a demanda pública não consegue assistir todos/as que necessitam do serviço público.

O conjunto de entrevistas realizadas com os cidadãos/as do Centro mostram que a violência geral tende a ser afastada do bairro Centro e mais creditada ao bairro Natal e Nova Ituiutaba I-IV e outros bairros como periféricos no discurso dos entrevistados/as. Isso ocorre porque normalmente os cidadãos/as tendem a afastar os problemas violentos do Centro por contarem com a presença policial, por terem os totens de segurança e outros aparatos, porque, de algum modo, no inconsciente coletivo, a violência tende a ser quase que instantaneamente vinculada aos problemas da pobreza urbana nos bairros. Mais adiante, as estatísticas analisadas nesta tese vão mostrar que os índices das modalidades criminosas tendem a ser mais altos no Centro do que nos outros dois bairros analisados.

A lógica do preconceito com relação à diferenciação de classes, defendida por Karl Marx (1999), Milton Santos (1993), Cecília Coimbra (2001) e Felipe Corrêa (2009), aparece também quando os entrevistados diferenciam os cidadãos/as dos outros bairros de Ituiutaba. Há uma divisão entre os moradores pobres, os de classe média e os ricos. A violência generalizada não é creditada aos moradores com maiores rendimentos, conforme esclarece a geógrafa Lia Osório Machado (2011), e sim aos que possuem menor renda e residem em espaços tidos como periféricos em Ituiutaba.

Os entrevistados/as do bairro Centro enfatizaram a importância da presença policial no bairro como forma de coibir diferentes formas de violência, ainda que essa mesma presença policial não abarque o policiamento ostensivo dos outros dois bairros analisados na pesquisa, como especificados nos subtópicos desta tese e nas entrevistas realizadas com outros cidadãos/as locais.

3.3 O contexto da violência urbana: o bairro Natal em perspectiva⁷

O bairro Natal foi criado entre 1948 e 1951, no governo do prefeito Mário Natal Guimarães, mas precisamente em outubro de 1953, quando foi aprovada a Lei nº 200, de 2 de outubro de 1953, que também aprovou o plano diretor de Ituiutaba. O bairro Natal, antiga Vila Natal, constituía-se de poucas ruas e avenidas. A Vila Natal era cercada de chácaras, do lado

⁷ O subcapítulo foi escrito ao som da composição *Senhor Cidadão*, do cantor de MPB Tom Zé (1972), que faz uma crítica aos tempos do regime militar no Brasil, questionando também o discurso católico da Igreja e a subserviência de seus seguidores para despistar qualquer tipo de suspeita ideológica dos militares. Disponível no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=dNwDVQ7rToE>. Acesso em: 10 out. 2023.

sul a de propriedade de Antônio Baduy e do lado oeste as chácaras de Maria Petraglia e de Joaquim Galdino.

No bairro Natal, a população foi constituída por grande parte de imigrantes, sobretudo de nordestinos/as, que, com as transformações e mecanização das lavouras, se viram obrigados a residirem em Ituiutaba ou nas cidades da microrregião. No geral, o comércio do bairro, na atualidade, é variado, desde porte médio a pequenos negócios, que se constituem maioria, cuja comercialização é de alguns produtos alimentícios e de primeiras necessidades. O bairro Natal diferencia-se expressivamente do Centro por não possuir o mesmo índice da diversidade de comércios e prestações de serviços, ou seja, não conta com a mesma infraestrutura comercial e empresarial estabelecida na região central de Ituiutaba.

Não podemos deixar de esclarecer que na década de 1950 e 1960, intensificou-se o movimento migratório para a região do Triângulo Mineiro, sobretudo pela passagem da agricultura de subsistência para a de característica comercial, com o protagonismo da rizicultura de Ituiutaba. Com base nesse movimento migratório, houve muitas diferenças culturais, conforme constata Dalva de Oliveira Silva (2018):

Nas décadas de 1950 e 60, os trabalhadores nordestinos chegaram em massa à procura das novas e promissoras oportunidades que haviam sido anunciadas. Espalharam-se por essa vasta região trazendo seu modo de vida e sua linguagem, estabelecendo diferenças que deram origem a interpretações variadas, gerando explicações, conceitos e preconceitos. De um lado os nordestinos que chegavam e eram observados de outro, os mineiros. Criou-se uma imagem. O nordestino, com o seu jeito de ser e de viver, foi recebido pelo mineiro com reserva e uma dose de desconfiança. A incompreensão quanto às diferenças culturais transformou-se em barreiras erguidas pelo preconceito. Conceitos errôneos eram formulados e disseminados de boca em boca por toda a região, formando opinião sobre o outro, que era mantido à distância. Esses conceitos nortearam, por muito tempo, as relações entre mineiros e nordestinos (Silva; Ribeiro; Souza, 2018, p. 36-37).

Essas diferenças culturais entre os povos mineiros e nordestinos foram preponderantes para o alcance das sociabilidades, das relações comerciais e empresariais, para o desenvolvimento social, político e econômico de Ituiutaba nas décadas seguintes e para a consolidação do bairro Natal em Ituiutaba.

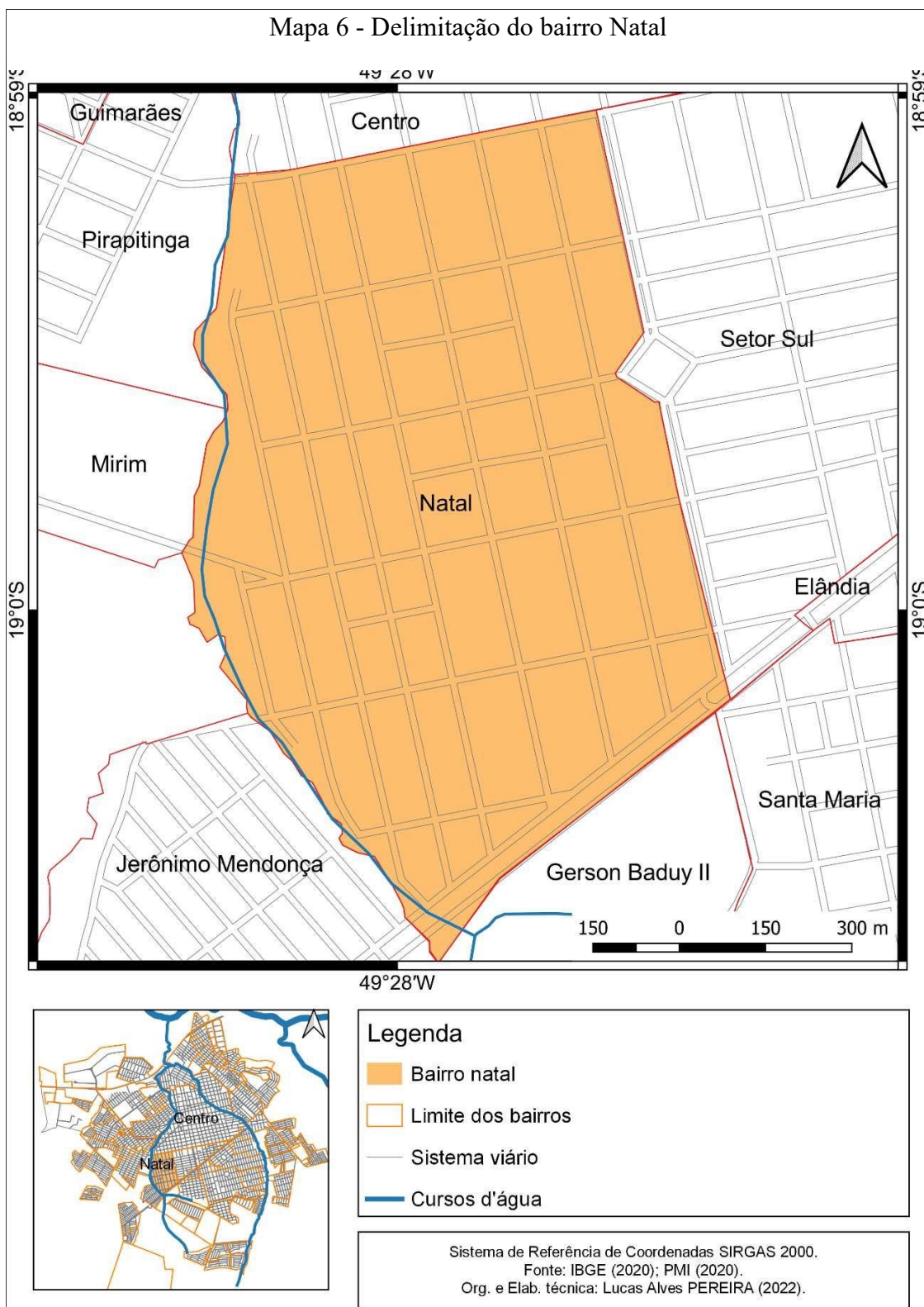
As figuras que se seguem representam o bairro Natal. Como é possível perceber, trata-se de um bairro urbanizado, razoavelmente arborizado, que conta com pequenos comércios, com a praça Mário Natal e com atividades lúdicas semanais, ocorrendo conforme as agendas culturais do município.

Fotografia 3 - O bairro Natal em Ituiutaba (MG)



Fonte: Acervo da autora (2023).

No Mapa 6, a seguir, encontra-se a delimitação na malha urbana do bairro Natal, para mostrar sua localização espacial em Ituiutaba:



Fonte: Lucas Alves Pereira (2022)

A partir desse contexto, torna-se importante trazer à tona as entrevistas com os cidadãos/as para conhecer um pouco as especificidades do bairro Natal acerca do contexto da

violência urbana, conforme a percepção de quem vivencia de perto as demandas e o cotidiano no local.

Tabela 2 - O perfil das entrevistadas no bairro Natal

Natal	Idade	Profissão	Renda	Residência
Entrevistada 1	47 anos	Técnica em Enfermagem	R\$ 4 mil	Própria
Entrevistada 2	30 anos	Pesquisadora	R\$ 4 mil	Própria
Entrevistada 3	58 anos	Empregada Doméstica	R\$ 3 mil	Própria

Fonte: Organizada pela autora (2023).

Ao entrevistar diretamente as cidadinas no bairro Natal, logo percebo algumas diferenciações socioeconômicas, se comparadas ao bairro Centro: paisagem das ruas e avenidas, sendo mais simples, mais real, com crianças e adolescentes brincando nas calçadas e outros/as voltando da escola de bicicleta para suas casas.

As entrevistadas, por serem trabalhadoras e atuarem em outros serviços em Ituiutaba, tendo muitas responsabilidades, com cuidados nas casas, e sendo responsáveis por outros/as filhos/as e demais agregados/as, tiveram dificuldades de locomoção ao se encontrarem comigo para as entrevistas. Por isso, foi necessário me locomover diretamente para o bairro durante algumas tardes para conseguir seus depoimentos pessoais.

A Entrevistada 1 estava vestida com uma roupa simples, sandália leve e estava no quintal de casa antes de conversamos. Já a Entrevistada 2 vestia-se com um roupa decotada nos seios, com short curto e sandália havaiana nos pés, estava fumando seu cigarro bem a vontade e despojada conversando comigo durante a entrevista. A Entrevistada 3 também utilizava roupas leves, a exemplo de suas sandálias, porque a tarde em que a encontrei estava muito quente. Quando cheguei, ela estava na cozinha fazendo um café da tarde.

Assim, no que concerne ao resultados dessas conversas dialogadas, sobre o contexto da violência urbana no bairro Natal, as Entrevistadas 1, 2 e 3 ressaltam sobre o fato de ela ser maior em décadas anteriores e que em virtude de uma maior infraestrutura, da urbanização local, dos investimentos sociais, o Natal foi aos poucos se desenvolvendo na sua estrutura urbana. Há uma população que mora no bairro há muitos anos, desde a sua concepção. Sobre a violência urbana enfatizam:

Antes já foi muito e hoje nem tanto mais. Antes tinha muita morte, tinha muitas brigas e confusões. Hoje você quase nem vê. Ainda tem violência, mas não tão próximo da gente. O tráfico de drogas, eu acho que tem muitas bocas de fumo com menores. Tem alguns locais específicos. O que eu vejo mais hoje é o tráfico mesmo. O furto tem, só que é mais lá para baixo. A violência doméstica sempre se fica sabendo, mas não se presencia tanto mais. Eu sei que tem por causa do meu trabalho, né? (Entrevistada 1, Técnica em Enfermagem, 47 anos).

A Natal era um bairro extremamente violento no começo dos anos 2000, tinha muita morte por arma branca, diversos tipos de violências, de marido que batia em mulher, de pais que matavam filhos, então, assim, tinham muitas mortes perto, né? Eu tive vários vizinhos assassinados. Inclusive no último ano (2022), uns três vizinhos foram assassinados na esquina de casa, foram dois homicídios e uma tentativa. Eu tenho percebido que ultimamente, eu não sei se pela questão das drogas, né? A gente percebe também que o bairro Natal está cheio de dependentes químicos, a noite você observa vários grupos, perto aqui de casa das 21 horas até perto das 1 hora da manhã tem mais de 12 pessoas aqui nessa região consumindo drogas, principalmente o crack e parece que isso aumenta um pouco a violência sabe. Na madrugada você os escuta brigando sabe, se agredindo, tem problemas com vizinhos e acaba tendo problemas de furtos (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

Olha, para uma cidade pequena igual aqui eu acho que é tranquilo, por exemplo, se for preciso eu sair a noite na rua sozinha, eu saio tranquila sem medo. O meu filho trabalhava lá na UFU mesmo de fazer limpeza e precisava estar lá as 6 horas da manhã, isso tem uns 4 ou 5 anos, só que chegou ali em cima na esquina da rua e foi assaltado, mas é um caso raro de acontecer, sabe. Na verdade, o que eles querem é dinheiro e pegaram o dinheiro dele e foram embora, não agrediram e nem fizeram nada. Mas acontece. Tem roubo e muitas vezes o assassinato de algumas pessoas por aqui e geralmente tem a ver com boteco, bebidas, mulheres, sempre tem mulher no meio. Tem o tráfico de drogas, o furto, a violência doméstica (Entrevistada 3, Empregada Doméstica, 58 anos).

A fala da Entrevistada 1 revela sobre as especificidades da violência no bairro Natal a partir de seus olhares e do seu trabalho na área de saúde pública, ao identificar a ocorrência dos crimes de furtos, do tráfico de drogas, da violência doméstica. O que é perceptível no depoimento da Entrevistada 2, por sua vez, são os tipos de crimes vistos no bairro e a questão da incidência concentrada de usuários/as de drogas ilícitas no espaço urbano, o que bem reforça a visão da primeira entrevistada. A Entrevistada 3 acha que essa violência é razoavelmente aceita socialmente e exemplifica um episódio ocorrido com o filho, que foi furtado e perdeu seu dinheiro. É interessante perceber que pelo menos em dois depoimentos, em relação à dinâmica de crimes no bairro, existem conflitos envolvendo relacionamentos amorosos em que “as mulheres estão no meio”. Isso revela que há, em toda cidade de Ituiutaba (MG), independentemente do bairro, conflitos, brigas e violências que atingem as mulheres mineiras, sejam vítimas ou responsáveis por motivar a desavença, conforme subentende-se da fala da Entrevistada 3.

Em relação a situações de violências passadas com as entrevistadas do bairro Natal, seus depoimentos foram bem fortes e marcantes, por diferentes tipos e formas de violências. Desse

modo, torna-se necessário evidenciar isso para esta pesquisa, tendo em vista os seus relatos tão profundos. Quando pergunto se já passaram ou não por episódios de violência, ressaltam:

Já. Familiar meu, foi briga de bar. Agora o que eu sofro muito é o preconceito, não seria forma de violência, por ser de família negra. Agora o racismo é diariamente, é por ser de família mais simples aqui em Ituiutaba, as pessoas olham para mim e duvidam que eu sou técnica em enfermagem sabe. Duvidam da competência no dia a dia, às vezes me dá um certo baixo astral, mas tem vezes que a pessoa vira uma parede. São pessoas que arranham e assopram e a hora que veem que eu contesto, dizem que estão dizendo brincando, mas sempre tem um fundo da brincadeira que é uma verdade, né? (Entrevistada 1, Técnica em Enfermagem, 47 anos).

Bom, eu tenho lembranças de quando eu era criança ainda entre 9 e 10 anos de idade, de ser uma criança com o corpo muito objetificado, por vizinhos, por colegas da rua que eram bem mais velhos, com 18 e 19 anos, tipo assim de assediar, de mostrar o órgão sexual, de fazer alguns convites. Eu tive um vizinho, inclusive, que eu era uma criança, devia ter uns 10 anos mais ou menos e ele me chamava para fazer massagem e tal, que estava sentindo uma certa dor, e aí tipo assim, a massagem sempre culminava nele em momentos de excitação dele e exibir o órgão sexual, então naquele momento eu não entendia o que aquilo significava, mas sabia que não podia ser visto por todas as pessoas, porque senão não seria num momento de tanta intimidade. Eu não tinha dimensão que aquilo acontecia pelo fato de eu ser uma criança afeminada e eu já tinha um corpo objetificado por essas pessoas. Eu nunca denunciei até porque na nossa cultura, do pessoal que nasceu nos anos 90, aqui na Natal, era de que moleque troca mesmo, que moleque transa mesmo, em beira de córrego, era um processo meio cultural mesmo. Era algo naturalizado. Eu não entendia aquilo como sendo uma violência. Achava que era algo natural mesmo e os mais velhos falavam também que quando jovens, comiam mesmo, transavam mesmo.

Entrevistadora: Nossa, difícil continuar depois disso.

Entrevistada: É, realmente (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

A Entrevistada 1 relata uma situação de racismo que enfrenta na cidade por ser de família simples e negra. Na sua visão de vida, isso não chega a ser uma violência diretamente, mas as perseguições e as dúvidas e os olhares preconceituosos que recebe por parte da sociedade local com relação ao desempenho de seu trabalho na área de saúde pública sim. Compreendemos, ao contrário da Entrevistada 1, que o racismo também pode ser uma vertente da violência, assim como esclarece Franz Fanon (1968). Assim como o machismo e a homofobia, tão presentes nas relações humanas na atualidade. Por isso, enfatizamos que a Geografia, enquanto uma ciência social, precisa ter essa interpretação mais anticolonial voltada a combater tais visões preconceituosas e discriminatórias.

A Entrevistada 2 relata um episódio de abuso sexual vivenciado no período da infância em Ituiutaba, no bairro Natal. Embora ela não tivesse dado conta, naquele período, vivenciou uma violência ao seu corpo diretamente. A Entrevistada 2 nasceu biologicamente como um homem, mas no transcorrer da sua vida transitou de gênero, assumindo a sua identidade feminina, ou seja, hoje ela é uma mulher travesti assumida. Ela me contou que se libertou sexualmente após a sua entrada na Universidade, que para ela representava um locus de muito

aprendizado acadêmico e pessoal, mas que passa ainda por muitos preconceitos sociais e sexuais no meio acadêmico.

Durante a entrevista, mantive-me bem e firme conversando com ela. Somente após sair do local de encontro, me recorde de ter voltado para casa com a ajuda de uma carona de aplicativo, um pouco triste e chorosa, isso porque sei da representatividade desses episódios na infância para a vida adulta. Episódios correlatos ao abuso sexual ou de incesto na infância, por parte de familiares ou vizinhos, representam sérias violações ao corpo e provocam posteriormente muitas perturbações psicológicas e psíquicas nas vítimas. Já a Entrevistada 3 não relatou violências ocorridas com ela diretamente.

Quando pergunto às Entrevistadas 1, 2 e 3 sobre terem passado situações racistas, machistas ou homofóbicas, todas elas, talvez por serem mulheres trabalhadoras, já passaram por algum episódio que tivesse a ver com essas questões relativas a essas formas de violências silenciosas e enfatizaram:

Sim. Passamos. Nem foi aqui na cidade, mas foi de homofobia. A gente viajou para Caldas Novas (GO) e resolveram abusar de duas pessoas que estavam comigo e tudo e o trem não ficou muito bom para o lado deles não. Abusar no sentido, de pedir para eles levantarem do lugar que estavam por serem no caso homossexuais. Mas aí eu fiz eles saírem, era uma homofóbica e saiu com um quente e dois fervendo e ela ouviu coisas que ela não imaginaria que ouviria. [...] Aqui teve uma amiga da minha filha que usava dread e ela não conseguiu ser vendedora de uma loja chique e renomada aqui em Ituiutaba, porque ela era negra e aí piorou porque ela estava usando dread. Eu lembro que era uma loja de roupas bem renomada, não lembro o nome (Entrevistada 1, Técnica em Enfermagem, 47 anos).

Sim. Tem um homem, eu não lembro o nome dele, mas eu me lembro de ter algumas situações desconfortáveis com ele, porque eu cheguei a ir em alguns lugares como em festas, bares em que ele estava, e ele sempre tem falas do tipo: 'ah, vira homem, seu viado, não sei que, não sei que...' E tipo assim, eu nunca vi esse homem na minha vida, nunca mexi com ele, eu não o conheço e me xinga atoa. E tem um certo agravante, né? Porque aparentemente ele é do ramo dos ilícitos aqui na cidade, então sempre que eu o encontro, é uma situação desconfortável, porque a gente nunca sabe o que vai acontecer, você não sabe se vai ficar só na agressão verbal ou na física. E a questão de racismo é numa situação mais estrutural, eu sempre fui uma pessoa esforçada que sempre trabalhou, aí antes da Universidade, quase sempre eu era colocado em serviços de base, mesmo sendo uma pessoa com aptidão para outras funções, sempre na limpeza, na lavanderia, na cozinha, então sempre por uma questão de esconder as pessoas LGBTQIA+ e esconder o valor do trabalho delas enquanto seres sociais. Você até pode trabalhar, mas é ali escondidinho, mas ninguém te ver e os clientes não falem com você. Então, assim, acho que dessa forma mesmo. O machismo, dentro da minha categoria das pessoas 'T', eu acho que o machismo, ele também já está muito dentro das questões transfóbicas e homofóbicas, é diferente das mulheres cis, que vão sentir o machismo de uma forma e que está presente nas estruturas dos próprios preconceitos da comunidade. Então eu acho que é um combo, vem machismo e transfobia no mesmo lugar (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

Assim, o machismo quando eu era solteira eu já passei com homem. Quando eu perdi a virgindade foi um escândalo e todo mundo ficou sabendo, foi quando fui numa praça perto da minha casa, e um colega mostrou a foto de quando eu era criança, mas na

verdade era a foto do órgão sexual dele ou de outra pessoa. Eu achei um absurdo, briguei, xinguei ele todo. E nunca mais eu olhei na cara dele e era alguém bem conhecido no bairro, uns 20 anos depois foi que ele me pediu desculpas. Mas essas coisas são complicadas, eu fui mãe solteira e a gente passa muito preconceito, principalmente com rapazes que não querem se casar porque temos filhos, mas não houve nenhuma agressão física na época.

Entrevistadora: E no trabalho passou por algo de machismo?

Entrevistada: Sim, tem patrão que canta as empregadas, né? Eu passei por isso, trabalhei numa casa e eu ainda não tinha filhos ainda, e esse patrão meu era recém casado com minha patroa naquele tempo. Ela engravidou e foi ao hospital para ter o filho, mas pediu para que eu ficasse na casa dela limpando e cuidando dos outros filhos, tinha 5 anos que eu trabalhava nesta casa, desde o marido anterior que ela tinha. Neste dia, ele me agarrou e disse que eu tinha que resolver os problemas dele porque ficava tudo em casa. Fiquei assustada, comecei a me tremer e ele disse a mim para não contar para ela. Eu não contei. Mas desse dia pra frente era mão no peito, mão na perna, daí resolvi sair do emprego e contei tudo pra ela porque foi um horror. Esse tipo de situação para a mulher é normal, ainda mais nova, minha filha teve filho com 16 anos de idade, uma vez ela foi procurar emprego de empregada doméstica e disse para ela: ‘minha filha, não procura emprego nessa área porque você não acha em canto nenhum, porque você é nova, bonita e tem filho, nenhuma mulher vai te contratar nessas condições e foi isso mesmo que aconteceu com ela’ e o que eu quis dizer a ela é que ela era nova e ia despertar interesse dos patrões homens, sabe. São situações horríveis de passar (Entrevistada 3, Empregada Doméstica, 58 anos).

A Entrevistada 1 relata um caso de homofobia que ocorreu com sua família e a sua reação sobre toda a situação que ficou exposta. Embora esse episódio não tenha ocorrido em Ituiutaba, e sim em outro município, pelo fato de os envolvidos serem da cidade analisada, consideramos relevante trazê-lo como um ponto importante para tratar de violência. Assim como também enfatiza o fato de uma conhecida ter passado por racismo, ao tentar trabalhar numa loja de roupas e pelo fato de ser uma mulher jovem, negra e ter cabelos com dreads, nem sequer teve chances de ter o primeiro emprego e não foi contratada pelo comércio local.

A Entrevistada 2, por sua vez, relata suas experiências na cidade, a partir de suas vivências e também enfatiza sobre a realidade do mercado de trabalho para aquelas pessoas que são travestis e membros/as da comunidade LGBTQIA+, em relação às dificuldades de sociabilidade e de preconceitos abertos e velados, bem como a invisibilidade desses trabalhadores/as inseridos na sociedade local.

A Entrevistada 3 relata sua experiência que considera machista a partir de episódios correlatos a assédios e/ou abusos enfrentados pelas trabalhadoras domésticas na atualidade. Neste depoimento, considera-se que tantos abusos, assédios, e/ou tentativas de violações do corpo sem o consentimento prévio dos envolvidos/as trata-se também de uma forma de violência para com a vítima, uma vez que estão em jogo o poder para com o outro/a e a questão hierárquica funcional e moral, próprias das relações trabalhistas entre patrões e empregados/as.

No que tange às medidas de segurança utilizadas no bairro e quais as precauções foram tomadas em casa, as entrevistadas afirmam que possuem poucas medidas de policiamento no

bairro Natal e veem poucas viaturas rondando as ruas, diferentemente do Centro, que tem mais policiamento. As precauções em relação às medidas de segurança nas casas se restringem quase que exclusivamente a portas trancadas, construção de muros e barreiras de proteção e janelas gradeadas. Todas as entrevistadas têm noção da rentabilidade de valorização de seus imóveis residenciais no bairro Natal.

A maioria das entrevistadas (1 e 3) se sente segura em Ituiutaba. Apenas a entrevistada 2 destoa das demais, em virtude de perceber a ausência de um plano de segurança municipal consistente:

Sim. A impressão que se tem é que a cidade não tem um plano. Não existe um plano de segurança para a cidade. O que acontece é que você está sozinha, mas se acontece alguma coisa, você tem aonde reclamar. Mas não tem algo para prevenir essa segurança. Eu acho que a segurança da cidade é muito individual. Aqui não tem plano, diferente de Uberlândia, que a gente observa que as localidades que tem muito assalto, roubos, furtos, muita violência, eles colocaram as câmeras de monitoramento para ver se coíbia essas pessoas, um carro da polícia disposto naquela avenida, aqui a gente não tem isso. Dificilmente vamos ter, colocaram recentemente os totens, mas 90% deles está instalado em regiões centrais e pouco nas periferias, e já deu uma impressão que dos pontos escolhidos dessas periferias, porque só tem mesmo nas escolas dos municípios, então tem a opção ao menos de ser registrado, porque a realidade é que ninguém vai impedir de acontecer, mas se acontecer alguém vai registrar aquele fato e ver (Entrevistada 3, Pesquisadora, 30 anos).

Nesse sentido, a Entrevistada 3 faz um relato a partir da sua visão sobre a segurança de Ituiutaba e se sente insegura porque inexistente um plano de segurança pensado para a cidade e a compara com o planejamento da cidade de Uberlândia (MG), no que respeita a essa questão. Esse planejamento estratégico de segurança pública até existe na esfera estadual, a partir do trabalho ostensivo e investigativo das Polícias Militar e Civil, mas por questões sensíveis e de inteligência, não são muito divulgados num âmbito muito amplo, ficando restrito para alguns servidores/as que trabalham nesta área e demais autoridades locais. A população local não tem contato e nem tanto acesso a esses planejamentos⁸.

Sobre a implementação dos totens (Olho Vivo), a Entrevistada 1 argumenta que a tecnologia não coíbe o crime e acha um gasto desnecessário, tendo em vista que não contempla todos os bairros da cidade. A Entrevistada 2 acha uma boa ideia e diz que a finalidade é proteger as crianças nas escolas, de acidentes, de pedófilos, de sequestradores, para registro das imagens de trânsito, de batidas, ou seja, os totens atendem bem, mas o bairro Natal ainda não possui tais tecnologias que observam o espaço público. A Entrevistada 3 também concorda que é uma boa

⁸ Isso será melhor trabalhado adiante, no subtópico deste capítulo que tratará sobre as informações trazidas pelos representantes do poder público local.

ideia para se estabelecer a segurança local, mas reclama que o bairro Natal ainda não tem os totens como o Centro possui.

Todas as entrevistadas gostam muito de morar no bairro Natal em virtude de conhecerem toda a história local, os/as outros/as moradores/as, e, especialmente nos últimos anos, devido ao alcance da estrutura urbana vigente. Por isso, sentem-se bem e não pretendem mudar de bairro de moradia. No entanto, quando pergunto o que os/as outros/as moradores/as de Ituiutaba acham do Natal, elas respondem diretamente que:

Ah, com certeza como um bairro muito perigoso. Antigamente falavam que o Natal e o Junqueira eram bairros ligados à violência, ao homicídio, do tráfico. Eu acho que hoje em dia, foram construídos outros estigmas no mesmo segmento. Então, dizem que é um bairro de traficantes, um bairro de boemia, quando anoitece, quase todo o perímetro da Natal tem bares funcionando, alguns esportes acontecendo, com atividades nas praças. Então, hoje eu acho que é um bairro tradicional de bares, assim de diversão, com a oferta também da prostituição, está bem nesse lugar (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

Então, um lugar que eles não querem morar por causa da violência. Esse estigma não passa e isso é desde que eu era uma criança, eu com 7 anos na época, meu pai falava assim para minhas irmãs: ‘Vocês não têm comportamento de viver no meio do povo, eu vou levar vocês para a Vila Natal’. Aqui era um lugar de pessoas que não tinham educação naquela época (risos) (Entrevistada 3, Empregada Doméstica, 58 anos).

A Entrevistada 1 ressalta, diretamente, a estigmatização que o bairro Natal enfrenta do ponto de vista de outros/as moradores/as, justamente por se tratar de um lugar de Ituiutaba correlato à incidência de violência. O depoimento da Entrevistada 3 também retrata essa mesma lógica, uma vez que a antiga Vila Natal era um locus de “pessoas sem educação”, por ser um bairro que representava a pobreza urbana e a paisagem da miséria nos anos 1970, 80 e 90.

Sobre o bloco 3 de perguntas, a respeito do cotidiano na cidade, as Entrevistadas 1, 2 e 3 dizem que suas rotinas se dão a partir das atividades de trabalho dos outros/as membros da casa, de estudo de filhos/as e de lazer (urbano e rural), ou seja, está quase toda centrada nos mais jovens, isso quando sobra alguma renda que possa ser destinada para o lazer. Todas as famílias das entrevistadas deslocam-se de carro ou de moto, sendo poucos familiares que utilizam o transporte público de Ituiutaba, porque argumentaram nas entrevistas a demora de ônibus das linhas que contemplam o trajeto casa-trabalho-escola (mesmo com a vigência do Busão do Povo, em julho de 2023). Quando se procura dialogar se os direitos como cidadã/cidadão são respeitados na cidade, ressaltam que:

Pouco. Porque a política autoritária só funciona para eles próprios, os direitos da população não são respeitados, quase ninguém, a saúde é difícil, a educação não chega para todos, a segurança é pouca nos bairros fora do Centro. Essa gestão atual está tentando trabalhar para o povo, mas de uma forma errada, de deixar que o povo mande e desrespeita quem de fato está ali trabalhando mesmo. Não funcionam a saúde, educação e segurança para todos e deixam a desejar. A educação parece que caminha

um pouco melhor, mesmo assim não é só o cidadão chegar lá e falar alguma coisa e não averiguar se realmente aquela informação dada tem fundamentos (Entrevistada 1, Técnica em Enfermagem, 47 anos).

Dentro de uma perspectiva de Constituição Federal, sim. Não que todo mundo seja igual perante todos. A grande problemática desta fala é que nós não somos iguais, não temos demandas iguais, não estamos sob a mesma ameaça e riscos, aí eu acho que Ituiutaba não atende nem ao mínimo, a política de proteção à mulher existe, mas está num lugar inacessível, ela é violentada duas vezes, socialmente e quando procura os órgãos de proteção e chegando lá é questionada com falas que querem saber o porquê que ela está até hoje com esse homem, está apanhando porque é sem vergonha, até tem rede de proteção nos CRAS, PSFs, mas tipo assim soa como uma coisa inacessível, parece que a população não incorporou esses lugares, é como te falei lá no começo, a proteção é muito individualizada e não tem coletividade, não parece que a sociedade Ituiutabana está disposta a acolher algum grupo. Parece que você está sempre sozinho, você sofreu a violência que se vire, se você foi ameaçada se vira, você enquanto vítima está sempre sozinha e então você pensa: vou fazer o que lá naquele local? Ouvir uma palestra de uma assistente social e que não vai resolver em nada na minha vida? Porque meu marido que me bate vai continuar dentro da minha casa, não tenho como tirar ele de lá porque sou casada em comunhão de bens, porque preciso vender a casa para ele sair de lá, como vou fazer com a situação de segurança com os dependentes químicos do meu bairro? Vou pedir para eles simplesmente saírem do meu bairro? A polícia pode mandar eles saírem do bairro, sendo que a rua é pública? Então assim fica meio que uma perda de tempo, a impressão que fica é essa, você vai lá e perde tempo (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

Sim. Até tenho, mas é difícil viu. Por exemplo, ter acesso a médicos é mais difícil aqui em Ituiutaba, tanto no público e no privado. Ultimamente, fui só em médico particular, os meus problemas de coração e de ossos não tem muito em saúde pública, se você for esperar ter a vaga você morre. Acho mais fácil pagar e ter um atendimento mais rápido, eu nunca consultei fora de Ituiutaba (Entrevistada 3, Empregada Doméstica, 58 anos).

O relato da Entrevistada 1 retrata sobre as questões políticas locais, de acordo com suas experiências de trabalho e de vivências no bairro e na cidade como um todo. Explora bastante essa noção de cidadania que o morador/a precisa para ter acesso e permanência garantidos aos serviços institucionais. Já o depoimento da Entrevistada 2 provoca várias reflexões sobre as noções de direitos da população, na medida em que se evidencia o caráter individualizado dessa relação acerca dos direitos e deveres dos cidadãos na atualidade. São mais perceptíveis nas cidades as ações individualizadas para lidar com os problemas urbanos do que as medidas coletivas que poderiam/deveriam ser mais articuladas por determinados segmentos sociais ou até mesmo pelo poder público local.

A Entrevistada 3 recorre para exemplificar a questão, por exemplo, da saúde pública e do acesso a exames e consultas, de que este é um direito imprescindível e fundamental para os cidadãos em Ituiutaba. No entanto, quando a maioria recorre a esse serviço, nem sequer consegue ter esse acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) devidamente. Por isso, como o seu caso parece ser mais crônico que o de outras pessoas, ela recorre aos serviços de saúde privada, ainda que com dificuldades, por se tratar de serviço particular.

Nesse sentido, as entrevistadas possuem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados no Natal, com a presença do aparelho dos postos de atendimento de saúde, mas, quase sempre, todas elas precisam se deslocar ao Centro para outras demandas e serviços. Sobre evitar frequência em espaços em Ituiutaba, a Entrevistada 1 diz que sai muito pouco de casa, apenas para o trabalho e outras poucas demandas. Já as Entrevistadas 2 e 3 argumentam que:

Sim, eu evito frequentar os bares da classe média, os considerados da classe média. É porque Ituiutaba é uma cidade muito ruralista e eu acho que tem essa influência do rural naquilo que é privado que já tem essa característica por si só, de mandar conforme os interesses deles, já mandam da forma que querem. Tem alguns bares e academias que eu não frequento por isso, porque até as pessoas que frequentam tem essa mentalidade dessa cultura do agro, que exacerba os papéis sociais e as posturas dos homens heterossexuais, que qualquer cultura que foge dessa postura é repreendido, pode ser humilhado e pode ter motivo de piadas, então eu procuro evitar esses locais por isso, né? Eu sou travesti e por conta disso quero evitar piadas e isso pode se transformar numa discussão, que vira um conflito e pode virar até uma agressão física, eu procuro lugares que eu me sinta acolhida como os bares e festas universitárias, esses diálogos que se mantém com a comunidade LGBTQIA+ é algo mais corriqueiro e comum (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

Eu evito ir em festas públicas e porque tem todo tipo de pessoas, tem bêbados e drogados, tem prostitutas, tem assaltantes (risos). Eu ia muito quando jovem, mas ultimamente, não vale mais a pena. Antes era melhor, a exposição Agropecuária era boa, a gente ia todo ano com a família. Tem uns dois anos que não vou mais, às vezes é ruim, um povo esquisito, mais bêbado, uns homens que não respeitam muito, aí eu prefiro ficar em casa (Entrevistada 3, Empregada Doméstica, 58 anos).

Esses dois depoimentos ressaltam os preconceitos e algumas discriminações que determinados segmentos sociais mais vulneráveis sentem na pele em espaços privados voltados ao lazer da classe média. A Entrevistada 2 credita isso à influência cultural mais arraigada e ligada ao ruralismo e às atividades agroindustriais, isso porque a população de Ituiutaba teve esse contato desde sua concepção histórica até os dias atuais, o que pode nos indicar a incidência de muitos preconceitos sociais, econômicos, políticos, operando ao mesmo tempo em Ituiutaba e sendo propagados e difundidos pelas classes mais elitizadas em detrimento dos mais vulneráveis. Logo, no que tange ao sentimento de discriminação, a Entrevistada 1 diz que isso é normal e cotidiano, porque a sociedade só considera alguém que tem posses e patrimônios, mas quando se é mais pobre não se é ninguém, ou seja, você nem é visto e notado socialmente. As Entrevistadas 2 e 3 rapidamente dizem que:

Ah, diversas vezes. Tanto trabalhando e me senti discriminada mais no gênero masculino do que no feminino. Enquanto fisicamente menino o meu estado de desarranjo (entre a minha aparência e o que eu me considerava) parecia que eu estava em conflito, eu não conseguia ser uma pessoa autêntica, me comunicar, acessar as coisas. Aí depois que eu assumi minha identidade travesti parece que eu estava mais preparada para lidar com algumas situações, entra-se numa perspectiva que a travesti no Brasil, numa forma em geral, que acima de tudo, que tem uma rede de prostituição também muito grande, parece que a identidade travesti, ela é mais aceita pelo homem hétero, porque aquela identidade do gay afeminado e estereotipado que eu era de

periferia muito afeminada parecia que incomodava, porque as pessoas acham que você não estava no lugar certo. Por fora se você for menino se coloca em qualquer lugar e não é assim, as pessoas vão te negando isso. Quando eu me assumi travesti aqui na cidade, muito por conta da Universidade, eu me assumi foi dentro da Universidade e eu nunca fui tratada como uma travesti comum e sim aquela da Universidade, aquela que deu certo e que quer um futuro. Então, logo fui bolsista e parei de depender do privado para trabalhar, o fato de eu ter o meu dinheiro pela Universidade onde eu estudava parecia que imprimia um certo respeito. Eu era respeitada não pelo que eu era e sim pelo lugar que eu ocupava que era a Universidade (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

Não, mas é que sou muito desconfiada. Se eu ver que o lugar não me convém eu não vou. Um lugar que só vai mais as pessoas da sociedade no Centro, eu não me sinto a vontade, aí eu não vou. Nunca me senti discriminada, não. Só na Igreja Católica que eu quis batizar a minha filha mais velha e não fizeram, porque eu era mãe solteira, mulher solteira não pode ter um filho batizado. Tá escrito até na Bíblia, filho fruto do pecado não pode vir a ser batizado.

Entrevistadora: Como a senhora se sentiu nesse caso?

Entrevistada: Eu me senti revoltada, né? Eu sou batizada e porque minha filha não poderia? Anos depois ela conseguiu ser batizada porque essa norma mudou. Quer dizer e no caso de uma prostituta? Vai ter uma filha e não pode ser batizada? Está fadada a ser amaldiçoada pela Igreja? Acho errado isso. Eu me senti discriminada por ser solteira. Mas fora isso não (Entrevistada 3, Empregada Doméstica, 58 anos).

O primeiro depoimento reforça sobre as relações de gênero em Ituiutaba, trazendo fortemente as discriminações que podem ser enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+ e seus membros/as nos espaços da cidade. Ao mesmo tempo, também marcam a importância da Universidade para desconstruir essas discriminações e preconceitos tão arraigados na sociedade local. Já a Entrevistada 3 retrata sobre não ir a alguns lugares do Centro onde a sociedade mais da classe média da cidade costuma circular. Na sua opinião, uma situação de discriminação que sofreu num dado período na sua vida foi na Igreja Católica, embora ela ressalte que não acha que isso foi uma forma de discriminação diretamente, mas que se sentiu revoltada com o tratamento que teve por ser uma mãe solo e por outras questões inerentes ao Catolicismo.

As Entrevistadas 1, 2 e 3 possuem acesso aos atendimentos público/privado no bairro Natal, mas a maioria delas se desloca para o Centro a fim de conseguir resolver suas atividades e demandas do cotidiano, apesar das burocracias e do superlotamento dos serviços públicos municipais e estaduais em Ituiutaba. Assim, elas dizem que gostariam que o policiamento fosse mais ampliado no bairro Natal, isso porque, segundo elas, poucas viaturas fazem rondas nas ruas do bairro. Uma outra reclamação das entrevistadas é que ao ligar na Central 190, esse atendimento sempre recaía em Uberlândia (MG) e que, como os endereços eram bem diferenciados, existe uma demora de atendimento, no que tange ao chamamento das viaturas de polícia em toda Ituiutaba, sobretudo naqueles bairros vistos/estigmatizados como periféricos, que é o caso do Natal. A Entrevistada 2 enfatiza a lógica da diferenciação de classes sociais nesse trabalho investigativo policial:

Não tem policiamento nem diurno e nem noturno, eu observo que tem poucas viaturas andando no bairro, não passa à noite, só uma ou duas vezes na semana e olhe lá, só quando tem casos de roubo mesmo ou outros crimes, e ainda depende, né? Porque você observa que tem mais esforço da polícia quando alguém rico é roubado ou uma loja é roubada, ou quando o veículo de alguém importante é roubado e quando a casa de um pobre é roubada. Se for roubado um dos Cancelli, Vilela, Drummond ou dos Gouveia a polícia faz um esforço e fecha até rodovias, fecha as estradas vicinais e quer mostrar a recuperação do bem e punir todos os envolvidos exemplarmente para mostrar a sua efetividade. Mas se acontecer com alguém pobre não tem o mesmo empenho. O meu caso, por exemplo, da moto, não tive retorno e nem da investigação e nem nada. Nenhum retorno, fui roubada e acabou. A policial me falou que se não achar a moto em até 24 horas pode esquecer, porque pode ter sido já desmontada (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

A Entrevistada 2 contou-me que teve sua moto roubada em Ituiutaba, e, na sua visão, se isso tivesse ocorrido com alguém expressivo da sociedade local, a efetividade do trabalho policial investigativo seria diferente. Isso sugere, em algum grau, que até mesmo na demanda nos serviços dos órgãos do Estado existe uma lógica da separação social entre as classes e a forma de tratamento ao público não é a mesma. Com relação à implementação do Conselho de Segurança Municipal em Ituiutaba, as Entrevistadas 1, 2 e 3 defendem a sua existência para debater sobre as problemáticas das violências nos bairros, sobretudo a partir dos problemas de drogadição enfrentados, juntamente a outros/as atores e atrizes sociais que operam na cidade.

Nesse aspecto, enquanto pesquisadora da área de Ciências Humanas e de Segurança Pública, defendo a existência de um Plano⁹ Municipal na área de Segurança Urbana para Ituiutaba, pensada por moradores/as locais, informantes de partidos políticos e demais vereadores/as, representantes municipais e estaduais dos poderes públicos, representantes das Faculdades e Universidades locais, com as audiências públicas presenciais. Essa articulação virtuosa entre esses saberes e atores sociais pode facilitar o acesso às informações dos bairros e também em traçar estratégias e diretrizes para o bom andamento da ordem pública, tendo em vista as regulamentações traçadas pela revisão do Plano Diretor (2018) em Ituiutaba.

Quando pergunto às Entrevistadas 1, 2 e 3 sobre as medidas a serem tomadas para minimizar a violência e a sensação de insegurança no bairro Natal, todas elas apontam a necessidade de o bairro ofertar mais atividade de lazer para crianças e adolescentes, oportunidades de trabalho para jovens e oficinas produtivas. Ou seja, elas defendem outras atividades no contraturno de pessoas desempregadas e estudantes, seja para suprir alguma

⁹ O Plano Municipal de Segurança do município de São José do Rio Preto – (SP), realizado e publicado no ano de 2023, pode servir como um Modelo importante para se pensar estratégias de Defesa e Segurança Urbana em Ituiutaba (MG). Evidentemente, respeitando as legislações municipais e estaduais no território mineiro a partir das suas características populacionais mais diversas da Microrregião imediata à Ituiutaba. Reportagem disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/plano-municipal-de-seguranca-e-concluido-e-publicado-no-diario-oficial/>. Acesso em: 17 out. 2023.

demanda de mão de obra, seja para se ter novos aprendizados. O depoimento da Entrevistada 1 destacou-se por defender a:

Ampliação da educação, mais acesso aos estudos. Há anos atrás tinham umas escolas profissionalizantes para os filhos/filhas de mães que trabalhavam fora, que saia da escola normal e ia para essa profissionalizante e eu acho que isso que está faltando, sabe. Essa escola recebia alunos de 7 anos até os 15 anos, e com 16 anos saiam desta escola, praticamente indicados para serem menores aprendizes e ter uma ocupação e ir trabalhar. Então isso ajuda e fortalece muito a família de baixa renda, ajuda um pouco, ajudava os pais e as mães que saiam de casa muito cedo e só voltam mais tarde, e o pai também. E você concorda comigo que não é igual antigamente, os idosos hoje não conseguem mais ficar com adolescentes? O telefone é ótimo veículo de comunicação, mas o celular também destrói muitas coisas. Faltam esses espaços para crianças e adolescentes para ter essa abordagem mais inclusiva para aprender a socializar, porque eu acho que tudo o que você aprende é enriquecedor. Aprender a ser cozinheiro ou um nutricionista, tantas coisas hoje podem ser reaproveitáveis e são jogadas fora no lixo? Isso tudo é investimento para tentar minimizar essa violência, é dar ocupação para quem não tem. Ou seja, é ter mais ONGs para fazer marmitas e ajudar o povo da cidade, por exemplo, ou para o lar de idosos de repente almoço e janta. Esse olhar com busca ativa poderia diminuir a violência (Entrevistada 1, Técnica em Enfermagem, 47 anos).

A Entrevistada 1 aponta a arena social como forma de diminuir a situação da violência e insegurança no bairro Natal, com maiores investimentos na área de educação básica e de oficinas profissionalizantes, do trabalho voluntário em prol da comunidade. Para ela, esse olhar social amplificado pode contribuir no combate a variadas desigualdades e desestruturas vividas pelos moradores/as no Natal. Desse modo, trazer à tona as opiniões das entrevistadas do bairro é algo imprescindível para absorver com mais precisão esse cotidiano conflituoso e a sua realidade. Esse protagonismo sociopolítico dos moradores/as representa uma ferramenta base e nos ajuda a compor as análises do alcance desta tese de doutorado.

O quarto e último bloco resalta sobre as questões de acesso à alimentação, à assistência social e ao avanço da pobreza urbana. As entrevistadas respondem sobre o acesso à alimentação, que possuem apenas restrições alimentares de alguns produtos. No entanto, deixam claro que o dinheiro não tem mais o mesmo poder de compra e consumo como nos anos anteriores. Que as crises inflacionárias e econômicas chegaram aos supermercados e a alimentação tem se tornado um peso para a renda reduzida das famílias, sobretudo de produtos industrializados. Elas também percebem que outros/as moradores/as passam pelo mesmo problema de acesso à comida básica do mês.

Nenhuma das entrevistadas são beneficiárias do Bolsa Família, mas me disseram que há moradores no bairro que recebem o benefício e que o valor dele não foi reajustado conforme as demandas econômicas atuais. As entrevistadas tem conseguido comprar itens básicos da cesta básica para suas famílias e deixam claro que em Ituiutaba não são todos os segmentos que

conseguem ter esse acesso, que a fome e a miséria é uma realidade perversa para alguns moradores/as.

Quando pergunto sobre a existência da pobreza urbana, a Entrevistada 1 argumenta que a falta de incentivo à cultura pode manter esse status quo relativo às estruturas urbanas e da manutenção dessa pobreza. Já a Entrevistada 2 defende que a pobreza mantém-se em virtude da questão política e dos poucos investimentos em educação, o que gera a não denúncia das violências por parte das vítimas. Para ela, existe uma cultura de medidas paliativas e não de prevenir e remediar as situações postas com relação à incidência dessa pobreza urbana. A Entrevistada 3 reitera que as pessoas ricas não fazem nenhuma questão de dividir a renda, ao contrário, necessitam de manter seu privilégio continuamente. Já os mais pobres sequer possuem as mesmas oportunidades sociais, econômicas e políticas. Ela, como empregada doméstica, trabalhou bastante, mas não alcançou maiores riquezas na sua vida.

Contudo, quando questiono as Entrevistadas 1, 2 e 3 sobre as pessoas e/ou grupos que passam/passaram por problemas da fome na cidade e quais fatores levaram a esta situação, a Entrevistada 1 relata que isso ocorre em função do desamparo das famílias tijucanas, seja em virtude de separações e divórcios, seja pelo desemprego, ou também pela questão da assistência do CRAS/CREAS, que, às vezes, não conseguem ajudar a todos/as que mais necessitam.

A Entrevistada 2 ressalta que, juntamente a outros grupos da cidade, contribuiu na arrecadação e na distribuição de cestas básicas para segmentos sociais vinculados ao movimento LGBTQIA+ do Natal e de outros bairros. Já a Entrevistada 3 deixa claro que isso ocorre, em geral, pelas altas taxas de desemprego e porque nem todos/as as pessoas realmente se dedicam a melhorar de vida, seja pela falta de oportunidade, seja porque não querem trabalhar arduamente. O acesso à assistência social, segundo as entrevistadas, ocorre para quase toda a população da cidade. Os depoimentos das Entrevistadas 1 e 2, por sua vez, refletem muitas questões importantes:

Quando eu precisei, sim. Hoje tá mais fácil porque tem assistente social uma vez na semana. E psicólogos. Hoje essa acessibilidade tá melhor porque não era só implementação do CAPS, ou a unidade mista para fazer esse atendimento. Era uma extensão de filas, hoje tem como ajudar melhor, principalmente com risco de autoextermínio. O acolhimento é mais rápido e o CAPS não consegue cumprir toda a demanda da cidade (Entrevistada 1, Técnica em enfermagem, 47 anos).

Bom, eu ainda não precisei desse serviço social da prefeitura. Mas enquanto comunidade a gente teve uma demanda de uma mulher trans que veio de fora da cidade sendo vítima de violência na cidade natal dela e estava em Ituiutaba, procurando novas oportunidades, e aí a gente teve entrave pelo seguinte, o lar para as pessoas sem casa e sem teto foi pensada para mulheres cis e homens heteros e aí se tinha uma problemática, que era de onde alocar essa mulher trans, que ela não se sentia confortável com as mulheres cis e tinham outras necessidades e demandas, e se sentia

insegura com os homens cis, né? Porque alguns eram dependentes químicos e moradores de rua e ali é um lugar de apoio, tem regras, entra a noite e sai de manhã, não passa o dia ali. Ela se sentiu muito vulnerável e precisou desse serviço da prefeitura e ela se prontificou. Aliás... foi uma das trabalhadoras do CREAS e que pagou do próprio bolso uma hospedagem para ela de 3 dias, para ver o que ia fazer com essa situação. Não existiu preconceito por parte dessas instituições, mas tem um despreparo, porque são pensadas de forma mais normativa socialmente com certas vírgulas para a comunidade LGBTQI+. Temos mais de 50 anos de luta e o aparelho do Estado municipal não se preparou para atender essa demanda dessa população. O que se fez na época, foi com relação a mandar ela de volta para a cidade natal dela, o que não era uma opção já que ela era vítima de violência. Nós não sabíamos naquele momento sobre o contato feito entre as prefeituras de assistência social, se era possível e nem as pessoas que trabalhavam lá sabiam. Então tentaram dar pra ela um quarto individual nos alojamentos dos homens héteros e um banheiro individual, porque o que tinha era de uso coletivo. Ninguém sabia o que fazer, se era constitucional ou inconstitucional, não se tinha preparo e amparo jurídico, não tinha absolutamente nada (Entrevistada 2, Pesquisadora, 30 anos).

O relato da Entrevistada 1 enfatiza a expansão dos atendimentos de saúde mental no que tange ao combate da violência de autoextermínio. Ela também faz uma observação sobre a importância dos serviços de saúde mental oferecidos pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Ituiutaba, e que essa instituição, às vezes, não consegue suprir toda a demanda do atendimento público em alguns bairros, seja pela superlotação ou pela procura recorrente desses serviços. A Entrevistada 2, por sua vez, reitera as formas do despreparo institucionalizado para receber as demandas da comunidade LGBTQIA+. Para uma mulher transsexual vítima de violência, ficou notório pela sua descrição que houve a falta de amparo social e assistencial para a mulher em questão.

O conjunto das entrevistas do bairro Natal marcam, mais uma vez, a lógica da diferenciação de classe, de lugar de moradia, da situação profissional e socioeconômica enfrentadas por seus moradores/as, da estigmatização da violência, no contexto sociopolítico do bairro e as suas relações de sociabilidade e de convívio por toda Ituiutaba, e se distanciam da realidade dos cidadãos/as entrevistados/as no Centro.

O bairro Natal, diferentemente do Centro, não possui a mesma estrutura urbana de comércio e das relações de consumo. O conjunto das entrevistas do bairro Natal revelou alguns dos problemas urbanos enfrentados, a saber: nas décadas anteriores era visto como um local de pessoas sem educação e ligadas à pobreza urbana.

No que tange à violência urbana local, as entrevistadas afirmam sobre o bairro ser mais violento no início dos anos 2000, mas, progressivamente, conforme o melhor desenvolvimento do bairro e da cidade, essa violência foi sendo combatida e enfrentada pelos moradores/as locais. Os crimes de furtos, roubos, tráfico de drogas e violência doméstica apareceram nos seus depoimentos como sendo os mais recorrentes.

Nesse sentido, percebe-se que o bairro recebeu, ao longo dos anos, muitos migrantes de outros estados brasileiros, que se tornaram residentes no bairro Natal. Os depoimentos marcaram as situações de assédio nas relações trabalhistas entre patrão versus empregada, assédio e tentativas de abusos sexuais, além de ocorrências de machismo, racismo e homofobia em alguns espaços da cidade. Há de se destacar que a violência analisada nesta tese engloba também essas três últimas modalidades, a partir da sustentação teórica dos autores: Franz Fanon (1968), Lenyra Rique (2001) e Valeska Zanello (2018). Trata-se de formas de violência real e simbólica a que os sujeitos estão submetidos nas cidades. A classe, a condição financeira, o gênero, a raça, o bairro de moradia, o status social de cada indivíduo é determinante (ou não) para alguma situação de violência em Ituiutaba, no plano individual e mais subjetivo com relação ao cotidiano urbano de cada espaço da cidade.

Com relação ao policiamento local, o bairro Natal tem menos viaturas fazendo policiamento ostensivo, se comparado ao Centro. A central 190 recai em ligações em Uberlândia (MG) e não em Ituiutaba e isso acarreta numa demora administrativa em atender as ocorrências policiais nos endereços da cidade. A implementação do Olho Vivo não ocorreu no bairro Natal, apenas em escolas municipais no bairro Centro.

A lógica da diferenciação investigativa pelos órgãos do Estado destaca-se na bibliografia especializada, a exemplo dos estudos de Ermínia Maricato (1996), Cecília Coimbra (2001), Muniz Sodré (2006), Renata Sampaio (2011), Lia Osório Machado (2011) e Jean Wyllys (2015). Desse modo, percebermos no discurso das cidadinas entrevistadas essa marca da diferenciação de pessoas e suas classes, por parte do Estado, no caso da estrutura das polícias, por exemplo. Ou seja, até a resolução investigativa criminal possui essa lógica da diferenciação de classes e das rendas das pessoas envolvidas. Toda essa situação repercute na insegurança da cidade, o que é devidamente percebida pelos moradores/as, e na sensação depositada nas instituições estatais para resolver as violências, sobretudo da guerra às drogas nas cidades brasileiras.

O que se percebe no bairro Natal é a estigmatização baseada na questão socioeconômica dos seus moradores/as e suas (re)leituras sociais, cuja visão diz respeito à pobreza urbana e não à sua superação efetiva, seja pelos moradores/as e/ou comerciantes locais.

3.4 O contexto da violência urbana: o bairro Nova Ituiutaba (I-IV) em perspectiva¹⁰

¹⁰ O subcapítulo foi escrito ao som da composição *Casa Mobiliada*, da dupla sertaneja Israel e Rodolfo (2018), que retrata sobre a condição socioeconômica das famílias brasileiras na atualidade. Existem demasiados dilemas

Em determinados bairros de Ituiutaba, existe a prática da especulação imobiliária, o que representa alguns entraves da construção do direito à cidade, tão perceptíveis na atualidade. Isso tem ocorrido em virtude dos agentes imobiliários que percebem o espaço como um produto social, um mero resultado de ações acumuladas através do tempo, que produzem e consomem o espaço. Em linhas gerais, trata-se de um processo bastante conflituoso, pois esses agentes atuam de forma e se apropriam do espaço conforme outros interesses mais dominantes e empresariais, visando um processo de (re)produção da forma desigual nas cidades (Corrêa, 2003).

Os promotores imobiliários atuam com intuito de promover essencialmente a incorporação, mediante o acesso ao financiamento a médio e longo prazos, por meio de alguns estudos técnicos, visando alcançar a construção ou a produção física do imóvel e até a comercialização do capital-mercadoria, transformando em capital-dinheiro (Corrêa, 2003).

Nesse sentido, as incorporações desses agentes imobiliários de fato acontecem em Ituiutaba em diferentes bairros de moradia, sobretudo naqueles onde se instalam os empreendimentos de financiamentos correlatos ao Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, o que se percebe nos discursos dos moradores é que tais etapas são muito burocráticas e atrapalham sobremaneira no prazo final para ter acesso à casa própria. A especulação é tamanha que os preços variam muito (mais caros) a depender da localização do bairro e da rede de serviços públicos/privados em que o lote/casa será construído pelos incorporadores.

Já Campos (2011) evoca o fato de a atuação dos promotores imobiliários estar ligada à valorização diferencial das áreas do tecido urbano, com frações para a implementação de empreendimentos residenciais e comerciais, e que os promotores imobiliários conduzem o processo de formação sobre lucros de localização, a qual se torna conjuntamente com outros fatores respectivos aos investimentos públicos e privados, e de infraestrutura determinante no valor da terra urbana, por exemplo. Não podemos deixar de mencionar que o Estado interfere na logística do mercado imobiliário:

Ao determinar a instalação do conjunto de infraestrutura e equipamentos coletivos, o Estado interfere diretamente e/ou indiretamente na orientação do uso do solo do espaço urbano, bem como em sua valorização/desvalorização. O Estado interfere no mercado imobiliário, por intermédio do investimento em infraestrutura em um espaço desvalorizado, cria novas oportunidades de incorporação imobiliária. Assim, os investimentos sociais são transformados em instrumentos de valorização das terras

nessa dinâmica, na medida em que a família pode gastar todos os recursos viajando e curtindo as férias ou se estruturando economicamente para melhorar o acesso aos bens patrimoniais do casal, como é o caso da “Casa Mobiliada paga em 200 parcelas” e de adquirir um carro para, com isso, completar o sonho do alcance da chamada “Família da Classe Média”, mais estruturada, que está prosperando e contribuindo para o desenvolvimento das cidades. Disponível no You Tube em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-YCjqJTOfE>. Acesso em: 17 out. 2023.

urbanas, ao mesmo tempo em que, pode anexar novas áreas (industrial, comercial, residência) ao espaço urbano, de modo a propiciar oscilações no mercado imobiliário devido às mudanças contínuas do tecido urbano (Chaves; Vieira Neto, 2016, p. 283).

Desse modo, ao tratarmos sobre o mercado imobiliário em Ituiutaba (MG) entre os anos de 2005 e 2014, por exemplo, constatou-se que nos últimos dez anos ampliou-se a valorização da terra não edificada (Chaves; Vieira Neto, 2016). Esse período virou um referencial com algumas modificações no contexto urbano, isso porque o ano de 2005 marcou a desconcentração dos valores elevados de lotes não edificados do setor central para o setor sudeste, para um bairro periférico, tendo em vista sua infraestrutura precária.

Com a perspectiva de crescimento do mercado imobiliário através das duas gestões do governo Lula (2003-2011) no âmbito nacional (Filho, 2011), o mercado imobiliário tem apontado crescimento exponencial devido a fatores como: maior oferta de crédito, tanto para o incorporador como para o consumidor final; aumento da renda familiar; redução da taxa básica de juros adotada pelo Banco Central; e tentativa do Governo Federal em minimizar o déficit habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (Chaves; Vieira Neto, 2016).

Assim, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades que conseguiu variados investimentos na habitação, mediante a construção de pelo menos dez conjuntos habitacionais, localizados em diferentes setores e bairros da cidade, os quais ampliaram a sua expansão horizontal, expandindo o urbano como um mosaico de espaços da inclusão e da exclusão social. Isso, no entanto, não acompanhou o acesso a bens, serviços, transporte público de qualidade e equipamentos urbanos de lazer. Ao contrário, muitos bairros foram afastados e segregados da área central, não acompanhando o desenvolvimento do comércio e de outros serviços (Chaves; Vieira Neto, 2016).

Com as mudanças ocorridas no espaço urbano de Ituiutaba, por intermédio da atuação das transações imobiliárias, houve transformações na paisagem, em virtude dos recentes e novos empreendimentos imobiliários, visando a reestruturação da cidade e a valorização de novos bairros (Chaves; Vieira Neto, 2016).

Isso quer dizer, na prática, que alguns cidadãos/as pertencentes aos segmentos sociais médios e também mais vulneráveis possuem dificuldades de acesso/permanência e de financiamento de suas casas próprias no município de Ituiutaba, ainda que se tenha o Programa Minha Casa Minha Vida em vigência, cuja iniciativa primeira é justamente facilitar o acesso à moradia aos menos favorecidos. Tendo em vista que comprometem por longos anos uma boa parte da renda familiar para o pagamento dos imóveis financiados (cerca de quase 30 anos consecutivos), gera-se a venda direta ou indireta desses imóveis e fomenta-se cada vez mais o

mercado imobiliário local, com o aumento dos preços de lotes, terrenos, casas e aluguéis em diferentes bairros de Ituiutaba.

Infelizmente, percebe-se também a venda e compra de imóveis apenas por meio indireto, mediante a documentação de cessão de direitos e de procuração, não oportunizando a escritura pública e o registro (forma mais legalizada possível), uma vez que alguns bairros de Ituiutaba ainda carecem de procedimentos correlatos à regularização fundiária urbana para a emissão definitiva relativa à escrituração de imóveis, sobretudo aquelas áreas destinadas ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Os bairros mais antigos, como o Centro, o Platina, o Setor Universitário e o Baduy, possuem mais registros de escrituração. Já os conjuntos habitacionais do Nova Ituiutaba I, II, III e IV não necessariamente contam com o mesmo índice de emissão de documentos de escrituração das residências. Esse tópico do capítulo ressalta sobre as especificidades do Nova Ituiutaba I, II, III e IV, aqui simplificado de I-IV.

Fotografia 4 - O bairro Nova Ituiutaba I-IV em perspectiva



Fonte: Acervo da autora (2023).

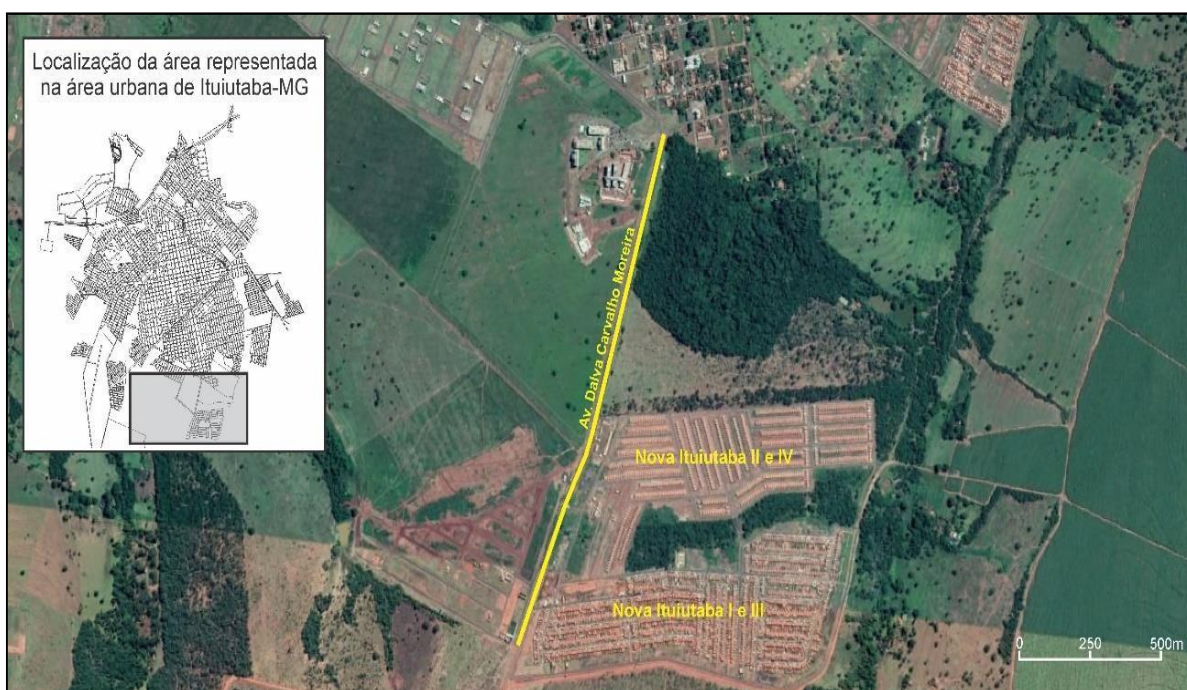
O conjunto de imagens revela, em parte, a paisagem urbana do bairro Nova Ituiutaba I-IV, que não conta com comércio próximo, não possui creches e nem escolas próprias do bairro, clínicas e nem farmácias do setor. Apenas as casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, o que bem demonstra a expressiva diferença quando se compara com os bairros Centro e Natal.

A partir dos anos 2000, houve a implementação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Ituiutaba, o conjunto Nova Ituiutaba I-IV encontra-se

na parte sul, bastante afastada da região do Centro da cidade. Segundo Vitor Miyazaki (2018), alguns empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida foram implantados em áreas localizadas a mais de cinco quilômetros do Centro da cidade. Como é o caso dos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I, II, III e IV, da Faixa 1 do programa. Apenas os conjuntos I e III estão ocupados, totalizando em média 997 unidades habitacionais.

Nesse sentido, Vitor Miyazaki (2018) ainda aborda sobre o processo de implantação de tais conjuntos habitacionais ocorrer sem os cuidados necessários para a integração dos novos bairros ao tecido urbano, o que fica evidente a descontinuidade territorial em relação à área urbana anteriormente existente, e por estar integrados por meio de uma única via.

Figura 3 – Ituiutaba (MG): área dos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I, II, III e IV



Fonte: Miyazaki (2018).

Nota-se que o bairro Nova Ituiutaba I-IV é um dos mais afastados da área central de Ituiutaba. A partir desse contexto, torna-se importante trazer à tona as entrevistas com os cidadãos/as para conhecer um pouco as especificidades do referido bairro acerca do contexto da violência urbana conforme a percepção de quem vivencia de perto as demandas e o cotidiano no local.

Tabela 3 - O perfil das entrevistadas no bairro Nova Ituiutaba I-IV

Nova Ituiutaba I-IV	Idade	Profissão	Renda	Residência
Entrevistada 1	42 anos	Promotora de Vendas	R\$ 2 mil	Própria
Entrevistada 2	40 anos	Cabeleireira	R\$ 400 (Ex-beneficiária do Bolsa Família)	Própria
Entrevistada 3	33 anos	Autônoma	R\$ 3 mil	Própria

Fonte: Organizada pela autora (2023).

Ao entrevistar as moradoras/citadinas do Nova Ituiutaba I-IV, por serem também mulheres trabalhadoras e atarefadas com outras tantas atividades, precisei me deslocar algumas tardes e noites para o bairro. O que representou um desafio, porque, algumas vezes, fui de ônibus durante o dia ou por meio da utilização de aplicativos de caronas. Durante o dia, com a vigência do Busão do Povo¹¹, me deslocava para Rodoviária da cidade (Terminal Central) e esperava um ônibus que fosse para os conjuntos do Nova Ituiutaba. Dependendo do dia e do horário, a espera não era tão grande assim. Percebi que esse acesso de transporte oportunizado facilitou minha mobilidade pela cidade e praticamente não gastei muitos recursos.

Por não ter veículo próprio, em outros dias, já precisei me deslocar à noite, uma vez que as entrevistadas só tinham disponibilidade de me verem nesse momento em suas casas, ou seja, em horários determinados. À noite eu saía do bairro Satélite Andradina até o Nova Ituiutaba por meio das caronas de aplicativo, em média pagava mais ou menos uns R\$ 25 nesse trajeto, quando conseguia um motorista que me levasse de um bairro ao outro. Às vezes, alguns motoristas recusavam as corridas, porque além de ser uma distância considerável entre os bairros, alguns realmente não tiveram interesse em fazer o trajeto. Outros, quando chegavam no Satélite Andradina, diziam que “estavam fazendo um favor” de ir nesse bairro me buscar, em virtude das obras na BR (em andamento) que cortam o acesso do bairro. Logo, segundo eles, ir até o Satélite Andradina era um “favor” que eles faziam aos moradores. Nesses casos, argumentava com os motoristas que, na verdade, não era bem “um favor”, tendo em vista a remuneração da corrida e da necessidade de locomoção que todos/as que residiam no Satélite

¹¹ Iniciativa que visou a implementação da tarifa zero no sistema de transporte público de Ituiutaba em julho de 2023, tornando-o mais acessível e inclusivo para todos os cidadãos. Com essa medida, espera-se que mais pessoas optem pelo transporte coletivo, reduzindo o número de veículos particulares nas ruas, diminuindo os congestionamentos e contribuindo para uma cidade mais sustentável e ecologicamente consciente.

Andradina também precisavam, sobretudo, no período noturno. Que os moradores/as desse bairro, assim como todos/as os outros/as, não poderiam ser tão segregados assim e que a empresa do aplicativo precisava ter essa noção dos clientes potenciais que o bairro possuía.

Outras vezes, não conseguia motorista e ia primeiro ao Centro para depois, de lá, pegar outra carona em direção ao Nova Ituiutaba. Nesse caso, o percurso ficava mais caro, chegando a quase R\$ 35 ao total das caronas e dependendo de qual área era o Nova Ituiutaba, principalmente de noite. Nos conjuntos II e IV, essas caronas de aplicativo eram mais caras e os motoristas argumentavam comigo que eram esses preços porque eram lugares bem mais longes da cidade e em função do horário noturno. Como na reta final desta pesquisa era Bolsista CAPES, utilizei dos recursos financeiros para custear todas essas caronas dentro e fora de Ituiutaba. No entanto, ali tive noção da dificuldade de locomoção que esses moradores/as dos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba enfrentam no seu dia a dia.

O bairro Nova Ituiutaba I-IV representou o maior desafio de pesquisa em relação às entrevistas, uma vez que se trata um locus cujos residentes não eram meus conhecidos e, principalmente, pela desconfiança de alguns moradores em participar das entrevistas, porque achavam que poderia ser com o intuito de repassar informações a políticos/as locais da cidade. Esse imaginário coletivo foi o que mais rondou a pesquisa de campo desta tese, precisava a todo momento colocar-me como pesquisadora e estudiosa da Geografia urbana, da segurança pública e da violência urbana.

Alguns moradores, em conversas informais comigo, ali nas ruas mesmo, diziam que estavam um pouco cansados/as, que em períodos específicos o que se via mais por ali eram pessoas que passavam fazendo propagandas de candidatos políticos locais e que isso não trazia nenhuma melhora para o bairro, que eram só promessas e mais promessas e nada efetivamente melhorava o Nova Ituiutaba. Às vezes, alguns moradores/as desabafavam dizendo que nenhum candidato/a vereador/a tinha o compromisso com o bairro e que isso era ruim, porque nenhuma melhoria de infraestrutura urbana chegava ali, se comparados a outros bairros de Ituiutaba.

Outros diziam que, na verdade, era mesmo preconceito com o próprio governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Lula, porque não gostaram que o povo foi contemplado com a casa própria, na época da gestão do prefeito do PMDB, o advogado Públio Chaves (2009-2012), e do vice-prefeito, o médico Luiz Pedro Correia do Carmo (2013-2016), que para os moradores foi o melhor investimento, o de ter conseguido as casas do Programa do Governo Federal.

Para alguns, isso representou o alcance à classe mais pobre de Ituiutaba, de ter acesso à casa própria e se livrar dos aluguéis caros nos bairros da cidade, ainda que as casas do conjunto

Nova Ituiutaba I-IV e de outros bairros tivessem outros problemas em suas estruturas. Ainda assim, para muitos moradores/as, aquilo oportunizou o acesso à moradia e à autonomia da classe trabalhadora, que sempre foi alvo da exploração econômica e imobiliária por parte da classe média local, com o aumento dos preços de aluguéis em imóveis, que muitas vezes nem sequer possuíam a mínima estrutura residencial.

Essas casas do Nova Ituiutaba I-IV representavam, então, esse protagonismo de autonomia e de acesso à casa própria e que para eles/as era um direito urgente, era a forma mais pura de permanência em Ituiutaba. Era ter a casa própria. No meu entendimento como pesquisadora, percebo que era o acesso ao Direito à Cidade que estava em questão, conceito tão defendido por David Harvey (2014) e Henri Lefebvre (1968).

Como pesquisadora, logo pegava meu celular e acessava a carteirinha digital de estudante da UFU e mostrava a algumas pessoas o porquê que eu estava ali querendo conhecer as especificidades do bairro. A incursão pelo local dava-se, sobretudo, visando alcançar meus interesses de conhecimentos para a pesquisa científica. Como alguns moradores já sabiam que os estudantes da Universidade, de vez em quando, apareciam por lá para fazer entrevistas, tirar fotos, fazer perguntas e colher depoimentos, foi com muito diálogo e conversas informais em minimercados e com trabalhadores braçais (pedreiros) da construção das casas, através da metodologia de indicação de pessoas (Bola de Neve), que consegui aos poucos as entrevistas.

A Entrevistada 1, moradora do Nova Ituiutaba IV, estava vestida com uma blusa branca da sua empresa de trabalho, calça jeans azul escuro e um tênis preto e estava preparando uma parte do jantar para seu filho pequeno, após o expediente de trabalho, enquanto ela conversava comigo, ao mesmo tempo fazia outras atividades domésticas. A Entrevistada 2, moradora do Nova Ituiutaba II, estava vestida com uma blusa sem mangas de cor nude, usava um short preto e estava calçada com sandálias do tipo Havaianas de cor cinza. No momento da entrevista, estava preparando um suco com um lanche da noite para ela e sua filha pequena e, como estava lá, também me servi junto com elas. A situação dessa moradora em específico me deixou preocupada, porque ela tinha pouca comida em sua geladeira e estava com o seu benefício do Bolsa Família cortado.

A Entrevistada 3, moradora do Nova Ituiutaba I, estava vestida com uma blusa com mangas pretas, uma calça verde clara e um tênis branco, no momento da entrevista ela brincava com seu cachorro na sala e me contou que estava preocupada com sua situação de trabalho, porque na semana anterior, havia se desligado de um cargo público por incompatibilidades administrativas, e estava já procurando uma nova ocupação laboral para exercer.

No primeiro bloco da entrevista, ao perguntar por que moram no bairro, praticamente todas as entrevistadas respondem que é em função de acesso à política do Governo Federal do Minha Casa Minha Vida. Sobre a violência urbana no Nova Ituiutaba I-IV, as Entrevistadas 1, 2 e 3 responderam que:

Por ser um bairro novo ele tá tendo bastante violência, tem furtos, roubos. Assaltos até que não. Mas furtos, roubos, assim, e invasão das casas que estão desocupadas, tem invasão das casas às vezes e o pessoal têm tido bastante facilidade em fazer esse tipo de vandalismo lá e quebram as casas para poder invadir. Anda bem preocupante, mas nada que não se dê para resolver. É só porque está muito novo o bairro. O furto à residência, os pequenos furtos, as invasões de casas, violência doméstica não vi tanto assim, agora a questão dos usuários de drogas tem sim em função dessa questão das casas vazias, aí eles entram para estar mexendo com as drogas. Tem residências lá que foram pontos de drogas já, os vizinhos começam a fazer as denúncias pra polícia e o pessoal vai saindo, né? Eles não ficam, mas daí saem e buscam outras casas para invadir e utilizarem como local de uso e de venda, até denunciarem de novo (Entrevista 1, Promotora de vendas, 42 anos).

Olha, de quando eu me mudei para cá e até agora, a gente aqui tem tido um aumento brutal na violência. Porque assim, eu me lembro, que quando eu me mudei para cá, a gente andava mais na rua sem medo, a gente tinha a liberdade de ficar na rua conversando com os colegas. Hoje isso já é mais difícil, eu não tenho coragem de deixar minha filha adolescente solta andando na rua, não. Eu não deixo ela sair do portão, porque toda hora é gente estranha passando, por exemplo, aqui por ser um bairro novo, sempre tem gente diferente e estranha transitando no bairro, pessoas suspeitas e que não moram aqui, pessoas que passam e que você percebe que estão procurando algo de errado para estar fazendo, aqui por ser mais novo não se vê tanta malandragem à solta, mas não é assim, tá sendo um dos bairros que está sofrendo com ondas de assaltos e furtos nas casas e como se diz... estão levando o do básico até o acabamento, se não tiver móveis de valor, levam as fiações, a gente suspeita que pessoas de outros bairros vem pra cá furto e assaltar as casas na maioria das vezes, isso aconteceu e os vizinhos viram, essas pessoas estranhas entrando nas casas, aí brigam, chamam a atenção, gritam dizendo que a casa tem dono, enfim a gente percebe que não são moradores daqui, são de outros bairros, são pessoas de fora e de outros bairros da região ou das cidades próximas daqui (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Está demais e falando a partir do geral mesmo. São os bares sendo assaltados a todo momento na cidade, salões de beleza parece que tem sido alvo nos últimos tempos, isso pode estar ocorrendo pelo pouco caso da polícia para investigar e tentar recuperar esses produtos roubados e a falta de interesse mesmo e aí quando não tem uma segurança efetiva a bandidagem toma conta. Eu acho que assaltos, roubos, mas geralmente Ituiutaba é mais conhecida pelo tráfico de drogas e ele acontece mesmo e é bem forte aqui, talvez até por uma questão mais geográfica, da questão das rotas de saída e de entrada da cidade. Esse tráfico é mais forte em bairros mais específicos, nos mais periféricos, onde tem mais organização, mas isso não quer dizer que no Centro não tenha, quer dizer, tem cara que é um aviãozinho, já tem outro cara que pode fazer parte da alta sociedade e tem mais condições financeiras e leva uma vida mais diferente, às vezes mora num bairro de alto padrão e pelo dinheiro que ganha. Tem a questão também dos advogados da cidade, que tanto fazem parte quanto participam e de organização mesmo e de ter até acesso às informações de dentro do poder judiciário, de facilitar e de captar clientes, de sair da cadeia mais rápido, porque tem um poder aquisitivo maior e saem mais rápido (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

O primeiro depoimento reforça sobre os atos de vandalismo nas casas que compõem o Nova Ituiutaba I-IV, assim como expõe sobre os tipos de crimes que mais ocorrem no bairro de

acordo com a Entrevistada 1. Nota-se que ela frisa que há furtos, roubos e invasões a alguns imóveis pelo fato estarem em desuso, sem nenhum morador/a residindo no local. Muitas vezes, essas casas representam um local de perigos, riscos de criminalidade para a comunidade do bairro, porque podem abrigar, momentaneamente, pessoas com interesses de praticar vandalismos e outras situações de marginalidade e traficância, visando propagar outros atos de violência urbana.

O segundo depoimento reforça em parte o que foi dito pela primeira entrevistada. A Entrevistada 2 reitera que podem ser moradores/as de outros bairros da cidade ou das cidades circunvizinhas, que podem frequentar o Nova Ituiutaba I-IV, com o intuito de praticar pequenos furtos e roubos, pelo fato desse bairro ter algumas casas vazias e pelo número elevado de casas sendo construídas. Já o depoimento 3 relata sobre as especificidades criminais segundo esta moradora, isso porque, ela aborda, com muita propriedade, sobre os tipos de crimes e conflitos ocorridos no bairro, assim como pela operacionalização dos trabalhos dos advogados/as locais nessa dinâmica da criminalidade e da sua repercussão jurídica.

As Entrevistadas 1, 2 e 3 salientam que os tipos de crimes mais vistos nos bairros são furto de objetos no interior das residências, roubo, tráfico de drogas, invasão de domicílio sem uso residencial, ou seja, diferentes modalidades criminosas operando nesse espaço sem função social de moradia. Um depoimento que retrata isso é o da Entrevistada 2, pois:

Aqui no Nova Ituiutaba II, é muito furto, roubo, furtos nas casas vazias, invasão dessas casas por estranhos, invadem e levam tudo o que tem dentro das casas. Agora, a questão das drogas como eu não sou do bairro e estou a pouco tempo, eu não sei te falar, mas já escutei que tem, sim, por vizinhos. Agora, no Nova Ituiutaba III, que é aqui do lado tem muitos casos em relação a histórias de ter usuários de drogas. Já ouvi falar também que tem gente que está usando, isso porque ainda tem muitas casas fechadas, algumas pendências, pois às vezes algum parente faleceu e está pendente de inventário ou de quitação, aí por conta disso, não pode se mudar para a casa e fica tudo parado, sem habitação de ninguém. Aí às vezes a pessoa não quis mudar para o bairro, está esperando um muro para o vizinho ajudar, e, aí, o que ocorre muito é que essas casas vazias e que ninguém mora, alguns usuários invadem para utilizar como espaço para consumir drogas. Nesse ponto, a gente não sabe se é gente do próprio bairro que está fazendo isso, ou se são pessoas de fora daqui que invadem essas casas. É difícil identificar isso (Entrevistada 2, Cabeleireira, 42 anos).

O depoimento da Entrevistada 2 marca os tipos de crimes que mais afetam o bairro e também reitera as visões da Entrevistada 1. As invasões de casas vazias e que a função social da moradia não foi respeitada, conforme as falas das Entrevistadas 1 e 2, representam, então, ameaças à comunidade que reside no Nova Ituiutaba I-IV. Nesse contexto, ao perguntar às entrevistadas se já sofreram diretamente com a violência, a primeira diz que não, mas já presenciou e ficou sabendo de furtarem objetos de valor nessas casas vazias, na sua rua. A Entrevistada 2 diz que teve plantas suas que foram furtadas no bairro quando sua casa não tinha

portão fechado. O depoimento da Entrevistada 3 relata sobre algumas violências enfrentadas ao longo da vida:

Já passei quando mais jovem e tive um celular que foi roubado. A violência que tive mais foi de preconceito devido a minha orientação sexual, eu já tive alguns problemas por conta disso. Agora, a violência política eu já tive vários processos em andamento, várias situações de ameaça de morte, pessoas que foram pagas para poder me atacar, pessoas pagas para me associar a algum tipo de conduta criminosa, fora perseguição física e ideológica. Já teve BO com meu nome com a antiga empresa de ônibus da cidade por difamação e depois foi retirado, porque eu reclamava do transporte público. Então, já passei muita coisa em relação as violências (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

Essa fala da Entrevistada 3 delimita diferentes formas de violência, desde aquela de cunho ideológico, até mesmo às de orientação sexual da moradora, que deixou bem claro que era uma mulher homossexual e que, por isso, sofreu/sofria diferentes formas de discriminações e preconceitos abertos e velados em Ituiutaba, em todo tipo de espaço, sobretudo na esfera pública. Na arena política, por circular nesse meio, a Entrevistada 3 salienta que também já passou por problemas de ameaças, difamações e outros conflitos.

Sobre as situações de racismo, homofobia e machismo, a Entrevistada 1 fala que não possui conhecimentos disso no bairro, ao que se soma a consideração da Entrevistada 2, que não passou por essas questões pessoalmente, não obstante conhece casos em relação às famílias de vizinhos e que geralmente são situações que não vêm a público e nem são denunciadas, porque as pessoas acobertam os atos desses agressores. Já a Entrevistada 3 relata que já passou por problema dessa ordem em vários ambientes e que ficou sabendo disso até no meio Universitário de Ituiutaba e salienta que muitas mulheres, e também pessoas da comunidade LGBTQIA+ de Ituiutaba, possuem esse medo de denunciar os seus agressores.

Com relação às medidas utilizadas nos bairros para resolução de problemas dessa natureza, a Entrevistada 1 diz que o bairro não conta com o respaldo do policiamento local, que os moradores/as do Nova Ituiutaba I-IV precisam de mais segurança urbana porque não contam com o projeto dos totens do Olho Vivo como no bairro Centro. Noutras palavras, o bairro precisa de mais rondas ostensivas no período noturno. Os depoimentos das Entrevistadas 2 e 3 foram bastante contundentes e abarcam sobre a realidade sofrida no Nova Ituiutaba I-IV:

Olha, eu vou te falar uma verdade, eu acho que está muito a desejar, pois patrulhamento eu não vejo, por ser um bairro mais afastado de outros, como estamos aqui já tem uns sete meses, eu acho que deveria ter um projeto de patrulhamento, ou alguma coisa nesse sentido. Mas aqui nem que você chama a polícia, dificilmente eles vêm. Eu nunca precisei, mas sei de gente que precisou para algo sério e urgente e eles não vieram. Até porque com esse caso de você ligar em Uberlândia para depois passar para o Batalhão daqui, demora demais e dificulta muito. Para a polícia se não estiver matando o outro, eles não vêm aqui neste bairro e nem viatura aparece (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Na verdade, não. Na verdade, a segurança quem faz é a própria comunidade do bairro, até porque o que a gente sente na pele, é que não há uma confiança na polícia que está só para reprimir nem a militar e nem a civil. A civil eu acho que tem mais credibilidade porque faz as investigações, às vezes eles conseguem dar um desfecho e respostas a população dos crimes ocorridos, às vezes não é um final feliz, mas dá respostas à população do que ocorre na cidade de Ituiutaba. Agora, a policial militar não, alguns estão despreparados para serem policiais, já tive problemas com um em relação às questões de abuso de autoridade, tem alguns despreparados, fora a discriminação com o bairro também. Então a segurança é feita mesmo é pelos próprios moradores que sabem da realidade daqui do que na polícia, se ela aparecer aqui é só para reprimir (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

O primeiro depoimento retrata a situação do acesso telefônico à Central de atendimento do 190 para efetuar denúncias e chamar a Polícia Militar para alguma cena de crime ou de outra urgência urbana conforme a demanda dos bairros. Os moradores/as do Nova Ituiutaba I-IV, assim como no Centro e no Natal, reclamam de que as ligações do 190 recaem nas instalações militares do município de Uberlândia (MG) e que isso tem gerado demora de atendimento e uma dificuldade de operacionalização de viaturas nos bairros de Ituiutaba, porque embora os endereços e nomes de bairros dos dois municípios sejam parecidos, tem pontos de referências diferentes e esse atendimento telefônico é mais moroso.

A maioria dos moradores/as defendem existir uma Central de atendimento do canal 190 em Ituiutaba, porque acreditam que os servidores públicos locais tenham um maior conhecimento dos endereços de Ituiutaba. No segundo depoimento, por sua vez, a Entrevistada 3 reforça, principalmente, essa diferenciação de trabalho efetuado pelas polícias locais de Ituiutaba e credita a segurança urbana e a proteção dos moradores/as por eles/as próprios como forma de combater qualquer iniciativa de criminalidade e violência que possa surgir. No que tange às medidas de segurança utilizadas nas casas, a Entrevistada 1 diz que colocou as grades no portão, nas janelas e o seu muro é alto e sua vizinha de lado também olha o imóvel. A Entrevistada 2 afirma que fez um muro, colocou um portão com grades e fica de olho em qualquer tipo de movimentação estranha e barulhos à noite. Já a Entrevistada 3 possui cachorros, muro alto e, hoje em dia, não tem mais o medo de antes.

As Entrevistadas 1 e 3 afirmam que as condições para adquirir o imóvel pelo programa Minha Casa Minha Vida foram preponderantes para terem acesso à casa própria em Ituiutaba. O depoimento da Entrevistada 2 revela a situação de vulnerabilidade social em que tem se encontrado atualmente, haja vista que se viu numa situação de diminuição drástica de renda, no mês de julho (2023), conforme ressalta:

Ainda bem que saiu essa casa aqui para mim no ano passado, não fosse isso, estaria passando mais necessidades e sem teto para viver. Como esse mês mesmo, passei dificuldades porque eu não contava com o corte do Bolsa Família e não teve um aviso

prévio, simplesmente foi cortado, depois do dia 23 eu esperava para poder pagar a água, luz, gás, outras despesas e aí me pegou de calça justa, fiquei numa situação que precisei contar com a ajuda de amigos. Eu tive que ganhar o gás e pedir uma cesta básica, e nem fui na Secretaria do Social da Prefeitura, fui em amigos e lideranças que sei que ajudam com as cestas e pedi uma e ganhei, o meu namorado me deu um gás, foi assim que fui fazendo. Entrei em desespero e fui tentar saber o porquê desse corte nos órgãos competentes e disseram apenas que minha renda aumentou do ano passado para cá, que eu tinha saído da cota dos 18 reais por pessoa da família, tentei argumentar que trabalhei muito antes da pandemia, mas depois dela as coisas ficaram muito complicadas e parei de exercer minha profissão. Desse bairro aqui, quem não trabalha de carteira fichada, acredito que a maioria recebe, principalmente as mulheres e mães solteiras. A maioria que recebeu as casas no Nova Ituiutaba II e IV são solteiras e com filhos. Aqui não tem creche e nem escola perto e nem previsão de quando virá, as escolas mais perto que pegam os alunos e alunas daqui no primário é uma escola na Minas Gerais que já é longe e outra escola próximo ao Mart Minas, no Bias Forte, aí tem o municipal que pega do quinto ano para frente e assim por diante, lá no Junqueira e no Municipal ali, ou seja, é tudo longe, para levar só de moto, ou de vã, ou de carro para quem tem, sei que um ônibus passa aqui da Prefeitura, mas não levam para todas as escolas. Ou as vãs, muita gente aqui paga para levar e buscar as crianças das escolas. É complicado porque tem criança que sai de casa ao meio dia e chega quase umas 18h e 30 min da tarde, crianças pequenas de 5 ou 6 anos, eu vejo isso, na minha rua tem muito (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Esse depoimento reforça as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pela entrevistada e sua família devido ao corte do Bolsa Família, o que demonstra que o subsídio dessa política pública, de fato, faz muita falta para quem deixa de receber o benefício. Ela argumenta também que outras mulheres, moradoras do bairro, recebem o auxílio governamental e enfrentam, de perto, essas problemáticas correlatas à mobilidade das crianças e dos adolescentes do Nova Ituiutaba I-IV, que precisam ir para as escolas, não ofertadas no Nova Ituiutaba I-IV. Justamente por isso, as famílias precisam custear financeiramente toda essa logística de transportes para as escolas municipais, sobretudo para as crianças menores.

A maioria das entrevistadas do bairro tem conhecimento com relação à valorização das casas ao longo dos anos, ou seja, sobre o valor venal desse bem próprio no mercado imobiliário. Mais adiante, destaca-se a parte em que pergunto sobre o sentimento de insegurança em Ituiutaba. A Entrevistada 1 diz que não se sente insegura, porque, segundo ela, a violência pode estar em todos os lugares. Os depoimentos das Entrevistadas 2 e 3 chamam atenção porque ressaltam suas inseguranças:

Eu sinto que sim. Hoje em dia, para quem é trabalhador de bem, tenta sustentar os filhos, trabalhar corretamente, tentar andar corretamente, respeitando as leis, acho que estamos mais inseguros do que os bandidos e eles têm mais privilégios, andam nas ruas e não tem medo de serem presos, não tem medo de nada. Agora, a gente da classe trabalhadora mesmo tendo uma moto velha ou um carro velho e tiver com o documento atrasado e a carteira vencida, vai ter problemas por isso, ainda mais se não tiver o dinheiro da fiança. Já um bandido que rouba, que mata e que pode vender drogas nas ruas, eles não estão nem aí, vai preso para a Delegacia e nem fica preso, entram por uma porta e saem pela outra logo, nem fica preso e vai embora, não acontece nada e pagam os advogados para defender e tirar da cadeia. O trabalhador não tem dinheiro sobrando para isso. Advogado é que não falta em Ituiutaba, tem aos

montes por aí. Inclusive tem muito advogado criminoso também, então eu me sinto, sim, muito insegura (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Sim, eu mesmo estou sujeita a de repente alguém vir e querer me dar um tiro por questões políticas, por exemplo. Tanto por ser mulher e pela minha orientação sexual, por essas duas coisas. Pode acontecer de a pessoa cometer um crime por um desses motivos e colocar a culpa em outro motivo, para despistar a elucidação, por exemplo. Seria difícil para a polícia investigar, por onde começaria uma linha de investigação? Pode ser uma motivação política, ou alguém que eu bati de frente e denunciei, ou pela questão do preconceito e se revoltou (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

A fala da Entrevistada 2 ressalta sobre seus medos de viver na cidade, porque para ela os criminosos estão mais à solta e desfrutam de uma sensação de impunidade e de liberdade, do que as pessoas que tem uma vida mais honesta e dependem essencialmente de seus rendimentos salariais para sobreviver. Para isso, ela argumentou sobre as defesas jurídicas efetuadas pelos/as advogados/as da cidade que interferem nesta dinâmica do crime e do acesso aos espaços prisionais. Na sua visão, até mesmo os profissionais que deveriam prezar pelos interesses éticos da justiça, em alguma medida, se beneficiam (direta ou indiretamente) dessas nuances lucrativas dos tentáculos das redes criminosas. Já a Entrevistada 3 salienta que os critérios de gênero e ideológicos podem interferir nessa sensação de insegurança vivenciadas em Ituiutaba e pela ramificação investigativa em caso de uma possível situação de violação do seu corpo.

Sobre a implantação dos totens (Olho Vivo), a Entrevistada 1 ressalta que acha importante e ajuda a combater o crime, principalmente nas escolas municipais, e disse que deveria ser ampliado também ao Nova Ituiutaba I-IV. A Entrevistada 3 revela que não acha importante, porque não percebe que seja muito eficiente. Para ela representa uma forma de desvio de dinheiro público e para os bairros pode não se ter muita utilidade. O depoimento 2, mais uma vez, chama bastante atenção por ter opiniões divergentes das entrevistadas 1 e 3, tendo em vista que para a moradora 2, existem outros critérios que precisam ser avaliados:

Eu tenho duas opiniões sobre aqueles totens, eu vejo duas realidades sobre eles. Se ele foi implantado para ajudar na segurança, mas não tirar o trabalho dos guardas noturnos das escolas municipais (os vigilantes), tudo bem, até sou a favor, que se coloque os totens, porque inibe um pouco o bandido de querer entrar. Eu já ouvi falar que isso poderia vir a tirar o trabalho dos seguranças noturnos, se isso acontecer mesmo, eu sou contra. Agora, se for para agregar eu sou a favor. Para você ter uma ideia, esses totens não tem aqui no bairro, eu só vi perto das escolas (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Dessa forma, o depoimento 2 revela que podem existir outras (re)leituras sobre o espaço urbano, ou seja, daquele ligado à vigilância dos espaços (pelas câmeras em tempo real) para se garantir a segurança de seus moradores/as e transeuntes que passam pelos bairros, ou existir interesses outros em diminuir alguns postos de trabalho físico (humano) correlatos à observação dos espaços e patrimônios públicos.

Em suma, a substituição do trabalhador humano da área de segurança municipal nas escolas, em detrimento da utilização (e maiores investimentos) de tecnologias avançadas para monitoramento dos espaços, representa, na concepção da moradora 2 um retrocesso em relação à segurança municipal, tendo em vista a possível retirada do componente humano do espaço físico de monitoramento.

De fato, a categoria dos vigilantes municipais das escolas, atualmente, já enfrenta muitos problemas com relação aos números de horas trabalhadas, ao não pagamento de auxílios de periculosidade/insalubridade por parte da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, além de vários outros relacionados, em especial, à segurança do ambiente físico de trabalho, ao número elevado de horas extras trabalhadas nas escolas municipais nos fins de semana - fazendo com que a categoria tenha um maior nível de estresse e adoecimento psíquico e físico, em virtude do ambiente de trabalho, sobretudo pela privação de sono que a profissão requer - e à divergência salarial mensal, em comparação com outras categorias de trabalhadores/as.

Em continuidade às outras questões da entrevista, a Entrevistada 1 relata que enxerga bem o Nova Ituiutaba I-IV, tendo em vista que tem tudo para prosperar nos anos posteriores e que, aos poucos, tende a haver maiores investimentos de infraestrutura urbana nesses conjuntos habitacionais. A Entrevistada 2 reitera que gosta de morar no bairro mesmo sem a infraestrutura necessária, porque foi onde recebeu sua casa própria. A Entrevistada 3 gosta do bairro em virtude da segurança feita pelos moradores/as do Nova Ituiutaba I-IV. Sobre a percepção de moradores/as de outros bairros da cidade em relação ao Nova Ituiutaba I-IV, a Entrevistada 1 diz que a maioria não se muda por achar longe, por ter casas vazias invadidas, por não terem transporte privado próprio, pela distância em comparação ao Centro. As Entrevistadas 2 e 3 argumentam diretamente sobre o preconceito sofrido:

Dizem que moramos praticamente fora da cidade de Ituiutaba, que é mais longe, eu enfrento isso todo dia praticamente. Às vezes, é difícil conseguir até resolver as matrículas das meninas nas escolas em início de ano, ou minhas clientes gostam do meu trabalho, mas quando digo que moro no Nova Ituiutaba II elas até pegam e anotam meu endereço, mas ninguém vem. Então, é isso que enfrento no dia a dia. E nem é tão longe assim, tem bairro mais afastado e distante que aqui, como o Satélite Andradina, o Novo Tempo II ali, o Carlos Dias Leite, o Nadime Derze I e II, o Drummond que é lá embaixo, todos são praticamente a mesma distância, só muda o sentido, mas a distância é quase uma só. Eu vejo que é mais o preconceito mesmo. Dizem que é lugar de gente mais pobre que recebeu a casa do governo, pensam assim. Por ser bairro popular que tem essa discriminação, sabe. É igual quando eu morava no Santa Edwiges, diziam que era longe. Fizeram o Nadime Derze e pararam de falar um pouco do bairro (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Existe um certo preconceito, digamos assim. Que o bairro tem e mora bandidos, um índice alto de criminalidade, que mora gente de renda baixa. Coisas desse nível. Na cidade tem muitas diferenças entre os três bairros que você analisa na sua pesquisa. São várias diferenças, assim de cara é a questão da prestação de serviço. Por exemplo,

no Centro o caminhão de lixo passa todos os dias, já aqui no Nova Ituiutaba é umas duas ou três vezes só. A varrição de rua também não é da mesma forma, é muita coisa que é totalmente diferente. Às vezes, até um *delivery* de comida que você pede vão querer te cobrar mais caro por ser num bairro de entrega longe do Centro. Às vezes, dependendo do bairro nem entregam à noite por medo a depender do horário. No Centro não vai acontecer isso, dependendo do horário e do bairro você pede um mototáxi ou táxi não vai vir por causa do horário. No meu caso tudo o que peço aqui vem, porque já me conhecem, mas se fosse uma outra pessoa podem nem vir. O Natal, os outros, Nova Ituiutaba percebo a mesma coisa, existem preconceitos e discriminações veladas. O Natal tem muito esse estereótipo, parecido também com o bairro Nadime Derze e aqui ao Nova Ituiutaba as pessoas associam diretamente à violência, enfim que são bairros mais afastados e perigosos. Todo mundo já tem um certo receio. Aqui no Nova Ituiutaba associam mesmo a criminalidade e quando acontece algum crime ou conflito na mídia lá é mais noticiado e as pessoas ficam sabendo, por exemplo, ao se tocar fogo numa determinada casa, alguém que foi preso pelo tráfico de drogas, um outro exemplo de um cara esfaquear uma mulher, aí acaba-se criando esse estereótipo ainda mais forte. Não acho que seja porque é um bairro longe e sim o que ocorre é mais noticiado que em outros bairros (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

O primeiro depoimento revela essa diferenciação bairrista sofrida pela Entrevistada 2 dentro da sua dinâmica de relações de amizades e de sociabilidades, na cidade. Inclusive sofre diretamente em relação à captação de clientes para tentar angariar uma renda extra de trabalho e sobreviver. Ela deixa claras e evidentes as estigmatizações impostas por outros/as moradores/as de Ituiutaba acerca da sua moradia e sofre com esse processo de violência simbólica até mesmo no ato da matrícula de suas filhas nas escolas municipais/estaduais, em virtude do seu endereço e bairro de moradia.

A Entrevistada 3 faz um comparativo bem fundamentado sobre os três bairros que esta tese tem analisado, pois, segundo a moradora, tudo é bastante diferente, seja com relação à varrição de ruas, seja pelo acesso ao caminhão de lixo que vai manter (ou não) os bairros sem a presença de sujeiras e outros detritos. Ou também pelo acesso ao *delivery* para transportar refeições encomendadas e/ ou outros produtos. Na sua concepção, existem muitas estigmatizações midiáticas que reproduzem o discurso da violência e da criminalidade, vistas em bairros mais afastados do Centro, tidos como periféricos.

No terceiro bloco, sobre o cotidiano da cidade, as famílias das entrevistadas têm a tendência de ter atividades na própria residência, no caso das pessoas desempregadas e do lar, ou uma rotina de trabalho, para aquelas/as economicamente ativas, de estudos dos filhos/as e demais agregados/as, e de lazer (urbano e rural) quando se tem renda para manter esse acesso. A maioria delas desloca-se pela cidade através da utilização de motos, carros, caronas de aplicativos e de mototáxis, ou andando a pé; poucas utilizam o transporte público, em virtude da demora das linhas de ônibus entre os bairros.

Em relação aos direitos como cidadã/cidadão, se são ou não respeitados na cidade, a Entrevistada 1 relata que a segurança deixa a desejar no bairro, que o acesso ao SUS também é

dificultado pela demanda de atendimento ao público. No entanto, segundo ela, tem seus direitos fundamentais respeitados em Ituiutaba. A Entrevistada 2 compreende que tem seus direitos preservados em parte, isso porque no caso das casas do Nova Ituiutaba I-IV foi bastante demorado ter esse acesso à casa própria devidamente, também salienta sobre as dificuldades de atendimento que passou no PSF (saúde) e que, na sua visão, deveria ser mais ampliado para exames e consultas locais. A resposta da Entrevistada 3 destacou-se em comparação a outras entrevistadas. Para ela, não existe direitos como cidadã respeitados em Ituiutaba e ressalta que:

Não. Eu acho que as políticas públicas não chegam para realmente quem mais precisa delas. Não chegam e todas essas pessoas pagam impostos ao município. Tem pessoas que praticamente precisam mendigar ou postar nas redes sociais para conseguir um atendimento digno na área de saúde, para ter um transporte público de qualidade, para conseguir uma vaga numa escola, muitas vezes criam um certo sistema, para que a população mais pobre, sempre dependam de políticos para se conseguir algo e lá na frente isso ser revertido em voto. Vou te dar um exemplo: para se conseguir uma vaga numa creche, ou numa determinada escola, para conseguir uma transferência daqui para Uberlândia, ou do pronto socorro para o hospital São José, para se ter um caminhão de terra, e aí vão e dão um jeito, a organizar uma estrada rural e assim vai (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

Essa entrevistada do bairro conta que, na sua visão, existe um sistema de troca de favores mútuos entre segmentos mais vulneráveis da população, juntamente a candidatos/as e/ou políticos/as locais que facilitam tais práticas e manipulam conforme seus interesses públicos. Nesse caso, continuo dialogando com a Entrevistada 3 para entender melhor o seu raciocínio e ela esclarece:

Entrevistadora: Mas isso não só a serviços? Se estende para outras áreas?

Entrevistada: Com certeza. Se estende até para acesso e vagas de empregos. Aqui infelizmente não adianta a pessoas ter uma qualificação muito boa, a pessoa ter um currículo melhor, se não tiver quem a indica para a vaga (QI). Vou te dar o exemplo da Prefeitura: Você vê pessoas sem qualificação e não aptas para determinada área, assumindo cargos altos e às vezes a pessoa mais preparada e qualificada tem potencial e não tem a oportunidade. Isso vai gerando, na cidade, um aumento do desemprego, as pessoas ficam desempregadas e vão também se mudando da cidade, o que mais se ouve em Ituiutaba é a falta de oportunidades, porque se você tirar a Canto de Minas, as Usinas, e o JBS e os supermercados para se trabalhar, sobra o que aqui para se trabalhar? Como tem esse índice de desemprego as pessoas querem pagar muito pouco e exigir uma carga horária muitas vezes absurdas. **Nós aqui, vemos muito, às vezes tem vagas de empregos ofertadas que se você for perceber é quase análogo à escravidão praticamente. Acham que as pessoas mais desesperadas por um emprego são obrigadas a aceitar qualquer coisa. Aqui é muito isso e tem muita indicação mesmo.**

Entrevistadora: É todo tipo de emprego? Ou só postos mais simples e baixos de cargos?

Entrevistada: Cargos mais altos também. Nessas empresas grandes nem tem vagas divulgadas mais. Por quê? Porque surge uma oportunidade, o servidor está lá há 10 anos e surge a oportunidade, vai querer por um parente, um amigo, preenche a vaga antes e nem sequer é divulgada (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos, grifo nosso).

Esse relato em específico retrata uma forma de denúncia da alienação, conforme salienta Lenyra Rique (2001), porque mostra a visão da Entrevistada 3 em relação às disparidades vividas no mercado de trabalho e aos interesses de outras vertentes, intervindo nessa dinâmica em Ituiutaba. Ou seja, a Entrevistada 3 denuncia de modo claro os problemas enfrentados por alguns trabalhadores/as, inclusive, intensificam a denúncia da alienação no depoimento, relatando acerca de postos de trabalho que possam ser análogos à escravidão contemporânea. O estado de Minas Gerais, nesse ponto, é um dos que mais sofre com esse tipo de situação na atualidade, sobretudo com relação aos trabalhadores/as que estão inseridos na realidade do trabalho rural sucroalcooleiro e/ou de grandes propriedades de terras.

Sobre ter acesso aos principais serviços públicos e/ou privados no bairro, as Entrevistadas 1, 2 e 3 ressaltam que precisam necessariamente se deslocar para o Centro para fazer exames, consultas e usufruir demais serviços. A maioria delas vai a quase todos os locais das cidades, não se evitam espaços privativos. Normalmente, quando precisam de algum atendimento público/privado conseguem ter esse acesso se deslocando para o Centro ou indo a outros municípios próximos, da região. A Entrevistada 1 resalta que nunca se sentiu discriminada na cidade. Já as Entrevistas 2 e 3 percebem essencialmente que existem discriminações abertas e mais veladas:

Já me senti discriminada em lojas de roupas e de calçados. Talvez foi o jeito de estar vestida e calçada ou pelo meu cabelo (que é crespo e meio afro), já aconteceu de chegar em lojas e pessoas andam atrás para ficar te vigiando ou simplesmente ignorar e não te atender, eu acho que isso ocorre pela questão do medo do roubo à loja, ou por discriminação da aparência mesmo, te julgam por você estar e ser mais simples, como se não tivesse dinheiro para adquirir e consumir da loja, ou acha que por não estar bem vestida e maquiada está ali para fazer alguma coisa errada, isso já aconteceu comigo também (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

Já me senti. Isso antes, hoje em dia nem tanto mais. Agora nem dentro das Universidades aqui não gostam de pessoas que criticam muito as coisas, vão te chamar de radical, de extremista, não se fica isolado porque tem gente de luta e de posicionamentos nas faculdades também, mas aqui na cidade não gostam de pessoas que criticam e ensinam os outros a pensar, principalmente os políticos que não gostam muito disso. Não gostam de serem afrontados, de quem falam as verdades, não gostam e tentam nos calar através de processos, de ameaças indiretas, com perseguição (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

O primeiro depoimento reforça as formas de preconceito e de discriminações que os consumidores/as em potencial passam em algumas lojas do comércio da cidade. Essa vigilância nos olhares denota uma lógica da excludente relação capitalista vigente e uma forma de discriminação em razão da aparência social que esse consumidor/a venha a ter. No geral, pessoas brancas, bem vestidas e calçadas, tem a tendência de conseguir um atendimento mais célere e centrado nessas relações comerciais do cotidiano. Isso parece não ocorrer quando a

consumidora, no caso a Entrevistada 2, diverge dessa aparência social padrão, logo o seu comportamento no estabelecimento e suas atitudes tendem a sofrer mais vigilâncias do que outras pessoas dentro de um padrão normativo. A moradora e Entrevistada 3 também reflete sobre o fato de as pessoas da sociedade local não gostarem muito de outras que são mais críticas. Segundo sua visão, até mesmo os próprios políticos locais não aprovam esse perfil mais contestador com relação à realidade da cidade.

Nessa perspectiva, as Entrevistadas 1, 2 e 3 identificam que o bairro não possui muito policiamento diurno e nem noturno e gostariam que isso fosse mais ampliado no Nova Ituiutaba I-IV. As Entrevistadas 1 e 2 reconhecem a importância do Conselho de Segurança Municipal em Ituiutaba para, justamente, debater as questões mais urgentes sobre os bairros. Apenas a Entrevistada 3 contra-argumenta dizendo que os Conselhos visam apenas o alcance de verbas públicas. Um depoimento que se destacou foi o da Entrevistada 2:

Eu acho que necessita. Ituiutaba é uma cidade de porte médio para grande e o povo esqueceu disso. Cresceu bastante nos últimos anos, vem gente de fora estudar e trabalhar aqui, e ainda tratam a cidade como se fosse uma corrutela com 5 mil habitantes. [...] Aqui não tem polícia fácil, às vezes nem chamando. Nos sete meses que eu estou aqui, eu posso te falar que se eu vi uma viatura nesse bairro uma ou duas vezes foi muito. Não era patrulhamento, era algum crime que tinha acontecido aqui. Eu acho que poderia aumentar as viaturas aqui e as rondas, sabe. Porque isso evita muitos dos malandros ficarem fazendo soca por aí. Ali naquela rua de baixo, em fim de semana e em feriado, fica uns infelizes ali, fica cheio de gente pegando as motos que dão uns tiros altos e que tem muito barulho no escapamento, para roubar a paciência aqui dos moradores, infernizando a gente com o barulho. Se passasse uma viatura aqui eu tenho certeza que não ficaria um fazendo isso (Entrevistada 2, Cabeleireira, 40 anos).

A Entrevistada 2 detalha suas impressões sobre Ituiutaba. Para ela, a cidade precisa de um tratamento institucional mais sério, sendo pensada em suas perspectivas de investimento e de desenvolvimento econômico. Também detalha os problemas da ausência de policiamento no bairro.

No que tange às medidas a serem tomadas para minimizar a violência e a sensação de insegurança no bairro, para as Entrevistadas 1 e 2, são creditadas a importância da ampliação da educação e do aumento do policiamento no Nova Ituiutaba I-IV, enquanto a Entrevistada 3 defende a igualdade de oportunidades entre as pessoas. Essa moradora, especialmente, reflete sobre a ausência de ajudas ao usuários de drogas dos bairros de Ituiutaba e diz que a Operação Balada (DPF), deflagrada na cidade, mudou alguns comportamentos:

Entrevistadora: Após a Operação Balada mudou alguma coisa?

Entrevistada: Mudou no Comércio. Principalmente na Construção civil e no Mercado Imobiliário ficou tudo prejudicado. Esses caras, querendo ou não, movimentam esse dinheiro dentro da cidade no mercado imobiliário, em postos de gasolina, com algumas conveniências, padarias, com lojas de roupas. Tem pessoas

bem posicionadas que fazem parte disso tudo. Como você vai falar de uma pessoa que é milionária? E que tem capacidade de ter dinheiro e te matar a qualquer hora do dia? Claro que tem. Tem demais. Aqui tem muita coisa que é de fachada. Quando teve essa operação balada várias lojas de roupas foram fechadas, teve dono de posto de gasolina que foi preso, essas pessoas geram empregos também, movimentam essa grana dentro da cidade. Durante e após essa Operação teve casas com construção paradas por meses. Teve vários carros de luxo na cidade que foram apreendidos. A população vai aceitar, porque gera empregos e rendas. Querendo ou não dependem e são beneficiados de alguma forma (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

Tais dados, de algum modo, reforçam diretamente essa noção de repressão à criminalidade. Ainda que alguns envolvidos/as já estejam soltos/as e desfrutando de sua liberdade, a fala da Entrevistada 3 vai ao encontro de outros posicionamentos correlatos, aos representantes do poder público que conhecem as esferas de atuação dos criminosos/as em potencial.

O quarto bloco da entrevista trata sobre a alimentação, a assistência social e o avanço da pobreza urbana. A maioria das entrevistadas reiteram que têm acesso à alimentação básica advinda das cestas, ainda que os preços dos alimentos nos supermercados tenham, praticamente, se elevado a cada mês. A maioria delas compra itens das cestas básicas, mas com muitas dificuldades, em virtude da diminuição do poder de compra/consumo em função dos problemas econômicos vivenciados pós-pandemia de covid-19. As Entrevistadas 1 e 3 não são beneficiárias do Bolsa Família. No entanto, conhecem famílias que recebem e sabem das dificuldades enfrentadas por elas no Nova Ituiutaba I-IV. Apenas a Entrevistada 2 é uma Ex-beneficiária do programa do Governo Federal e contou suas dificuldades socioeconômicas ao longo de toda entrevista.

Para a Entrevistada 1, a pobreza existe no Brasil, mediante os processos correlatos à falta de administração para a população. Segundo ela, essa questão da alimentação é fútil para os governos, isso porque preferem fazer uma quadra esportiva de milhões de reais, do que simplesmente investir em cestas básicas para matar a fome da população. A Entrevistada 2 defende que essa pobreza pode estar relacionada à falta de políticas públicas efetivas, sérias para resolver esse problema. Há uma ausência em se distribuir renda para quem mais precisa, bem como a falta de políticas públicas comprometidas com o social, culminando em perceber o aumento nas cidades de moradores/as de rua e o desemprego em massa. A Entrevistada 3 complementa que faltam as oportunidades, a partir do que está previsto da Constituição de 1988.

Nesse aspecto, sobre as pessoas ou grupos que passam/passaram por problemas da fome na cidade, sobre os fatores que levaram a esta situação, a Entrevistada 1 diz que isso acontece por conta do desemprego. Segundo ela, em Ituiutaba, a alimentação é muito cara, mesmo com tantos supermercados na cidade, e a situação tende a ficar dificultosa com o aumento da família,

uma vez que, de acordo com ela, não obstante a situação complexa para acessar alimentação, ainda há aumento de natalidade. Já a Entrevistada 2 trás que às vezes se tem a vaga de emprego, mas falta ao trabalhador a qualificação exigida no anúncio da vaga. As empresas querem a experiência e não dão a oportunidade, ou seja, para ela está faltando a oportunidade, principalmente para os mais jovens. Por sua vez, a Entrevistada 3 ressalta:

Tem o problema do atendimento ao público em Ituiutaba com relação ao desencontro de informações e da forma como estas pessoas mais pobres são recebidas nos órgãos públicos. A falta de cestas básicas que não foi uma vez foram várias que aconteceram. Gerou um problema grande para a população que mais precisa. Digamos até uma forma de incompetência por não ter um plano B para pensar em outras alternativas para ajudar esta população que mais necessita desse serviço como cestas emergenciais para os mais vulneráveis. Teve uma família que me pediu a ajuda e estava cozinhando à lenha um feijão, no bairro Natal, era algo surreal de ver aquilo, me deu uma dó danada, porque ter esse tipo de problema e ninguém ajuda, mostra que o Estado não está preocupado com estas pessoas. Infelizmente, tem demais várias famílias passando por dificuldades em Ituiutaba. O poder público lava as mãos e a cesta vem só o básico mesmo, não tem mais alimentos, nem leite e nem biscoito. Não é porque as pessoas não trabalham precisam estar assim nesta situação, muitas vezes tem uma criança dentro de casa e não consegue serviço, não contratam. Se for pagar uma babá foi metade do salário. Não tem com quem deixar, não tem transporte e nem creche, as empresas daqui não pagam o transporte, você precisa gastar do seu bolso (Entrevistada 3, Autônoma, 33 anos).

Para a Entrevistada 3, o desencontro de informações proporciona um maior desafio para os moradores/as que mais necessitam dessa ajuda da política pública. Esses fatores perpassam desde o desemprego estrutural, bem como as dificuldades de especializações por parte do trabalhador/a. Essa fome é praticamente advinda de um sistema de interesses de lucratividades, que pouco preza pela qualidade dos seus empregados/as em potencial. Ela também evidencia os problemas com acesso a cestas básicas e a situação de fome de uma família no bairro, o que nos mostra, claramente, o avanço da pobreza urbana no tecido espacial da cidade, seja pela fragmentação do pensamento dessa diferenciação entre as classes, seja pela segregação enfrentada pelos moradores/as do Nova Ituiutaba I-IV.

Ela conta na entrevista a importância das campanhas de arrecadação feitas por Organizações sem fins lucrativos (a exemplo de ONG), outras entidades e associações religiosas e de órgãos públicos e pelas entidades parceiras privadas.

As Entrevistadas 1, 2 e 3 contam que a maioria da população tem/teve esse acesso aos serviços da assistência social de Ituiutaba, bem como tem sua demanda sendo atendida, de alguma forma, por variadas entidades públicas ou filantrópicas da cidade ou da região.

Ficou constado nessas entrevistas, que o estilo de vida cada vez mais está atrelado aos moldes capitalistas e consumeristas, tanto ao acesso à casa própria, a uma forma de mobilidade

e de locomoção e à empregabilidade, que representam as formas de acessibilidade espacial e de inclusão social em Ituiutaba, visando alcançar espaços e sociabilidades diferentes.

As violências perceptíveis no bairro Nova Ituiutaba I-IV são diferenciadas em relação ao Centro e ao Natal, conforme os depoimentos do conjunto de entrevistas que foram realizadas. O que fica marcado nesse bairro é a situação da especulação imobiliária e os problemas de segregação-fragmentação socioespacial, isso porque, de acordo com os depoimentos das cidadinas entrevistadas, o bairro não conta com a gama de serviços, de comércios, do acesso aos órgãos municipais e estaduais, em comparação com o bairro Centro e Natal. A distância realizada a pé ou por meio de locomoção privada aparecem em algumas entrevistas como um empecilho real aos moradores/as dos conjuntos habitacionais do Nova Ituiutaba I-IV para o acesso à realidade desses bairros.

Para além dessas questões, muitos depoimentos revelam a estigmatização sofrida pelos moradores/as que receberam seus imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida, seja pelo fato de serem vistos como mais “pobres”, seja pela questão de que estão distantes de outros bairros da cidade e mais isolados em relação ao Centro. Essa situação em relação à urbanização já é explorada por Milton Santos (1993), Ermínia Maricato (1996), Flávio Villaça (2001), Roberto Corrêa (2003), Renata Sampaio (2011), Campos (2011) e Chaves e Neto (2016). Essa violência inerente ao processo de urbanização também é perceptível incidindo no cotidiano dos moradores/as do Nova Ituiutaba I-IV, e o Estado interfere na logística do mercado imobiliário quase que diretamente.

Em relação à situação da segurança pública local, as entrevistadas argumentam que existem casas vazias, convidativas a abrigar usuários de drogas. Os crimes urbanos mais vistos são os furtos e roubos em residências, tendo em vista que as viaturas nos bairros passam bem pouco em relação ao Centro da cidade. Também detalham as operações policiais da Polícia Federal em Ituiutaba e sua articulação inerente ao mercado imobiliário da cidade, o que nos relembra a compreender o que Lia Osório Machado (2011) afirma sobre a questão da lavagem de dinheiro e crimes correlatos nas cidades brasileiras. Ermínia Maricato (1996) e Raquel Rolnik (2018) possuem estudos e pesquisas que analisam a situação do Programa Minha Casa Minha Vida e reiteram as problemáticas da falta de segurança urbana que permeiam esses novos conjuntos habitacionais.

Mais uma vez, o crime de tráfico de drogas, a violência contra a mulher e a incivilidade e falta de decoro público de alguns moradores/as aparecem como problemas de insegurança no conjunto Nova Ituiutaba.

As entrevistadas também enfatizam as problemáticas com relação às matrículas nas escolas municipais e estaduais das crianças e adolescentes do Nova Ituiutaba, assim como, em relação ao preconceito, identificação a estigmatização sofrida pela família e a dificuldade de transporte para o deslocamento desse público para chegarem até à escola. É preciso que a família tenha condições de subsidiar mais esse gasto financeiro.

Em relação à Assistência social, foi relatada a necessidade de uma maior distribuição de cestas básicas nos bairros para quem mais precisa e que nem todos/as que mais necessitam, de fato, possuem esse acesso. Para Telles e Hirata (2007) até mesmo essa distribuição de cestas básicas operacionalizam as disputas políticas nos territórios e mesclam-se às tramas ilegais que se relacionam à insegurança e aos problemas dos crimes urbanos.

3.5 O Poder Público em foco: as leituras da Assistência Social e da Segurança Pública¹²

A música do cantor Gabriel, o pensador (2001) é utilizada neste subtópico do Capítulo 3 como um instrumento de crítica social e como um momento lúdico-criativo, relacionado às tempestades de ideias para pensar, refletir e escrever sobre a criminalidade, a sensação de insegurança dos moradores/as nas cidades, assim como pela impotência de atuação da sociedade civil frente à violência urbana e suas manifestações, e ao cenário sociopolítico do Brasil na atualidade.

Na última década, o Brasil tornou-se palco de muitas manifestações com cunhos políticos e sociais de forma bastante intensificada, sobretudo nos últimos quatro anos, em que o discurso da violência e do acesso amplificado às armas de fogo foram mais debatidos e oportunizados. Essa visão tônica de apologia às violências foi sentida tanto no cotidiano e nas relações sociais entre as pessoas quanto em debates digitais nas redes sociais, em falas religiosas, em reportagens jornalísticas nas mídias e na intensificação dos casos de violências em variados ambientes, sobretudo nas ruas e nas escolas.

O discurso violento, de preconceitos e de discriminações direcionadas para as minorias sociais em passeatas políticas, reuniões religiosas e marchas de toda ordem, bem como a apologia ao ódio e a criminalização dos direitos humanos pareceu tomar conta da realidade nacional. As cores da bandeira brasileira haviam sido sequestradas por ideologias políticas que faziam corpo para os discursos violentos, fascistas e conservadores.

¹² O subcapítulo foi escrito ao som da composição *Pega Ladrão*, do cantor Gabriel, o pensador (2001), que culpa a corrupção pela miséria, pelo desemprego e pela violência. Em sinal de protesto, o cantor, em frases imperativas, fomenta a população a se interessar pela mudança política do país. Disponível no Youtube, em: <https://www.youtube.com/watch?v=MzH2wtWtJKE>. Acesso em: 23 out. 2023.

Contudo, essas ideologias que prezam por flertar com os discursos violentos não operam apenas na atualidade. Isso ocorre em virtude do passado histórico enfrentado pelo país, desde a colonização portuguesa, até as muitas revoltas e convulsões sociais em diferentes épocas. Na história mais recente, a partir da Ditadura Cívico-Militar (1964-1985), ainda se percebem resquícios a determinados discursos, atitudes e ações que remetem ao Estado policaresco instaurado naquele período. Esses ideais conservadores do regime militar fizeram-se presentes nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000. São ideais que também permeiam as instituições que operam a segurança pública das cidades, tendo em vista os resquícios identitários desse período militarizado.

Em relação às questões criminais, no caso de Ituiutaba, a partir de pesquisas realizadas no site Youtube, com os termos “Violência em Ituiutaba”, “Criminalidade em Ituiutaba” e “Violência no Pontal do Triângulo Mineiro”, foi possível verificar alguns vídeos em meados dos anos 2000, em que constam notícias e informações sobre a violência na cidade. Em boa parte desses vídeos, as pautas do programa *Chumbo Grosso*, da TV Vitoriosa, apresentadas pela jornalista e ex-vereadora Gabriela Ceschim Pratti, retratam sobre os tipos de crimes, as violências em espaços da cidade, as operações da Polícia Civil local e da Polícia Federal, correlatas às apreensões de drogas em Ituiutaba. Foi através desses vídeos que percebi que essa incidência criminal é bem antiga na cidade mineira, porque sempre foi requisitado o chamamento de servidores públicos, sobretudo de delegados/as e demais cargos policiais, para atuarem nos órgãos de segurança pública em Ituiutaba, devido às especificidades locais nessa seara criminosa. Conversando e entrevistando alguns servidores/as públicos/as, pude constatar de perto essa realidade da importância do componente humano para somar para o alcance dos trabalhos nesta área.

Agora, mais recentemente, nos anos de 2020 e 2021, já cursando o doutorado em Geografia, o contato que tive com a maioria das conversas informais realizadas com cidadãos/as locais, por meio da internet e das redes sociais, versaram sobre o fato da cidade ter problemas correlatos à criminalidade inerente aos pequenos delitos de menor potencial ofensivo.

No entanto, em função da pandemia da covid-19, esse contato presencial reduziu-se. Durante esses anos, persistiram alguns furtos e roubos em comércios locais, sobretudo, e o que mais chamou atenção foi o da loja Paris, no Centro de Ituiutaba, porque foi praticamente televisionado na mídia local, nas redes sociais e nos jornais da região.

Dessa forma, também persistiram furtos e pequenos roubos tanto em bairros mais centrais quanto naqueles reconhecidos como periféricos, principalmente em residências. Na

área rural, houve alguns crimes correlatos ao roubo de semoventes e pequenos conflitos individualizados inerentes à realidade do campo. Em Ituiutaba, houve operações policiais (em especial a Operação Balada e a After) deflagradas pela Polícia Federal durante o ano de 2021 e parte de 2022, em função de algumas investigações criminais em andamento em Uberlândia e em cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com intuito de combater o tráfico de armas e drogas em toda região, haja vista que o número de apreensões cresceu nas cidades de Uberaba e de Uberlândia.

Nesse sentido, durante o ano de 2022, ao conversar informalmente com um policial que atua em Ituiutaba, de forma presencial, ele relatou que a cidade tem um índice considerável de crimes envolvendo a violência doméstica, nos bairros tidos como mais periféricos, em que habitam mais nordestinos/as, e que esse tipo de crime ocorre em função da desigualdade socioeconômica entre as partes envolvidas.

Durante essa conversa informal, o profissional também deixou evidente que em Ituiutaba ocorrem poucos homicídios e, em geral, são solucionados nas investigações efetuadas pelas polícias locais, porque geralmente ocorrem em função dos conteúdos e dos conflitos do tráfico de drogas local e/ou regional, ou podem ocorrer por motivação passional ou de ciúmes e traições nas relações amorosas dos envolvidos/as. Com relação ao crime de latrocínio, no geral, existem poucas ocorrências, mas a venda de drogas e outros ilícitos ocorre praticamente em todos os bairros de Ituiutaba. Existem traficantes locais com ramificações regionais, isso porque, na visão do entrevistado, existem alguns moradores que possuem bens móveis e imóveis e o nível de renda não condiz com o padrão de vida tão alto e de ostentação nas redes sociais.

Sobre o crime de roubo a banco ou de cargas, o entrevistado salienta que praticamente inexistente. Não é frequente tanta atividade da criminalidade externa interferindo em delitos dessa natureza em Ituiutaba, ou mesmo a presença de organizações criminosas paulistas ou cariocas, tão próprias da região sudeste. No que tange ao roubo de fios de cobre nos bairros da cidade (para posterior revenda em ferros velhos locais) em geral, ocorre para se operacionalizar a compra e/ou revenda e levantar dinheiro para o crack entre os usuários locais. Existe o consumo de maconha, crack e cocaína em todas as classes sociais em Ituiutaba.

Por meio da visão do entrevistado, em linhas gerais, as drogas e armas são armazenadas em Ituiutaba, mas são repassadas e distribuídas em municípios locais e de outros estados. Nessa ótica, o entrevistado deixa claro que advogados/as locais interferem na logística dos crimes, sobretudo na área urbana e rural. No entanto, não há tanta violência letal, justamente para passar

a imagem/paisagem de cidade pacata, sem criminalidades, para o controle do território (todos empreendem, todos saem ganhando).

Desse modo, sobre os serviços policiais, salientou que a presença da P2 (da inteligência) tem sido efetiva no sentido de combater esse tipo de criminalidade mais oculta, sobretudo nos últimos 2 anos, tendo em vista que estabelecimentos variados, a exemplo de lojas de roupas, pet shops, locais de vendas de açaí ou mesmo postos de gasolina que quase não funcionam em horário comercial são fachadas locais e escondem ativos relativos à lavagem de dinheiro, o que demonstra, na visão do entrevistado, alguns vestígios de uma cidade imersa nas diferentes ilegalidades, mas que não são percebidas a olho nu pela sociedade, porque podem ser (ou são) travestidas na prestação de assistência social. Ou seja, há uma injeção do dinheiro da economia ilegal na economia legal de Ituiutaba, pois a maioria do funcionalismo público municipal ganha pouco e os moradores, em geral, possuem renda mais baixa.

Nesta seara mais criminoso, participam presidiários, ex-presidiários, jovens, homens e mulheres de todas as classes, cujo envolvimento no submundo das criminalidades e ilegalidades urbanas não se restringe à classe ou aparência social. Até porque, na visão do entrevistado, existe uma passividade política e social que são coniventes com estas problemáticas de corrupção e de microcriminalidades. Outra questão polêmica levantada pelo entrevistado foi com relação às figuras laranjas (mulheres ou homens muito jovens) usados pelos traficantes locais e que são mantidos financeiramente por eles, sendo que podem (ou não) ser mulas e utilizados na operacionalização dos delitos locais referentes a essa realidade.

Segundo o entrevistado, a sua visão de rua e de trabalho ostensivo permitem perceber e conhecer essas histórias e as cenas dessas tramas ilegais em Ituiutaba, que, de algum modo, também se misturam com a prostituição local, como moeda de troca dessas relações criminosas e interconexas. No entanto, o detalhamento dessa conversa em específico é importante, ainda que revele somente a visão individual do entrevistado, isto é, não se constata a partir de provas, mas de observação crítica de profissional investigativo.

Foi preciso compreender com mais ênfase outros pontos de vista de cidadãos de variados bairros (apresentadas nos tópicos anteriores) de Ituiutaba, com rendas variadas, visões de mundo diferentes da cidade, na tentativa de adentrar esse universo urbano mais invisível.

Para tanto, através da utilização de entrevistas realizadas com representantes do poder público local, tratou-se de perscrutar esse panorama sobre os crimes de furtos, roubos, uso e consumo de drogas, violência contra a mulher, bem como o de compreender o outro lado dessa violência percebida nas problemáticas da pobreza e do aumento da fome em Ituiutaba, na ausência de acessibilidade de serviços públicos e/ou particulares para determinados segmentos

sociais, o que se mostra enriquecedor para refletir sobre as informações e esse viés mais marginalizado.

Apresentamos o balanço dos números relacionados à incidência urbana dos crimes entre os anos de 2019 e 2023 nos três bairros pesquisados, para trazer a público os números oficiais disponibilizados pela PMMG de Ituiutaba (54º Batalhão). Nosso intuito foi o de mostrar, nesta pesquisa, a diferenciação do número de denúncias entre os bairros da cidade.

As tabelas que se seguem, juntamente com os mapas, mostram a evolução desses crimes no território dos bairros, visando demonstrar os números oficiais reunidos nesta pesquisa. Muito embora saibamos da possível subnotificação, em virtude da dificuldades do público-alvo (da população no geral) em estabelecer os ritos da denúncia formalizada, bem como no que tange à dificuldade da procura individualizada desses crimes em cada bairro pelo Sistema Integrado de Defesa Social (Portal do SIDS), adotado pelo Estado de Minas Gerais, que foram realizadas pelos servidores que pesquisaram para oferecer tais dados, é um fator a se considerar, em virtude dos limites investigativos desse sistema, que oferece muitas informações sobre os crimes a partir de suas terminologias jurídicas cadastradas e não necessariamente da localização geográfica ou do endereço em que ocorreu, por exemplo.

Tive a oportunidade de adentrar esse sistema SIDS com a senha pessoal de um servidor público administrativo da Polícia Civil, sendo supervisionada pelo olhar desse policial pessoalmente, numa sala da Delegacia, através da autorização do Delegado Geral da Unidade de Ituiutaba, e constatei na prática (investigando, digitando, pesquisando) a dificuldade de filtrar alguns dados e informações sobre os crimes analisados. Embora não tivesse treinamento técnico-informacional para adentrar o sistema, consegui compreender sua forma de funcionamento de maneira bastante intuitiva. Passei em torno de três horas, durante uma manhã, na sala da Delegacia tendo acesso a esses dados e informações e conversando pessoalmente sobre violência e insegurança na cidade com o policial civil que me atendeu. A Tabela 4, a seguir, evidencia o Sistema REDS em relação às terminologias pesquisados.

Tabela 4 - Foto do sistema REDS

Consulta Registros históricos

REDS



Critérios de Pesquisa:

Parâmetros de pesquisa

"FURTO C01155 "Ituiutaba"

Data do Fato

01/01/2023 a 27/07/2023

Total de registros: 828

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato	Número do BO
2023-000166771-001	POLICIAL	02/01/2023 13:10	02/01/2023 13:09	FURTO C01155	RUA DOUTOR CARLOS ALBERTO VILELA JUNQUEIRA / - NOVA ITUIUTABA 1 - ITUIUTABA	
2023-033530243-001	POLICIAL	18/07/2023 13:26	14/07/2023 03:00	FURTO C01155	RUA OLIVEIROS JOSE DA ASSUMPCAO / - NOVA ITUIUTABA 2 - ITUIUTABA	
2023-032589680-001	POLICIAL	12/07/2023 16:43	30/06/2023 18:00	FURTO C01155	RUA OLIVEIROS JOSE DA ASSUMPCAO / - NOVA ITUIUTABA 2 - ITUIUTABA	
2023-017628503-001	POLICIAL	15/04/2023 02:02	15/04/2023 00:59	FURTO C01155	RUA ANTONIO ALVES DO ESPIRITO SANTO / - NOVA ITUIUTABA 2 - ITUIUTABA	
2023-004734262-001	POLICIAL	30/01/2023 11:03	30/01/2023 11:02	FURTO C01155	AVENIDA ACACIO ALVES CINTRA SOBRINHO / - NOVA ITUIUTABA 1 - ITUIUTABA	

Fonte: Polícia Civil de Ituiutaba (2023).

Quando se pesquisa no sistema sobre os crimes nos anos específicos, constata-se muitos endereços de diferentes bairros e outros tipos de modalidade criminosa, ou seja, torna-se quase impossível trabalhar com um número de denúncias totais e exatos sobre os tipos de crimes aqui apontados por bairros. Esses números podem variar para mais (mas não para menos), a depender da pesquisa e das informações que o sistema SEEDS possa apontar em cada ano analisado. Por isso, as tabelas que se seguem vão demonstrar um número aproximado de denúncias apontadas por esse sistema e que me foram repassados pelos servidores administrativos do 54º Batalhão da PMMG de Ituiutaba por meio de ofícios encaminhados à instituição.

A seguir, as tabelas com os tipos de crimes urbanos mais praticados em Ituiutaba (MG). O crime de furto tentado é tipificado no art. 155 (caput) do Código Penal (1940), em que se estabelece suas modalidades e o rol de penas em cada circunstância cometida pelo criminoso/a em potencial. A Tabela 5 e o Mapa 7 apresentam os números de denúncias formalizadas com

relação ao crime de furtos consumados e tentados nos bairros da cidade de Ituiutaba. Note-se que o lapso temporal é do ano de 2019 até meados do mês de julho de 2023 (limite de coleta de dados e informações para desenvolver esta tese).

O bairro Centro aparece com números maiores nos anos analisados, sobretudo em 2019, 2021 e 2022. O resultado total aponta, em média, ao menos, 1.245 casos de ocorrências com endereços residenciais localizados nas áreas do bairro Centro. Já o bairro Natal tem números maiores nos anos de 2019 e 2022, com relação aos crimes de furtos. O resultado total apontou 216 casos de ocorrências, ou seja, um pouco menos do que no bairro Centro.

Perceba-se que os resultados das entrevistas com os cidadãos/as evidenciam o contrário, o bairro Natal é visto como sendo mais violento e perigoso, porque já existem imaginários e estigmatizações antigas criadas pelos cidadãos/as de outros bairros de Ituiutaba. Mas as estatísticas oficiais da PMMG evidenciam que é no Centro que ocorrem mais crimes de furtos do que no bairro Natal, basta ver os números totais finais apontados na Tabela 5.

Essa mesma lógica pode ser observada no bairro Nova Ituiutaba I-IV, em que se percebe os maiores números de furtos entre os anos de 2019 e 2022. Os resultados finais na Tabela 5 apontam, ao menos, 110 casos de ocorrências de furtos, ou seja, o menor índice de furtos se comparados ao Natal e ao bairro Centro. No entanto, é um dos bairros mais estigmatizados, em termos de pobreza urbana de seus cidadãos/as locais, em virtude do programa Minha Casa Minha Vida, qual seja, das casas populares ofertadas pelo Governo Federal.

Perceba-se o quanto o resultado da Tabela 5 diverge do que é apontado e falado pelos cidadãos/as nas entrevistas realizadas do Nova Ituiutaba I-IV. Assim, compreende-se que existem muitas estigmatizações, preconceitos e discriminações operando no imaginário coletivo dos outros moradores/as de Ituiutaba em relação ao Nova Ituiutaba I-IV, e, às vezes, até mesmo dos próprios/as moradores/as do bairro também.

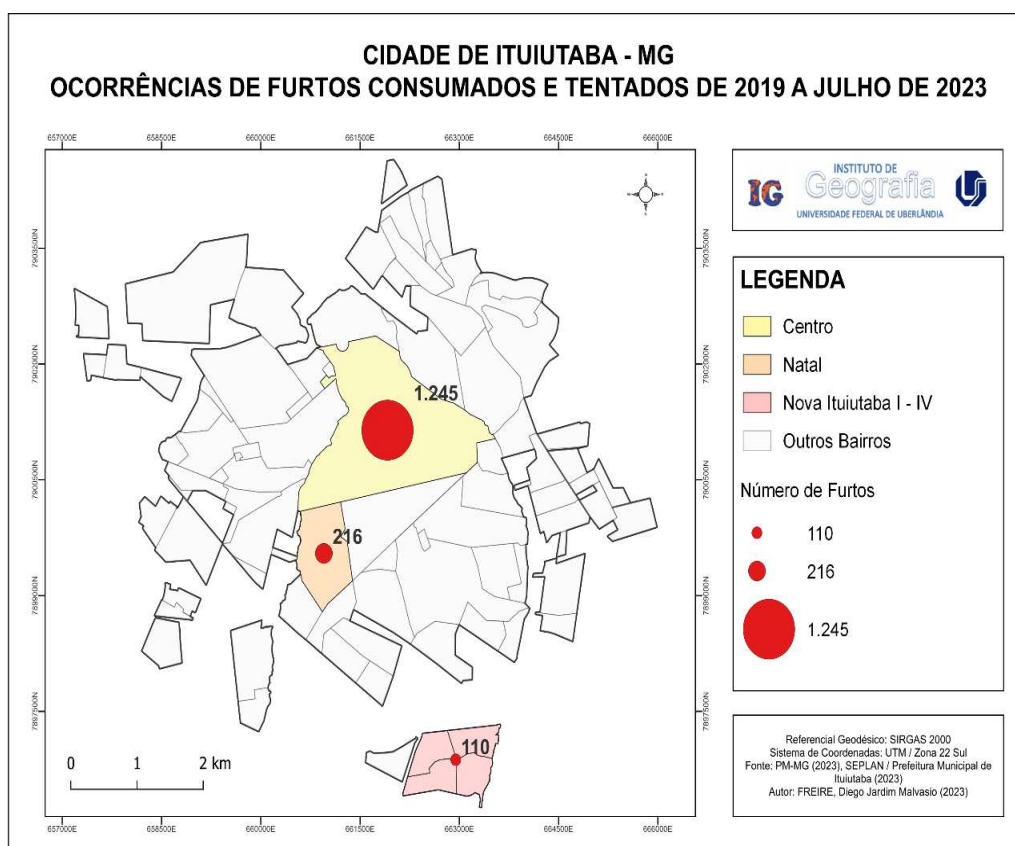
Tabela 5 - Furtos consumados e tentados nos bairros (2019-2023)

Furtos Consumados e Tentados	2019	2020	2021	2022	2023 (até julho)	Total
Centro	279	224	275	304	163	1.245
Natal	45	33	33	71	34	216
Nova Ituiutaba I-IV	35	17	15	25	18	110

Fonte: 54º Batalhão PMMG (2023).

O Mapa 7, por sua vez, demonstra os números de ocorrências obtidas entre os anos de 2019 e 2023, evidenciando essa comparação em relação aos três bairros analisados nesta pesquisa.

Mapa 7 - Furtos consumados e tentados (2019-2023)



Fonte: Laboratório de Geotecnologias do IG/UFU.

O mapa de furtos apresenta o número de ocorrências dos atos consumados e tentados de 2019 a 2023, conforme explicitado na tabela anterior. A Tabela 6, por exemplo, evidencia as estatísticas gerais sobre o crime de roubos consumados e tentados nos bairros. Esse delito é tipificado pelo artigo 157 do Código Penal (1940), em que também se encontra as circunstâncias de cometimento e as penas impostas aos criminosos/as.

Pela Tabela 6, os maiores números de roubos do bairro Centro são respectivos aos anos de 2019 e 2021, totalizando 88 ocorrências de roubos. Em segundo lugar, vem o bairro Natal, tendo nos anos de 2019 e 2022 os maiores números, totalizando 14 ocorrências de roubos consumados e tentados. Em terceiro lugar, consta o bairro Nova Ituiutaba I-IV, que apresenta os maiores números no ano de 2019 e de 2023. Cumpre lembrar que ao nos referirmos ao Nova Ituiutaba I-IV, abrange-se também a cumulação de lugares respectivos às áreas urbanas do Nova Ituiutaba I, II, III e IV, sendo utilizado a expressão “I-IV” para abranger todos os relativos ao Nova Ituiutaba.

Como dito anteriormente, esses números de ocorrências podem variar para mais, a depender da forma de pesquisa no sistema SEDS. Acredita-se também que nem todas as vítimas vão de fato até as Delegacias ou Postos de Atendimento policiais formalizar boletins de ocorrências, o que pode indicar o número reduzido de ocorrências em bairros mais afastados do Centro. Além de, às vezes, o valor do item furtado ser tão inexpressivo que não é compensador o custo do deslocamento para o registro policial, tendo-se em conta que o bem não será recuperado.

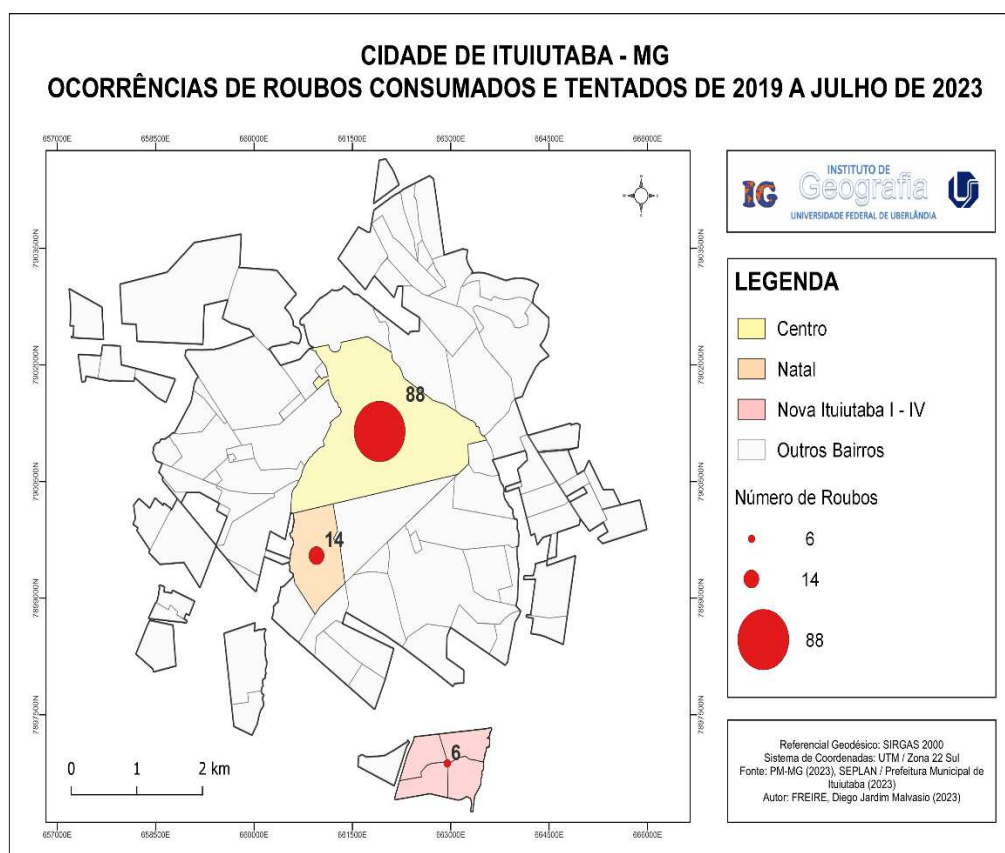
Tabela 6 - Roubos consumados e tentados nos bairros (2019-2023)

Roubos Consumados e Tentados	2019	2020	2021	2022	2023 (até julho)	Total
Centro	27	11	33	9	8	88
Natal	5	2	2	4	1	14
Nova Ituiutaba I-IV	2	1	0	1	2	6

Fonte: 54º Batalhão PMMG (2023).

O Mapa 8 mostra sobre os roubos consumados e tentados, assim como comunica os números nos bairros analisados por esta pesquisa, conforme é possível perceber a seguir.

Mapa 8 - Roubos consumados e tentados (2019-2023) em Ituiutaba



Fonte: Laboratório de Geotecnologias do IG/UFU.

Já a Tabela 7, por sua vez, mostra os números de ocorrências relativas ao crime de tráfico de drogas, tipificado no artigo 33 (caput) da lei nº 11.343/2006, que abarca também as penas e as circunstâncias agravantes para os criminosos/as. Note-se que o bairro Centro, mais uma vez, figura como um dos que tem maiores registros de ocorrências entre os anos de 2020 e 2022, totalizando 57. O bairro Natal vem em seguida, com os maiores números de registro entre os anos de 2019 e 2022, totalizando 50 ocorrências no total. Em terceiro lugar, aparece o bairro Nova Ituiutaba I-IV, com um maior número de ocorrência no ano de 2020 apenas, totalizando 15 ocorrências no total.

Mais uma vez as estatísticas não revelam o mesmo que o conjunto de entrevistas entre os cidadãos/as mostraram, na medida em que afastam os atos e delitos criminosos do bairro Centro e os aproximam dos problemas da violência e da criminalidade atuantes apenas (e tão somente) nos bairros menos centrais, como o Natal e o Nova Ituiutaba I-IV, seguindo a lógica perversa da criminalização da pobreza urbana como fator preponderante da continuidade da violência em Ituiutaba.

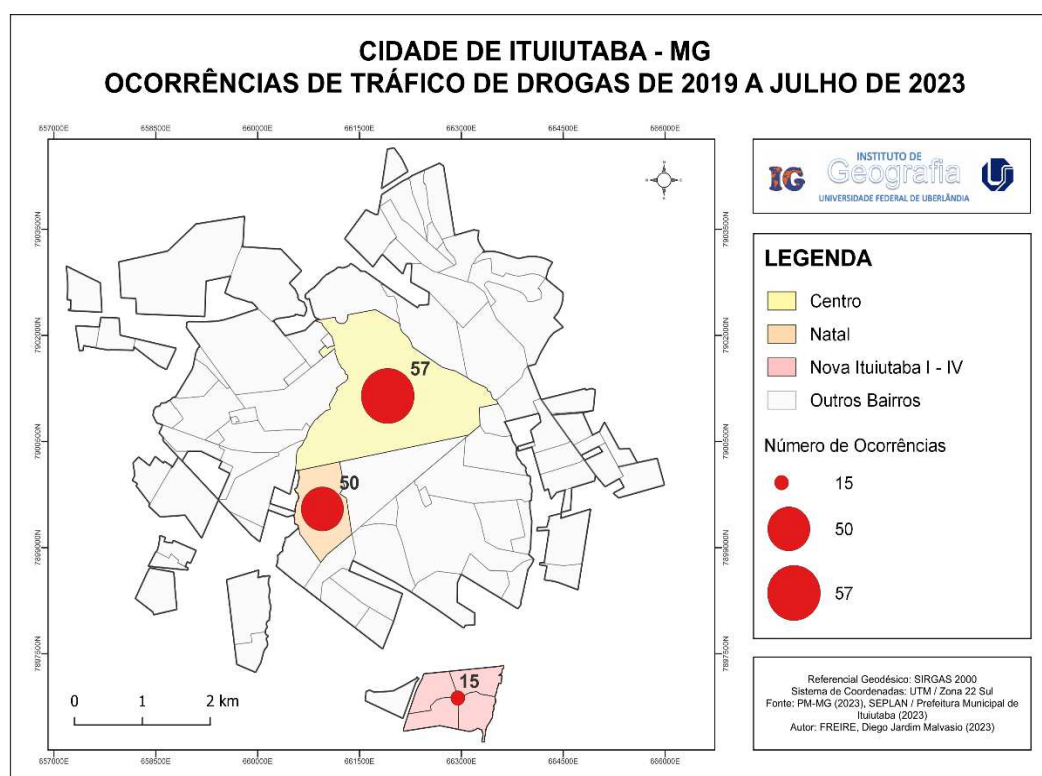
Tabela 7 - Tráfico de drogas nos bairros (2019-2023)

Tráfico de Drogas	2019	2020	2021	2022	2023 (até julho)	Total
Centro	6	20	12	14	5	57
Natal	16	12	7	11	4	50
Nova Ituiutaba I-IV	1	8	1	1	4	15

Fonte: 54º Batalhão PMMG (2023).

O Mapa 9 evidencia as ocorrências do crime de tráfico de drogas entre os anos de 2019 e 2023, e espacializa a incidência criminal, sendo mais ocorrida no bairro Centro, de Ituiutaba.

Mapa 9 - Ocorrências de tráfico de drogas (2019-2023)



Fonte: Laboratório de Geotecnologias do IG/UFU.

Em relação aos dados da Tabela 8, que mostra a quantificação das ocorrências do crime de uso de drogas (consumo para uso pessoal), nota-se que se encontra expresso no art. 28 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), assim como o rol das medidas de penas dispostas pela

legislação vigente, mas que, no caso desta tese, não analisou as inovações e modificações jurídicas do Pacote Anticrime.

Percebe-se que o bairro Centro tem maiores números de ocorrências nos anos de 2020 e 2023 totalizando 49. Já o Natal tem um número maior apenas no ano de 2023, totalizando 11 ocorrências. O bairro Nova Ituiutaba I-IV, por sua vez, apresenta os maiores números mais vezes, ou seja, no ano de 2019, 2021 e 2023, respectivamente, totalizando dez ocorrências no total.

Convém justificar, novamente, que os números são fiéis ao que consta nos arquivos policiais, mas não podem ser tidos por exatos, uma vez que pode haver variações para mais, a depender da forma como se realiza a pesquisa no sistema SEDS. Isso varia de acordo com a terminologia jurídica utilizada e com o número de meses indicados no sistema. Por exemplo, quando realizada a pesquisa com outras entradas, que incorporem as terminologias jurídicas aproximadas, é possível se deparar até com endereços de bairros que não foram contemplados nesta tese, mas que são limítrofes dos estudados. Ao se exportar o resultado desse sistema, via documento PDF, obtém-se uma lista grande de endereços e bairros e de ocorrências criminais ocorridas em diferentes pontos de Ituiutaba, inclusive com endereços das áreas rurais.

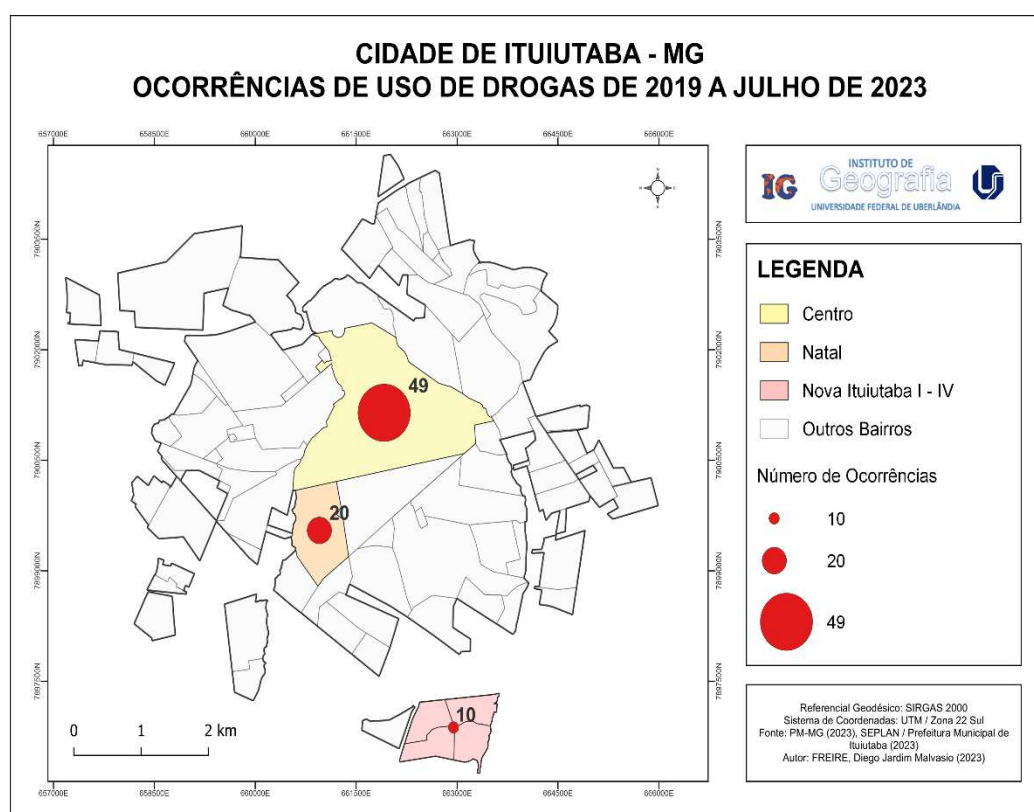
Como não conhecemos todos os critérios de pesquisa utilizados pelos servidores administrativos do 54º Batalhão de Ituiutaba, cabe deixar isso ressaltado, embora a própria instituição, em suas palestras e reuniões periódicas, divulgue seus dados e informações semestralmente, apontando, portanto, os números correlatos à diminuição das estatísticas de crimes na cidade.

Tabela 8 - Uso de drogas nos bairros (2019-2023)

Uso de Drogas	2019	2020	2021	2022	2023 (até julho)	Total
Centro	4	8	5	5	27	49
Natal	1	1	1	1	7	11
Nova Ituiutaba I-IV	2	1	3	0	4	10

Fonte: 54º Batalhão PMMG (2023).

Mapa 10 - Uso de drogas (2019-2023) em Ituiutaba



Fonte: Laboratório de Geotecnologias do IG/UFU.

O Mapa 10 reúne as ocorrências dos crimes de uso de drogas entre os anos de 2019 e 2023. Novamente, o Centro da cidade possui maior reincidência nessa prática criminal. Sobre o crime de violência doméstica e familiar, conforme dados da Tabela 9, salienta-se que no Brasil, mais recentemente após a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), os diferentes tipos de violência passaram a ser caracterizados, o que significou uma ampliação e um

detalhamento maior acerca dos diversos episódios de abuso sofridos pelas mulheres no ambiente doméstico.

Esta lei teve o cuidado de não exaurir todas as hipóteses ou prever todas as situações possíveis, enumerando algumas situações relatadas em práticas de atendimentos e pesquisas sobre a violência, de modo a deixar em aberto outras possíveis situações que ela não previa. De fato, a violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser definida nas modalidades: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, entre outras, mediante especificações do art. 7º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2015).

Para além dos aspectos técnicos e considerando o cotidiano das pessoas envolvidas em situação de violência doméstica, existe uma dificuldade em rever as relações de gênero permeadas pelas hierarquias e assimetrias de poder, imbricadas nos papéis tradicionalmente impostos a homens e mulheres. O sistema de justiça e outros serviços de atendimento às mulheres em situação de violência também são permeados por essas representações de gênero, com bases e estruturas muito semelhantes àquelas sobre as quais a violência interpessoal, familiar ou doméstica e nas relações afetivas, presentes ou passadas, é construída. Assim, até mesmo o sistema de justiça criminal pode vir a reproduzir algumas dessas violências e desigualdades (Brasil, 2015, p. 46-47).

A Tabela 9 mostra novamente o bairro Centro, tendo os maiores números de ocorrências no ano de 2019, 2020, 2021 e 2022, totalizando 268 casos. O bairro Natal, por sua vez, tem maiores números nos anos de 2019, 2020 e 2021, 119 ocorrências. Em último lugar, aparece o bairro Nova Ituiutaba I-IV, com maiores números de ocorrências nos anos de 2021, 2022 e 2023, justamente os anos de agravamento da pandemia da covid-19, quando foi necessário o isolamento social, momento em que as famílias passaram mais tempo juntas, totalizando 115 casos.

Os dados e números não explicam exatamente as causas e as consequências das formas e tipos de violências vistas nos bairros de Ituiutaba, mas revelam que tais problemáticas são amplas, ou seja, que continuam a acontecer, em especial devido ao machismo estrutural presente nas famílias e na sociedade de forma geral, juntamente com as questões socioeconômicas, da pobreza urbana, dos conflituosos papéis de gênero, que foram mais perceptíveis com o isolamento social, resultante da pandemia, entre os anos de 2020, 2021 e de 2022 em todo o país e também em Ituiutaba.

Com a crise econômica instalada em Ituiutaba, com os altos índices de desemprego, mediante as restrições da liberdade de ir e vir, do fechamento de bares, comércios, espaços de lazer, escolas e creches dos filhos/as, dos escritórios e outros locais de trabalho, com muitas

horas dedicadas ao home office e tarefas domésticas, a vida cotidiana da mulher foi muito afetada.

O conjunto desses fatores contribuiu para que as mulheres convivessem por mais tempo com seus companheiros agressores, o que propiciou o surgimento de novos ataques e a intensificação das agressões já existentes no âmbito do lar. Para além das estatísticas gerais, o problema da violência contra a mulher demanda uma interpretação sociojurídica de seus aspectos.

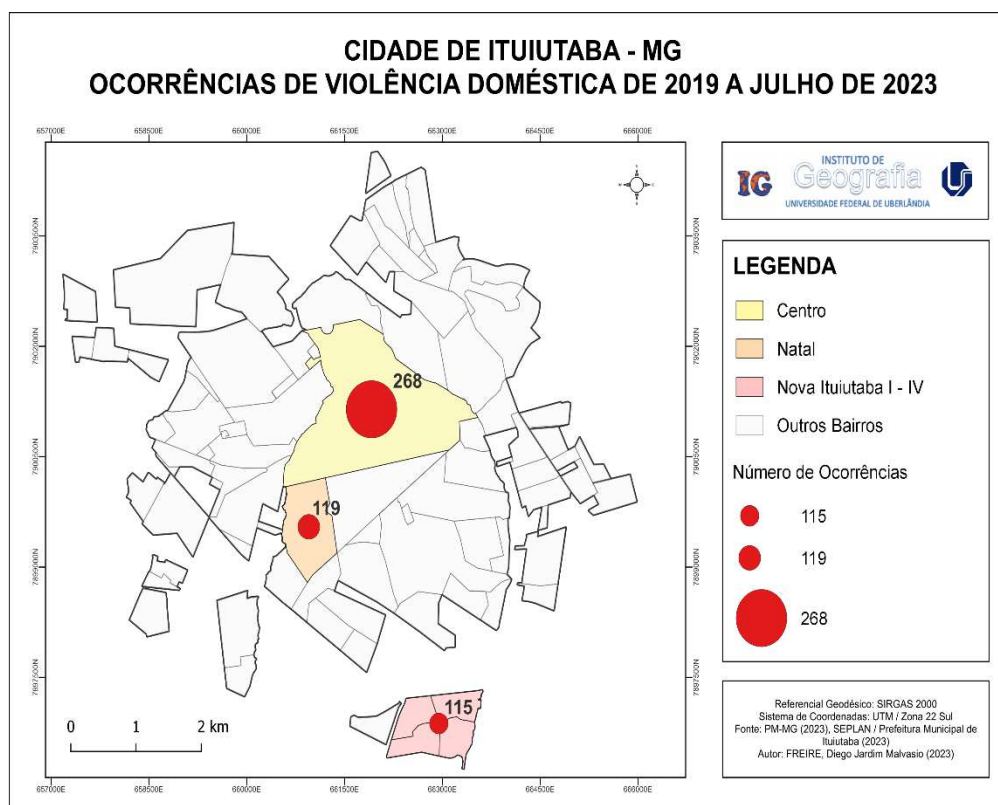
Tabela 9 - Violência Doméstica e familiar nos bairros (2019-2023)

Violência Doméstica e Familiar	2019	2020	2021	2022	2023 (até julho)	Total
Centro	60	68	76	38	26	268
Natal	24	29	29	23	14	119
Nova Ituiutaba I-IV	17	15	38	19	26	115

Fonte: 54º Batalhão PMMG (2023).

O Mapa 11 retrata os números das ocorrências de violência doméstica nos anos analisados e mostra a espacialização desse tipo de crime em Ituiutaba.

Mapa 11 - Ocorrências de violência doméstica (2019-2023) em Ituiutaba



Fonte: Laboratório de Geotecnologias do IG/UFU.

No entanto, como as estatísticas gerais disponibilizadas nesta tese não explicam as causas gerais da incidência dos crimes no espaço urbano, tornou-se relevante dialogar diretamente com servidores/as e profissionais que atuam diretamente nesse combate expressivo contra o avanço da violência e da criminalidade em Ituiutaba, em seus diferentes aspectos de repressão e de atuação conjunta, a partir do trabalho articulado entre as instituições públicas locais.

Foram adotados critérios específicos para essas entrevistas. Em alguns casos, por exemplo, foi necessário enviar ofícios protocolados nas instituições, pedindo acesso a determinados dados e informações sobre as violências enfrentadas nos bairros da cidade. Em outras situações, foi utilizado também a metodologia de indicação de pessoas, para formalizar a realização das entrevistas, durante o expediente de trabalho dos servidores/as em exercício e na atribuição de atividades dos cargos. Apenas duas entrevistas, por eu possuir algumas facilidades de amizade e por ter uma relação profissional-acadêmica anterior ao prazo desta pesquisa, foram realizadas a partir de convites meus. Por meio de seus depoimentos, obtive interessantes informações para compor as análises que se seguem neste capítulo.

É importante deixar claro que todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2023, tanto com os moradores/as dos bairros analisados quanto com os informantes do poder público local. A forma de execução tratou-se de captação de áudio, com a utilização direta de gravador de voz, de cor preta, do modelo Sony, à vista (do olhar) de todos os entrevistados/as através do aceite pessoal de cada um/uma deles/as. Adota-se, nesta pesquisa, os critérios estabelecidos no que tange ao respeito integral e ao sigilo da identidade de todos/as os sujeitos do estudo. As imagens retratam as fotos das instituições participantes da pesquisa.

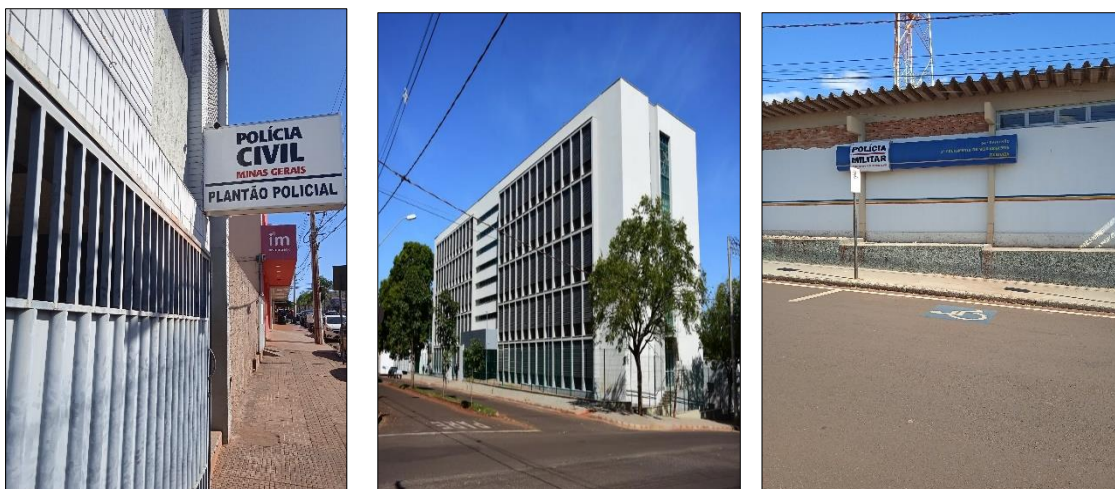
Fotografia 5 - Fotos das instituições da área social de Ituiutaba



Fonte: Acervo da autora (2023).

As instituições correlatas à Assistência Social e à área de Educação Municipal foram as mais receptivas com relação ao contato prévio para a realização desse diálogo da entrevista formal. As mulheres entrevistadas foram muito solícitas e se sentiram lisonjeadas por participarem da pesquisa, por serem lembradas enquanto servidoras militantes em suas áreas de atuação, o que foi revelado em conversas informais realizadas antes e após a captação do áudio oficial. Elas também me disseram que este estudo poderia representar um trabalho de peso para se (re)pensar as políticas públicas locais em relação às vulnerabilidades sociais do município. A Fotografia 6, por seu turno, mostras as instituições relativas à segurança pública em Ituiutaba.

Fotografia 6 - Fotos das instituições da segurança pública



Fonte: Acervo da autora (2023).

As instituições que representam a Segurança Pública, por incrível que pareça, tiveram um olhar “mais desconfiado” com relação à presença da pesquisadora principal. Isso porque foram as únicas instituições (a Polícia Militar e a Polícia Civil) que pediram para averiguar previamente o roteiro de entrevista a ser realizada posteriormente. Logo, repassei via e-mail ou até mesmo via comunicação do WhatsApp. Recordo-me de ter ido em torno de umas duas ou três vezes a mais nessas instituições para conseguir entrevistar seus membros. Apenas o entrevistado da Polícia Militar optou por gravar o diálogo que se estabeleceu para o alcance das informações, o que concordei rapidamente, em virtude da pesquisa ter uma caráter público e para que ele se sentisse mais à vontade, para debater junto comigo sobre a violência e a criminalidade em Ituiutaba.

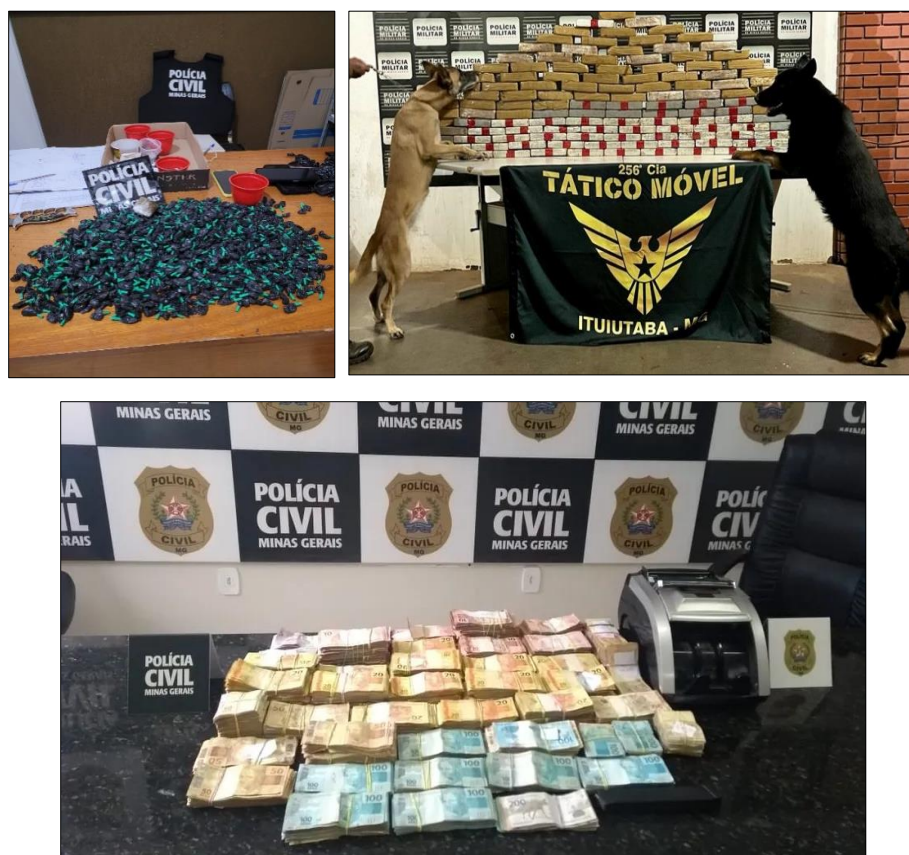
O que mais ocorria eram servidores dizendo que não poderiam ser entrevistados, em virtude do não-conhecimento prévio sobre a situação de insegurança e violência dos bairros de Ituiutaba e foram repassando o contato de outros servidores para a realização de entrevistas, fosse porque não queriam participar da pesquisa, fosse por demonstrar abertamente algum desconforto institucional em falar sobre a cidade.

Em uma das instituições de Segurança Pública, solicitei, por meio de ofício, algumas informações sobre os tipos e os números de drogas ilícitas apreendidas em Ituiutaba por bairro, para constar nesta pesquisa, mas esse foi um dos dados negados por parte do órgão, tendo em vista que além da dificuldade de se chegar num número preciso e aproximado nos sistemas, havia a justificativa de não se deixar tal tipo de informação a público, inclusive numa pesquisa (ainda que com a existência da Lei de acesso à informações em vigência), mesmo que de cunho

estritamente acadêmico. Essa situação não atrapalhou a pesquisa, no entanto, poderia ter sido respaldada pelos dados oficiais das instituições policiais de Ituiutaba, para enriquecer as discussões aqui retratadas.

Como pesquisadora, então, utilizo tão somente a abordagem que mostra tais apreensões de drogas ilícitas em Ituiutaba nas mídias e nas redes sociais policiais apenas conforme a Fotografia 7.

Fotografia 7 - Apreensões de drogas ilícitas em Ituiutaba



Fonte: Redes sociais da Polícia Civil e Polícia Militar de Ituiutaba (2019-2023).

O conjunto de fotografias evidencia o volume de drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack) apreendidas em Ituiutaba, juntamente com grandes somas de dinheiro em espécie. Com essas imagens é possível perceber o contexto dessa violência na/da cidade e suas ramificações financeiras quando são flagradas pelas polícias.

Em suma, quase ninguém queria conceder previamente uma entrevista, até que consegui conversar com servidores respectivos aos cargos de Comando dessas instituições e ao expor meu intuito de pesquisa de doutorado realizado no IG/UFU, em breve tempo indicaram-me servidores específicos para conversarem comigo, visando formalizar a entrevista. Nada que

uma boa dose de bom-humor, boa vontade e insistência da pesquisadora e a disponibilização de contatos em conversas informais nos corredores com policiais (também por via Instagram) não pudessem resolver.

A única instituição mais aberta e acessível foi o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em virtude do seu perfil enquanto órgão autônomo, que preza pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade civil. Não teve olhares desconfiados em relação à pesquisa e nem outras problemáticas em torno das burocracias inerente ao serviço público em Ituiutaba.

Dessa forma, ao entrar em contato direto com o servidor entrevistado, encontramos-nos na própria sede da instituição. A seguir, a Tabela 10 apresenta o perfil dos entrevistados/as do poder público.

Tabela 10 - Perfil dos/as entrevistados/as do Poder Público de Ituiutaba

Poder Público	Idade	Profissão	Instituição
Entrevistado 1	40 anos	Servidor Público	MPMG
Entrevistado 2	50 anos	Servidor Público	PMMG
Entrevistado 3	48 anos	Servidor Público	PCMG
Entrevistada 4	50 anos	Servidora Pública	SINTEMI
Entrevistada 5	35 anos	Servidora Pública	CONSELHO TUTELAR
Entrevistada 6	31 anos	Servidora Pública	CRAS - NATAL

Fonte: Organizada pela autora (2023).

Neste subtópico, optamos por trabalhar com a análise de cada conteúdo dessas entrevistas com o poder público local, em virtude da riqueza de informações repassadas pelos servidores/as que atuam no combate a essas violências em Ituiutaba. Assim, como nas entrevistas com os cidadãos/as dos bairros, serão destacados alguns fragmentos dessas falas, entre os blocos, para compor as análises aqui presentes. O Entrevistado 1 é servidor público e atua no Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) durante alguns anos em Ituiutaba. A entrevista ocorreu na sede dessa instituição e, de saída, ou seja, logo no primeiro bloco das questões, o entrevistado relatou sobre os índices de violências:

Assim como a maioria das cidades de porte médio é uma cidade que apresenta um índice de violência, vamos dizer, que é até expressivo, em algumas áreas e atualmente tem um crescimento de crimes patrimoniais e muitos deles envolvendo as questões relacionadas aos furtos, alguns roubos também que são bem conotativos e não são os roubos mais tradicionais, é o roubo do celular ali, tem tido muitos roubos à residência,

muitos crimes mais patrimoniais, né? Relacionados a furtos e principalmente que envolvem os usuários de drogas. Muitos deles furtam ali para ser uma retroalimentação para se conseguir o sustento do vício. Mas para além disso, Ituiutaba apresenta diversos outros problemas relacionados à violência urbana, já tem alguns casos de tráfico de entorpecentes, e delitos outros como a violência doméstica, esse é bastante comum. Eu não sei precisar bem os bairros em que acontece mais a incidência, mas na minha concepção geral é na cidade toda. Tanto nos bairros mais periféricos e quanto os mais centrais. Eu vejo que é mais generalizado e não tem um bairro específico (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

Esse relato demonstra, assim como nas entrevistas com os outros/as cidadãos/as dos bairros apresentados nos tópicos anteriores, os tipos de crimes mais percebidos em Ituiutaba. Na sua visão de combate a essas violências, pelo fato de a cidade de Ituiutaba ser limítrofe aos estados de Goiás e de Mato Grosso, acredita que essa geografia favorece outros delitos que (retro)alimentam essa articulação e fomentam as problemáticas de violência urbana. Também esclarece que são difundidas em todos os bairros da cidade, e não necessariamente, apenas, nos bairros analisados nesta tese.

O Entrevistado 1 compreende que seu trabalho na área pública ajuda a combater essas modalidades criminosas, pelo fato de a instituição ser porta voz da própria sociedade mineira. Com relação aos principais crimes perceptíveis nos bairros de Ituiutaba, ressalta:

São furtos, tem roubos, tráfico de drogas atualmente em pequena escala, né? Roubos a patrimônio, estelionatos. Ituiutaba é conhecida pela prática de crimes patrimoniais e tem muitos estelionatos, muitos, tem muita clonagem de cartão, de cheques sem fundos, muita coisa acontece aqui, só que o delito do estelionato hoje, com a reforma do Código Penal, na maioria dos casos, é de ação penal privada, aliás, é de ação penal pública condicionada à representação, depende do interesse da vítima em ter aquela demanda seguindo adiante. Já os casos de ação penal pública é contra os idosos, de patrimônio público, mas agora é um delito que tem bastante aqui e assim como a violência doméstica como já comentei antes, tem os crimes de natureza sexual. Eu observei que houve um aumento também contra as crianças e aos adolescentes, eu percebi que nos últimos tempos cresceu. Pode ser o fato da pandemia também, com muitas pessoas dentro de casa, pode ter sido uma causa também. E porque hoje em dia a informação chega muito rápido para as pessoas, né? A conscientização da denúncia e tudo mais e acho que aumentou um pouco. Eu percebi um aumento nessa área também, os crimes de natureza sexual (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

Nesse ponto, o entrevistado retrata sobre os tipos e as modalidades de crimes mais vistos em Ituiutaba. Em virtude do seu conhecimento jurídico, aborda sobre os crimes patrimoniais e relativos aos estelionatos, segundo ele, um dos delitos mais comuns na cidade. Também deixa evidente a sua preocupação com o aumento daqueles relativos à natureza sexual e que, na sua visão, houve um aumento, que possa vir a ser explicado pela pandemia da covid-19 e o isolamento social residencial, propiciado nos anos de 2020 a 2022.

Sobre as medidas de segurança adotadas nos bairros da cidade, percebe o trabalho ostensivo realizado pela Polícia Militar, dentro de suas possibilidades de servidores atuantes no

município. No que tange à implementação dos totens de segurança (Olho Vivo), que são as câmeras de segurança presentes em frente as escolas municipais, e reitera:

Super importante o Olho Vivo. Posso te dizer com propriedade que esse sistema ajuda na elucidação de várias modalidades criminais aqui em Ituiutaba. Porque às vezes pega-se o sujeito em fuga, consegue captar a placa do carro, ali é iniciada toda a linha de investigação e já tivemos até mesmo um crime de latrocínio que foi elucidado em grande parte devido a esses totens. Na saída da cidade também existem, se captou a placa e se iniciou toda a investigação. Se possível tinha que ser disseminada para os demais bairros para abranger uma forma maior de combate ao crime em Ituiutaba (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos)

Torna-se interessante trazer esse depoimento do Entrevistado 1, porque reforça o que já foi apontado anteriormente pelos cidadãos do bairro Centro, Natal e do Nova Ituiutaba I-IV, da necessidade de expansão para outros pontos estratégicos de Ituiutaba no combate ao crime. Com relação ao tratamento das informações nos órgãos públicos da cidade e da região, expressou durante a entrevista que ocorre da melhor forma possível, mas que a diminuição dos recursos humanos e o estresse do trabalho policial com longas jornadas de horas à noite atrapalham sobremaneira as investigações criminais em andamento. As interceptações telefônicas, os mandados de busca e apreensão ficam prejudicados e tudo isso recai também na qualidade das investigações e nas penas atribuídas aos criminosos/as pelos órgãos do sistema de justiça criminal.

Na sua visão, nessa ótica de combate ao crime, percebe que as vítimas têm medo de denunciar os seus agressores, isso ocorre em virtude da insegurança frente as ações, atitudes, comportamentos sociais expressados. Então, destaca:

Sim, tem medo. Principalmente nos casos de violência doméstica e familiar. O que é muito comum a gente vivenciar aqui, a vítima comparece ali na Delegacia, faz o flagrante, e tudo mais. Passa-se uma semana, ou duas e elas já vem com cartinhas e procuram o MP dizendo que não estão mais ameaçadas, para retirar as denúncias e muitas querem reatar o relacionamento, até mesmo em virtude da própria dependência econômica e emocional do companheiro. Então, aquele ciclo da violência doméstica continua ativo. Embora a ação penal dos crimes de lesão corporal no âmbito da violência doméstica seja pública e incondicionadas, né? Não dependem a representação da vítima para que sejam manejadas em juízo, é muito comum a vítima falar que caiu, que não se recorda da violência, tudo para tentar voltar ali para o agressor, a própria pressão doméstica e dos ambientes externos que elas sofrem, sejam de familiares e de filhos, da Igreja, isso é muito comum nos crimes relacionados à violência doméstica e familiar. Nos crimes patrimoniais quando fazemos a oitiva das vítimas a maioria delas são bem contundentes sabe, confirmam o reconhecimento até porque a lei assegura que elas sejam ouvidas na ausência dos infratores. Então, na maioria das vezes as vítimas estão mais seguras em relação a isso. O maior gargalo é na violência doméstica (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

Esse fragmento revela diretamente que as violências em Ituiutaba ocorrem de forma cotidiana nos bairros, ou seja, muitas vítimas mulheres enfrentam e estão inseridas no ciclo de violências que a jovem catarinense Simone Marca também passou, mas por outras

circunstâncias à sua vontade: foi esfaqueada e morta pelo seu ex-companheiro dentro da Catedral São José, em Ituiutaba. Esse crime, em específico, me impressionou pessoalmente pelo requinte de crueldade e ódio manifestados pelo agressor em relação à jovem.

Esta tese, mediante as análises da pesquisadora principal, não pretende realizar julgamento de valores morais e/ou cristãos por parte de agressores e/ou vítimas, mas não defende, em hipótese alguma, as situações flagrantes ou de apologias à morte, ao desprezo, à misoginia, tão próprias dos resquícios coloniais inerentes ao machismo vivenciados na sociedade brasileira na atualidade. Nosso intuito é o de retratar e mostrar as incidências dessas violências ocorrendo em espaços privativos (como nas casas) ou públicos (ruas, avenidas, praças, escolas, igrejas). Em seguida, sobre os casos de racismo, homofobia e machismo, com relação à violência, o Entrevistado 1 revela que:

Sim, o crime de racismo, por exemplo, fizemos uma denúncia outro dia envolvendo racismo também de uma moça. Tem um outro ali no armário que também é de racismo e isso existe em Ituiutaba, os mais vistos são os de injúria racial. Agora, equiparou os dois e aumentou a pena e está mais elevada. Já o de homofobia eu ainda não fiz, em relação à denúncia formal, vou ser bem sincero. Isso nunca chegou ao MP aqui, talvez porque as pessoas desconheçam, né? E só fazendo um adendo em relação a esses crimes de injúria racial, há orientações para a gente não oferecer benefícios despenalizador, como os acordos de não perseguição penal, para deixar o processo prosseguir. O machismo está muito presente na violência doméstica e familiar, é possível ver em quase todos os casos de agressão física e psicológicas sofridas pelas vítimas (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

Esse depoimento demonstra que Ituiutaba não está livre dessas questões relacionadas aos problemas de racismo, homofobia e machismo. Ainda que casos sobre homofobia, especialmente, não tenham adentrado os conflitos judiciais, ele não deixa de existir perante as relações sociais e nos ambientes diversos. Considera-se, então, que tanto o racismo, a homofobia e o machismo podem representar algumas formas de violências silenciosas, ou seja, menos vistas e percebidas como violências, mas que para o alcance reflexivo desta tese devem ser considerados.

O terceiro bloco trata do cotidiano da cidade e sobre os direitos dos cidadãos. O Entrevistado 1 analisa que logo pensa no rol daqueles dispostos no artigo quinto da Constituição Federal de 1988 e que embora estejam garantidos na legislação, nem sempre são devidamente respeitados na prática, como no caso da saúde, da educação e da segurança, mas que, em sua visão, os poderes públicos locais estão cada vez mais empenhados em oportunizar esse acesso à população. No seu entendimento, a população tem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados nos bairros. Nesse aspecto, em relação a se ele evita (ou não) transitar em lugares de Ituiutaba, ressalta:

Sim, aqui nós temos alguns locais que são conhecidos e frequentados pelos usuários de drogas, no Palmeiras Clube e parece que está desativado no momento e é bastante frequentado por usuários de drogas, perto da praça 13 de Maio. A Praça dos Trabalhadores já foi meio estigmatizada, esses locais existem e a população não passa muito por esses locais. Acredito que alguns bairros periféricos, né? Tem o Novo Tempo I e II falam bastante que ocorrem mais crimes, tem aquele do lago que não foi feito e que é bem estigmatizado também. O Nova Ituiutaba também que é um bairro bem pobre. O Satélite Andradina também, porque é do outro lado da BR (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

Esse fragmento aponta, mais uma vez, o quanto a lógica da estigmatização dos bairros mais afastados do Centro são vistos e percebidos em Ituiutaba, o que reforça a visão dos cidadãos/as dos bairros analisados nesta pesquisa. Essa rotulação marginal de determinados lugares ainda é mais apontada em locais tidos como periféricos, do que os mais centrais, embora, aqui, o Entrevistado 1 ressaltou também algumas localidades que permeiam o Centro. Por isso mesmo, o Entrevistado 1 defende a presença do Conselho de Segurança Municipal em Ituiutaba, sobretudo para direcionar as políticas públicas em determinado bairro e um gerenciamento maior de informações e de iniciativas, ofertando mais segurança aos bairros e aos moradores/as.

Quando pergunto sobre as medidas a serem tomadas para minimizar a violência e a sensação de insegurança em Ituiutaba, o Entrevistado 1 diz que se faz oportuno fomentar as políticas públicas de base, educação, saúde, acesso a trabalho, a criação de um senso crítico visando criar uma conscientização social em cada indivíduo.

No que respeita ao último bloco de perguntas, trata sobre a situação de alimentação, assistência social e pobreza urbana. O Entrevistado 1 relata que existem grupos vulnerabilizados que podem estar passando por situações de fome na cidade, mas, em sua concepção, isso tende a ser minimizado por meio do trabalho de voluntários de organizações não governamentais, das ajudas de igrejas e centros espíritas que combatem a fome e a miséria em Ituiutaba. Para ele, a população tem acesso aos serviços de assistência social e suas demandas tendem a ser atendidas. A concepção do Entrevistado 1 acerca dos fatores que ainda mantêm a pobreza urbana é o seguinte:

Eu acho que é justamente isso, a falta de acesso daquela população em relação aos meios para que possa sair daquele local. Isso também ocorre porque o próprio poder público não quer tirar muitas vezes aquela população da situação de subsistência, para que elas continuem como uma massa de manobra para uma ingerência política, não é efetivamente o que muitos querem, que é desenvolver e amparar essa população socialmente, que a sociedade tenha mais senso crítico e pense por si mesma, e às vezes é mais fácil cultivar a política do pão e do circo, para parte daquela situação, eles vão ficar felizes porque tem a alimentação (porque está chegando a política), tem a festa que vai gerar prazeres e algum lazer, mas não se consegue sair daquele nicho ali onde eles estão inseridos (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

O interessante deste depoimento, em especial, foi por retratar acerca das políticas públicas sociais e do seu acesso nos municípios, o que relembra a questão da ingerência por parte das gestões públicas, sejam ligadas às ideologias de direita ou de esquerda, vislumbrando o maior número de votos possíveis, tanto da classe mais pobre quanto da classe média, visando agradar a grande massa, enquanto os problemas sociais reais passam despercebidos ou são ignorados. Essa fala do Entrevistado 1 lembrou-me da música de contestação social do cantor paraibano Zé Ramalho, chamada *Admirável gado novo*¹³, pela situação social enfrentada por todos/as nós brasileiros/as, à mercê dos problemas políticos de toda ordem.

No que concerne à situação de violência e de insegurança dos segmentos médios, o Entrevistado 1 é categórico em dizer que a classe média e alta pratica outras formas de criminalidade, correlatas à associação criminosa, voltada à prática de estelionatos ou de sonegações fiscais, ou até mesmo a de lavagem de capitais:

Aqui, existe uma organização criminosa em investigação justamente nessa área que te falei, são especialistas em práticas de estelionatos, adquirem os bens e os revendem, e por óbvio o dinheiro que chega, depois terá que ser lavado. Há uma criação de empresas para poder receber sendo gerenciada. Depois esse capital em dinheiro ele é branqueado e torna-se em operações lícitas através de lojas, comércios, postos de combustível, etc. [...] Pega-se o capital ilícito, depois ele é branqueado e inserido na economia lícita e legalizada, eu não sei se interfere de forma eficaz na economia municipal, porque vira algo mais generalizado, a cidade tem um setor de serviços que é bem proeminente, tem o agronegócio, eu acredito que interfere minimamente e tem técnicas especializadas de camuflagem desse tipo de operação. Na classe mais desfavorecida, existem e vejo mais os roubos, furtos, tem roubos a joalherias por exemplo que também contam com a participação de pessoas ligadas à classe média, mas os roubos mais rotineiros vivenciados aqui, a maioria é de uma classe mais baixa, mais vulnerável. Agora, a violência doméstica e sexual a gente vê em todas as classes, infelizmente (Entrevistado 1, MPMG, 40 anos).

Portanto, observa-se que a cidade de Ituiutaba tem, sim, muitos problemas criminais que vão culminar em diferentes formas de violência e na sensação de insegurança urbana e de medo de seus cidadãos/as. No entanto, há uma diferenciação no cometimento desses delitos, a depender das pessoas inseridas no mundo do crime. Evidentemente, até mesmo as penas impostas aos criminosos/as são também diferenciadas, tendo em vista as possibilidades de inúmeros recursos jurídicos ofertados pelos/as profissionais atuantes nos escritórios de advocacia de Ituiutaba.

Como pesquisadora das ciências humanas, faço minhas reflexões sobre as formas de manter os poderes ilegais operando nas cidades. Minha teoria baseia-se na rede de contatos e de relacionamentos em prol de uma proteção coletiva de interesses de variados grupos, o que parece acontecer em Ituiutaba.

¹³ Música disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=I_YpzKwB-EM. Acesso em: 26 out. 2023.

O Entrevistado 2 é servidor da polícia militar e esse diálogo construtivo foi realizado na própria instituição. Logo no início da entrevista, ele apresenta sua visão sobre a criminalidade e a violência de Ituiutaba, o crime mais destacado é relativo ao tráfico de drogas:

[...] Por aqui pelas rodovias passam drogas, um número grande de drogas, também passam dentro da cidade de Ituiutaba e já fizemos inúmeras apreensões de drogas, em alguns anos anteriores a cidade se destacou como uma das cidades de Minas Gerais que mais fez apreensões de drogas, até de escala internacional. Alguns aviões monomotores já foram apreendidos aqui carregando drogas há tempos atrás, a reboque desse tipo de crime de tráfico e tem vários outros tipos de delitos, nós temos o furto, o roubo, até mesmo para captar recursos para estar adquirindo drogas e o furtos para saciar os vícios dos usuários de drogas. [...] e tem melhorado com a diminuição dos índices de furtos, de roubos, de homicídios estamos com uma redução significativa e que estão mais ligadas às questões passionais, tem direta ou indiretamente com envolvimento com drogas lícitas e ilícitas, às vezes existem desentendimentos em bares quando as pessoas escutam músicas altas e estão bebendo e podem ocorrer homicídios, tem o ceifamento da vida. O que eu percebo tem uma criminalidade mais controlada (Entrevistado 2, PMMG, 50 anos).

O depoimento do Entrevistado 2 corrobora com relação às temáticas analisadas nesta tese. Em virtude da cidade de Ituiutaba estar inserida no Pontal do Triângulo Mineiro, não se pode deixar de mencionar que as estradas e rodovias locais, que cruzam os estados, são alvo da chamada rota caipira (Abreu, 2017) pulsante da cocaína. Mediante essa proximidade e conforme a contribuição do Entrevistado 2, a cidade de Ituiutaba também se torna locus desses interesses ilícitos. Por isso, a necessidade das operações correlatas à sensação de segurança urbana nos bairros. Em seguida, o Entrevistado 2 compreende que o seu trabalho é uma forma efetiva de coibir parte dessa criminalidade e das violências perceptíveis em Ituiutaba, na medida em que acrescenta:

[...] A nossa missão é a polícia ostensiva, nossa competência é promover a ostensividade, a gente precisa aparecer, a polícia precisa sentir essa presença nas ruas. Inclusive nós temos um plano estratégico que são renovados a cada quatro anos, que se trás ali as ações para se operacionalizar a sensação de segurança, a segurança objetiva, a diminuição do medo do crime, a diminuição da criminalidade, é algo importante também, não basta apenas diminuir os números e essa porcentagem, se a população não sente essa sensação de segurança de poder sair na rua, por exemplo. Então, tem o foco nosso da PMMG de estabelecer essa sensação de segurança. O comando atual implementa diversas ações, tem se visto nas ruas as viaturas paradas e fazendo um ponto base em pontos estratégicos do espaço geográfico, para a população ver, para ser um canal de conversa e de comunicação e de interação com a sociedade, o policial fica ali e vai interagindo com a comunidade, procurando saber das necessidades e das demandas, esse feedback do policial com a população acaba surgindo dados e informações importantes, que vai subsidiar operações nossas na cidade (Entrevistado 2, PMMG, 50 anos).

De fato, pude constatar pessoalmente algumas viaturas de base rondando algumas áreas, principalmente na Praça da Prefeitura. Recordo-me, inclusive, de dialogar com policiais militares conhecidos e desconhecidos sobre a situação de segurança urbana e as suas visões

sobre os bairros contemplados nesta pesquisa, de modo que ouvia atentamente as suas concepções. Esse contato com a população é fundamental para estreitar laços e por meio dele é possível realizar relatos e passar informações para a polícia militar acerca do cotidiano dos bairros, o que contribuiu para combater todo tipo de violência.

Ao longo dos anos do curso de doutorado, para escrever sobre Ituiutaba, adotei o costume de estabelecer diálogos em todo tipo de ambiente: em ruas, avenidas, praças, comércios, bares e restaurantes, faculdades, universidades e escolas. Conversava sobre violência e insegurança com todo tipo de cidadão/a com profissões diversas. Desde de pessoas conhecidas e amigos/as, até mesmo a jovens adultos, idosos, mototaxistas, motoristas de aplicativo, transeuntes em geral, pessoas em situação de rua, indivíduos aparentemente em fase de drogadição pelas ruas do Centro ou em outros bairros, de forma bem aleatória, e ficava ouvindo atentamente as suas concepções e olhares, realizava minhas reflexões e anotava num diário de campo pessoal as principais impressões urbanas a serem tratadas.

Pude constatar, ao longo dos anos, a existências de muitas “Ituiutabas” e de realidades não acessadas, histórias das tramas ilegais e suburbanas que não eram divulgadas na grande mídia, a revolta mais urgente dos cidadãos/as mais pobres que não conseguiam cobrir todas suas despesas e viviam nas mãos de agiotas, dos assassinatos de mulheres cometidos por homens ciumentos, das histórias lendárias de traficantes icônicos da cidade, que ganharam grandes somas de dinheiro e intermediavam negociações entre Ituiutaba e o estado do Mato Grosso, do trabalho sexual das garotas prostitutas e, mais recentemente, da prostituição de transsexuais, do descontentamento da classe média com a diminuição de lucros antes grandiosos com os espaços luxuosos e privativos, das humilhações passadas pelos trabalhadores braçais e do gerenciamento das drogas por pessoas inseridas nas teias do crime ou inseridas em realidades empresariais e/ou jurídicas.

Foi a partir de relatos informais e formais (das entrevistas selecionadas para este trabalho científico) que, aos poucos, fui tecendo as amarras e compreendendo melhor os fios condutores dessa violência urbana tão invisibilizada e não divulgada. Essa violência letal correlata às balas perdidas nas ruas como nas grandes metrópoles é pouco vista na cidade. Por isso, nesse sentido, discordo que a cidade de Ituiutaba seja demasiadamente tranquila para se criar os filhos/as, como muitos moradores/as afirmam e defendem, muito em virtude de violências mais silenciosas, dos preconceitos, das discriminações sociais e raciais mais pujantes, herdadas de um passado colonial e de tempos autoritários, e que, ainda na atualidade, ocorrem nos espaços privados e são “acobertadas” pelos membros familiares que possuem intenções levianas, libidinosas e de perpetuar a cultura dos abusos, dos assédios e das violações

da inocência, tendo em vista que muitas crianças e adolescentes crescem tendo de respeitar essa lei do silêncio e outras perversidades.

E, sobretudo, pela convivência generalizada da sociedade mineira tijuicana, que aceita e normatiza essas violências, no seu cotidiano e ainda a reproduz em situações pessoais ou coletivas, até mesmo nas redes sociais, cujos perfis contam com milhares de seguidores (Anônimos e Depressiva Ituiutaba), adotando e disseminando o discurso da violência e do julgamento moral de comportamentos sociais dos moradores/as da cidade.

Voltando às análises sobre a entrevista do informante 2, em relação às violências dos bairros, ressalta que o Centro, por ter maior presença de comércios, tende a ter mais furtos e roubos, o que já é demonstrado nas tabelas anteriores sobre os índices de denúncias. Em relação aos outros dois bairros:

Entrevistadora: Como essas violências aparecem no Natal e no Nova Ituiutaba?

Entrevistado: Sim, no Natal, nós temos a questão de furtos também que é bastante latente lá também. Tem a questão do tráfico. O Nova Ituiutaba nós temos o tráfico também, roubo lá é pouco, tem poucos delitos relacionados ao roubo. O furto também não é tanto. Tem o tráfico de drogas, o de perturbação do sossego tanto no Natal e no Nova Ituiutaba, a gente percebe a questão da desordem social, a PMMG tem um projeto que é o Patrulheiro mirim, para interferir nessa vulnerabilidade social, a inserção desses garotos para proporcionar a eles a oportunidade de conhecer e interagir com valores éticos, moral e relativo ali à vida social (Entrevistado 2, PMMG, 50 anos).

Notem que essa noção da desordem social é também creditada ao bairro Nova Ituiutaba I-IV, muito embora as estatísticas não apontem isso diretamente, mas a lógica da estigmatização da pobreza urbana reaparece novamente. O interessante foi conhecer que existem projetos da polícia tomando frente junto à minimização dessas desigualdades no território, a exemplo do projeto Patrulheiro Mirim, cuja proposta é tornar ideias e valores coletivos e proporcionar as relações de sociabilidades. O que se difere, por exemplo, com relação à incidência do crime de tráfico de drogas, que não segue essa lógica da criminalização da pobreza apenas:

Inclusive tem pessoas influentes da sociedade que está nesse ramo de traficância. Hoje com poder aquisitivo maior, é mais difícil de se atuar, porque depende-se de investigações e para a PMMG isso já é mais complicado, a nossa competência não é de investigação e sim de policiamento ostensivo junto à população, a gente precisa do flagrante. Embora nós temos levantamentos para apoiar o policiamento ostensivo, nós não temos como realizar investigações com o intuito de investigar mais a fundo esses médios e grandes traficantes. Nós não podemos duvidar ou olvidar de que aqui em Ituiutaba, não se tenha esse tipo de crime. Nós temos aqui pessoas da alta sociedade inseridos nesse mundo do tráfico de drogas. Mas as coisas, eu não sei se você chegou a ter conhecimento, da Operação Balada, da After da Polícia Federal e as classes das pessoas presas ali já deu para perceber qual que realmente é envolvida com o tráfico de drogas local. Então não é esse tráfico formiguinha, como dizem por aí, de boca de fumo e de biqueiras. É muito mais sofisticado. [...] Tive a oportunidade de trabalhar na seção da Inteligência e de perceber um pouco essa questão do tráfico de drogas, os tentáculos do tráfico de drogas aqui de Ituiutaba. Tem envolvimento com pessoas de

outros estados e membros, até para fora mesmo, com outros países (Entrevistado 2, PMMG, 50 anos).

Nesse fragmento, o Entrevistado 2 deixa claros e evidentes os limites constitucionais de trabalho inerentes à polícia militar (conforme disposições do art.144 da Constituição Federal de 1988). Para além disso, contribui dizendo sobre a inserção de participantes imersos/as na vida da traficância, trazendo à baila as ramificações regionais e internacionais possíveis que os seus membros/as possam ter em relação à atuação criminosa. Por ter conhecimento dos procedimentos das atividades de Inteligência e de Contra Inteligência, deixa claro essas interferências investigativas com relação às tramas ilegais do submundo da venda e da compra ilegais de drogas no município. Muito provavelmente, em algumas dessas investigações em conjunto, houve formas de infiltração de policiais para respaldar juridicamente tais constatações.

Adiante, o Entrevistado 2 aponta como sendo mais comuns os crimes de furtos, roubos, tráfico de drogas, estelionatos, violência doméstica e perturbação do sossego na cidade. Aponta o patrulhamento ostensivo como medida de segurança eficaz nos bairros e não acha Ituiutaba uma cidade muito violenta, isso porque existe a patrulha solidária e a rede de vizinhos protegidos, e ressalta:

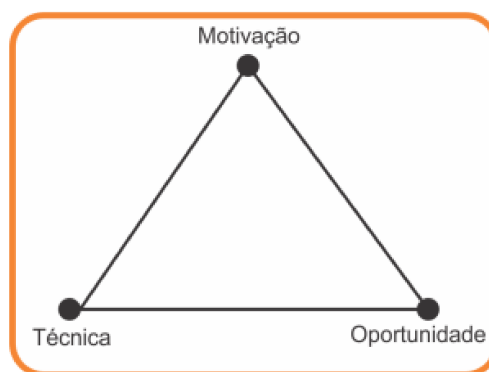
[...] Por isso o nosso trabalho, inclusive próximo da Rodoviária, acompanhando aquela área com a Patrulha Solidária, uma iniciativa do 54º Batalhão que consiste em abordar essa pessoas juntamente com o poder municipal (CRAS/CREAS) e abordamos pessoas em situação de rua. As que não são da cidade e tem interesse em voltar para sua cidade, a gente as encaminha para o setor específico da Prefeitura, para bancar a passagem e para voltar para o lar aonde tem parentes e que possam ajudar. Então, a gente tem essa Patrulha Solidária agora. Temos também a Rede de Vizinhos Protegidos nas residências em Ituiutaba. É um integração da Polícia com a população local, que é uma parceira muito interessante para nós, porque começa-se a trabalhar a teoria do Triângulo do Crime, a gente orienta a população de como evitar o crime, antes que aconteça, ou seja, um olha o outro vizinho, se protegendo, pessoas estranhas que nunca passaram na rua em atitudes suspeitas, observando muito, debaixo de uma árvore escura, na espreita, então eles vão ligar para PM enquanto isso acionam a Rede de outros vizinhos ao se comunicarem entre eles e para acompanhar o movimento dessas pessoas em atitudes suspeitas. A gente se desloca para fazer essas abordagens (Entrevistado 2, PMMG, 50 anos).

Importante ressaltar os projetos da instituição com relação à segurança comunitária, como é o caso da patrulha solidária e da rede de vizinhos protegidos. De fato, ao andar pelos diferentes bairros, é possível, sim, identificar algumas residências adotando a placa disponibilizada indicado que ali é uma casa que possui essa rede de proteção. E, com isso, a própria população é instruída sobre as formas de se evitar roubos e furtos a residências e a estar atenta ao espaço urbano próximo às suas casas, utilizando também uma rede de comunicação entre a vizinhança em geral.

O Entrevistado 2 deixa claro que isso, no seu entendimento, oportuniza a aplicação da teoria do triângulo do crime, tendo em vista os estudos sobre a importância da análise criminal e sua aplicação voltada à análise para a prevenção e redução dos crimes no espaço urbano. O conceito de triângulo do crime (Clarke; Eck, 2003) diz que para que um ato criminoso ocorra é necessário que haja uma convergência no tempo e no espaço com pelo menos três elementos:

- a) o ofensor motivado: predisposto a cometer um crime;
- b) o alvo disponível: objeto ou pessoa que possa ser alvejado;
- c) a ausência de guardiões: capazes de prevenir e reduzir essas ações predatórias.

Figura 4 - O Triângulo do Crime



Fonte: Silva; Marinho (2018).

Em suma, essa teoria do triângulo do crime, da Figura 4, valoriza que a sua ocorrência depende da convergência espaço-temporal do ofensor, da vítima/alvo e da falta de guardião. Segundo a teoria, é a ausência de controle desses elementos que produz oportunidades para o crime. Os guardiões são pessoas que protegem as vítimas e os alvos, tais como vizinhos, colegas de trabalho, porteiros (Silva; Marinho, 2018).

Os gerentes e administradores seriam os responsáveis pelos ambientes, a exemplo de uma escola, uma loja, um supermercado, uma praça. Já os cuidadores são pessoas que conhecem os ofensores e que estão numa posição que lhes permite monitorar e controlar suas ações, como pais, familiares, amigos e representantes do sistema de justiça criminal (Silva; Marinho, 2018).

Assim, para se compreender a dinâmica espacial e temporal do crime, procura-se identificar os elementos que estão envolvidos: os motivos do crime, quem são os ofensores, as vítimas em potencial e, principalmente, a dimensão espacial onde o crime ocorre, pois é só conhecendo e compreendendo essas dimensões que as organizações policiais podem planejar intervenções efetivas e diretas de prevenção e repressão ao crime (Silva; Marinho, 2018).

Sobre a implementação dos totens, o Entrevistado 2, além de ser favorável, diz que há intenções de expandí-lo para os demais bairros, tendo em vista a eficiência dessa tecnologia no combate ao crime e ao uso das tecnologias do conhecimento e da informação voltadas principalmente para o alcance da análise criminal no espaço urbano. Identifica como sendo o crime de furtos a modalidade mais vista e praticada na cidade.

Compreende também que existe uma articulação entre as instituições de segurança pública, de assistência social e outras do sistema de justiça criminal e que isso seria um diferencial em relação às elucidações de investigações em andamento. Para o Entrevistado 2, existe um receio de uma das partes em denunciar, por não conhecer bem a dinâmica da segurança pública, seja pela questão da integridade física das vítimas, seja pelo medo de saberem que foi aquela pessoa que denunciou o agressor. No entanto, reitera a importância das denúncias anônimas realizadas nos canais de atendimento da polícia militar.

O Entrevistado 2 percebe que os direitos da população de Ituiutaba são respeitados em parte, porque é preciso ter maiores garantias em variadas áreas, como na saúde pública, na educação, no acesso à moradia. Na sua visão, a população tem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados nos bairros mediante acesso à energia elétrica, ao saneamento básico e a demais estruturas que a cidade proporciona. Em relação aos policiamentos diurno e noturno realizados nos bairros, enfatiza:

Aqui em Ituiutaba a cidade é dividida por setores, pela operacionalização do policiamento (1, 2, 3, 4) e cada um deles tem o seu tipo de policiamento que obedece ao cartão programa que eu me referi antes aqui na entrevista, nós temos a análise criminal que analisa essa incidência e que tem o conhecimento mais espacial dos tipos de criminalidade de Ituiutaba por bairros mesmo, porque lida todos os dias com esse tipo de informação. Então, o analista criminal e o subcomandante do setor do policiamento planejam ali as formas de integração dessas ações. Com passagens periódicas e com ponto base, com reuniões comunitárias nesses bairros, de modo que seja a cobertura toda ali da segurança, buscando sempre a diminuição da criminalidade e sobretudo a sensação de segurança (Entrevistado 2, PMMG, 50 anos).

Desse modo, é possível perceber que há uma organização e planejamento com relação ao policiamento diurno e noturno nos bairros da cidade. A instituição planeja suas ações visando alcançar a diminuição dos índices de criminalidade e proporcionando uma sensação de segurança para a população. No entanto, essa não parece ser a mesma visão vivenciada pelos moradores/as dos bairros Natal e Nova Ituiutaba I-IV, que não sentem a mesma sensação de segurança, conforme percebido nas entrevistas anteriores (feita nos bairros).

O Entrevistado 2 também reforça a importância da implementação de um Conselho de Segurança Municipal, visando alcançar essas estratégias conjuntas, e o debate sobre as medidas realizadas nos bairros. No que tange às medidas para minimizar a violência e a sensação de

insegurança em Ituiutaba, defende combater a impunibilidade, com leis mais duras e rigorosas, sendo impetradas aos criminosos/as em potencial, visando criar obstáculos da visão que o crime compensa na sociedade atual.

No último bloco de perguntas, o Entrevistado 2 observa que existem alguns grupos e segmentos mais vulnerabilizados em Ituiutaba. No entanto, deixa clara a articulação entre as entidades sociais existentes que tomam conta desses grupos. A população, no geral, na sua concepção, tem acesso aos serviços de assistência social, com demandas atendidas dentro das possibilidades orçamentárias e estruturais do setor. Para o Entrevistado 2, essa pobreza urbana é estrutural em todo o país e recai também na questão da violência, insegurança e criminalidade dos segmentos mais vulneráveis e médios, isso porque identifica que há crimes cometidos pela classe média local, diferentes dos setores mais pobres.

O Entrevistado 3 é servidor público da Polícia Civil e esse diálogo com a pesquisadora também foi realizado na sede da instituição. Logo de início, ao perguntar como entende a violência da cidade, enfatiza que:

[...] São crimes na maioria das vezes relacionados aos patrimoniais que ocorrem em maior escala, o furto e o roubo são os que mais ocorrem na cidade, em torno de uns 39 por cento. O tráfico de drogas em torno de uns 29 a 30 por cento, são os que mais ocorrem nas cidades. Acredito que esses crimes são os que mais levam para a cadeia, para o cárcere. A violência doméstica já vem atrás desses dois primeiros, os crimes patrimoniais, o de tráfico de drogas e correlatos, e de violência doméstica, são esses os que mais ocorrem em Ituiutaba e no cenário nacional (Entrevistado 3, PCMG, 48 anos).

Assim, compreende que o seu trabalho como servidor público, de algum modo, tenta combater esses tentáculos da criminalidade na cidade. No entanto, de acordo com a sua visão pessoal, para que este trabalho tenha credibilidade e seja mais exitoso, precisa-se de uma articulação virtuosa entre as outras áreas públicas, como a saúde pública e a educação pública, ou seja, outros setores do Estado precisam atuar para que se tenha alguma diminuição dessa mentalidade que o crime compensa.

Mais adiante, defende a importância de a população realizar as denúncias anônimas para esse alcance do combate à criminalidade de Ituiutaba, e que, como servidor público na área policial, não passou por problemáticas da violência urbana. O Entrevistado 3, há de se destacar, não considera a cidade de Ituiutaba tão violenta, haja vista que o índice de homicídios é muito baixo e a elucidação ocorre de forma célere pela instituição. Se comparadas a outras cidades de porte médio, os índices são muito baixos.

Sobre a implementação dos totens (Olho Vivo), o Entrevistado 3 reflete que esta é uma tendência mundial em relação a essa vigilância coletiva no espaço urbano das grandes cidades:

Eu acho que essa é uma tendência mundial. Dos países que buscaram o mínimo de crimes possíveis, eles investiram em tecnologia, em formação, em videomonitoramento, esse cidadão na atualidade, tem uma diminuição na sua liberdade, na sua intimidade talvez, mas essa é a tendência do mundo. É o cidadão ser vigiado cada vez mais, por 24 horas, quase como um grande Big Brother, né? Os países que buscaram boas taxas de segurança já se utilizam disso para conter a criminalidade e seu avanço (Entrevistado 3, PCMG, 48 anos).

Essa questão da tecnologia aliada à observação dos espaços já foi sistematicamente debatida no fim do Capítulo 2, quando se demonstrou que alguns cidadãos/as dos bairros analisados também têm essa opinião bem parecidas, ao passo que se ganha na observação dos lugares, perde-se na sensação de privacidade. Esperamos, de fato, que isso possa conter a diminuição da criminalidade local e o seu avanço ao longo dos anos. Em relação às questões criminais de Ituiutaba, o Entrevistado 3 ressalta:

Olha, assim, a gente está acostumado a lidar com muitos roubos, crimes patrimoniais e muita violência doméstica. Mas não sei se isso é ruim ou bom, a gente está preparado para este combate, a busca da imputação penal, mas uma coisa que está crescendo sensivelmente que eu sinto quando eu vejo mesmo, são os crimes de natureza sexuais contra crianças. Isso é uma coisa que está chegando muito na Delegacia, de um tempo para cá, está verificando esses crimes, de abuso sexual contra crianças, eu não sei se é porque a sociedade está mais informada, se as crianças estão mais informadas com as palestras nas escolas, nas semanas de conscientização, então, coisas que a gente não via no passado estamos vendo agora. **E tem muitas denúncias relativas à violência sexual contra crianças e adolescentes aqui em Ituiutaba em todo tipo de bairro, mas ocorre na região central ou quando ocorre com uma família de poder aquisitivo um pouco maior, geralmente procuram esconder esta situação, não levam isso à tona. Ocorre também. Com as classes mais vulneráveis já se existe uma liberdade de enfrentar e levar isso mais à tona. Isso aí me assusta porque, como eu disse, estou mais acostumado a lidar com roubos e outros problemas da violência que são mais recorrentes como os crimes de homicídio, lesão corporal dolosa, do que com estas questões sexuais envolvendo crianças e adolescentes. Isso está aumentando e me assusta.**

Entrevistadora: Isso por conta da pandemia? Porque ficou todo mundo preso e na quarentena?

Entrevistado: Também, mas a maior demanda da apuração da polícia foi em razão das campanhas de conscientização, porque no passado se ocorria isso também, mas não vinham à tona, as pessoas não denunciavam, né? A criança não tinha como denunciar, hoje com as escolas, se tem palestras, tem as professoras, tem a liberdade de contar para uma professora, né? Então, tenho ficado assustado com esse crescimento (Entrevistado 3, PCMG, 48 anos, grifo nosso).

Esse depoimento tão forte do Entrevistado 3 reforça que na cidade de Ituiutaba podem existir muitos problemas relacionados ao abuso e assédio sexual sofridos por crianças, adolescentes, mulheres e idosos, ou seja, dessas minorias sociais que não conseguem, devidamente nas formas práticas, transgredir (ou fugir) do lugar-comum da violência silenciosa cometida por seus agressores e abusadores em potencial.

No meu entendimento como pesquisadora dessas formas de violências, a casa também pode representar um lugar em que se habita, se manifesta e se reúne muitas formas de violações

não vistas nos bairros e que não é tão perceptível no cotidiano urbano de Ituiutaba, apenas as vítimas é que sabem o sofrimento psíquico, emocional e físico que precisam esconder durante o convívio social para mascarar a normalidade dos abusos enfrentados. Infelizmente, a própria pesquisadora também passou por episódios isolados de abusos hierárquicos durante os anos de doutorado (relatados no tópico de finalização desta tese).

Mais adiante, o Entrevistado 3 relata sobre o tratamento das informações nos órgãos públicos da cidade e da região, ao deixar clara a operacionalização de informações existentes nas esferas estadual e federal repassadas por outros órgãos e importantes instâncias especializadas nas atividades de contrainteligência e de inteligência, visando manter o combate às variadas violências nas cidades.

No que tange às vítimas terem medo de denunciar os agressores, o Entrevistado 3 alega a importância do aumento de denúncias anônimas por parte da população para diminuir os casos de violência de Ituiutaba. Na sua visão, é necessário mais políticas públicas de inclusão para as vítimas dessas violências. Sobre os casos de machismo, homofobia e racismo, ressalta especificamente:

Aquí, geralmente, chega à injúria racial, né? É o que eu vejo mais, né? A homofobia chega muito pouco. São poucos os casos, mas tem. Tem uma demanda reprimida, a sociedade é muito machista ainda. Eu acredito que a pessoa que está sendo vítima de homofobia, ela se sente envergonhada de vir denunciar. Ela tem uma demanda reprimida da pessoa. As pessoas que estão sendo alvo disso geralmente não procuram. A injúria racial ligada à cor isso chega na Delegacia, sim (Entrevistado 3, PCMG, 48 anos).

Esse fragmento revela que Ituiutaba possui, sim, essas violências coloniais correlatas ao machismo, à homofobia e ao racismo, por ser fruto de uma colonização portuguesa secular perceptível no estado de Minas Gerais. Para além disso, tem muitos problemas de preconceitos abertos e velados e discriminações ocorrendo em variados ambientes. Na medida em que para o Entrevistado 3, faltam muitos direitos que poderiam ser mais garantidos à população, em especial a saúde (acesso ao SUS) e a educação, e uma maior efetividade nas políticas de assistência social e de segurança pública, apesar do acesso dos moradores/as aos principais serviços públicos e/ou privados nos bairros da cidade.

A respeito do policiamento diurno e noturno em Ituiutaba, o Entrevistado 3 deixa claro que isso é de acordo com as atividades de trabalho da polícia militar, mas percebe que, em função da falta de efetivo, os bairros tidos como periféricos acabam recebendo menos policiamento das viaturas do que os bairros mais centrais. E que o anseio da população é oportuno em defender uma central de atendimento do 190 ter sua sede de chamada em Ituiutaba, tendo em vista que os servidores conhecem os endereços e localidades dos bairros da cidade.

Também defende a existência de um Conselho de Segurança Municipal atuando para controlar e minimizar a segurança dos bairros e não apenas para angariar fundos e equipamentos para as polícias locais, isso porque, na sua visão, estão atualmente bem equipadas, mas sim de existir essa articulação entre o poder público e os moradores/as dos bairros de Ituiutaba.

No último bloco, o Entrevistado 3 não sente que a cidade passe por problemas do avanço da fome e da miséria e da falta de postos de trabalho, tendo em vista o protagonismo das entidades de assistência social pública e voluntária que a cidade atualmente conta. Inclusive, ressalta que a população tem acesso ao serviço e às demandas da assistência social de forma devida, apesar dos problemas de ordem estrutural que se venha a ter. Sobre a pobreza urbana e sua incidência, o Entrevistado 3 rapidamente esclarece:

Essas questões todas interferem na dinâmica da criminalidade, da pobreza urbana, é só você avaliar a origem dos autores de crimes de patrimônio, se você for no presídio e verificar essa origem, essas pessoas vêm da pobreza e buscaram no roubo, no furto, no tráfico de drogas uma maneira de crescer, de ascender socialmente, de sobreviver, ganhar dinheiro e de ostentar, é claro que num primeiro momento buscaram a sobrevivência, mas agora pelo que vejo elas buscam mais a ascensão social com o crime. Sai da pobreza, com direito a andar com um carro bom, andar com uma roupa boa, então quer dizer, entra a questão da educação, da família que não conseguiu incutir na cabeça desse autor aí, que poderia conseguir tudo isso através da educação, da escola. Então, com certeza a pobreza influencia bastante. A gente vê a questão da situação financeira de onde essas pessoas vieram, né? O crime hoje é um meio de vida, de ascensão social, para que a pessoa vai se submeter a trabalhar num frigorífico para ganhar 1 mil e 300 reais por mês? se essa mesma quantia pode ganhar por semana ou por dia, dependendo da quantidade de drogas que consegue vender ou de um roubo que ele consegue vender, ou consegue fazer, influencia a pobreza e a educação [...] Na camada mais pobre estão presentes esses crimes mais patrimoniais. Já na camada de classe média, tá presente mais o tráfico de drogas, a violência doméstica, os crimes sexuais, os crimes organizados, os fiscais, a lavagem de dinheiro, praticado por organizações criminosas, são crimes diferentes da camada mais pobre. (Entrevistado 3, PCMG, 48 anos).

Embora essa imersão na vida criminal culmine posteriormente nessa ascensão social reiterada pelo Entrevistado 3, nem sempre essa lógica da criminalização da pobreza vai necessariamente explicar as origens e a prática de crimes nas cidades. Até porque há uma diferenciação razoável no tipo de violência e de delitos cometidos pelas classes mais pobres (roubo, furto, tráfico, mais patrimoniais) em comparação com a classe média local (associação criminosa, lavagem de dinheiro, estelionatos, delitos fiscais). A criminalização da pobreza urbana (por si só) não pode ser apenas a causa dos problemas de violência e de inseguranças das cidades na atualidade. E sim as outras desestruturas e desigualdades inerentes e presentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o Entrevistado 3, ao finalizar esse diálogo informativo com a pesquisadora, deixa claro que alguns indivíduos em Ituiutaba participam ativamente dos lucros

dos crimes de tráfico de drogas, de lavagem de capitais, da dinâmica de estelionatos e do patrimônio acumulado ao longo dos anos. Também reflete sobre os limites investigativos das instituições de segurança pública:

[...] Aqui, por exemplo, há grandes estelionatários, tem várias centrais de estelionatos, né? Grandes estelionatários que praticam crimes em vários locais do país. Aqui funciona como uma central, vários estelionatários atuam aqui, e daqui praticam crimes em vários cantos do país, nós recentemente fizemos uma operação e conseguimos tirar umas 4 pessoas de circulação, que são grandes estelionatários, eles montaram uma central, e praticavam crimes no país inteiro, com a falsificação de cartões de crédito, compravam produtos através de fraudes, de cartões fraudados no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e outros estados, traziam essas mercadorias pra cá e botavam essas mercadorias para vender em sites de empresas legalizadas, para vender nas redes sociais, isso aí é um trabalho que a gente está desenvolvendo e tirando algumas pessoas de circulação, mas é um trabalho mais difícil de fazer. [...] Então, para você se dedicar a uma investigação desse porte, precisa se organizar bem, precisa tirar um policial só para aquele trabalho administrativo e concentrar só no investigativo, e a realidade não é essa, a demanda é uma atrás da outra. E não se tem efetivo, e tempo suficiente para se dedicar em investigações mais aprofundadas (Entrevistado 3, PCMG, 48 anos).

A fala do Entrevistado 3 retrata os bastidores de investigações que vêm ocorrendo em Ituiutaba na atualidade, o que comprova que a cidade tem sido alvo de atividades correlatas aos crimes de estelionatários locais e nos mostra um pouco dessa cena das tramas ilegais vistas.

A Entrevistada 4 é servidora pública e integra o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Município de Ituiutaba (SINTEMI). A entrevista realizada aconteceu no seu local de trabalho, onde desempenha outras funções. Logo de início, por atuar com a educação de crianças e pré-adolescentes, a Entrevistada 4 conta que percebe essa desestrutura, a partir das vivências presentes nas famílias e o reflexo disso é visível no comportamento dos alunos/as dentro de sala de aula, através das microviolências dos xingamentos, brigas físicas, depredação do patrimônio público e do desacato perante a figura e o trabalho dos professores/as.

Ela compreende que seu trabalho na área de educação é importante para combater essas violências e me contou que mora em Ituiutaba há muitos anos, apesar de nascida em outro estado. Quando pergunto sobre as violências, rapidamente ressalta:

Eu moro num bairro próximo da escola que trabalho. É um bairro que isso é muito visível. Então, essa violência eu percebo mais em bairros de classe mais baixa, com pessoas mais simples, a questão que eu penso que mais influência é o tráfico de drogas, né? As crianças e jovens são usadas para isso, crianças mesmo de seus 9 ou 10 anos em que você percebe que estão envolvidas com a droga. A gente vê esse movimento nos bairros geralmente já relacionado a isso.

Entrevistadora: Quais bairros mais ou menos?

Entrevistada: Eu tenho conhecimento do bairro Canãa, o Nova Ituiutaba também porque tenho uma sobrinha que mora lá e o Nadime Derze também, porque meu irmão mora lá. E por conta também dos alunos, porque os nossos alunos/as a maioria são desses bairros e que não tem escolas próprias. O que de certa forma a Secretaria é obrigada a oferecer o transporte; então, a nossa clientela está vindo desses bairros, mais da periferia e a gente chama assim, porque eles são mais distantes e onde o índice

de pobreza é muito grande (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

A Entrevistada 4 detalha essa violência urbana mais próxima de bairros periféricos, em virtude das muitas desestruturas emocionais e sociais vivenciadas pelas famílias. Para ela, essa pobreza é percebida dentro de sala de aula nas escolas e as diferenças podem, em algum momento, torna-se alvo de conflitos, como relatado a seguir:

[...] em relação aos alunos, eu penso muito que são as relações familiares desgastadas. Aí cometem pequenos crimes, os furtos, é porque eles vivenciam isso, né? Eles relatam, eu tenho alunos que faltam muitas aulas e eu chamo para conversar e eles falam, me chamam para falar dos problemas em casa: ‘Tia... em casa minha mãe e meu pai estão brigando toda noite aí eu não durmo e é minha avó que tem que me buscar e não tem como me trazer para a escola’. Outro aluno: ‘Tia... não estou vindo para a escola porque minha mãe e meu pai não deram conta de me trazer, porque beberam cachaça demais à noite’. Então, são situações em casa que está refletindo na vidinha deles aqui em sala de aula, e qual que é o lugar onde mais convivem e onde mais socializam? E onde mais tem as diferenças...é na escola. Às vezes, determinado comportamento lá na casa deles, não conseguem expressar lá e trazem para cá para dentro das escolas, tudo aquilo que gostariam de jogar. Ontem mesmo estava conversando com o pessoal aqui da escola sobre isso. Às vezes não tem coragem de falar algumas coisas e tem medo (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

As vivências familiares refletem uma grande parte das atitudes, ações e emoções de crianças e de adolescentes, pois a escola é um dos espaços sociais que mais trabalham essa integração do saber científico com o saber social, ou seja, tudo o que é vivenciado dentro de casa, em algum momento, aparece na escola. As crianças e adolescentes tendem a seguir os exemplos das famílias e suas formas de educação comportamental. Mais adiante, a Entrevistada 4 diz que não sofreu diretamente nenhuma violência na cidade:

Eu passei por uma escola, onde passei por uma situação de assédio muito acentuado e tive alguns problemas e optei por sair dela. Foi uma situação de assédio moral por parte de um Diretor em que trabalhei na época. Foi a única situação mais grave que enfrentei. Na questão psicológica vejo isso muito na parte da família viu. [...] Então há um desrespeito também por parte da família com o corpo docente. A gente sofreu uma violência aqui na escola, de o pai entrar ali pelo portão e querer avançar ali no Diretor/a e a gente como professores/as se reuniu ali envolta para que nada acontecesse com ninguém, tanto que na escola hoje, os pais não entram dentro da escola diretamente, para entrar precisa tocar o interfone antes. Não entra mais. Já teve pai que entrou e foi tirar satisfações com outros alunos/as dentro de sala de aula por causa de brigas dos filhos/as e nós tivemos que chamar aqui a polícia para conter todos envolvidos (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

O depoimento da Entrevistada 4 foi bem contundente com relação ao aparecimento das violências em Ituiutaba. Ela começa dizendo que já passou por assédio moral por parte de um Diretor escolar e finaliza trazendo as situações conflituosas entre a comunidade de pais, os alunos/as e o corpo docente da instituição. Isso demonstra que existem violências que aparecem também nesses ambientes escolares. Ela conta que a escola adotou o uso de câmeras em seu entorno e interfone no portão, para permanecer trancado durante os intervalos em que os

alunos/as transitam pelo espaço interno da escola. Sobre a insegurança da cidade, ressalta:

Eu acho que é uma cidade tranquila embora, assim, vem a passos lentos o desenvolvimento, mas Ituiutaba cresceu e a gente sabe que isso é um dos fatores para se aumentar a violência. Sim, o bom hoje são os totens na porta das escolas e tem seguido um protocolo de acesso dentro das escolas mais rígidos, né? Mas ainda falta, por exemplo, é uma falta ainda e gostaríamos que tivesse o detector de metal, porque aqui existe, já se pegou aluno portando facas, com arma de mentira (simulacro), assim são coisas que existem. São casos mais isolados, mas tem (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

Ao mesmo tempo que retrata sobre a insegurança de Ituiutaba, acredita que a cidade é tranquila, se comparada a outras maiores e/ou mais metropolitanas. Entretanto, deixa claro que algumas escolas municipais e estaduais já enfrentam problemas de segurança interna e externa, na medida em que alguns estudantes já adentram o espaço escolar com simulacros de armas e facas. Na sua concepção, acha importante os totens na frente das escolas municipais, mas reconhece que essa tecnologia pode ter um custo financeiro mais alto para o município e argumenta que poderia ter postos policiais, isso porque até a postura da comunidade escolar na hora de buscar os filhos/as se modifica pela presença e a inibição da polícia militar. Na sua visão, o bullying aparece como a violência mais praticada no espaço escolar:

É a questão do Bullying, né? A violência verbal, entre eles mesmos. Isso causa um desequilíbrio muito grande. Às vezes, um aluno/a parte para cima do outro porque foi xingado com algo que o ofendeu, chamou de alguma coisa que não gostou, fez alguma brincadeira relacionada à cor da pele mais escura do colega, tem também já se criando entre as escolas os grupos de gangues, em que se forma um grupo contra o outro e começa a dominar a escola, isso já existe na nossa escola, claro, os meninos/as maiores participam mais disso. Entre o quarto e quinto ano, se organizam, marcam coisas nas redes sociais, e a gente já pegou muitas situações assim aqui na escola (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

Essa violência verbal e as práticas reiteradas de bullying podem ser as principais causas dos conflitos e das brigas físicas entre os estudantes, das brincadeiras de teor agressivo e preconceituoso direcionadas a determinado/a estudante em sala de aula. A Entrevistada 4 deixa evidente que mesmo que chamem o Conselho Tutelar para atuar em tais demandas individuais e/ou coletivas, às vezes a demora de atendimento deixa a desejar, mesmo em casos de violências individuais no espaço escolar.

A Entrevistada 4 ressalta que os/as estudantes vítimas de violências possuem a tendência de não denunciar seus agressores por medo de outras consequências não ditas e pelo medo constante do que possa vir a acontecer depois. Também destacou o trabalho docente coletivo interssecional, com relação ao combate de atitudes, ações, comportamentos que sejam considerados machistas, homofóbicos e racistas, que tentam primar por uma educação mais libertadora, livre das raízes das discriminações e preconceitos e tantam corrigir a visão dos

discentes que insistem em fazer piadas com as diferenças dos colegas da escola.

Para a Entrevistada 4, a população da cidade nem sempre tem os seus direitos garantidos na área da saúde pública, da segurança ou da educação, e expõe a desestrutura da sala de aula, do sistema educacional municipal, com baixos salários aos profissionais da educação municipal como parâmetro para exemplificar os direitos não alcançados atualmente. Em relação ao acesso aos serviços públicos e privados por parte da população local, reitera:

Nem todos, né? Esses bairros mais novos em relação aos serviços públicos não estão estruturados. Falta infraestrutura. Mas assim, já estão começando a existir como no Nova Ituiutaba, como um posto de saúde. Já tem uma academia ao ar livre como falam, tá tendo uma melhoria, mas está devagar ainda, principalmente com escolas e creches, precisa e tem demanda de alunos. [...] Hoje, o mais cobrado é o Parque do Goiabal, que era um lugar muito visitado e com muitos acessos e onde se tinha o lago, que eu esqueci o nome, da travessia do Novo Tempo II, que era para ser um local turístico que está abandonado. São lugares que a população parou de ir. Agora as praças têm até cuidados, oferecem esportes, né? (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

Realmente, os bairros mais novos, como menciona a Entrevistada 4, de fato possuem pouca acessibilidade de serviços públicos e privados, normalmente isso é mais visto no bairro Centro e naqueles mais próximos ao Centro. O bairro Nova Ituiutaba I-IV não possui escolas e creches próprias, apesar das demandas pedidas pelos moradores/as locais para o poder público. Em seguida, a Entrevistada 4, revela sobre um lugar que a população parou de ir que é o Parque do Goiabal, em virtude de se encontrar abandonado.

Ela relata que tem visto mais viaturas e policiamento diurno e noturno em alguns bairros, o que não via antes, mas reclama do atendimento do 190 recair nas centrais de Uberlândia (MG), de modo que defende a existência de um Conselho de Segurança Municipal em Ituiutaba. No entendimento da Entrevistada 4, as medidas a serem tomadas para minimizar a violência e a sensação de insegurança podem ser:

De repente poderia ser uma campanha pública nas escolas e nos bairros, de orientação mesmo, com conversas verbais, de fazer reuniões com os pais e a comunidade escolar, ter essa integração entre a escola e a comunidade, falar sobre as dificuldades geradas por essa questão da violência dentro das escolas. O dia que teve ataques a gente viveu uma tarde de horror, que tinham saído nas redes sociais e nem nós sabíamos, os pais se desesperaram e chegaram aqui para buscar os alunos/as, mas, na verdade, saiu no jornal local (regionalzão) por volta de meio dia e meio. Os pais não viram e trouxeram as crianças, quando chegaram em casa e a notícia se espalhou, aí voltaram para buscar as crianças de novo, porque ficaram com medo. Foi uma situação delicada! (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

Essa articulação entre a comunidade e a escola pode ser preponderante para garantir as informações sobre segurança das escolas e dos alunos/as dessas instituições. Para isso, ela exemplifica o caos gerado por boatos sobre possíveis ataques nas unidades escolares vivenciados em Ituiutaba no ano de 2023, num período em que já havia ocorrido alguns

problemas de segurança em escolas públicas de outros estados, com massacres marcados via redes sociais, envolvendo ex-alunos com assassinatos em massa, em tempo real.

No quarto bloco de perguntas, a Entrevistada 4 diz que a cidade possui muitos grupos que passam por uma situação de fome e um dos fatores que levam a isso, na sua visão, é o desemprego:

[...] Muitos grupos, eu acho que o desemprego. Aqui em Ituiutaba infelizmente tem muito isso, não só o desemprego, mas a taxa salarial, as pessoas ganham pouco, tudo é muito caro em relação ao custo de vida na cidade. A grande maioria é assalariado. Claro que com a vinda das casas populares isso amenizou muito. Porque tinham pessoas que pagavam uns 500 ou 600 reais de aluguel e hoje já não pagam mais. Pagam um valor mais irrisório. Mas aqui tem muito problema de desemprego. Eu percebo que em Ituiutaba muitas famílias sobrevivem da reciclagem na rua, catam reciclagem na rua e se mantêm assim, mesmo tendo os programas do governo, está muito difícil (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

Nesse sentido, cabe ressaltar que outros/as entrevistados/as já relataram, logo de início, as problemáticas inerentes ao desemprego estrutural enfrentado pela população de Ituiutaba, bem como as dificuldade de acesso à renda e ao emprego com melhor remuneração por parte das pessoas mais vulneráveis. Essa situação socioeconômica é uma das mais importantes para a permanência em Ituiutaba. A Entrevistada 4 resalta que a população tem acesso aos serviços da assistência social por meio das cestas básicas e de outras demandas ofertadas pelos centros de referência de assistência social dos bairros. Sobre a incidência da pobreza urbana reflete:

Com certeza. Isso interfere. A maioria das crianças vem para a escola para se alimentar, isso é uma realidade. Hoje a comida da escola e do tempo integral, a alimentação é muito boa, tem carne, verduras e frutas. A dificuldade que vivem na casa deles é muito grande. Eu penso que é o desemprego que mantém ainda essa pobreza urbana. A baixa renda familiar, são os dois principais. Porque se fosse uma cidade que oferecesse emprego, tivesse uma renda melhor, até nós mesmos, se uma pessoa da nossa família fica desempregado já sente na estruturação do orçamento do mês (Entrevistada 4, SINTEMI, 50 anos).

A visão da entrevistada 4 é bastante forte e real, tendo em vista a necessidade de alimentação ofertada pelas escolas municipais e estaduais, sendo, no mais das vezes, a instituição responsável (a escola) pelas principais refeições dos alunos/as durante o dia. Consideramos que a falta de alimentação que gera a fome e a miséria também é uma forma direta de violência urbana e Ituiutaba, mesmo pertencente à região do Pontal do Triângulo Mineiro (região do estado que apontam como sendo uma das mais ricas de Minas Gerais), parece não ter ainda superado essa situação de pobreza urbana nos bairros, da fome enfrentadas, de forma tão degradante e latente pelos mineiros/as tijucanos/as.

A Entrevistada 5 também é servidora pública atuante no Conselho tutelar de Ituiutaba. A entrevista também foi realizada na sede da instituição, no bairro Centro. Foi um dos primeiros

órgãos públicos a me repassarem informações e dados da seção epidemiológica, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, e não mediu esforços para a realização da entrevista em meados do mês de julho (2023), sendo que posteriormente, no início de setembro, fiquei sabendo de sua eleição para o Conselho de Ituiutaba.

Tabela 11 - Outras violências em Ituiutaba

Outras Violências	2019	2020	2021	2022	2023 (até junho)	Total
Violência sexual	8	10	7	58	34	117
Violência física	17	8	1	6	2	34
Violência de Autoextermínio	18	11	32	22	3	86

Fonte: Conselho Tutelar de Ituiutaba (MG). Adaptada pela autora (2023).

Na Tabela 11 é possível perceber o número avançado de notificações da violência sexual registradas no período de 2019 a 2023 na cidade, com 117 casos ocorridos, que contemplam as idades de crianças e de adolescentes entre 1 e 17 anos completos. Esse dado está de acordo com as entrevistadas realizadas com os informantes do poder público, que evidenciam o aumento desse tipo de violência em Ituiutaba.

O Conselho Tutelar de Ituiutaba repassou tais informações com todas as tabelas anuais, com as idades detalhadas por cada violência. No entanto, para preservar as idades das vítimas envolvidas, houve uma adaptação por parte da pesquisadora, numa única tabela trazendo o acúmulo dos números anuais.

Note-se que a violência de autoextermínio já aparece em segundo lugar, com 86 casos nos anos de 2019 a 2023, o que sugere que Ituiutaba possui muitas violências silenciadas, as quais não aparecem tanto assim no espaço público, mas acometem diferentes famílias nos bairros.

Em terceiro lugar, a violência física aparece com 34 casos de notificações acumuláveis entre os anos de 2019 e 2023, ou seja, são violências que ocorrem em Ituiutaba com crianças e adolescentes, sobretudo em ambientes privados. Embora os números sejam quantitativamente pouco expressivos, por se tratar de uma cidade de porte médio (100 mil habitantes), é possível perceber que, de algum modo, são violências trazidas nos depoimentos dos entrevistados/as do poder público e dos bairros, ou seja, existem e são reais, podem estar acontecendo com todo

tipo de vítima.

No início do diálogo, a Entrevistada 5 já menciona um aumento sentido pelo Conselho Tutelar em relação ao crescimento da violência física dentro do ambiente familiar, isso ocorre muitas vezes porque os pais não tem paciência para lidar com os filhos/as, principalmente os adolescentes. Na visão da Entrevistada 5, a violência sexual cresceu bastante também, com a incidência dos casos ocorrendo praticamente toda semana. A maioria das famílias atendidas pelo Conselho são de origem mais vulnerável, algumas poucas de classe média e praticamente quase nenhuma da classe mais alta de Ituiutaba, porque não chegam ocorrências envolvendo membros familiares desses segmentos. Sobre a dimensão do trabalho realizado para prevenir essas violências ressalta:

Sim, entendo que sim. Tem o mês de maio tem a Campanha do maio Laranja, que é mais trabalhado massivamente nas escolas, das crianças entenderem essa questão do toque no corpo, elas são orientadas sobre o toque no corpo, se pode ou não tocar, sobre outras questões de violência e com isso depois da Pandemia a gente percebeu que quando as escolas retornaram nas aulas presenciais, isso surgiu de uma maneira mais assustadora, porque as crianças começaram a relatar, para Professores/as, Assistentes sociais, Psicólogas, relatando o que eles/as vivenciaram durante a Pandemia em casa. Com as explicações eles/as conseguiram identificar. Em relação a sua pergunta, tem sido feito trabalhos de prevenção nas escolas, nas redes sociais, a gente sempre procura colocar alguma explicação, uma arte, uma postagem para explicar para a população os meios de denúncias com os canais, para crianças e adolescentes verem, quais as formas de violência e onde procurar ajuda (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

A Entrevistada 5 entende que exerce um trabalho que pode prevenir essas formas e tipos de violências em Ituiutaba. Retrata também a importância das campanhas de prevenção visando minimizar esse cenário de conflitos e apresenta o que tem sido feito na atualidade em relação a essas medidas nas escolas e nas redes sociais do próprio Conselho Tutelar. No que tange às violências aparecendo nos bairros, a entrevistada 5 observa:

Olha, para a gente as denúncias surgem por pessoas que não querem se identificar. Normalmente, as pessoas ligam no telefone fixo porque não aparece os números deles/as e daí relatam sobre a situação de outras pessoas, de situações que ficaram sabendo de uma criança ou de adolescente que sofreu algum tipo de violência. Através do disque 100 sendo encaminhado ao Conselho Tutelar por e-mail, para a PCMG e para o MPMG, então é feito esse encaminhamento para os três órgãos. O que chega mesmo do disque 100 são as violências sexuais. As violências físicas também chegam e são denunciadas, ou as polícias que quando são acionadas nos comunicam também para dar continuidade no acompanhamento e às vezes algum órgão da rede, ou no pronto socorro às vezes identificam alguma marca de agressão, que pode ser uma suposta violência doméstica, ou contra criança e adolescente, nos acionam também.

Entrevistadora: Então pelo que você falou são as violências físicas, psicológicas, sexuais, maus tratos, abandono tem?

Entrevistada: Abandono quase não tem. O abandono de incapaz teve uma época que teve mais isso, como no caso da mãe sair para trabalhar ou resolver algo e deixar crianças sozinhas no lar, isso no fim do ano passado (2022) teve alguns casos. Esse ano isso ainda não chegou (2023). Esse ano teve mais a violência física e a sexual

(Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

Desse modo, percebe-se que as denúncias anônimas são realizadas pela comunidade visando coibir as situações de violência. A Entrevistada 5 deixa claro no depoimento a articulação existente entre os órgãos da rede de proteção de Ituiutaba e do trabalho sistêmico efetuado para elucidar esses casos. Também aponta a modalidade física e sexual como sendo as que apareceram nas situações investigadas no ano corrente de 2023.

A Entrevistada 5 relata sobre os sistemas informáticos integrados entre o Conselho Tutelar e outros órgãos estaduais da cidade visando armazenar as denúncias e demais informações investigativas sobre os problemas de violências enfrentadas por crianças e adolescentes e ressalta:

E as principais demandas são de convivência familiar ou comunitária, onde se tem ali algum direito sendo violado, seja de negligência, de maus tratos, que acontece dentro do ambiente familiar. No caso do bairro Centro aparece essas questões de convivência familiar e comunitária, o bairro Nova Ituiutaba também a questão da convivência familiar e comunitária, às vezes tem ambiente conflituoso com brigas, negligências, maus tratos. O bairro Natal aparece as questões de violência sexual. [...] Enquanto Conselho Tutelar é sobre a convivência familiar e comunitária, porque se enquadra também no que a gente já verificou ultimamente, por exemplo, de pais que dão/ofertam/facilitam cigarros normais e eletrônicos aos filhos/as, um outro crime seria a própria violência sexual dentro do ambiente familiar, geralmente feita por padrastos e também a violência física (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

A respeito das violências que o Conselho trata, a Entrevistada 5 deixa evidente, em sua fala, o que cada bairro analisado pela tese tem de mais aparecido. No caso do Centro, foram problemas de convivência familiar e comunitária, o mesmo pelo bairro Nova Ituiutaba I-IV. Já no bairro Natal, apareceram as questões sexuais correlatas à violência. Além disso, a Entrevistada 5 detalha que muitos pais ofertam e facilitam o uso de cigarros normais e eletrônicos aos filhos/as menores de idade, bem como a existência de violência física e/ou sexual perpetrada por padrastos e demais agregados da família.

A Entrevistada 5 nunca passou por um episódio de violência diretamente, mas deixa claro na sua análise que outras colegas conselheiras já passaram por problemas de desacato e de agressão física ao atender algumas famílias na cidade. Nesses casos, é necessário pedir a interferência da polícia militar para lidar com essas questões de violência. Como pesquisadora, precisei perguntar sobre as famílias em situação de drogadição e a Entrevistada 5 responde, detalhando:

Entrevistadora: Vocês identificam que às vezes os pais dessas crianças e adolescentes podem estar ligados às redes de crimes? Ou com envolvimento com drogas? Ou até mesmo com o uso de álcool e outras drogas lícitas?

Entrevistada: Sim, nós identificamos isso também e encaminha isso para a Rede, porque temos o CAPS, o Alcoólicos Anônimos, tem o pessoal do CEREIA, mas

infelizmente a maioria não adere. A gente encaminha para os CREAS/CRAS também, por ter essa parte de álcool e drogas e fazer esse trabalho e para acompanhamento psicológico, psiquiátrico, solicitamos outras consultas, a gente orienta com relação às atitudes que podem culminar na perda da guarda dos filhos, a gente encaminha para o MPMG. Isso porque antes de virar um processo, a gente esgota todos os recursos possíveis de ajudar aquela família a sair daquela situação. Mas infelizmente muitos não aderem (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

O que comprova que a atuação dos órgãos da rede sistêmica de proteção de Ituiutaba segue esses protocolos em relação a amparar essa população com problemas sérios de drogadição e os encaminha para a assistência social, visando retirar aquela família em situações de violências e/ou que enfrentam a realidade de drogadição dos pais. No entanto, por variados problemas nem todos/as aderem a ajuda, em virtude de não conseguirem sair das amarras e dos ciclos de violência em que estão envolvidos/as.

A Entrevistada 5 diz que nunca se sentiu insegura em Ituiutaba e credita a isso ao policiamento diurno e noturno realizado nos bairros da cidade, mediante a troca de Comando das instituições de Segurança Pública da cidade. Também considera o uso dos totens (Olho Vivo) como sendo importante para acompanhar os crimes em tempo real em Ituiutaba e coibir determinados atos criminosos sendo eficaz para promover outras formas de vigilância e de punição dos envolvidos/as. Sobre a violência mais vista enquanto modalidade na cidade, é categórica em afirmar que:

É a violência sexual. Que infelizmente não escolhe a classe social, o sexo, tem algumas situações envolvendo meninos e não somente as meninas. E dentro do ambiente escolar também já aconteceu algumas situações de assédio em que tem professores que mandam algumas mensagens nas redes sociais, ou até mesmo um toque ali que a/o adolescente se sente constrangido/a já se tem casos e chegam aqui no Conselho. Mas no geral é a violência sexual mesmo em todos os bairros (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

Essa violência sexual apontada pela Entrevistada 5 também aparece no rol de preocupações em relação a esse crescimento, apontados já por outros/as entrevistados/as dos bairros e do poder público local, tendo em vista os problemas inerentes a essa realidade imposta pela pandemia (2020-2022). Nesse fragmento da Entrevistada 5, ela, inclusive, detalha também a interferência dessa violência sexual presentes entre discentes e docentes (rede municipal e/ou estadual) em conversas informais nas redes sociais e determinados toques nos corpos de crianças e adolescentes fazendo com que fiquem constrangidos/as no espaço escolar.

Sobre o tratamento de informações pelos órgãos da cidade e da região, a Entrevistada 5 novamente relaciona a articulação entre os órgãos da rede de proteção, e a troca de dados, informações, levantamentos entre as instituições municipais e estaduais. No entanto, o sentimento e a percepção da impunidade generalizada pelo lado das famílias é algo crescente

em situações complexas envolvendo crianças e adolescentes:

O que a família nos cobra muito é a questão da punição, o que é complicado, porque precisa virar processo, ter investigações em andamento. Os casos mais complexos são os que não têm a conjunção carnal, porque o toque por cima da roupa é uma forma de estupro de vulnerável quando o adolescente tem abaixo de 14 anos, não houve a conjunção carnal, mas teve a tentativa de assédio, ou um ato libidinoso. Mas aí fica a palavra da vítima contra o da outra pessoa também. **É um caso complexo de ser investigado, é bem mais afundo e às vezes as famílias ficam com essa sensação de impunidade, por não acontecer nada, e muitas depois disso acabam desenvolvendo um quadro depressivo e por mais que se tenha uma medida de proteção, é feito o boletim de ocorrência e acaba se fazendo depois a medida protetiva, para o afastamento daquele agressor da convivência comunitária e familiar. Mas as vítimas sabem de notícias do agressor, que foi vista em tal lugar, e não gostam de saber que não ocorreu nada, a gente orienta que essa parte de investigação é só com a polícia por ser mais minucioso, que a gente enquanto órgão precisa dar a credibilidade para a palavra da vítima.** Isso é bem complexo (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos, grifo nosso).

O depoimento da Entrevistada 5 bem revela essa sensação de impunidade sentida pelas famílias que passam por situações de assédio ou da tentativa de abuso sexual. Ela também aborda sobre o embate entre a palavra do agressor e da vítima e o quanto os familiares ficam numa situação de vulnerabilidade em relação a esse tipo de violência, isso se esbarra com os limites do trabalho do Conselho Tutelar que não é investigatório como no caso das polícias. Muitas famílias não denunciam os agressores por medo de represálias e por ameaças recebidas.

Mais adiante, a Entrevistada 5 diz que nem todos os direitos são respeitados e garantidos à população da cidade. Em especial a falta de escolas e de creches para os bairros Natal e Nova Ituiutaba I-IV, o que tem se mostrado obstáculo para que as mães solteiras consigam ter um trabalho remunerado e tenham onde deixar seus filhos/as durante o dia:

Precisa melhorar algumas coisas. Em relação à educação, tem crescido muito a demanda por creches e tem um número grande de mães que nos procuram de vagas em creche porque precisam trabalhar. Procuram perto de casa e não tem, principalmente no Natal e no Nova Ituiutaba, e às vezes elas não têm condições de pagar um transporte para levar para uma creche mais longe de casa, infelizmente tem várias creches na cidade que não foram terminadas ainda. Estão por construir. A gente tem cobrado esta questão das creches e das vagas.

Entrevistadora: São mães solteiras ou mais casadas? Ou é misto?

Entrevistada: Não. Aliás depende. Tem as casadas também, mas a maioria são mães solteiras, que geralmente não tem outro sustento ou renda dentro de casa, a maioria que nos procuram são diaristas e recebem o Bolsa Família, muitas vezes o pai não ajuda, não paga pensão alimentícia, a gente encaminha para a assistência judiciária ou para a Defensoria Pública para regularizar essa questão da pensão alimentícia, já que é um direito da criança e do adolescente. E uma questão que tem nos procurado é com relação às vagas de tempo integral. Às vezes, no primeiro ano, ou no terceiro ano, aqui em Ituiutaba são poucas as escolas de tempo integral assim e não são em todos os bairros. As mães realmente precisam trabalhar, não tem a rede de apoio com quem deixar e para pagar para uma pessoa olhar é difícil, porque muitas vezes o salário vai todo para isso. Então, no mais, é a questão da educação e a saúde também, com relação a ausência de neuropediatras, não tem na cidade e é necessário para quem precisa, principalmente para crianças e adolescentes, para os autistas, que aí é encaminhado para o Tratamento fora de Domicílio e as consultas são em Uberlândia, mas também

não é sempre e nem todo mundo consegue esse acesso porque tem uma lista de espera grande. Então é importante ter neuropediatras em Ituiutaba (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

Como no fragmento em que foi destacado, há uma necessidade de estrutura na saúde pública com a presença de médicos da área de pediatria, para auxiliar essas mães no cuidado com crianças e adolescentes, até porque nem todas as famílias conseguem se deslocar até o município de Uberlândia (MG) para garantir esse atendimento. As mães em situação de vulnerabilidade dependem do apoio do poder judiciário e do acesso à Defensoria Pública da cidade para conseguir garantir minimamente a pensão alimentícia. Na visão da Entrevistada 5, atualmente a população tem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados nos bairros através de consultas, atendimentos de todo tipo, a exemplo dos psicológicos.

Sobre o policiamento diurno e noturno, a Entrevistada 5 afirma que durante os plantões ou visitas externas aos bairros Natal e Nova Ituiutaba I-IV consegue perceber a presença das viaturas e rondas por parte da polícia militar e que isso assegura a segurança urbana dos moradores/as locais. Também defende a implementação o Conselho de Segurança Municipal na cidade. No que tange às medidas a serem tomadas, para minimizar a violência e a sensação de insegurança, para a Entrevistada 5, se dá mediante o fortalecimento de vínculos dentro dos CRAS/CREAS, sendo que todo bairro tem e que a família pode estar procurando por demanda espontânea.

No último bloco, a Entrevistada 5 ressalta que os problemas de fome e miséria têm sido resolvidos em Ituiutaba através da articulação da assistência social, do trabalho de voluntários das organizações não governamentais e demais entidades religiosas. Na sua visão, a população tem acesso aos serviços da assistência social de Ituiutaba e tem suas demandas atendidas, que as licitações de cestas básicas emergenciais foram gradualmente sendo resolvidas pelo poder público local. Sobre a pobreza urbana, observa:

Às vezes, eu penso que pode ser a questão de oportunidade, de trabalho, que às vezes a pessoa busca e não consegue, através dos CRAS/CREAS, tem até mesmo os cursos que são oferecidos pelo governo de forma gratuita também, a pessoa pode se capacitar para o mercado de trabalho. Agora eu acho que a questão da pobreza urbana não interfere nessas questões em si da violência, acho que falta muita informação de onde conseguir buscar ajudas, a questão do medo de ameaças, a questão da classe social mesmo, eu acho que não interfere, não (Entrevistada 5, Conselho Tutelar, 35 anos).

A Entrevistada 5 foi a única em afirmar que a pobreza urbana não interfere nas questões de conflitos e sim outros fatores de desigualdades é que podem interferir nessa questão da incidência da violência urbana presentes na sociedade e em Ituiutaba. Ela ressalta que o Conselho tutelar trabalha com o sigilo em relação a esses casos de violência e as informações

são repassadas apenas aos órgãos competentes e que, por isso, na sua visão, algumas famílias de classe média alta não querem se envolver ou pedir ajuda ao Conselho para não serem expostas.

A Entrevistada 6 é servidora pública e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social no bairro Natal, mas que também atende parte do Nova Ituiutaba I-IV. O diálogo que se segue ocorreu na sede da instituição durante o seu expediente de trabalho.

Logo de início, a Entrevistada 6 revela que no bairro Natal há problemas sociais com relação à drogadição de uma parte de cidadãos/as que frequentam o bairro. Já no Nova Ituiutaba I e III, há violências correlatas à violência doméstica e familiar. A Entrevistada 6 trabalha com as duas fases dos ciclos de violência, quando se rompe o vínculo familiar e quando se restabelece novamente. Também ressalta a importância da articulação dos órgãos de proteção da Rede para a elucidação desse caso de violência presentes no meio familiar.

Ela deixa claro que o trabalho de prevenção e orientação que a instituição oferta representa diretamente as formas de prevenção às violências e entende que esse seu trabalho é eficaz para combater essas diferentes formas de conflitos. Desse modo, com relação as violências dos bairros, salienta:

Tem diferenças, sim. A gente até estava comentando esses dias isso. O bairro Natal ele é mais antigo, o conjunto do Nova Ituiutaba são mais novos, eles têm uma forma de caracterização, por exemplo, o bairro Natal tem uma população mais velha, de acompanhamento que a gente vai fazendo e das demandas que temos, são pessoas mais idosas de uns 40 anos para cima, que não se tem tantos jovens assim, já o bairro Nova Ituiutaba devido os critérios para os conjuntos para ser contemplado no Minha Casa, Minha Vida, principalmente pelo programa de governo, ele tem uma seleção de critérios, primeiro é ser mãe solo, tem a questão de ser um idoso, do critério social e de renda, então a gente percebe que a população dos 4 conjuntos tem uma população mais jovem, no sentido até mesmo pelo fato de fazer atendimento individualizado, para quando elas veem para fazer a solicitação de algum benefício, a maioria são de mulheres, que são os arrimos de família, são as que fazem o cadastro, então assim, a gente vê essa diferença. O bairro Natal, por ser mais antigo, a gente sabe que tem a questão da drogadição. Porque todos os CRAS e nós temos uns 6 em toda Ituiutaba e 1 CREAS, cada equipamento está numa região da cidade em que se tenha algum tipo de vulnerabilidade social, então se o CRAS Natal está situado aqui tem uma especificidade o porquê dele estar aqui. Assim como no Canã, do Buritis que é situado lá no Canã, o do Alvorada, o do Ipiranga, a população do Nova Ituiutaba ela é mais jovem, então das pessoas que a gente atende lá, sempre nos relatam que tem muitos conflitos, tem muito ponto de drogas lá nas ruas, tem muitos traficantes, tem muitas pessoas que é um aviãozinho, a gente percebe também pelas reportagens, que saem nos noticiários tem assaltos, pessoas do bairro que foram presas, se não me engano final de semana passado teve um homicídio e foi dentro da casa de uma pessoa lá do Nova Ituiutaba, então a gente vê que o ciclo de violência é maior nesses quatro novos conjuntos. No Natal tem também esses problemas, principalmente no Jerônimo Mendonça que é o bairro seguinte, o de cima. O Novo Tempo I é nosso, cuidamos também dali, como são bairros mais antigos, e tinham denominações de ser do bairro Natal, sabe aquela caracterização de ser um bairro perigoso? Então, dessa forma, mas a gente percebe que essa questão da drogadição e de violência ela está espalhada pela cidade. Hoje ela não se concentra só num lugar ou no outro. Se você pegar o Centro, que dizem que é a parte mais nobre da cidade, não deixa de ter violências. A violência

em si, independente de qual seja, ela está distribuída na cidade inteira (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos).

É possível perceber, pelo depoimento da Entrevistada 6, essa diferenciação de violências vistas nos bairros da cidade. Primeiramente, retrata sobre a questão de drogadição do bairro Natal e logo em seguida faz essa contraposição da população do Nova Ituiutaba I-IV, que tende a ser mais jovem, mediante os critérios específicos da política pública de acesso a habitação (Programa Minha Casa Minha Vida). Mais adiante, ela relata sobre a necessidade dos trabalhos sociais e de assistência realizados pelos CRAS/CREAS e que existem em localidades estratégicas da cidade em virtude da vulnerabilidade que os cidadãos/as locais estão sofrendo. Um ponto interessante abordado pela Entrevistada 6 foi de deixar frisado no seu depoimento que a questão da violência comum é percebida em todos os bairros de Ituiutaba, ou seja, tais violências possuem esse caráter relativo à sua movimentação e/ou incidência de ocorrer em todo lugar, em todos os bairros, com todo tipo de pessoa, independentemente da classe, da profissão, do bairro. Em suma, pode acometer a qualquer pessoa e não está concentrada apenas num determinado bairro. No que tange aos principais crimes que ocorrem nos bairros da cidade, a Entrevistada 6 observa:

Olha, aqui tem muito essa questão de drogas. Muitos casos envolvendo tráfico de drogas. Tem o furto, tem o roubo de fiação elétrica por conta do cobre e geralmente a renda tem a ver com a compra de drogas, enfim, é um ciclo. Teve uma ação que se não me engano, até aqui na nossa abrangência, perto da Minas Gerais, teve um dia que fizeram um ‘fecha’, ou seja, pararam num determinado local em que se estava com a suspeita de compra, por exemplo, estava tendo muito na travessia do Novo Tempo I para o Novo Tempo II é tudo iluminado então roubaram a fiação todinha aqui mesmo do equipamento do CRAS, dos prédios ali debaixo, roubaram a fiação por conta do cobre, do outro local também. Aí eles tiram porque tem um valor considerável, então vendem e repassam por essa questão das drogas. A violência doméstica a gente sabe também que tem. Tem as negligências também contra idosos, a violência sexual eu não sei tanto, isso não chega aqui (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos).

Em linhas gerais, a Entrevista 6 aborda sobre os tipos de crimes e violências mais perceptíveis nos bairros, aliás, depoimento concentrado quase que exclusivamente no relato de roubo de fiação elétrica para a retroalimentação do negócio ilegal de vendas e revendas de drogas em Ituiutaba, mas não deixa de mencionar sobre a violência doméstica e familiar. Já em relação à violência sexual, como deixa especificado na entrevista, é mais perceptível nos atendimentos do Conselho Tutelar por ter que lidar diretamente com essas formas de violências no âmbito familiar. Sobre as violências sofridas enquanto profissional, ressalta:

Ah...já. A violência verbal com xingamentos, aqui mesmo como servidora pública. Agora, agressão física não. Institucional também nunca tive nenhuma violência, foi mais por parte de agressão verbal mesmo, de xingamentos, gritos e tudo. A gente tem o 190 e a nossa equipe aqui, quase todo mundo é mulher, né? Quando precisou a gente

ligou e pediu, a viatura veio e fez todo o processo, teve boletim de ocorrência e foi isso (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos).

A Entrevistada 6 detalha sobre a violência verbal sofrida durante o seu expediente de trabalho e por ter uma equipe composta por mais mulheres. Quando precisou da interferência da polícia militar manifestou e a situação culminou no registro de um boletim de ocorrência para conter a situação de violência posta. Com relação às medidas de segurança adotadas nos bairros de Ituiutaba, a Entrevistada 6 argumenta sobre a troca do Comandante do Batalhão e sobre a percepção de segurança urbana dos cidadãos/as do bairro Natal, onde observa atentamente:

Com a troca do novo Comandante, que assumiu o Batalhão daqui, está tendo uma parceria maior e tendo as rondas com uma frequência maior, tanto nos bairros que temos abrangência quanto na cidade toda. Porque isso é perceptível. Eu acho que antes, eu estou no CRAS faz uns 5 anos já, ficava um pouco a desejar até mesmo porque a própria comunidade fala. A gente tem os usuários do equipamento que moram no bairro Natal há mais de 50 anos, tá tendo uma demora, mas é algo ainda gradativo. Os policiais tem aparecido mais, quando precisam de alguma questão e a comunidade pede, eles nos atendem. Tem atendimento, a gente vê a movimentação deles. Sei que a Central não é mais aqui, é em Uberlândia. Hoje a gente consegue ver eles em circulação pelos bairros. Em apoio à comunidade toda. O Nova Ituiutaba eu não sei te falar se especificamente está tendo, essa questão maior de rondas, eu sei que quando os dois últimos foram entregues estava tendo a questão do vandalismo mesmo, de roubo, de fiação elétrica das casas novas que estavam entregando, de acessórios da casa mesmo, pias, vasos sanitários, porque as famílias ainda estavam se organizando de mudanças, então a gente sabe que teve isso. Sabemos que a polícia teve que ir fazer mais segurança por lá pelos furtos e roubos. Hoje já não sei te falar como que está o bairro, até porque a presença dos policiais inibe um pouco e dá uma paz para quem mora no Nova Ituiutaba (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos).

No depoimento foi perceptível notar sobre a questão das rondas de viaturas policiais nos bairros, em especial no Natal e no Nova Ituiutaba I-IV, inclusive dos problemas vivenciados pelos cidadãos/as, que foi o vandalismo generalizado mediante a entrega das residências.

No geral, a Entrevistada 6 detalhou que a segurança pública tem sido gradualmente oportunizada aos bairros mais distantes do Centro, com a ronda de viaturas policiais. Mais adiante, ela observa sobre a importância da implantação de totens de segurança nas escolas municipais visando elucidar os conflitos entre os alunos/as e na possível elucidção de cenas urbanas relativas à realidade criminal. Na sua visão, essa segurança oportunizada para as crianças e suas famílias é crucial para lidar diretamente com essas violências.

A violência mais vista, na sua concepção, é a psicológica, vivenciada nas relações familiares e nas relações amorosas na atualidade. A Entrevistada 6 explica que essa modalidade tem sido comum e muito negligenciada entre as famílias e entre algumas instituições. Apesar disso, Ituiutaba conta com o trabalho articulado dos órgãos da Rede de proteção que englobam as instituições de segurança pública, de assistência social e do poder judiciário, em prol da

solução das situações de violências vivenciadas nos bairros.

A Entrevistada 6 deixa claro que as vítimas possuem a tendência de não denunciar formalmente os seus agressores, sobretudo por medo, desconhecimento, dependência emocional e econômica vivenciados, principalmente, no caso da violência doméstica e familiar:

O trabalho com uma mulher que sofre violência é mais detalhado e específico. Igual mesmo à questão da criança e do adolescente que são vítimas de abusos, a pessoa chegar e falar o que está acontecendo, tem todo um contexto ali por trás, que precisa ser trabalhado e ouvido. Qualquer vítima de violência só consegue falar se ela se sentir acolhida. Ou se você tiver um vínculo com ela. À medida que você constrói esse vínculo ele/a vai te falar o que está acontecendo. A pessoa fala com você e vem outra equipe e a pessoa não vai contar por não ter esse vínculo. **O acolhimento em si é muito importante, porque às vezes se julga muito, principalmente nas questões das mulheres, ela sofre violência e porque ela não sai de casa? Porque não denuncia? Só que é entender o contexto. O que leva a pessoa a não denunciar? Para entender é algo bem mais complexo. As respostas estão nas entrelinhas que ela não vai dizer e contar abertamente. Mas você vai precisar entender para fazer as leituras enquanto profissional.** (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos, grifo nosso).

O acolhimento psicossocial é um fator fundamental para as vítimas de violências nas cidades, conforme ressalta a Entrevistada 6, mediante essa escuta dialogada e uma interpretação mais ampla dos fatores que causam e mantém estruturalmente as violências no meio familiar. Não basta apenas julgar as vítimas abertamente e sim compreender o contexto psicológico e social em que estão inseridas e os vínculos e laços dos relacionamentos (e do grau de adoecimento psíquico) que todos/as os envolvidos/as estão expostos.

Sobre as situações de racismo e machismo, a Entrevistada 6 não passou pessoalmente, mas compreende que possam estar imbricadas nas relações de violências vivenciadas entre as partes. Em relação à homofobia, relata apenas uma situação de preconceito ocorrido com um amigo próximo, ou seja, diz respeito ao âmbito privado e não uma ocorrência pública em seu local de trabalho.

No terceiro bloco, sobre o cotidiano na cidade, a Entrevistada 6 ressalta que em grande parte muitos direitos têm sido garantidos à população de Ituiutaba a começar, por exemplo, com as residências entregues no bairro Nova Ituiutaba I-IV, as atividades sociais garantidas pelos CRAS, como a distribuição de cestas básicas a quem mais necessita, ainda que com todos os problemas estruturais e orçamentários enfrentados na atualidade. Também complementa com o acesso a educação municipal, com a oferta de computadores, uniformes, acesso à merenda e material escolar, bem como retrata sobre o acesso de matrículas na rede pública de ensino estadual garantidas em Ituiutaba.

A Entrevistada 6 deixa claro que a população tem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados no bairro Natal e Nova Ituiutaba I-IV, mas que precisam melhorar em

função da falta de espaço físico para realizar atendimentos presenciais sigilosos. Sobre o transporte público, enquanto um direito, observa atentamente:

Agora a questão do transporte coletivo, antes a gente sabe que tinha uma linha, agora eu acho que com a questão do busão do povo, a gente está fazendo os atendimentos lá e vamos para lá toda sexta-feira pela manhã, para atender a comunidade lá e porque a gente sabe que é muito longe o equipamento, lá no Nova Ituiutaba para comunidade vir a gente sabe que é longe, que para muitas famílias é difícil vir por conta da locomoção, de ter filhos pequenos, de ser idoso, ou de estar gestante, a gente compreende esta questão. Agora com o ônibus, igual o dia em que a gente estava lá, era um fim de semana antes de entregar. A comunidade já estava comentando agora vai ficar mais fácil porque vai ter uma outra rota, a gente vai conseguir sair daqui e ir ao Centro ou a outro lugar, porque vai ficar mais fácil e isso vai oportunizando o acesso. Principalmente para aqueles em que esse acesso é mais restrito. Alguns podem criticar, falar, não tem como eu criticar e falar de algo que eu não utilizo, que na minha perspectiva hoje não faria uma diferença porque não utilizo. Então é saber de quem utiliza do serviço, quem usa todo os dias, que realmente precisa que consegue falar se está sendo efetivo ou não. Na minha concepção do que eu já ouvi hoje é que o ônibus é uma questão efetiva. Porque está garantindo muito mais o direito de ir e vir daqueles que não tinham isso antes (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos).

O fragmento acima retrata sobre a importância do olhar sensível por parte da assistência social, percebendo a dificuldade de locomoção urbana enfrentadas pela população dos bairros mais distantes do Centro. A Entrevistada 6 destaca no seu depoimento sobre a vigência do Busão do povo, como uma forma de dar essa acessibilidade de transporte coletivo a quem mais necessita sem a cobrança de passagens para os usuários em toda cidade, essa perspectiva de acesso pode ser mais medida através daqueles/daquelas que mais usufruem do transporte coletivo em Ituiutaba, tendo o seu direito de ter o acesso à cidade nas mais diversas nuances da vida cotidiana.

A Entrevistada 6 aponta a praça Mário Natal como sendo um espaço que a população de Ituiutaba evita de ir e de circular em função da aglomeração de usuários de drogas a partir das 16 horas e no período noturno e isso ocorre em virtude de especificidades da população do bairro. No entanto, em virtude de trabalho executados pela assistência social, pela Fundação Cultural e demais atividades locais, aquele espaço da praça do CEU tem sido, gradualmente, transformado socialmente por meio das atividades desenvolvidas pela comunidade.

A Entrevistada 6 nunca passou por violências no ambiente de trabalho, apenas por situações correlatas à aceitação de Gênero. Então, em virtude de ser uma mulher jovem na direção de um cargo da área de assistência social, percebeu que foi questionada por membros de outras instituições locais, muitas vezes em função de ser mulher e ter pouca experiência profissional na área e por ser jovem.

Ademais, ao relatar sobre o policiamento, durante a entrevista informou que essa situação melhorou mais nos bairros. Entretanto, não vê tantas rondas no bairro Nova Ituiutaba

I-IV. Acha importante e válido existir um Conselho Municipal de Segurança em Ituiutaba visando promover a ordem pública da cidade. Para a Entrevistada 6, a orientação e a informação são medidas eficazes para promover a diminuição real da violência e da sensação de insegurança da cidade.

O quarto e último bloco trata sobre a alimentação, a assistência social e a pobreza urbana, momento em que a Entrevistada 6 começa dizendo que há grupos e segmentos que passam pelos problemas de fome na cidade em virtude da migração de estado e pelo desemprego estrutural enfrentado mediante um menor índice de escolaridade, de modo que:

Ah tem sim. Por exemplo, a gente recebe muito as famílias do Nordeste, geralmente quando vem são famílias muito numerosas com muitos filhos. Chegam famílias em que uma parte já está aqui e aí os outros veem. O que gera isso é principalmente é a falta de estudos porque a maioria deles tem a escolaridade muito baixa. Não conseguem empregos por essa questão da escolaridade, porque tem empregos que exigem um nível de escolaridade. Aí tem que trabalhar sendo autônomo. Durante a pandemia, porque agora estamos no pós-pandemia, essa questão do número de pessoas autônomas cresceu muito. Muitas perderam o emprego formal e foram para o informal. Isso influenciou muito. E o quantitativo de pessoas que mudaram de um estado para o outro também influencia demais. A gente atendeu família aí com umas 15 pessoas na casa, umas 11 pessoas vivendo na mesma casa. A gente identifica também algumas questões culturais, porque eles/as veem e trazem essa questão cultural junto, geralmente são famílias numerosas e grandes.

Entrevistadora: Vocês identificam só vindas do Nordeste ou de outros estados do país?

Entrevistada: Não, mais do Nordeste mesmo. Tem uma questão de que quando mudam para Ituiutaba a maioria recebe o Bolsa família e precisam atualizar o Cadastro Único do governo federal e que dá acesso aos benefícios, muitas das vezes não querem atualizar o cadastro aqui no município, porque o valor de um estado para o outro pode ter uma diferenciação, no Nordeste tem os valores e as vezes é maior por conta da cidade onde moram, do contexto e do nível de pobreza e tudo isso interfere. Acontece de às vezes não atualizar o cadastro. Pode ter uma mudança de valor. As famílias que a gente recebe aqui no CRAS são do Nordeste e são muito numerosas geralmente (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos).

As famílias numerosas vindas da região Nordeste que recebem o Bolsa Família, muito provavelmente, formam a mão de obra precarizada das usinas, das indústrias sucroalcooleiras e dos frigoríficos locais, que demandam dessa mão de obra com pouca escolaridade para os trabalhos insalubres, e que circundam a cidade de Ituiutaba e da região. Os migrantes nordestinos integram a massa de trabalhadores/as que também ajudaram na construção do município de Ituiutaba e que, junto com a cidade, estabeleceram sua história e as marcas culturais ao longo do tempo. No entanto, por não atualizarem o benefício do Bolsa Família, haja vista a mudança de estado, perdem a pouca renda que possuem. Essa é uma realidade difícil de observar e de dizer, mas é a realidade vivenciada por muitas pessoas em situação de extrema pobreza urbana.

A Entrevistada 6, por trabalhar na área de assistência social, percebe que a população

tem acesso aos serviços da assistência social ofertados na cidade e tem suas demandas mais urgentes atendidas. Sobre a incidência de pobreza urbana, revela:

Para mim, um dos fatores principais é o desemprego que mantém a pobreza urbana e a falta de escolaridade também interfere. Porque é uma sequência, se você tem um nível de escolaridade, às vezes você consegue um trabalho formal. A maioria das empresas hoje exigem um nível mínimo de escolaridade, pelo menos o ensino médio para poder entrar. À medida que não tem um nível de escolaridade já vai pelo lado do trabalho informal. Muitas das vezes não consegue atender o que a família precisa. Até mesmo as questões individuais deles mesmo então isso aumenta de criminalidade. Porque as vezes o que se é oferecido na rua é mais vantajoso. As pessoas vão por aquele caminho porque é uma porta ali aberta. As vezes até mais rentável em termos de valores de dinheiro (Entrevistada 6, CRAS – Natal, 31 anos)

Para a Entrevistada 6, a pobreza urbana se mescla com as problemáticas do desemprego e da baixa escolaridade. Na sua visão, são dois grandes obstáculos que vão recair, sobretudo, nas engrenagens ilícitas da criminalidade, da insegurança e da violência, isso porque a imersão na vida criminosa é muito tentadora num primeiro momento, porque pode proporcionar o acesso ao dinheiro fácil. Ademais, trata-se de um caminho com uma porta aberta de entrada, mas que, com o passar do tempo, pode tornar-se problemático, por conta das arriscadas situações de riscos, inerente a uma vida no submundo do crime.

Nesse sentido, o conjunto das seis entrevistas realizadas com informantes do poder público, de fato, demonstram a situação real da violência urbana encarada pelos bairros do município de Ituiutaba (MG). Trabalhamos com uma perspectiva de destacar as partes, com as falas que mais mostram essas formas e modalidades de violências, para tentar realçar o contexto sociopolítico em que a população tijuicana tem vivenciado, em especial após o período pandêmico (2020-2022).

O poder público local, por atuar (ou já ter atuado) diretamente com as questões das diferentes violências em Ituiutaba (MG), ofertou para a pesquisa um importante olhar acerca desse panorama correlacionando aos principais crimes urbanos cometidos nos bairros da cidade.

Cada profissional do poder público entrevistado/a conseguiu trazer suas contribuições pessoais para a pesquisa e a respeito das violências mais ocorridas em Ituiutaba e com seus cidadãos/as locais.

Esse conjunto das entrevistas realizadas trouxe diferentes panoramas, desde a violência de furtos e roubos, uso e consumo de drogas, até mesmo o aumento da violência sexual durante a pandemia, sendo a mais destacada entre os entrevistados/as do poder público da cidade. No início desta tese, diferentes autores das ciências humanas, como Fanon (1968), Hannah Arendt (1985), Yves Michaud (1989) e Jayme Paviani (2016), também reconhecem a violência sexual como sendo algo bastante gravoso nas cidades e nas relações entre as pessoas.

Os depoimentos das entrevistadas da área social, respectivos ao Conselho Tutelar, do Sindicato de professores municipais e do Centro de Referência de Assistência social, evidenciam na prática como se dá o tratamento social com relação às demandas da população mais pobre que mora em Ituiutaba e da articulação dos órgãos públicos locais para lidar com tais demandas correlatas a essa realidade dessas violências. Tanto Jayme Paviani (2016) quanto Régis de Moraes (1981) defendem que iniciativas sociais podem de algum modo contribuir para combater as desigualdades nas cidades e as violências cotidianas.

Já os depoimentos dos entrevistados dos órgãos relacionados à segurança pública e ao sistema de justiça criminal, que foram as Polícias Militar e Civil de Ituiutaba e o Ministério Público de Minas Gerais, revelam, de fato, os problemas inerentes à realidade dos casos criminais e a forma de tratamento legal realizado por estes órgãos públicos. Também enfatizaram diretamente sobre os crimes mais cometidos, as violências mais vistas. Suas visões se aproximam das contribuições jurídico-sociológicas de Alessandro Baratta (1999), Vera Regina de Andrade (1995), Loïc Wacquant (2006; 2012), Gabriel Ignacio Anitua (2008), Sérgio Shecaira (2008), Maria Lúcia Karam (2009), Juarez dos Santos (2010), Jacqueline Muniz (2016), Samira Bueno (2016), Jacqueline Sinhoretto e Danilo Moraes (2018) e Francisco Muñoz Conde e Wilfried Hassemer (2021), quando debatem sobre as polícias, os crimes na sociedade atual e a sensação de insegurança, assim como os desafios inerentes ao aumento das violências nas últimas décadas em diferentes países. No caso de Ituiutaba, os entrevistados puderam falar sobre suas áreas de atuação e as principais problemáticas das violências que mais ocorrem e são vislumbradas pelo poder público local.

Os entrevistados, não abordaram a questão da ineficiência do Estado em combater diretamente a criminalidade, nem detalharam sobre a corrupção policial, como sustentam Michel Misse (2006), Muniz Sodré (2006), Felipe Corrêa (2009), Lia Osório Machado (2011), Fernanda Mena (2015), Laura Capriglione (2015) e Vera Malaguti Batista (2015). No entanto, para alcançar as múltiplas interpretações das temáticas analisadas nesta tese, considera-se também as possíveis ilegalidades que a polícia, enquanto instituição da manutenção do status quo da ordem pública, ocasionalmente possa vir a praticar perante as vigilâncias de determinados grupos sociais e/ou condutas criminosas.

As opiniões dos entrevistados/as do poder público ajudam a compor, nesta tese, o alcance dessa interpretação mais generalizada, dos cenários das tramas ilegais relacionadas aos crimes e às violências enfrentadas pela cidade. Esperamos ter alcançado os objetivos gerais e específicos, mediante a apresentação integral dos resultados gerais dessas entrevistas dos cidadãos/as dos bairros, acrescidos das entrevistas com os entrevistados/as do poder público,

juntamente as análises realizadas pela pesquisadora deste estudo, visando almejar um arcabouço teórico e epistemológico sobre a violência urbana, tendo como parâmetro essas relações das representações sociais e da Geografia anticolonial e urbana presentes em Ituiutaba (MG).

CONCLUSÃO¹⁴

Esta tese retratou o conjunto epistemológico de fatores que abrangem a incidência da violência urbana no município de Ituiutaba (MG). Como ficou constatado na pesquisa, a cidade analisada possui diferentes formas de conflitos, que podem culminar em situações futuras de violência, sobretudo em virtude da diferença socioeconômica da estrutura urbana tão presentes nos bairros de Ituiutaba.

Os objetivos gerais e específicos foram alcançados, mediante as respostas trazidas pelos/as entrevistados/as, através das informações repassadas pelo poder público, representadas com a utilização de tabelas, trazendo os números aproximados para representar os tipos de crimes urbanos analisados, bem como com a utilização de mapas temáticos demonstrando essa evolução criminal ao longo dos anos. Nosso intuito foi o de evidenciar essa espacialidade da violência da cidade, tendo em vista que essa é a contribuição maior da Geografia, enquanto uma ciência que consegue mostrar a espacialização desse fenômeno.

A Geografia anticolonial foi uma ferramenta importante para fazer esta leitura crítica do espaço e, principalmente, da sociedade mineira tijuicana. Isso ocorreu porque essa vertente geográfica preza, em essência, pela luta contra o racismo, o machismo, a homofobia e outras formas de opressão manifestadas pelos preconceitos e discriminações tão pujantes na atualidade. Desse modo, essa visão anticolonial pode transformar a realidade social e trazer à tona os antagonismos vivenciados de perto pela classe trabalhadora. Foi o que essa tese se propôs a analisar, mediante as visões dos entrevistados/as dos bairros de Ituiutaba e, num segundo momento, com aqueles/as que trabalham no combate a essas violências que aparecem na cidade.

Nesse aspecto, percebeu-se que existe uma mentalidade coletiva entre os moradores/as locais, que propagam muitas formas de estigmatização de determinados lugares. As estatísticas oficiais repassadas pela Polícia Militar (2023) apontam que a maioria dos crimes urbanos, que foram analisados nesta tese, tendem a ocorrer no bairro Centro e em suas adjacências. No entanto, persistem em muitos depoimentos dos entrevistados/as, essa noção de que essas violências e esses crimes urbanos só ocorrem e acontecem naqueles bairros tidos como periféricos, como é o caso dos bairros Natal e Nova Ituiutaba I-IV, o que não necessariamente se trata de uma constatação.

O que se enxerga nos depoimentos dos/das entrevistados/as é a estigmatização urbana

¹⁴ A Conclusão foi escrita ao som da composição *Lamento de Orfeu*, de Salvador Araguaya e Afterclapp (2019).

de determinados segmentos com as representações sociais de seus moradores/as. Normalmente, os comportamentos violentos ou conflituosos são quase sempre relegados aos cidadãos/as mais pobres e/ou vulneráveis, ou mesmo às pessoas em situação de migração entre estados e/ou países, lógica também percebida nos depoimentos e nas visões dos entrevistados/as. No entanto, qualquer pessoa pode perpetrar atos, ações, atitudes e comportamentos violentos, já as vítimas podem ser todas aquelas alvos dos agressores no espaço privado ou no público.

Não se deve deixar de mencionar que nas entrevistas realizadas com os cidadãos/as dos bairros e os representantes do poder público local, evidenciou-se, de fato, um pouco da realidade das violências que aparecem nos bairros de Ituiutaba e quase sempre ela tende a ser mais debatida e vista em famílias desestruturadas, com problemas de relacionamentos e psicossociais, inseridas numa realidade de drogadição ou de conflitos outros, e, talvez, seja até mais fácil percebê-las por meio das representações midiáticas e nos depoimentos correlatos às áreas de Assistência Social e Segurança Pública.

Porém, isso não exime dos conflitos e violências perpetradas por outras classes sociais em Ituiutaba, mas que não “aparecem tanto” em virtude de muitos aspectos de camuflagem social, seja por questões políticas e de trabalho, seja em virtude do renome familiar. Essa violência da classe média e alta pouco apareceu nesta tese, mas ela não deixa de existir, porque opera disfarçadamente na cidade, mediante seus interesses classistas, capitalistas e excludentes. Isso porque se difunde muito mais a criminalização da pobreza como problema social e de segurança pública.

Embora os índices e estatísticas gerais mostrem poucos números de denúncias formalizadas em Ituiutaba, a violência tende a ocorrer em toda a cidade e não apenas nos três bairros analisados. Os três bairros escolhidos representam, então, as perspectivas e as especificidades diferentes de se interpretar essa violência urbana. Contudo, no que tange aos crimes urbanos analisados, podem ocorrer tanto no espaço urbano quanto no rural. Os maiores índices estão centrados nos delitos de furtos, naqueles relacionados ao tráfico de drogas e ao uso de entorpecentes e na violência doméstica e familiar.

Também foram constatados outros problemas urbanos nos depoimentos dos entrevistados sobre o cotidiano urbano e da estrutura de serviços públicos e privados nos bairros. O Centro e o Natal, por serem próximos da malha urbana, possuem uma estrutura urbana com acesso à rede de serviços públicos e privados. No entanto, a maior disparidade dá-se nos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida, como é o caso do Nova Ituiutaba I-IV, que possuem uma certa tendência em sofrer com os processos de segregação-fragmentação do tecido espacial e por estarem mais distante da estrutura urbana do Centro. As entrevistas

com os cidadãos/as revelaram algumas reivindicações mais urgentes, pois o bairro não conta com creches e escolas, e ainda há poucos serviços públicos, a exemplo de áreas de lazer, conforme esclarece as entrevistadas. Essa violência do processo de urbanização é também considerada, nesta tese, como uma forma de excluir e segregar determinados segmentos sociais mais populares nas cidades de porte médio.

Essa mesma lógica de exclusão dos bairros mais populares é seguida pelo poder público, que não minimiza e nem oportuniza o acesso aos serviços públicos de saúde, segurança e educação. No caso da segurança urbana, mediante as entrevistas com os cidadãos/as locais, foi possível perceber que as rondas e viaturas deslocadas não atendem de forma igual a todos os bairros, sobretudo no Natal e no Nova Ituiutaba I-IV. Por isso, é de extrema importância a existência de um Conselho Municipal de Segurança Pública em Ituiutaba, visando articular as demandas das comunidades dos bairros, com os integrantes do poder público, para diminuir a sensação de insegurança urbana e o medo do crime, alcançando a efetividade da ordem pública, somadas à implementação do Olho Vivo (os totens) em outras áreas de riscos presentes nos bairros.

O conjunto de entrevistas realizadas com os cidadãos/as mostram que a população ainda tem pouco acesso ao lazer em espaços públicos. Ainda assim, isso gradualmente tem sido estabelecido e ofertado pela gestão pública e cultural de Ituiutaba. A maioria dos entrevistados/as dos bairros e do poder público informaram que se sentem seguros/as na cidade, que a maioria dos direitos tendem a ser respeitados para a população, mas creditam a educação e a saúde pública como necessidades de serem melhoras, bem como a busca por uma acessibilidade mais amplificada, sobretudo com relação ao acesso a exames, consultas, leitos de internação, mediante os altos índices de judicialização de garantias por parte da população local para assegurar alguns direitos à saúde.

Em relação à acessibilidade de alimentação por parte da população, a pesquisa revela que há muitos problemas ainda sobre a incidência de fome para determinados segmentos sociais mais vulneráveis. Mas Ituiutaba conta com a presença de importantes organizações não governamentais atuantes na área social, com o trabalho voluntário de entidades sociais e religiosas, com a atuação da Assistência social vinculadas ao estado e ao município trabalhando em prol de solucionar e de diminuir as disparidades sociais ligadas a essas questões da fome e da miséria. No entanto, toda a população sente na pele e no bolso, o aumento inflacionado dos alimentos de todos os tipos e marcas, cada vez mais encarecidos nos supermercados após a pandemia (2020-2023) e que isso restringe bastante o consumo e o acesso a uma alimentação mais diversificada e acessível economicamente.

Em Ituiutaba, aproximadamente três mil famílias recebem o benefício do Bolsa Família e também tem tido muitas dificuldades de conseguir gerir os gastos básicos mensais, em especial de alimentação. Por isso, Ituiutaba conta com a arrecadação de cestas básicas e de trabalhos sociais almejando ofertar, minimamente, essa alimentação para os mais vulneráveis. Mas não basta apenas a oferta da política pública, é necessário também a sua permanência como um direito à sobrevivência, cujo dever é serem ofertadas pelo Estado.

A Geografia precisa estar atenta e questionar, a todo momento, a estrutura do Estado com os seus poderes limitantes à visibilidade do executivo, do legislativo e do judiciário, que seja contrária a uma composição de cunho colonialista, imperialista, autoritária e capitalista, sem meras apologias às ideologias nazistas e armamentistas.

Não se deve deixar de evidenciar que as inquietações sobre a violência urbana em cidades médias, ou de porte médio, tornaram-se, nos últimos anos, um campo de descobertas científicas para a pesquisa em Geografia urbana e humana, tendo em vista o estilo de vida urbano, cada vez mais individualista, consumerista, egocêntrico, sendo um resultado direto do modo de produção capitalista vigente. As ações coletivas tendem a perder espaços para os consumidores em potencial, e a comunidade local tem sua cultura comercializada pelas ações dos atores sociais, comerciais e empresariais mais dominantes em Ituiutaba (MG).

Conclui-se, então, que a cidade de Ituiutaba (MG) figura nessas intermediações de relações, sobre a violência urbana, a insegurança e a criminalidade, juntamente às questões da especulação imobiliária, e que esta última fomenta os entraves à construção do Direito à cidade, o que pode estar atrelado a variados fatores: à reestruturação espacial da produção e do consumo nacional, aos interesses empresariais e políticos e aos interesses de obtenção de lucros em prol de determinadas classes sociais, que tendem a fomentar o crescimento econômico e urbano de forma generalizada, sem promover, no entanto, uma queda considerável das disparidades sociais e da pobreza urbana.

Torna-se importante ter um ampliamiento das políticas públicas de assistência social na cidade, visando diminuir as disparidades e oportunizando o acesso à moradia, às escolas e às creches públicas, ao lazer, à cultura e também ao combate à fome e à miséria entre as famílias. Esse é um compromisso que o município e o Estado precisam desenvolver continuamente para o bem estar da população local, alcançando os direitos fundamentais mínimos exigidos pela Constituição Federal de 1988.

Outra alternativa necessária a ser tomada por parte do poder público local, para combater a violência e a sensação de insegurança urbana, poderia ser a adoção de um Conselho Municipal de Segurança visando articular alternativas, estratégias, diretrizes para fomentar uma cultura de

paz e harmonia social entre a população local e os representantes dos poderes públicos municipais através da elaboração de um Plano Municipal.

Em relação ao trabalho das polícias locais, é certo que ao retirarem de circulação urbana as drogas ilícitas, mediante apreensões, evitam-se maiores conflitos e casos que englobam as violências, tendo em vista que, com a diminuição da venda e compra de entorpecentes no município, a dinâmica da movimentação dos crimes urbanos, como furtos, roubos, uso e tráfico de drogas locais e/ou regionais, é quebrada.

É importante ressaltar a necessidade da medida de redução de danos quanto ao uso de entorpecentes por parte dos usuários e a crescente demanda de procura nos Centros de Atenção Psicossocial. Portanto, o aumento a esse acesso de tratamento torna-se viável e importante para combater essas problemáticas de saúde e de segurança pública.

A pesquisa alcançou diferentes Ituiutabas. A do antigo bairro Centro representa as relações de comércio e de consumo e das articulações institucionais (públicas e/ou privadas), fornecendo os principais serviços presentes na cidade. É onde Ituiutaba realmente acontece, onde as relações empresariais, comerciais, financeiras e políticas estão muito presentes no espaço. Normalmente, os moradores/as não sofrem com estigmas sociais e nem rotulam como sendo um bairro violento, ainda que as estatísticas oficiais da Polícia Militar demonstrem que é no Centro que crimes urbanos são mais recorrentes.

O bairro Natal foi historicamente estruturado pela migração de diferentes povos para Ituiutaba, a sua sociabilidade e formação tem como característica principal esse traço da cultura de outros povos se mesclando, através do tempo, com a cultura mineira de Ituiutaba, formando seus costumes, tradições, formas de intervir na cidade. Por ser também um bairro antigo, a sua estruturação urbana está bem organizada, com presença de asfalto, esgoto, postos de saúde, pequenos comércios, praças arborizadas com atividades diurnas e noturnas desenvolvidas no bairro por parte da Fundação Cultural de Ituiutaba. Existem algumas estigmatizações sociais com relação ao bairro e aos seus moradores/as, associados à imagem da pobreza urbana e da criminalidade.

O bairro Nova Ituiutaba I-IV, por sua vez, por ser relativamente novo na cidade, não possui a mesma infraestrutura urbana consolidada como os outros dois analisados, além de sofrer com a ausência de postos de saúde, escolas e creches, supermercados e farmácias, bem como pelos moradores/as sofrerem com a estigmatização relativizada à pobreza urbana e por ser um bairro mais popular, formado a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. Certamente, conforme já foi discutido ao longo desta pesquisa, é o bairro que mostra a violência do processo de urbanização agindo em Ituiutaba, assim como dos interesses da especulação imobiliária

locais e/ou regionais. A mobilidade urbana de ir e vir prejudicada, os serviços não ofertados, a falta de acesso ao lazer dificultam o cotidiano urbano dos moradores/as. Como ficou demonstrado nas entrevistas, os moradores/as passam por estigmatizações por parte de moradores/as de outros bairros de Ituiutaba e são logo relacionados aos problemas da pobreza e do avanço da criminalidade.

Os três bairros analisados mostram realidades de vidas bastante distintas. Processos diferentes de violências e de estigmatizações socioeconômicas de seus moradores/as. Foi preciso acessar cada entrevistado/a para conhecer uma parte dos problemas urbanos que esta tese se propôs a investigar.

Esses três bairros foram escolhidos visando justamente mostrar os contrastes sociais perceptíveis em Ituiutaba (MG), para percebermos o contexto dos processos de violências atuais passados pelos moradores/as, numa perspectiva da sociedade de classes, permeada de desigualdades de rendas e de interesses capitalistas pujantes. Por isso, neste caso, optamos por não pesquisar os bairros tidos como elitizados em Ituiutaba (MG), cujas questões referentes à violência são outras, o que normalmente não aparece tanto na cidade, motivo, aliás, de pesquisas futuras na área da ciências humanas e da própria Geografia.

Os crimes de furtos, roubos, uso e consumo de drogas e tráfico de entorpecentes aparecem e são recorrentes no Centro, no Natal e no Nova Ituiutaba I-IV, conforme constatado nas entrevistas com os representantes do poder público.

A violência mais comentada e relatada em algumas entrevistas é referente às questões familiares e contra às mulheres, que enfrentam agressões físicas e verbais, depressão, xingamentos, estupro marital, isolamento dos familiares, opressão presente na sociedade, problemas financeiros, de drogadição dos seus companheiros e psicológicos próprios ou dos filhos/as, tanto nos três bairros analisados quanto por toda Ituiutaba, ou seja, é necessário e urgente a criação de políticas públicas inclusivas para a demanda desta violência em específico no município, visando o bem estar das vítimas, da proteção familiar, almejando alcançar a prevenção da violência máxima que é o crime de feminicídio.

Essas epistemologias geográficas contribuem para compor as amarras da violência urbana em Ituiutaba (MG), que perpassam, sim, por essa noção da insegurança pública, mas também pelas estigmatizações socioeconômicas presentes no espaço urbano e no imaginário coletivo de seus moradores/as.

O que não se pode deixar de mencionar é que uma cidade imersa nesses processos de estigmatizações sociais acaba por não ser locus da construção de sociabilidades necessárias para o próprio desenvolvimento da cidade e da região. Tanto os preconceitos sociais, as

discriminações, seja por questões de classe, raça, gênero, pelo bairro de moradia ou pela renda, acabam por dividir a sociedade local e isso mais afasta e divide a população do que cria oportunidades de convívio social e aceitação das diferenças entre os segmentos que vivenciam Ituiutaba. Dessa maneira, o debate da política urbana pouco se estabelece junto à sociedade local e outras mudanças e transformações sociais não acontecem.

É preciso educar as mentes e os corações com mais formações livres políticas, para que as vontades da população ganhem voz e vez, para questionar o inquestionável nas cidades e nas suas estruturas políticas e econômicas, visando neutralizar a classe média burguesa e suas pseudotirantias cotidianas. O anticolonialismo geográfico e epistemológico, por sua vez, pode ser um caminho de construção dialética, para intervir no espaço em todas as suas instâncias e nas formas de poder, para estabelecer uma vida mais digna e justa nas cidades.

Esperamos ter contribuído com esta Tese acadêmica para difundir essa construção anticolonial, visando a diminuição da pobreza urbana e o combate das desigualdades socioespaciais em Ituiutaba, para assegurar, cada vez mais, os direitos fundamentais previstos pela Constituição de 1988 e o acesso mais ampliado à cidade, em todas as suas formas e nuances sociais.

FINALIZAÇÃO - DO OUTRO LADO DA PESQUISA: AQUELE QUE NINGUÉM VÊ (OU DAS VIOLÊNCIAS ENFRENTADAS PELA PESQUISADORA)¹⁵

*“O silêncio é um amigo que nunca trai”
(Confúcio).*

Escrevi esta tese de doutorado em meio ao caos. Nesse período, houve princípios de guerras, muitas mortes, assassinatos de muitas vidas, derramamento de sangue em muitos países do globo, crises hídricas, fortes ondas de calor, desastres ambientais, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, mas também em outras partes do Brasil, fortes chuvas, diferentes conflitos religiosos, terremotos, problemas com o terrorismo global e com o avanço de ideologias neonazistas e racistas em diferentes sociedades.

Houve algumas demandas diplomáticas entre os países e da imigração em massa de povos, em virtude das problemáticas da fome, da miséria, de conflitos armados e da crise de valores e do capital.

Com a existência de múltiplas doenças, seja a covid-19, a dengue, a zica, a chikungunya, o vírus H1N1, a saúde mental e física das pessoas e das famílias foi bastante atingida. A vida urbana já não era a mesma do que foi antes da pandemia (2020), pois o medo da morte e de infecções respiratórias tomaram formas reais. Foram tempos descritos (ou quase, a depender da interpretação pessoal) em Apocalipse na Bíblia, conforme o fim das eras, presentes no Antigo Testamento hebraico, com o julgamento dos ímpios e da glorificação daqueles/as por receberam a justiça diante de Deus. A pesquisa finalizada ressalta um pouco desse caos.

Durante os anos que cursei o doutorado, o Brasil passou por tempos socioeconômicos difíceis, em que a democracia nacional sofreu perseguições autoritárias, o que culminou num afastamento ideológico dos brasileiros/as num plano da convivência pacífica. O anti-intelectualismo e o anticientificismo tomaram conta das opiniões e divergências nacionais em meio a muitos problemas políticos gravosos. Nas redes sociais, cresceram os crimes de ódio, comentários racistas, antifeministas, de ataques às minorias sociais, maldosos, que diferenciavam atos, comportamentos e enquadravam as atitudes das pessoas. As pessoas que se preocupavam com os direitos humanos e fundamentais, com uma vida comunitária, foram rechaçadas e rotuladas de comunistas.

Na vida pessoal, tudo isso também não passou despercebido no cotidiano das famílias brasileiras. A defesa maior era o respeito da preservação do cidadão de bem em detrimento de ideologias que não privilegiavam as famílias no Brasil. Presenciei, em Ituiubata, muitas pessoas

¹⁵ A Finalização foi escrita ao som da composição *My Mistake*, do Grupo Pholhas (1973).

vestidas das cores verde e amarelo, acampadas por quase 30 dias na frente do Tiro de Guerra local exigindo a subversão da ordem republicana e constitucional, pedindo a restituição de um período mais militarizado e autoritário e orando pelo “bem” da Nação, mas esquecendo do rito democrático em que vivenciamos nos dias atuais. Isso ocorreu devido ao caos político vivenciado no país nas eleições presidenciais do ano de 2022.

Começo a finalização desta pesquisa advertindo o/a leitor/a que vou contrariar o ensinamento de Confúcio que trata sobre o silêncio. Normalmente, quando tratamos sobre as temáticas que englobam os processos inerentes às violências nas cidades, no âmbito público e/ou privado, muitos outros aspectos são ocultados e não vem à tona, porque dizem muito da vida das pessoas, de uma forma geral, e denotam também os tipos e as formas inerentes às criminalidades locais. Na vida pessoal, vivenciei algumas formas de violência simbólica ao viver/morar em Ituiutaba (MG). Por isso, ao escrever sobre esse outro lado da pesquisa, vou enfatizar alguns episódios que me levaram a pensar/repensar/agir para alcançar os resultados deste trabalho.

Esse exercício de abstração individual, num primeiro momento, pode parecer vitimista e carregado de mágoas. Mas só num primeiro momento. Isso porque carrega também simbolismos e fatos que ocorreram com outras pessoas e/ou grupos em Ituiutaba (MG). Escrevi parte desta tese baseada no depoimento e nas conversas dialogadas com moradores de diferentes bairros. No entanto, agora, ao finalizá-la, faço questão de tratar sobre algumas violências simbólicas vivenciadas em alguns espaços.

A cidade de Ituiutaba (MG) possui alguns dos resquícios culturais, políticos e sociais oriundos do período da colonização do estado de Minas Gerais, inerentes ao período histórico das explorações coloniais (sobretudo por parte da Corte Portuguesa) e da escravização dos negros africanos como mão de obra muito explorada na constituição territorial mineira. Nesse contexto, em virtude desses aspectos coloniais e advindos de uma sociedade agrária, mais religiosa e Católica, aos moldes antigos e conservadores, voltados às famílias de bons costumes morais, e que mesmo com a migração rural para o espaço urbano, ainda possui traços culturais que se perpetuaram ao longo do tempo.

Uma cidade é feita de seus habitantes, quase que exclusivamente. Composta também daqueles/as que migram, sejam de origens nacionais ou internacionais. É isso que movimenta e dá sentido no desenvolvimento social, urbano, rural e em outros setores e segmentos. A pluralidade de ideias, ações, de pessoas com diferentes opiniões e vivências é bastante enriquecedor para o andamento da própria cidade através da troca de informações, de sociabilidades diversas em espaços públicos e privados. Do alcance do Direito à cidade. No

entanto, nem sempre na prática da vida cotidiana urbana isso ocorre, porque outros mecanismos de hipervisibilidade tomam conta da convivência coletiva e a retórica do assassinato de reputações e condutas se sobrepõem nas relações sociais a todo momento.

Então, o modo individual de ser, a aparência corpórea, a orientação sexual, a cor da pele, as condições financeiras, a forma de vestir e calçar, os tipos de religiosidade adotada e o modo de pensar e agir passam a incluir ou excluir pessoas ou grupos. Em Ituiutaba (MG), senti-me incluída em muitos momentos e excluída em outros. Isso ocorreu pelo choque cultural que tive com o interior e do resultado disso com relação a minha forma de ser e agir nos relacionamentos que cultivei. Como vinha de uma capital, a dimensão da vida cotidiana que estava acostumada não tinha maiores repercussões em outros espaços, algo bastante diferente e em contraste à Ituiutaba.

A minha criação familiar, recebida entre os anos de 1990 e 2000, vivida numa capital, prezou pela liberdade de diálogos, pelos diferentes espaços do viver, brincar, interagir socialmente. Sou da Geração Millenium (Geração Y). Logo, ao estar um pouco mais madura emocionalmente, tive uma educação mais livre, com pouca presença religiosa, bem mais voltada para os estudos e para o mercado de trabalho (do que para as atividades domésticas) com mais ênfase a independência emocional e econômica das mulheres. Gosto de batom vermelho e de pintar minhas unhas com a mesma cor e, às vezes, também uso roupas curtas em festas e boates, mesmo sofrendo os olhares “atravessados” de desconhecidos. Ou seja, sou uma jovem que está conhecendo a vida!

Sou uma mulher livre, espiritualista, professora, com alto grau de escolarização, de cor parda e que estudou ao longo do percurso escolar em escolas públicas localizadas em periferias urbanas. O acesso ao ensino superior deu-se, inicialmente, através de instituições de ensino privadas. Ao longo dos anos, adquirindo maior capital cultural é que tive acesso às instituições públicas de ensino, nos estados que residi até então. Sou jovem, gosto muito de ler, viajar, interagir, conhecer as pessoas, de estar aberta às experiências e às oportunidades da vida. Também por ser assim, tento, na medida do possível, me afastar de posições ou ações, pensamentos e atitudes (neo)conservadoras. Mas nem sempre consigo! (Rs)

A vida é feita de escolhas e nem tudo são flores. Quanto mais aberta, livre, efusiva, perspicaz, feminista, leitora crítica, por gostar de usar roupas chamativas e/ou curtas, de utilizar batom e esmaltes vermelhos, ao ser uma mulher parda inserida numa sociedade machista, religiosa e patriarcal (como a brasileira), parece-me que, ser assim, faz com que um ímã do polo ativo contrário alcance nossas vidas de algum modo. As perseguições de todas as arenas surgem no caminho. Comigo não foi diferente, no âmbito pessoal e acadêmico ou quando um bifurcou-

se noutra. Digo isso pela multiplicidade de julgamentos externos enfrentados em alguns espaços na cidade.

Ao finalizar o mestrado, entrei direto para o doutorado em Geografia. No fim desta fase, tive de optar, mais uma vez, entre estudar e trabalhar. Optei por estudar e saí de um estágio jurídico com relações precarizadas de trabalho. Uma decisão difícil (e pessoal) motivada também pelo fator das relações humanas e do descaso sistêmico com estagiários/as, da falta de estrutura e com a vida das pessoas que dependem do andamento de um processo jurídico para terem acesso ao Sistema de Justiça Criminal e aos direitos resguardados (não cabendo julgamentos entre os estereótipos de bandidos e cidadãos de bem).

Nesse sentido, em virtude da precarização do serviço público, com poucos/as servidores/as de carreira concursados, com a disputa interna pela ocupação de cargos terceirizados e em comissão, da falta de um treinamento mais direcionado para lidar com as informações sensíveis e criminais, de constatar de perto o acúmulo de processos criminais físicos (de réus presos e soltos) misturados com alimentos nas estantes (no antigo Fórum da cidade) e da diferenciação de tratamento ao público de determinados escritórios locais, e por outras questões de vertente pessoais, resolvi, então, encerrar as relações de trabalho, ficar sem renda e buscar outro rumo profissional.

Nesse espaço, não sofri violências diretas, apenas simbólicas, mediante os comentários e pressões inerentes à rotina administrativa e que precisava de resultados imediatos, também sofridas por outros/as estagiários/as. O olhar indireto e debochado por alguns advogados/as criminalistas locais sobre a minha pessoa ainda estão bastante vívidos na minha mente. Aquele olhar de que a dinâmica do crime é bastante lucrativa para determinados segmentos sociais.

No entanto, as mulheres tendem a receber, desde o nascimento, um treinamento específico para conviverem com a impotência e aprenderem a suportar a violência que lhes é dirigida, sobretudo, dentro de casa e em espaços públicos. Elas são educadas para compor a manutenção da vida familiar. A impotência e a dependência (emocional e econômica) são características intrínsecas das mulheres, pois são decorrentes de uma construção de papéis de gênero apoiados por uma estrutura social, econômica e legalista, resultado das diferentes formas das relações entre homens e mulheres, marcadas pela dominação de um sobre o outro/a, mesmo que ao longo da vida tenha-se tido contato com uma educação mais libertadora. A violência de gênero pode ser compreendida como violência contra a mulher na sociedade atual.

Eu sou mulher e, por isso, tudo é mais difícil, desde a competência, que precisa ser comprovada em todos os momentos no mundo do trabalho e acadêmico. Até mesmo no que tange à conduta ou postura a ser adotadas, que tem que ser impecáveis, senão multiplicam-se os comentários pejorativos (sobretudo com relação aos comportamentos, que muitas vezes se classificam entre ser santa ou puta, ou relativos aos critérios subjetivos de beleza física) ou ser vista como uma mulher grosseira, rude, mal-amada, e/ou radical em sua forma de viver e enxergar o mundo à volta. Multiplicam-se os comentários sobre a vida privada, questões pessoais e sexuais. Quase todas as mulheres, em algum momento da vida pública laboral, já passaram por questões dessa natureza. O silêncio, o constrangimento e o não enfrentamento institucionais são formas de lidar com essas situações vivenciadas.

Gostaria de salientar que nem todos os espaços (e as pessoas que os compõe) na cidade de Ituiutaba (MG) representam a questão da violência. Há instituições cumprindo seu papel social para o bom e devido andamento das demandas internas e conduzindo os problemas administrativos e urbanos para sua resolução ao longo dos anos. Meu relato não é contra as instituições, mas apenas as experiências vividas em algumas delas. Não são vitismos e o mimimi desnecessário, são violências simbólicas vivenciadas pessoalmente em Ituiutaba (MG) e que refleti bastante se deveria ou não trazer à tona durante a finalização desta tese de doutorado.

No campo pessoal, poderia me prejudicar. No campo coletivo, por representar experiências negativas de outras mulheres, neste meu desabafo, podem ecoar (em diferentes espaços) essas vozes não ouvidas, não representadas. É preciso romper os silêncios, os medos, tecer as amarras da violência, mesmo simbólicas, para superá-las, almejando encorajar outros ânimos entre as pessoas. Sou uma ponta solta, fora da cidade de Ituiutaba e que agora, em segurança, posso me manifestar, sem maiores retaliações.

Foi numa ocasião dessas, nos chats privados de uma das minhas redes sociais, que alguns perfis digitais fakes começaram a dialogar diretamente comigo. Um deles, em específico, com muitos galanteios e seduções bem diretas, conversou comigo por cerca de uns quatro meses. Pelas expressões utilizadas era alguém muito próximo, que me conhecia na vida real. Geralmente, as conversas nesses chats se resumiam a detalhes de cunho sexual, quase sempre, além de outras variações temáticas. Era uma forma de *love bomb* (bombardeio de amor) e com apontamentos ressaltando a minha personalidade, inteligência, cultura e beleza.

Certamente, era algum amigo do círculo social estabelecido em Ituiutaba (MG) que não se identificava, pois fazia as vezes de admirador secreto. Por algum período, os elogios e sentimentalismos foram bem-vindos. Depois de um tempo, não mais, pois tomaram outros

conteúdos e começaram a se personificar em assédio psicológico e traços narcisísticos de assédio sexual. Incluindo uma tentativa de sexo virtual em conversas privadas nas redes sociais. Eu não posso provar nada em relação a essas conversas, porque foram todas apagadas por parte do agressor (indefinido, pois nas redes sociais é difícil identificar pessoas em virtude da fluidez dos dados); também não me preocupei, porque não tive intenções de levar a cabo essas situações vivenciadas, que também acometem quaisquer usuários/as das redes sociais.

Uso as redes desde do ano de 2006, com o Orkut, o antigo MSN (Messenger) e já havia passado, desde a adolescência, com problemas de xingamentos diretos nessas plataformas virtuais. Tanto de perfis fakes e de outros conhecidos ou desconhecidos. Normalmente, a internet, através das redes, é utilizada amplamente para conflitos dessa natureza. Comentários e ataques diretos à personalidade, a fotos e a vídeos, multiplicam-se. Os crimes de ódio digitais, golpes com criptomoedas e desvios de dinheiro, com informações falsas, propagam-se nas redes sociais, como a pornografia de vingança, de delitos envolvendo os *stalkers*, de abusos (diretos e indiretos). A internet é território fértil para o cometimento de uma série de falsificações nas páginas das redes. Abarca todos os tipos de agressores/as possíveis, desde pedófilos, até hackers profissionais de contas.

Não levei a cabo nesse período. Percebi a situação, tomei alguns cuidados digitais e segui em frente. Também não registrei boletins de ocorrências digitais relatando essas situações vivenciadas, mesmo após, em 2022, o meu Instagram pessoal ter sido invadido e por terem sequestrado minha conta. O correto era ter ido à Delegacia e registrado uma ocorrência, pois minha segurança digital estava em risco. E sabe-se lá até mesmo a física. As mulheres, de forma geral, precisam redobrar os cuidados (cibernéticos e físicos) com relação à sua segurança, para se preservar de acidentes, crimes passionais, agressores/as avulsos nas diferentes cidades. Viver é correr riscos a todo minuto!

No que tange aos estudos de gênero na Geografia, Maíra Reis (2015) compreende ser possível associar a análise do espaço geográfico e de gênero enquanto uma categoria analítica, através da construção histórica da opressão feminina na sociedade de classe e no processo de organização do espaço geográfico.

As relações de gênero são como agentes estruturantes na construção do espaço, e a Geografia precisa ampliar suas análises sobre essas relações, como parte das práticas espaciais que permite interpretar a base da organização geográfica das sociedades e a estrutura de poder entre os gêneros. Maíra Reis (2015) afirma e defende que a evolução da Geografia tem sido muito peculiar, isso porque está centrada nas análises espaciais, tendo ignorado, por muitos anos, a variável gênero como um elemento de diferenciação social. Considerando a sociedade

como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, heteronormativo, sem considerar as diferenças socioeconômicas e culturais que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço.

Embora a Geografia incorpore com atraso as abordagens de gênero, a sua aceitação tem sido mais célere nas análises de geógrafos/as, porque o conceito de gênero permite compreender as relações sociais que contribuem para a reprodução social. Nesse contexto, Joseli Silva (2020) retrata sobre compreender melhor o corpo como um espaço geográfico a ser analisado, afinal representa também a dimensão das emoções, dos fluidos corporais, dos desejos, do exercício da sexualidade e dos preconceitos em virtude das maneiras de disciplinarização inerente aos corpos no âmbito privado (da casa com a vida privada). O espaço da casa é esquecido pela Geografia em termos de pesquisas e análises sobre a espacialidade e as relações violentas que podem ocorrer no seu interior. No entanto, foram aqui demarcados como espaço de violências.

Por isso, durante o isolamento social da pandemia, as sensações de ansiedade, depressão, medo de morrer e/ou de se infectar com a doença alteraram as experiências dos corpos e dos espaços das emoções, do adoecimento mental, do uso de bebidas alcóolicas e outras drogas lícitas e ilícitas e de antidepressivos aumentaram, porque foi algo difícil de mensurar num aspecto geográfico, o que ocasionou, em alguns casos, no aumento dos índices de violências em virtude da desorganização dos papéis de gênero em casa e do convívio direto com o agressor.

No Brasil, o banditismo social possui marcas históricas e culturais. Entre os séculos XIX e XX, por exemplo, o cangaço nordestino foi palco de muitas disputas sangrentas e conflitos armados altamente ardilosos. Os cangaceiros agiam predominantemente visando saquear fazendas, povoados e cidades, impondo sua própria lei à região em que atuavam clandestinamente. Contavam com o isolamento do sertão nordestino, o descaso e os olhos fechados das autoridades constituídas locais e com a proteção dos grandes proprietários rurais, vistos como coronéis¹⁶.

Lampião, cangaceiro e bandoleiro das florestas nordestinas, destacou-se pela violência e por ser um Robin Hood pré-revolucionário, que roubava dos ricos e distribuía riquezas entre os pobres. Logo, era visto como um personagem subversivo, revolucionário, quase como um herói local.

¹⁶ Ouvindo *Banquete dos Signos*, de Zé Ramalho e Marinês (1982).

Na verdade, Lampião era um estranho personagem histórico que cultuava a tortura, a dor, que disseminava a violência contra as mulheres, os problemas socioeconômicos da sua época marcante. Na visão popular, era um herói mitológico que realizou pelo seu estado grandes feitos contra as polícias e os coronéis. Mas na visão histórica, os seus feitos foram também controversos contra as pessoas que não o apoiavam e nem lhe davam guarida e proteção. Apesar de ter tido como companheira oficial Maria Bonita, há relatos e pesquisas que apontam que quando queria ter ou abusar de qualquer mulher, nenhuma lhe escapava da vontade.

[...] Fiquei mirando fixamente aquele ponto, sem me esconder dessa vez; se eu o visse, também ele me veria. Alguns minutos depois apareceu Mário, completamente transtornado, segurava uma pistola automática. Sorri pra ele, percebendo naquele momento que, se quisesse continuar jogando esse jogo, precisaria também de uma arma de fogo (Martins, 2018).

Há alguns anos, fui alertada por amigas e amigos da cidade que um determinado professor universitário olhava de um jeito “estranho e diferente” para mim. Mas nunca prestei muita atenção nisso, porque a vida acadêmica é permeada de muitos afazeres, atividades e metas a serem cumpridas e alcançadas.

Olhando para trás, percebo o quanto fui ingênua de não ter percebido os sinais claros, respectivos aos problemas que enfrentaria num término de curso em Ituiutaba. Como não vi antes? Como deixei algo assim acontecer comigo? Por que precisava passar por um assédio? Será para ser punida e vulgarizada? Por ser uma militante feminista? O fato é que deixei acontecer por me deixar envolver nesta situação, tenho minha parcela de autorresponsabilidade neste episódio também. Será se eu realmente merecia passar por isso tudo? São perguntas que rondavam minha mente. Se sofri foi porque preciso relatar.

De algum modo, hoje percebo que fui caçada pelo olhar lascivo, assim como as vítimas mulheres de Lampião. E isso não foi realizado de forma aleatória, ocorreu pelo fato de ser uma estudante muito crítica, feminista e militante política na Universidade. O que sofri, portanto, possui traços marcantes das perseguições ideológicas que atinge diferentes alunos/as nas instituições. Há uma perversidade também na forma da violência realizada pelo agressor, visando diminuir a autoestima, desestabilizar a saúde mental, menosprezar a inteligência, incutir medo e ridicularizar as emoções. Foi desta forma que me senti com esta experiência. Por isso, todas as minhas emoções negativas desse episódio viraram luto, para abordar sobre a

temática relacionada ao assédio sexual no espaço acadêmico. Muitas mulheres passam por isso e não tem coragem de debater abertamente.

Por alguns anos, esse mesmo professor conversava comigo nos corredores, fui em eventos acadêmicos realizados por ele dentro e fora da instituição, nunca tive problemas e nem embates pessoais. Ao contrário, convivía tranquilamente. Por isso a atitude abusiva, anos a frente, me causou uma série de surpresas e desconfortos pessoais e institucionais. Este fato ocorreu muito antes da vigência da lei 14.540/2023, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que trata sobre o enfrentamento ao assédio sexual nas instituições de ensino no âmbito da Administração Pública.

Alguns meses se passaram e o transcorrer desta pesquisa ocorreu de forma mais sólida. Eu baixei a guarda da insegurança constante e fui viver minha vida cotidiana. Foi quando recebi um convite bem inusitado, via redes sociais, para comparecer num espaço público, num famoso bar da cidade, e ter um momento mais descontraído, por esse mesmo professor universitário (um homem branco divorciado) amigo e conhecido. Tivemos um breve envolvimento casual e sexual. Apenas posteriormente a este fato descobri que o docente possui desejo sexual por alunas e ex-alunas. Então não fui a primeira mulher a passar por problemas dessa ordem e nem a última.

No entanto, houve um afastamento em virtude de incompatibilidades comportamentais, que se deu mediante ameaças psicológicas veladas, comentários pessoais vexatórios de teor sexual, para amigos/as conhecidos e desconhecidos naquele período.

Vivi um momento de extremo sofrimento psicológico, de descarte emocional, com tensões hierárquicas e institucionais que foram além de um mero envolvimento de azaração entre professor e aluna. Fiquei solitária, refém do medo de ameaças (diretas e indiretas), das perseguições outras que poderiam vir a sofrer estando sozinha, ou que se poderiam desdobrar para outras questões pessoais e familiares. Evidentemente que após suas atitudes controversas e abusivas não mais mantive a amizade.

Estou inserida no ambiente acadêmico desde 2009, em instituições públicas e particulares, e nunca havia passado diretamente por problemas dessa ordem com relação à violência psicológica por parte de um docente. Foi a primeira vez que algo assim aconteceu, de forma tão direta, tão visível, real e que me deixou paralisada, porque foi (tra)vestida de elogios, galanteios, seduções, parecia num primeiro momento o início de um possível relacionamento de ordem amorosa. O que não aconteceu. A dinâmica que enfrentei foi a de ser mais um troféu feminino (de status sexual) e motivo de chacota, deboches e olhares com risos, comentários levianos e estereotipados por conhecidos e desconhecidos dentro e fora da Universidade.

Posteriormente, conversando com demais pessoas, descobri que outras mulheres, alunas, ex-alunas, servidoras e professoras passaram episódios parecidos com o que passei, que este mesmo comportamento abusivo também se fez presente em diferentes espaços de Ituiutaba (MG) e que outras mulheres muito provavelmente também enfrentarão (como feminista preciso alertar, ainda que não acreditem neste meu depoimento pessoal).

Não me importo mais com comentários estereotipados ou risos e chacotas pessoais. O meu intuito neste relato é de mostrar às pessoas, que as atitudes e ações abusivas também podem ocorrer no interior das Universidades, inclusive com pessoas conhecidas e de convívio direto. Mesmo em espaços universitários podem ocorrer diferentes formas de violências simbólicas com a comunidade.

Normalmente, são violências mais invisibilizadas, tendo em vista que a Universidade é vista como espaço civilizado, afastado das problemáticas e das causas da violência. No entanto, ao longo dos anos de pesquisa em Ituiutaba, ouvi muitos rumores e comentários de que muitos/as discentes, principalmente aqueles/as que não eram oriundos de Ituiutaba e região, tanto homens quanto mulheres, desistiram de seus cursos nas Universidades em Ituiutaba, em anos anteriores a minha chegada à cidade, em virtude de terem sido, em algum momento de seus cursos, assediados por determinados docentes que tinham reiterados problemas dessa ordem.

Esse é um problema não discutido no espaço acadêmico. Ninguém quer falar ou abordar cientificamente, pois também se contrapõe as tensões hierárquicas nas relações acadêmicas entre alunos/as e professores/as. Implica muitas vezes na construção ou desconstrução de carreiras científicas entre discentes e docentes e nas relações de poderes inerentes na Universidade. Implica, ademais, no acesso e permanência no ensino superior brasileiro e nas dificuldades reais em adentrar uma Universidade pública e sair dela devidamente diplomado. Normalmente, o estudante tende a ser disciplinado para obedecer ao professor/a, então se de repente possa vir a passar por alguma situação de violência, existe uma dificuldade real em contar sobre o episódio sofrido. Porque a vítima sempre é culpabilizada e o agressor/a normalmente tende a ficar impune.

Muitos discentes conseguem entender as disputas ideológicas dos poderes e das correntes internas nos cursos, nos centros acadêmicos, nos diretórios dos estudantes, na politização inerente ao espaço universitário e na formação crítica. Já outros/as não e por não se adaptarem a esse mundo permeado de diferentes interesses, nem todos/as os estudantes conseguem se adaptar para frequentar a Universidade e extrair o que ela tem de melhor, que é o acesso ao conhecimento, à cultura e à informação. Quem não se adapta ao meio dificilmente

consegue finalizar um curso. Neste espaço, existem muitas violências, bullying e as diferenciações sociais também perceptíveis na sociedade.

No meu caso, não tive fôlego emocional para denunciar frente ao poder público tais condutas, até porque tinha ciência da proteção dos pares (de outros professores/as frente a condutas abusivas e hierárquicas). Normalmente, os assediadores contam com a rede de proteção entre amigos/as e outros colegas de profissão. São muito bem relacionados socialmente e politicamente perante a cidade. Além do mais, já tinha noção das perseguições institucionais que sofreria diretamente. Preferi me resguardar naquele momento específico.

Nos dias atuais, esse tipo de violência no meio acadêmico, com relação ao assédio, é bastante comum. Ao me informar, ler e pesquisar sobre o tema, logo tive contato com o *Relatório sobre os panoramas da violência contra as mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*, organizado pelas professoras Tânia Mara Campos de Almeida e Valeska Zanello (2022), quando, justamente, a ficha caiu para o que tinha vivenciado. Nem no interior das cidades, nós, mulheres, estaremos livres dessas situações. Confesso que foi um momento bem difícil de compreender e de raciocinar.

Hoje, olhando para trás, compreendo quase tudo e superei esse episódio. Apesar do sofrimento psíquico, me reconciliei comigo mesma e, de algum modo, não quero mais lembrar das atitudes e comportamentos desse professor. Afinal de contas, a pandemia alterou a vida cotidiana de todos/as. Fácil não foi. Mas foi real, sem rodeios. Ainda hoje não entendo o porquê de ter enfrentado diretamente o assédio realizado, tendo em vista que nunca fiz nada contra o docente. Não o julgo, mas não esperava ter passado por tais situações vexatórias enquanto aluna. Muito embora tenho ciência de que provavelmente este professor estará rindo e debochando abertamente em relação a este relato e dizendo que eu sou a louca, a histérica de toda essa situação enfrentada.

Não poderia, de forma alguma, deixar de registrar este episódio em Ituiutaba (MG), tendo em vista que outras mulheres também passaram pelo mesmo caso e não tiveram a coragem de falar e de se expressar, com medo de comentários maldosos e de outras perseguições. Eu tive essa oportunidade e ainda que eu possa sofrer outros desdobramentos dessa situação, quis dar ênfase nesta tese, nas multiplicidades de interpretações inerentes à violência, o aspecto da vertente psicológica é também uma dessas formas. Essa situação de assédio e de desrespeito enfrentados chamou-me atenção para as seguintes situações, no que tange ao cometimento das violências de forma geral:

- a) Os indivíduos que cometem violências procuram pelo perfil das vítimas com alguma antecipação;

- b) Normalmente, os/as agressores estão inseridos em ambientes frequentados pelas vítimas e adentram a sua vida, mediante a rotina e as atividades em comuns;
- c) Os/as agressores possuem a tendência de avaliar as vulnerabilidades sociais, emocionais das vítimas em diferentes ambientes e nas redes sociais, ou seja, quase sempre estão próximos/as das vítimas;
- d) Confundem emocionalmente e psicologicamente as vítimas com relação às suas intenções reais;
- e) Tem tendências de transgredir os direitos de outras pessoas, valorizando seus desejos, vontades e sentimentos mais egoístas, até porque o objetivo habitual da agressão é o de dominar as outras pessoas e de desacreditar as narrativas contrárias;
- f) Existe a utilização de ameaças menores para tentar calar as vítimas, bem como a ausência de empatia nas ações e atitudes do agressor.
- g) Almejam atingir e acessar o corpo-território (do conceito defendido pelo geógrafo Rogério Haesbaert, 2020) das vítimas (com ou sem o consentimento), valendo-se de qualquer tipo de estratégia e/ou discurso para esse fim, não se importando com os sentimentos ou emoções dos/as alvejados/as.
- h) Normalmente existe uma validação da posição hierárquica para manter o controle de abusos e assédios, visando incutir o sentimento de medo nas vítimas.

Essas são algumas observações que consegui tecer para demonstrar a incidência da violência em Ituiutaba, no seu aspecto psicológico e vivenciada para além dos estudos acadêmicos do mestrado e do doutorado em Geografia. Ter passado pelo episódio de assédio hierárquico em ambiente acadêmico, alertou-me, pessoalmente, para esta violência silenciosa e tão presente na Academia brasileira em muitas instituições públicas e privadas. Dessa situação, retiro pelo menos quatro aprendizados diretos;

- 1- Não me vitimizar e/ou culpar por ter encarado sozinha tais fatos. Fui vítima e não agressora;
- 2- Não reproduzir as situações de assédio moral e/ou sexual contra alunos/as, tendo em vista que pretendo ser uma docente, seja da educação básica ou de ensino superior (Graduação e/ou Pós-Graduação);
- 3- Combater todo tipo e forma de violência nos mais diferentes espaços de atuação profissional e/ou acadêmica;
- 4- Aprender a ser resiliente com o outro. Mesmo em situações difíceis e humilhantes.

Joseli Silva (2020) compreende que os corpos, durante a pandemia, inseridos numa perspectiva do mundo globalizado, mesmo em isolamento social, representam um espaço que podia sofrer com a infecção do vírus e isso, por si só, é importante ser analisado criticamente pela Geografia atual, tendo em vista a carência de investigações que abordem a ética do cuidado com o outro, as emoções, pensando nas relações sexuais experimentadas entre homens e mulheres, sobretudo, de compreender as questões do poder patriarcal e das relações de poder dentro dos relacionamentos, sejam mais fluidos ou fixos.

Assim, de forma bem sucinta, todas estas aproximações epistemológicas remetem à construção do mundo real, com relação à educação e à importância do letramento de gênero para entender o poder do cuidado, que geralmente tendem a ser mais femininos nos relacionamentos, e que pode culminar também no chamado patriarcado formalmente equilibrado, pois ainda representam a capacidade de reprodução e de criação femininas, que são exploradas no sistema econômico capitalista, voltados para alguns interesses da sociedade e que podem ser baseadas através de uma perspectiva de olhares advindos do materialismo histórico e dialético (Silva, 2020).

Escrever esta tese tensionou, de forma direta, todas essas e outras vivências ao longo da vida. Chegar até aqui custou algumas amizades, condutas, espaços e relacionamentos. Tudo isso fez parte do caminho e da construção deste trabalho. Isso porque o ambiente acadêmico:

É rico e potente na produção do conhecimento, formação profissional, debates, desenvolvimento de diretrizes de vanguarda à educação e à cidadania, mas é também um ambiente desigual, inseguro, coercitivo e intimidador às mulheres em geral, a começar por nem sempre nos vermos consideradas como pertencentes a suas posições de destaque e prestígio, às imagens difundidas dos cientistas, ao seu cotidiano diante da ausência de creches, fraldários, moradia estudantil conjunta para crianças e banheiros inclusivos para todos. Afinal, nossos nomes não estão estampados como fundadoras de saberes disciplinares, nossos primeiros nomes são omitidos em referências bibliográficas, onde figuramos pelos nomes de família, em geral oriundos da linhagem paterna, ou seja, nossos nomes e nomear nossas vivências desafiadoras e difíceis na academia soam dissonantes do que se entende o locus do mérito, da razão e da genialidade pessoal, os quais seriam, por natureza no patriarcado, próprios aos homens. [...] Além dessas mudanças identitárias, o elevado número de mulheres no dia-a-dia universitário traz consigo outras sociabilidades e dinâmicas internas às instituições, propiciando formas diversas de organização na política estudantil, estabelecimento espontâneo de coletivos feministas, expressões particulares para reivindicar direitos e fazer denúncias, (ciber) ativismo em cartazes físicos e posts virtuais, pichações e artes, bem como a articulação em redes dentro e fora da universidade, presenciais e virtuais, que ampliam a possibilidade de visibilidade, proteção e solidariedade. Assim, alunas, professoras e funcionárias têm desenvolvido parcerias e apoio mútuo no que toca essas pautas, partilhando suas parcerias também

com grupos e outras entidades externas à instituição (Almeida; Zanello, 2022, p. 20-21).

Certamente, ter passado por tal experiência, no campo da violência psicológica, ligou um alerta para as dimensões outras vivenciadas nos espaços públicos e privados. Será que se eu não tivesse os conhecimentos que possuo, não poderia ter virado estatística real, assim como a jovem Simone Marca?

Dessa forma, é necessário repensar a violência contra a mulher nos seus diferentes aspectos, o que implica a desconstrução cultural dessa realidade e o reconhecimento da existência de relações de poder e de submissão entre homens e mulheres. Por isso, a crescente necessidade de ações de intervenção efetiva mediante uma perspectiva mais garantista de direitos, conforme as medidas reforçadas por Almeida e Zanello (2022).

As causas da violência são muito amplas e podem ser influenciadas pela desestruturação familiar, pela condição social, pelo machismo estrutural e por questões de gênero. Ao escrever esta tese, fazendo analogias, ficou muito evidente que qualquer pessoa pode cometer atos violentos, que sejam pertencentes a todas as classes sociais, tendo todo tipo de profissão, estando em todos os tipos de ambientes. Prevenir é a forma mais direta de remediar as violências!

Outras questões de ordem pessoal e familiar levaram-me a mudar de cidade de moradia. Não me adaptei à Ituiutaba, mas tentei me inserir por diversas vezes nos diferentes espaços, seja nos estudos ou no trabalho. Por ser pesquisadora dessa área da violência urbana, percebo que alguns segmentos da sociedade tijuicana protegem os sujeitos que perpetram essas diferentes formas de violências, ao passo que as vítimas ficam desassistidas e são culpabilizadas por tentarem reparar tais danos, mesmo que de forma indireta e mínima. Por isso, utilizo a música *My Mistake*, do grupo Pholhas (1973), que retrata sobre o “erro de matar”, por parte de um homem em relação a sua companheira, utilizando de uma arma para cometer o assassinato de uma mulher (ou seja, atual crime de feminicídio), por ser uma música que evidencia a violência das paixões passionais contra as mulheres, modalidade perceptível na cidade de Ituiutaba.

As vítimas, no entanto, acabam arcando com as marcas (físicas, psicológicas, sociais e morais) ao longo de suas vidas. Percebo, agora, de forma concreta, um outro lado, vivenciado da tese, que ninguém viu. Foi preciso ter “olhos de vidro¹⁷” e coragem para seguir em frente!

Agradeço a todas as experiências boas e ruins, vivenciadas e proporcionadas em Ituiutaba, pois foram graças a elas que a garota que andava a pé com o seu *Vade Mecum* no braço e com sua bolsa de pano preta, que circulava pela cidade de sol a sol (algumas vezes de

¹⁷ Música da dupla Jaime e Nair (1979) pertencente ao disco Amanheceremos.

ônibus, em outras horas utilizando mototáxi ou com as caronas remuneradas dos aplicativos, ou mesmo com a ajuda de caronas solidárias de amigos/as), ainda que com os obstáculos de ordem pessoal e psicológica, conseguiu alcançar o mais alto título da Academia brasileira, que é um doutorado acadêmico numa Universidade Federal. Cumpre destacar que sou filha da classe média baixa, com pais da classe trabalhadora, que estudaram apenas até o Ensino Médio. Com este meu exemplo, tenho certeza que posso inspirar outros estudantes e pessoas comuns da população para mudarem os seus destinos através da educação superior.

A você, caro/a leitor/a, revolte-se contra as tiranias do sistema capitalista, quando julgar necessário, e estude, analise, faça analogias, mude o seu destino social, profissional e intelectual, e influencie os grupos, as pessoas e as instituições nas cidades. Tentando melhorar a vida das pessoas de Ituiutaba em seu cotidiano, foi um pouco do que almejei com este trabalho. Não se incomode com as críticas, pois elas sempre existirão!

Essa experiência única e ímpar não apagará da minha memória o que Ituiutaba fez por mim, o de tornar-me uma doutora em Geografia, estudando e analisando as questões de ordem anticolonial, urbanística, social e política da cidade.

Meu caminho ainda é bastante longo na Academia e na vida profissional, isso porque ainda preciso realizar muitos processos seletivos e outras tantas participações em concursos públicos com as provas de títulos, para tornar-me uma docente da educação básica e/ou do meio universitário, mas tenho certeza que terei um compromisso maior no combate às diferentes formas de violências no ambiente escolar e/ou acadêmico e profissionalizante.

Sou extremamente grata à cidade, aos seus filhos/as e aos moradores/as por ter conseguido finalizar este trabalho científico, mostrando as necessidades que a população local mais reivindica para o alcance de uma sociedade mais equilibrada e socialmente justa.

Obrigada, Ituiutaba! Obrigada, Minas Gerais!
Obrigada Universidade Federal de Uberlândia!

*Você, meu brasileiro,
não acha que já é tempo de aprender
e de atender àquela brava gente
fugindo à caridade de ocasião
e ao vício de esperar tudo da oração?*
(Carlos Drummond de Andrade).

Que o braço do onipotente recaia sobre quem queira fazer o mal, que fique imóvel como pedra, enquanto eu pobre pecador, continue a serviço de Nosso Senhor. Amém!

Leva o que trouxeste, Deus me benza com sua santíssima Cruz, Deus me defenda dos maus olhos, do mau olhado e de todo mal que me quiseram fazer.

Quem faz o mal é o ferro e eu sou o aço.

Quem fez o mal é o demônio e eu sou o embaraço.

Em nome do pai, do filho e do Espírito Santo.

*Amém!**

***Ofereço essa oração para todas as pessoas que são/foram vítimas das mais variadas formas de violências em Ituiutaba, bem como aqueles/as que não tiveram a chance da autodefesa e da preservação da vida.**



Cruz Espada de São Miguel Arcanjo

REFERÊNCIAS

- ABREU, Allan de. **Cocaína**: a rota caipira: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- ADORNO, Theodor. Progresso. *In*: ADORNO, Theodor. **Palavras e sinais**: modelos críticos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 37-61.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília, DF: Editora OAB, 2022.
- ANDRADE, Manoel Corrêa de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. Terra Livre, São Paulo, n. 9, p. 143-152, jul./dez. 1991. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.vi9. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/110/108>. Acesso em: 14 set. 2024.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Seqüência**: estudos jurídicos e políticos, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 24-36, 1995. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15819>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos Pensamentos Criminológicos**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Editora Revan, 2008.
- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74258>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258/77901>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.
- BARATTA, Alessandro. O novo paradigma criminológico: “Labeling Approach”, ou enfoque da reação social. Negação do princípio do fim ou da prevenção. *In*: BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999. p. 85-100.
- BARBOSA, Tulio. **Manual de Anticolonialismo**: a construção do anticolonialismo hoje. Uberlândia, MG: Núcleo Teoria Anticolonial, 2023. v. 1.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis – Drogas e juventude Pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora: Instituto Carioca de Criminologia, 1994.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Imprensa: Rio de Janeiro, Revan, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia Urbana**. 2. ed. Tradução Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECK, Ulrich. **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2010.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. *In*: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2011. p. 121-156.

BIGO, Didier. Globalized (in)security: the field and the ban-opticon. *In*: CONFERENCE ON MUSLIMS, 2006, Cambridge. Paper. Cambridge: Harvard University, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Dialogando sobre a Lei Maria da Penha**. Cartilha de Curso, ILB, 2015.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito FGV**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8Cfd9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/>. Acesso em: 17 set. 2024.

CAMPOS, Paola R. O preço da terra urbana e moradia de baixo custo. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 63-79.

CAPRIGLIONE, Laura; DUNKER, Christian *et al.* **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAVES, Luciana Domingues; VIEIRA NETO, José. A influência do mercado imobiliário na produção do espaço urbano em Ituiutaba (MG). *In*: NEVES, Adriana Freitas; FERREIRA, Idelvone Mendes; PAULA, Maria Helena de; ANJOS, Petrus Henrique Ribeiro dos (org.). **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Volume 1: Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. São Paulo: Blücher, 2015. p. 275-288.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

CLARKE, Ronald V.; ECK, John. **Become a problem-solving crime analyst in 55 small steps**. Londres: Jill Dando Institute of Crime Science, 2003. Disponível em: https://popcenter.asu.edu/sites/default/files/55stepsuk_0_0.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. 406 p.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói, RJ: Intertexto, 2001.

CORRÊA, Felipe Botelho. **Imaginário do Medo: imprensa e violência urbana.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Análise crítica dos textos geográficos: breves notas. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-18, 2º semestre 2003. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2003.49242>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49242>. Acesso em: 3 set. 2024.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** Organização: Frank Barat. São Paulo: Boitempo, 2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 1988.

D'INCAO, Maria Conceição. **O boia fria: acumulação e miséria.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena.** Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista.** 5. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira; São Paulo: FFLCH-USP, 1968.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado.** São Paulo: Pioneira, 1982.

FILHO, Hyltom Pinto de Castro. Breve estudo sobre a atividade de incorporação imobiliária. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2790, 20 fev. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18539/breve-estudo-sobre-a-atividade-deincorporacao-imobiliaria>. Acesso em: 2 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Historie de la sexualité 1: La volonté de savoir.** Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. **Teoria constitucionalista do delito e imputação objetiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GRAHAM, Stephen *et al.* **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla. Agentes produtores da forma urbana nas cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Estudo de caso: Ituiutaba. In: IX COLÓQUIO QUAPÁ SEL, 2014, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES/FAUUSP, 2014. p. 1-22. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Agentes-produtores-da-forma-urbana-nas-cidades-m%C3%A9dias-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro-e-alto-Parana%C3%ADba-%E2%80%93-estudo-de-caso-Ituiutaba.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 22, n. 48, p. 75-90, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 15 set. 2024.

HARVEY. David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY. David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw5qC2BhB8EiwAvqa41qg_VuwthDal0Rf7DW6vPB1xY6I43J4c_b8s7eQqM_wPTnPFgwaP0BoCeEEQAvD_BwE. Acesso em: 23 ago. 2024.

HARVEY. David. **Os limites do capital**. Boitempo, 2014.

HOBSBAWM, Eric John. **A era das revoluções**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric John. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

JAKOBS, Günther. **Direito Penal do Inimigo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KARAM, Maria Lúcia *et al.* **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **De l'État, tome III: le mode de production étatique**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique - 12 mots clés pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de; MUNIZ, Jacqueline O.; BUENO, Samira. Use com moderação. *In*: LIMA, Renato Sérgio (org.). **Narrativas em disputa**: segurança pública, polícia e violência no Brasil. São Paulo: Alameda, 2016. p. 65-69.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Orientadora: Eda Góes. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f55df71c-d25f-4e82-a2ab-efce0a986069/content>. Acesso em: 6 set. 2024.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade, violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. [Estudos urbanos, série Arte e Vida Urbana].

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único** – Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 121-192.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**: contos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENA, Fernanda *et al.* **Bala perdida**: aA violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas**: cotidiano e reforma na Polícia Civil. São Paulo: Scritta, 2015.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2006.

MIYAZAKI, Vitor. Morfologia Urbana e Estruturação da cidade em Ituiutaba–MG: análise das transformações no período 2000-2018. **Brazilian Geographical Journal**: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, MG, v. 9, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/50591>. Acesso em: 3 set. 2024.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaio de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009a.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009b.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUÑOZ CONDE, Francisco; HASSEMER, Winfried. **Introdução à Criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

NEPOMUCENO, Airton Batista Costa Neto. **O instituto da regularização fundiária na cidade de Ituiutaba-MG**. Orientador: Vitor Koiti Miyazaki. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia do Pontal) - Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28471/1/InstitutoRegularizacaoFundiarria.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. *In*: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 122-137.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. *In*: MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 8-20. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

PETRAGLIA, J. A colônia italiana em Ituiutaba. **Revista Acaiaca**, 1953.

PIMENTA VELLOSO, Mônica. **A brasilidade verde-amarela**: nacionalismo e regionalismo paulista. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 1990.

PINTO, Hugo Eduardo Meza. Narcotráfico e economia. **O Economista**, Joinville, SC, 30 dez. 2010. Disponível em: <https://www.oeconomista.com.br/narcotrafico-e-economia/>. Acesso em: 20 out. 2022.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Tradução L. Cabral de Moncada. Coimbra: Antonio Amado, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Maíra. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29067>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29067/20555>. Acesso em: 15 set. 2024.

RODRIGUES, Thiago. Apresentação. *In*: LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. Tradução Mônica Seincman. São Paulo: Desatino, 2010. p. inicial-final.
MACHADO, Lia Osório. Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. *In*: Fundação Alexandre de Gusmão; Ministério das Relações Exteriores (org.). **Geopolítica das Drogas**. Textos Acadêmicos. 1. ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão: Ministério das Relações Exteriores, 2011. p. 97-117.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. *In*: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (org.) **Globalização, fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 351-360.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMPAIO, Renata Alves. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. Orientadora: Ana Fani A. Carlos. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29082012-103945/publico/2011_RenataAlvesSampaio.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

SANTOS, Isabôhr Mizza Veloso dos. **Entre a (in)segurança urbana e a fragmentação socioespacial**: as relações de sociabilidade em Ituiutaba-MG. Orientadora: Maria Angélica de Oliveira Magrini. 2020. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2020. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.158>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28688/1/InsegurancaUrbanaFragmentacao.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. **Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia-MG**. Orientador: Júlio Cesar de Lima Ramires. 2012. 423 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2012.39>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15948/1/CriminalidadeViolentaContradicoes.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SENNETT, Richard. **Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SILVA, Antônia Aparecida da. **O circuito inferior da economia urbana do Bairro Natal, Ituiutaba, Minas Gerais e os impactos no cotidiano das famílias**. Orientador: Antônio de Oliveira Junior. 2022. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37767/1/Circuitoinferioreconomia.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; MARINHO, Frederico Couto. Aplicação de tecnologias do conhecimento e da informação na prevenção e redução do crime: a análise criminal no contexto latino-americano. **Novos Olhares Sociais**, Cachoeira, BA, v. 1, n. 2, p. 21-34, 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/novos-olhares-sociais/article/view/4477/2292>. Acesso em: 5 set. 2024.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Tarsio de (org.). **Memórias, Histórias e Crônicas Tijucanas: Publicações póstumas de Hélio Benício de Paiva**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2018.

SILVA, Joseli Maria. **Espaço e gênero no contexto da Pandemia (live)**. Canal NEPES-Geografia, YouTube. Transmitido ao vivo em 14 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zOOVIyUi0NY>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista Estudos Sociais**, Bogotá, n. 64, p. 15-26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.02>. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-885X2018000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2024.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina: EdiPUCRS, 2006. 110 p. [Coleção Comunicação 22].

SOUZA, Angela Fagna Gomes de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Entre terras e águas: vivências tradicionais dos moradores da Ilha das Pimentas localizada no rio São Francisco, norte de Minas Gerais. In: BENACHI, Marcus Vinícios; MARTINS, Geraldo Inácio (org.). **Geografia dos Gerais: espaço, cultura e natureza**. 1. ed. Uberlândia, MG: Editora Edibrás, 2011. p. 145-160. v. 1.

SOUZA, Célio Lima. **Análise de vazios urbanos no centro da cidade de Ituiutaba/MG**. Orientado: Vitor Koiti Miyazaki. 2019. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Geografia) – Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25963/4/AnaliseVaziosUrbanos.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia da Unesp**, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. *In*: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 39-50.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pbNxJjhLk36N87KfWdJGvTK/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria da causação circular. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM: EDUSP, 2004. p. 169-244.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, p. 13-29, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/m7FYxJqkqGWG3WF6LZWpbsr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

WYLLYS, Jean *et al.* **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, gênero e dispositivos**. Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZIZEK, Slavoj. **A violência**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 78, p. 7-32, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/827>. Acesso em: 23 ago. 2024.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (APLICÁVEL AOS CIDADINOS DE
ITUIUTABA) – TIPO 1**

1) PERFIL SOCIAL

- a) Idade e profissão
- b) Número de componentes familiares na casa, idades e profissões
- c) Renda familiar
- d) Bairro de moradia, situação da residência (própria, alugada ou emprestada?)
- e) É nascido em Ituiutaba? Ou vem de outra cidade e estado?

2) A VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA (MG)

- 1- Por que morar neste bairro?
- 2- Como você entende a violência em Ituiutaba?
- 3- Quais são os principais crimes, na sua visão, que ocorrem em Ituiutaba?
- 4- Passou por algum episódio de violência diretamente?
- 5- Você já ficou sabendo ou já passou por problemas de racismo? Ou de homofobia? Ou até mesmo de machismo?
- 6- Quais foram as medidas de segurança utilizadas no bairro? Foram efetivas?
- 7- E na sua casa, quais precauções foram tomadas?
- 8- As condições para adquirir/alugar o imóvel determinou a escolha pela moradia neste bairro?
- 9- Tem informações sobre a valorização deste imóvel? Teria condições de adquirir? Acha um bom negócio?
- 10- Você se sente inseguro em Ituiutaba?
- 11- O que você acha sobre a implantação de totens de segurança em Ituiutaba? Comente a respeito.
- 12- Como você vê o seu bairro?
- 13- Como você acha que os moradores de outros bairros de Ituiutaba percebem o seu bairro de moradia?

3) O COTIDIANO NA CIDADE

- 1- Como é a rotina da família?
- 2- Quais as principais atividades cotidianas experimentadas em Ituiutaba? Se deslocam como?
- 3- Quais as atividades de lazer familiar?

- 4- Você entende que tem os seus direitos como cidadã/cidadão respeitados em Ituiutaba?
- 5- Tem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados no seu bairro?
- 6- Você evita algum espaço em Ituiutaba? Por quê?
- 7- Já se sentiu discriminado/a em Ituiutaba?
- 8- Quando precisa de algum atendimento público/privado consegue ter esse acesso?
- 9- Você identifica que o seu bairro possui policiamento diurno/noturno? Gostaria que isso fosse ampliado?
- 10- Você acha necessário implementar um Conselho de Segurança Municipal em Ituiutaba? Por quê?
- 11- Na sua opinião, quais medidas a serem tomadas para minimizar a violência e a sensação de insegurança em Ituiutaba? E no seu bairro?

4) ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POBREZA URBANA

- 1- Como está a situação do acesso à alimentação em sua casa?
- 2- Você tem conseguido comprar itens básicos para alimentar sua família? Como vê isso em Ituiutaba?
- 3- É beneficiário do Bolsa Família?
- 4- Na sua opinião, por que existe a pobreza no Brasil?
- 5- Existem pessoas/ grupos que passam/passaram por problemas da fome na cidade? Quais fatores levaram a essa situação? (Em casos conhecidos do entrevistado/a).
- 6- Teve acesso aos serviços da assistência social de Ituiutaba? Sua demanda foi atendida?
- 7- Tem mais comentários a fazer para esta pesquisa? Comente.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA (APLICÁVEL AOS PROFISSIONAIS
E/OU ESPECIALISTAS QUE ATUAM NO COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS EM
ITUIUTABA) – TIPO 2**

1) PERFIL PROFISSIONAL

- a) Idade e profissão
- b) Através de seu trabalho, como entende a situação de violência em Ituiutaba?
- c) Você entende que é um trabalho efetivo para a prevenção dessas violências na cidade e na região?
- d) É nascido em Ituiutaba? Ou vem de outra cidade e estado?

2) A VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA (MG)

- 1- Como essas violências aparecem nos bairros da cidade? Comente.
- 2- Como você entende, na sua visão, a violência em Ituiutaba?
- 3- Quais são os principais crimes que ocorrem em Ituiutaba?
- 4- Passou por algum episódio de violência diretamente?
- 5- Quais foram as medidas de segurança utilizadas nos bairros? Foram efetivas?
- 6- Você se sente inseguro em Ituiutaba? Acha uma cidade violenta?
- 7- O que você acha sobre a implantação de totens de segurança em Ituiutaba? Comente a respeito.
- 8- Poderia detalhar de forma mais específica sobre alguma modalidade de violência mais vista na cidade?
- 9- Como se dá o tratamento das informações nos órgãos públicos da cidade e região?
- 10- Você percebe que as vítimas têm medo de denunciar os agressores? Por que isso ocorre?
- 11- Você já ficou sabendo ou já passou por problemas de racismo? Ou de homofobia? Ou até mesmo de machismo?

3) O COTIDIANO NA CIDADE

- 1- Você compreende que os direitos da população são respeitados em Ituiutaba?
- 2- A população tem acesso aos principais serviços públicos e/ou privados nos bairros?
- 3- Você já ficou sabendo sobre a população evitar algum espaço em Ituiutaba? Por quê?
- 4- Como profissional, já se sentiu discriminado/a em Ituiutaba?
- 5- Você identifica que os bairros possuem policiamento diurno/noturno?

6-Você acha necessário implementar um Conselho de Segurança Municipal em Ituiutaba? Por quê?

7- Na sua opinião, quais medidas a serem tomadas para minimizar a violência e a sensação de insegurança em Ituiutaba?

4) ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POBREZA URBANA

1- Existem pessoas/ grupos que passam/passaram por problemas da fome na cidade? Quais fatores levaram a essa situação? (Em casos conhecidos do entrevistado/a).

2- A população tem acesso aos serviços da assistência social de Ituiutaba? Tem suas demandas atendidas?

3- Na sua opinião, quais fatores mantém, ainda, a pobreza urbana? Você acha que essa pobreza interfere nas questões de violência, criminalidade e insegurança? Por quê?

4- Com relação às questões de violência, criminalidade e insegurança dos segmentos médios locais, o que poderia dizer a respeito disso?

5- Tem mais comentários a fazer para esta pesquisa? Comente.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada *Nas epistemologias da Geografia: tecendo as amarras da violência urbana em Ituiutaba (MG)*, a partir da responsabilidade dos pesquisadores Isabôhr Mizza Veloso dos Santos e Tulio Barbosa, pertencentes à Universidade Federal de Uberlândia, do Campus Santa Mônica.

Nesta pesquisa, buscamos analisar as epistemologias da Geografia com o intuito de compreender a violência na cidade de Ituiutaba (MG). Nesse sentido, partimos do entendimento de que a estrutura urbana e seus processos são orientados para uma violência estrutural na dinâmica capitalista e as contradições desse processo ecoam pela luta de classes. Desse modo, compreendemos que a estrutura capitalista promove uma condição permanente de violência e esta pode ser entendida a partir da transformação da estrutura, ou seja, pelo movimento da própria violência.

A estrutura capitalista de produção configura os espaços para a reprodução de suas condições de produção. Logo, trata-se de espaços voltados para a produção, que tem melhor atenção e são ambientes que apresentam menores índices de violências. Todavia, a própria estrutura capitalista é, em si mesma, permanente para produção da violência, ao apresentar a homogeneidade dos modos de vida e seus vínculos permanentes à produção. Assim, a violência e o medo são condições epistemológicas que precisam de organização para serem compreendidas e dinamizadas na estrutura científica. A violência e o medo, portanto, são resultados do modo de produção e são materializados espacialmente; por isso, a cidade é a visibilidade dessa condição binômica.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Isabôhr Mizza Veloso dos Santos antes da gravação em áudio das entrevistas abertas aos participantes desta pesquisa e aceito com antecedência. O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa. São direitos dos participantes: I - ser informado sobre a pesquisa; II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; III - ter sua privacidade respeitada; IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; VI – ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Na sua participação, você será submetido(a) a algumas perguntas sobre o seu bairro e as suas interações sociais e/ou profissionais na cidade de Ituiutaba-MG, com duração de cerca de 30 minutos, por meio de uma entrevista aberta com o seu consentimento prévio e uso de gravador de voz, não havendo qualquer identificação sobre sua pessoa física. Após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será desgravado posteriormente.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem na identificação do participante na pesquisa. Portanto, a equipe pesquisadora tomará o cuidado para que tal risco não ocorra, haja vista que o objetivo é captar informações acerca do cotidiano urbano de Ituiutaba a partir do roteiro pré-estruturado e, para isso, não é necessária a identificação dos sujeitos pesquisados. Os benefícios serão a contribuição para o possível melhoramento das políticas públicas e sociais no município estudado, atingindo os participantes diretos da pesquisa e os demais moradores/as de Ituiutaba.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Isabôhr Mizza, e-mail: isaboehr.mizza@ufu.br e Tulio Barbosa, e-mail: tuliobarbosa@ufu.br, ambos ligados ao Instituto de Geografia (IG/UFU) situado no bloco 1H - 2121, Av. João Naves de Ávila - Santa Mônica, Uberlândia – MG.

Ituiutaba, 10 de Julho de 2023.

Assinatura do (s) pesquisador (es).

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa.